

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

*Projeto de intervenção para um marco  
histórico da cidade do Rio de Janeiro*

A  
**FORTALEZA**  
DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



FERNANDA CHAGAS DA COSTA

2018





**PROJETO DE INTERVENÇÃO PARA UM MARCO HISTÓRICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: A FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**

Fernanda Chagas da Costa

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Orientadora: Cláudia Carvalho L. Nóbrega

Rio de Janeiro  
Maio de 2018



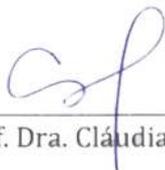
**PROJETO DE INTERVENÇÃO PARA UM MARCO HISTÓRICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: A FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**

Fernanda Chagas da Costa

Orientadora: Cláudia Carvalho Leme Nóbrega

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Aprovada por:



---

Presidente, Prof. Dra. Cláudia Carvalho Leme Nóbrega



---

Prof. Dra. Ethel Pinheiro Santana



---

Prof. Dra. Noêmia de Oliveira Figueiredo

Rio de Janeiro  
Maio de 2018

Costa, Fernanda Chagas da.

Projeto de intervenção para um marco histórico da cidade do Rio de Janeiro: a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição/Fernanda Chagas da Costa. - Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2018.

xxxviii, 235f.: il.; 29,7cm.

Orientador: Cláudia Carvalho Leme Nóbrega

Dissertação (mestrado profissional em projeto e patrimônio) – UFRJ/ PROARQ/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2017.

Referências Bibliográficas: f. 237-247.

1. Fortaleza da Conceição. 2. Valor Histórico. 3. Adaptação de uso. 4. Rio de Janeiro. I. Nóbrega, Cláudia Carvalho Leme. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. III. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

---

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora Prof. Cláudia Nóbrega pelo conhecimento compartilhado e por sempre acreditar no conteúdo e na qualidade do trabalho desenvolvido; ao Prof. Claudio Lima Carlos, pelo pronto e didático apoio em todos os momentos que precisei; às professoras Ethel Pinheiro e Noêmia Figueiredo, pelas relevantes considerações durante a banca; e aos demais professores do PROARQ por suas respectivas contribuições ao longo do curso.

Pela presteza no atendimento às minhas solicitações, agradeço ao comando militar do 5º CGEO, em especial aos membros da Seção de Comunicação Social.

Não poderia jamais desenvolver essa dissertação sem a ajuda do amigo e parceiro de trabalho Leandro Campos, por todas as informações gentilmente cedidas. A ele referencio grande parte deste material.

Agradeço aos amigos de longa data Philippe Maia e Maycon Guimarães, pelos infindáveis momentos de alegria; a Louise Peres, pela ajuda internacional e pela injeção de força e ânimo; e a Roberto Ferreira, meu melhor amigo e eterno companheiro para todos os momentos: somos uma só alma habitando dois corpos. Aos inesquecíveis amigos da FAU/UFRJ pela paciência com esta estudante sempre atarefada; e aos amigos da turma de 2015 do PROARQ, pela coesão inabalável durante toda a batalha. Em especial ao querido João Leal, pelo material cedido, interesse e ensinamentos; à minha pequenina Gisele Freixo, pela grandiosidade do apoio em cada etapa; e a Nayara Gevú, pelo nome estampado em vários créditos desta dissertação.

Agradeço à minha família pelo incentivo incondicional. Debruçar-me sobre o patrimônio militar me leva para perto do meu próprio pai, Wagner Costa, major da aeronáutica e meu exemplo de força e caráter. Pela paciência inesgotável durante essa longa fase, agradeço aos meus dois irmãos, Fabio e Fernando, e às minhas queridas cunhadas, Daiane Vicente e Bianca D'Andrea, pelo asilo e companheirismo em diversos momentos dessa caminhada. Por fim, toda a gratidão do mundo à minha mãe, Jane Chagas, a quem sempre pude recorrer e a quem dedico cada conquista.

Ao meu pai, grande incentivador da busca  
por conhecimento e meu exemplo;

À minha mãe, educadora por  
excelência e melhor amiga.

## **RESUMO**

---

### **PROJETO DE INTERVENÇÃO PARA UM MARCO HISTÓRICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: A FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**

Fernanda Chagas da Costa

Orientadora: Cláudia Carvalho L. Nóbrega

Resumo da Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Construída no início do século XVIII, a antiga Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição constitui-se como testemunho da arquitetura militar colonial no Rio de Janeiro, localizada em um sítio histórico de formação da cidade: o Morro da Conceição. O projeto da fortificação é representado na planta da cidade do Rio de Janeiro elaborada por Jean Massé, de 1713, considerada a primeira planta em escada da cidade. Atualmente, a Fortaleza mantém seu uso original militar, abrigando o quartel do 5º Centro de Geoinformação (5º CGEO) do Exército Brasileiro, mas desempenha, desde 1922, atividades voltadas para a produção cartográfica. Com a obsolescência da função de defesa da fortificação, ainda no século XVIII, a destinação de novos usos ao longo dos anos foi importante para sua preservação, entretanto, algumas adequações físicas para o desenvolvimento das novas atividades promoveram alterações que comprometeram sua integridade. Com o objetivo de mapear as modificações realizadas, foram elaboradas simulações da implantação da Fortaleza a partir de documentos históricos de diferentes datas, que permitiram a sobreposição da sua evolução arquitetônica no período compreendido entre 1702 e 2012. A metodologia incluiu a pesquisa bibliográfica e iconográfica em diferentes acervos, a fim de fundamentar as ações do projeto, em conjunto com os conceitos teóricos sobre preservação do patrimônio. Estruturada em três capítulos e justificada em virtude do valor histórico e artístico da fortificação e da existência de um acervo cartográfico de relevância nacional, esta dissertação tem como objetivo principal a elaboração de um projeto de intervenção que define as prioridades de atuação em todo o conjunto de edificações e espaços livres, indicando parâmetros e diretrizes que visam a sua preservação. O resultado tem a proposta de colocar em evidência a Fortaleza, ainda desconhecida por parte da população carioca, pretendendo trazer esse marco histórico de volta ao mapa da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Fortaleza da Conceição, valor histórico, adaptação de uso, Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro  
Maio de 2018

## **ABSTRACT**

---

### **INTERVENTION PROJECT FOR A HISTORICAL LANDMARK OF THE CITY OF RIO DE JANEIRO: THE FORTRESS OF NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**

Fernanda Chagas da Costa

Advisor: Cláudia Carvalho L. Nóbrega

Abstract of the Master Dissertation submitted to the Postgraduate in Architecture Program, Architecture and Urbanism College, of the Federal University of Rio de Janeiro – UFRJ, as part of the necessary requirements to obtain the title of Master of Science in Architecture.

Built at the beginning of the 18th century, the old Fortress of Nossa Senhora da Conceição is a testimony of the colonial military architecture in Rio de Janeiro, located in a historical site of formation of the city: the Morro da Conceição. The fortification's project is represented in the plan of the city of Rio de Janeiro elaborated by Jean Massé, from 1713, considered the first scaled plan of the city. Currently, the fortress maintains its original military use, housing the headquarters of the 5th Geoinformation Center (5th CGEO) of the Brazilian Army, but has, since 1922, developed activities focused on cartographic production. With the obsolescence of the fortification's defense function, still at the 18th century, the destination of new uses over the years was important for its preservation, however, some physical adaptations for the development of the new activities promoted changes that compromised its integrity. In order to map the modifications executed, simulations of the site plan of the Fortaleza were made from historical documents with different dates, which allowed the overlap of its architectural evolution in the period between 1702 and 2012. The methodology included the bibliographic and iconographic research in different collections, in order to substantiate the actions of the project, together with the theoretical concepts on preservation of the patrimony. Structured in three chapters and justified by the historical and artistic value of the fortification and the existence of a cartographic collection of national relevance, this dissertation has as main objective the elaboration of an intervention project that defines the priorities of action in the whole group of buildings and its site gaps, indicating parameters and directives that aims its preservation. The result has the proposal to evidence the Fortress, still unknown by the population of Rio de Janeiro, intending to bring this historic heritage back to the map of the city of Rio de Janeiro.

Keywords: Fortaleza de Conceição, historical value, use adaptation, Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro  
May 2018

## SUMÁRIO

---

|  |       |
|--|-------|
| <b>Agradecimentos</b> .....  | v     |
| <b>Resumo</b> .....  | vii   |
| <b>Abstract</b> .....  | viii  |
| <b>Lista de figuras</b> .....  | xiii  |
| <b>Lista de quadros</b> .....  | xxix  |
| <b>Lista de abreviaturas</b> .....   | xxxii |
| <b>Glossário</b> .....   | xxxv  |
| <b>Introdução</b> .....  | 1     |
| <b>CAPÍTULO I - A Área Portuária carioca, o Morro e a Fortaleza</b> .....  | 9     |
| 1.1 - A Área Portuária carioca e seu contexto .....                        | 10    |
| 1.1.1 - O início da atividade portuária .....                              | 10    |
| 1.1.2 - As reformas urbanas do século XX.....                              | 14    |
| 1.1.3 - As propostas de intervenção e as leis de proteção .....            | 16    |
| 1.1.4 - O Projeto Porto Maravilha .....                                    | 22    |
| 1.2 - O Morro da Conceição e sua paisagem .....                            | 31    |
| 1.2.1 - Principais marcos arquitetônicos.....                              | 31    |
| 1.2.2 - Cartografia como testemunho da transformação da paisagem.....      | 35    |
| 1.2.3 - Estrutura Morfológica Atual .....                                  | 40    |
| 1.3 - A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e sua história .....       | 46    |
| 1.3.1 - A ermida de Nossa Senhora da Conceição e o Palácio Episcopal ..... | 46    |
| 1.3.2 - Da construção da Fortaleza à Fábrica de Armas.....                 | 50    |
| 1.3.3 - A Fábrica e Oficina de Reparos de Armas.....                       | 64    |
| 1.3.4 - O Serviço Geográfico do Exército .....                             | 75    |
| 1.3.5 - Do tombamento aos dias atuais.....                                 | 80    |
| 1.3.6 - A evolução arquitetônica em quatro séculos.....                    | 94    |
| <b>CAPÍTULO II - A Fortaleza da Conceição: valores e novos usos</b> .....  | 107   |
| 2.1 - Valores atribuídos e posturas teóricas de restauro .....             | 108   |
| 2.2 - Adaptação de uso na Arquitetura Militar de interesse histórico.....  | 120   |
| 2.3 - Exemplos de inserção de uso na Arquitetura Militar preservada .....  | 125   |
| 2.3.1 - Forte de Copacabana - Rio de Janeiro.....                          | 126   |
| 2.3.2 - Fortaleza de Santa Cruz da Barra - Niterói .....                   | 131   |

|   |            |
|---|------------|
| 2.3.3 - Castillo San Felipe de Barajas - Cartagena das Índias ..... | 137        |
| 2.4 - Inserção de uso na Fortaleza da Conceição .....               | 143        |
| <b>CAPÍTULO III - O projeto de intervenção .....</b>                | <b>149</b> |
| 3.1 - Diretrizes projetuais.....                                    | 150        |
| 3.1.1 - Recomposição do perímetro original .....                    | 151        |
| 3.1.2 - Recomposição da volumetria .....                            | 152        |
| 3.1.3 - Reorganização dos acessos e fluxos.....                     | 155        |
| 3.1.4 - Reorganização dos usos .....                                | 157        |
| 3.1.5 - Ligação entre a base e o topo do Morro da Conceição .....   | 159        |
| 3.2 - O projeto de intervenção para a Fortaleza da Conceição .....  | 162        |
| 3.2.1 - Volumetria.....   | 167        |
| 3.2.2 - Referências projetuais .....                                | 168        |
| 3.2.3 - Mobiliário proposto.....                                    | 169        |
| 3.2.4 - Proposta de percurso turístico .....                        | 173        |
| 3.3 - Propostas paisagísticas para os espaços livres.....           | 178        |
| 3.3.1 - Área Aterrada (8) e Terraplano (19) .....                   | 179        |
| 3.3.2 - Pátio (15) e Praça Major Valô (20).....                     | 184        |
| 3.3.3 - Campo de Futebol (18).....                                  | 190        |
| 3.4 - Propostas volumétricas para as edificações.....               | 193        |
| 3.4.1 - Palácio Episcopal (1).....                                  | 193        |
| 3.4.2 - Alojamento - Oficial de dia (2) .....                       | 196        |
| 3.4.3 - Corpo da Guarda (3).....                                    | 198        |
| 3.4.4 - Subdivisão Técnica - SDT (4).....                           | 200        |
| 3.4.5 - Casa de Força (5) .....                                     | 203        |
| 3.4.6 - Casa D'Armas (6) .....                                      | 205        |
| 3.4.7 - Companhia de Comando e Apoio - CIACAP (7).....              | 209        |
| 3.4.8 - Antiga SDT (9).....   | 212        |
| 3.4.9 - Alojamento - Soldados (10) .....                            | 215        |
| 3.4.10 - Posto Médico (11) .....                                    | 217        |
| 3.4.11 - Antigo Rancho (12).....                                    | 219        |
| 3.4.12 - Depósito (13).....   | 222        |
| 3.4.13 - Rancho Temporário (14).....                                | 223        |
| 3.4.14 - Garagem (16) .....   | 225        |

|   |            |
|---|------------|
| 3.4.15 - Pavilhão externo (17).....   | 228        |
| <b>Considerações finais</b> .....   | <b>233</b> |
| <b>Referências bibliográficas</b> .....   | <b>237</b> |
| <b>Apêndices</b> .....  | <b>249</b> |
| <b>APÊNDICE I</b> Acervo do Museu Cartográfico do 5º CGEO* .....                      | 251        |
| <b>Anexos</b> .....   | <b>255</b> |
| <b>ANEXO I</b> - Decreto Nº 7351/88 - Delimitação da APAC - SAGAS .....               | 257        |
| <b>ANEXO II</b> - Projeto Porto do Rio: Usina de sonhos - Potencial de renovação..... | 259        |
| <b>ANEXO III</b> - Portaria IPHAN 135/2013 - Bens tombados .....                      | 261        |
| <b>ANEXO IV</b> - Portaria IPHAN 135/2013 - Setores da poligonal de entorno.....      | 263        |
| <b>ANEXO V</b> - Lei Complementar Nº 101/2009 - Mapas de delimitação .....            | 265        |
| <b>ANEXO VI</b> - Resolução SMUIH nº 28 .....   | 267        |
| <b>ANEXO VII</b> - Anotações de Jacques Funck - 1771 .....                            | 269        |



## LISTA DE FIGURAS

---

|   |    |
|---|----|
| Figura 1: Fotografia panorâmica da fachada frontal da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição a partir da Praça Major Valô. Fonte: Nayara Gevú/2017.....  | 1  |
| Figura 2: Imagem de satélite da localização do conjunto da Fortaleza da Conceição e demarcação do Morro da Conceição. Fonte: Google Maps/2017 (adaptado por COSTA/2017) .....   | 2  |
| Figura 3: Imagem de satélite do conjunto de edificações do 5º CGEO, com a delimitação dos terrenos de propriedade do Exército e setas indicando os acessos atuais. Fonte: Google Maps/2017 (adaptado por COSTA/2017).....   | 3  |
| Figura 4: Esquema da sequência de apresentação do "Capítulo I - A Área Portuária carioca, o Morro e a Fortaleza". Fonte: COSTA/2017 .....   | 9  |
| Figura 5: Contexto urbano da área portuária, com indicação das vias principais, bairros, morros e espaços livres de destaque no tecido. Fonte: COSTA/2017 sobre imagem do Google Maps/2016 .....  | 10 |
| Figura 6: Aquarela de Thomas Ender ilustrando a relação entre o Morro da Conceição e a parte baixa da cidade, com indicação da Fortaleza da Conceição - 1817. Fonte: CARDOSO, 1987 (adaptado por COSTA/2017).....   | 11 |
| Figura 7: Imagem dos trapiches multiplicados na paisagem da Saúde, com indicação da Fortaleza da Conceição. Col. Elyσιο Belchior, s/d. Fonte: CARDOSO, 1987 (adaptado por COSTA/2017) .....   | 12 |
| Figura 8: Fotografia de Marc Ferrez, com o litoral do bairro da Saúde e indicação da Fortaleza da Conceição - séc. XIX. Fonte: CARDOSO, 1987 (adaptado por COSTA/2017).....   | 13 |
| Figura 9: Fotografia de Victor Frond, com o Panorama do Rio de Janeiro e indicação da Fortaleza da Conceição - 1861. Fonte: RIBEYROLLES, 1861, p. 11 (adaptado por COSTA/2017).....   | 13 |
| Figura 10: Fotografia com a diferença de escala dos lotes da área portuária após seu aterramento, com a demarcação entre a orla original, com lotes menores, e a área aterrada, com lotes maiores - c. 1960. Fonte: CARDOSO, 1987 (adaptado por COSTA/2017).....                          | 14 |
| Figura 11: Fotografia onde é possível verificar a volumetria do Morro da Conceição e seu entorno, com seta indicando a Fortaleza da Conceição - Séc. XXI. Fonte: Reprodução da internet/SD.....   | 16 |
| Figura 12: Fotografia dos sobrados tombados na Rua Sacadura Cabral, atualmente em estado de abandono - c. 20___. Fonte: Douglas Shineidr/Jornal do Brasil, 2010 .....   | 18 |
| Figura 13: Imagem do Projeto Waterfront Rio, de Jorge Mario Jáuregui, para a frente marítima do porto do Rio - 1993. Fonte: <a href="http://www.jauregui.arq.br/imagens/Waterfront-Rio%20de%20Janeiro.jpg">http://www.jauregui.arq.br/imagens/Waterfront-Rio%20de%20Janeiro.jpg</a> ..... | 19 |
| Figura 14: Imagem do projeto "Porto do Rio: Usina de sonhos" para o Cais da Gamboa - 2011. Fonte: Catálogo da Exposição Porto do Rio: Usina de Sonhos, 2001 .....   | 21 |
| Figura 15: Fotografia de um dos exemplares de canhão encontrados durante as escavações na Rua Sacadura Cabral para as obras do Projeto Porto Maravilha. Fonte: Porto Maravilha (site).....  | 25 |

|  |    |
|--|----|
| Figura 16: Localização dos pontos turísticos do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana. Fonte: Porto Maravilha (site).....  | 27 |
| Figura 17: Fotografias de parte da comunidade local e sua relação íntima com o Morro da Conceição. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000 (adaptado por COSTA/2017).....   | 31 |
| Figura 18: Fotografia da Igreja de São Francisco da Prainha. Fonte: Porto Maravilha (site) .....   | 32 |
| Figura 19: Fotografia do Palácio Episcopal. Fonte: Nayara Gevú/2017 .....  | 32 |
| Figura 20: Fotografia da Fortaleza da Conceição. Fonte: Nayara Gevú/2017.....  | 33 |
| Figura 21: Fotografia da Pedra do Sal. Fonte: Alexandre Maciera, RioTur/2018.....  | 33 |
| Figura 22: Fotografia do Jardim Suspenso do Valongo. Fonte: <a href="http://www.conexaocultural.org/">http://www.conexaocultural.org/</a> .....  | 34 |
| Figura 23: Fotografia do Observatório do Valongo. Fonte: <a href="http://www.ov.ufrj.br/">http://www.ov.ufrj.br/</a> .....   | 34 |
| Figura 24: Fotografia do oratório de Nossa Senhora da Conceição. Fonte: COSTA/2010 .....   | 35 |
| Figura 25: Planta de 1750 (sem escala), com indicação da Igreja de São Francisco da Prainha (A), do Palácio Episcopal (B) e da Fortaleza da Conceição (C). Fonte: Col. Itamaraty (adaptado por COSTA/2017) .....   | 36 |
| Figura 26: Base Cadastral de 1871, com indicação da Igreja de São Francisco da Prainha (A), do Palácio Episcopal (B), da Fortaleza da Conceição (C) e da Pedra do Sal (D). Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 61 (adaptado por COSTA/2017).....  | 36 |
| Figura 27: Base Cadastral de 1935, com a Igreja de S. Francisco da Prainha (A), o Palácio Episcopal (B), a Fortaleza da Conceição (C), a Pedra do Sal (D), o Jardim Suspenso do Valongo (E), o Observatório do Valongo (F), e o lote do Edifício A Noite. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 62 (adaptado por COSTA/2017)..... | 37 |
| Figura 28: Fotografia do Edifício A Noite e a relação do seu gabarito com o centro da cidade do Rio de Janeiro - c. 1930. Fonte: ANS.....  | 37 |
| Figura 29: Base Cadastral de 1953, indicando os marcos arquitetônicos. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 62 (adaptado por COSTA/2017).....  | 38 |
| Figura 30: Imagem de satélite, com indicação dos marcos arquitetônicos - 2016. Fonte: Google Maps (adaptado por COSTA/2017).....   | 38 |
| Figura 31: Fotografia indicando o bloqueio imposto pelos gabaritos elevados dos edifícios A Noite e Rio Branco 1, a partir da Ladeira João Homem, no Morro da Conceição. Fonte: COSTA/2017.....  | 39 |
| Figura 32: Evolução do parcelamento de uma quadra do Morro da Conceição entre 1769 e 2016. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000 (adaptado por COSTA/2017).....   | 40 |
| Figura 33: Fotografias da tipologia encontrada no Morro da Conceição. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000 (adaptado por COSTA/2017).....  | 40 |
| Figura 34: Mapa de elementos da paisagem natural do Morro da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Cadastral RIO, Prefeitura/1999.....  | 41 |

|  |    |
|--|----|
| Figura 35: Mapa de figura e fundo indicando sua intensa ocupação, com indicação das visadas da volumetria do Morro da Conceição, da Figura 36. Fonte: COSTA/2017 sobre Cadastral RIO, Prefeitura/1999.....                           | 42 |
| Figura 36: Visadas contidas no Mapa de Figura e Fundo (Figura 35), com a volumetria do Morro da Conceição e suas ruas. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 53 (adaptado por COSTA/2017).....  | 43 |
| Figura 37: Mapa de usos e fluxos do Morro da Conceição, com predominância do uso residencial. Fonte: COSTA/2017 sobre Cadastral RIO, Prefeitura/1999.....  | 44 |
| Figura 38: Mapa dos espaços livres e sua respectiva caracterização, com marcação dos maiores espaços livres do morro. Fonte: COSTA/2017 sobre Cadastral RIO, Prefeitura/1999.....  | 44 |
| Figura 39: Mapa de hierarquia viária do Morro da Conceição e seus pontos críticos. Fonte: COSTA/2017 sobre Cadastral RIO, Prefeitura/1999.....   | 45 |
| Figura 40: Reconstituição do mapa do Rio de Janeiro em princípio do século XVII. Fonte: NOBREGA, 2003, p. 166, fig. 51 (adaptado por COSTA/2017).....  | 47 |
| Figura 41: Planta digital de simulação do Rio de Janeiro em 1702, com indicação do Palácio Episcopal (1), da Igreja de São Francisco da Prainha (2) e do Reduto da Prainha (3). Fonte: imagineRio.org (adaptado por COSTA/2017)..... | 49 |
| Figura 42: Fotografia aérea do Palácio Episcopal (1) - c. 200_. Fonte: Acervo 5º CGEO.....   | 49 |
| Figura 43: Relação da artilharia das fortificações do Rio de Janeiro - 1735, com a demarcação da referência a "Conceição". Fonte: FERREZ, 1972 (adaptado por COSTA/2017).....  | 51 |
| Figura 44: Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro - 1713, com indicação do muro projetado entre os Morros do Castelo e da Conceição. Fonte: AHU (adaptado por COSTA/2017).....  | 52 |
| Figura 45: Pormenor da Planta da Cidade de São Sebastião - 1713, com indicação da posição das edificações/espaços livres atuais, e do trecho existente do muro de defesa. Fonte: AHU (adaptado por COSTA/2017).....                  | 53 |
| Figura 46: Fotografia com os vestígios do muro de defesa da cidade. Fonte: COSTA/2017.....   | 53 |
| Figura 47: Planta da Fortaleza de N. S. da Conceição - 1730, com indicação da posição das edificações/espaços livres atuais. Fonte: AHEX (adaptado por COSTA/2017).....  | 55 |
| Figura 48: Fotografia interna da cisterna histórica. Fonte: Leandro Campos/2011.....   | 55 |
| Figura 49: Pormenor da perspectiva da Planta de 1730, com a nomenclatura das partes da fortificação. Fonte: AHEX (adaptado por COSTA/2017).....  | 56 |
| Figura 50: Pormenor da Carta Topographica - 1750, com a indicação da Fortaleza da Conceição. Fonte: Col. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty (adaptado por COSTA/2017).....                                   | 57 |
| Figura 51: Pormenor da Planta da Fortaleza da Conceição - 1768, com indicação da posição das edificações/espaços atuais. Fonte: Col. Mário de Andrade - IEB/USP (adaptado por COSTA/2017).....                                       | 58 |

|   |    |
|---|----|
| Figura 52: Pormenor do Plano da Cidade do Rio de Janeiro - 1769, com indicação da Fortaleza da Conceição.<br>Fonte: Col. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty (adaptado por COSTA/2017).....  | 59 |
| Figura 53: Planta da Fortaleza da Conceição - Jacques Funck - 1771, com a posição das edificações/espacos livres atuais, das antigas canhoneiras e da luneta projetada. Fonte: Col. Mário de Andrade - IEB/USP (adaptado por COSTA/2017) .....  | 60 |
| Figura 54: Fachada da Fortaleza da Conceição vista desde a baía e perfil da linha ABCD na planta - Jacques Funck - 1771, com indicação da posição das edificações/espacos livres atuais. Fonte: Col. Mário de Andrade - IEB/USP (adaptado por COSTA/2017) .....                       | 61 |
| Figura 55: Planta e Perfis da Fortaleza da Conceição - s/d, com indicação da posição das edificações/espacos livres atuais. Fonte: AHEX (adaptado por COSTA/2017) .....   | 62 |
| Figura 56: Plano da Marinha - 1794, com as linhas de disparo dos canhões representadas até a Baía de Guanabara. Fonte: AHEX (adaptado por COSTA/2017).....  | 63 |
| Figura 57: Pormenor do Plano da Marinha - 1794, com indicação da posição das edificações/espacos livres atuais. Fonte: AHEX (adaptado por COSTA/2017).....  | 64 |
| Figura 58: Pormenor da aquarela de Thomas Ender, com indicação do Palácio Episcopal (1), do Pavilhão Externo (17), do morro onde hoje encontra-se o Campo de Futebol (18) e do meio-baluarte da fortificação - 1817. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural (adaptado por COSTA/2017)..... | 65 |
| Figura 59: Aquarela de Francis Garat, com indicação do SDT (4), do terreno onde hoje localiza-se a Garagem (16) e do antigo revelim frontal onde hoje existe a Praça Major Valô (20) - 1860. Fonte: Acervo Col. Geyer (adaptado por COSTA/2017).....                                  | 66 |
| Figura 60: Pormenor da Planta Cadastral - 1871, com indicação da posição das edificações/espacos livres atuais. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 62 (adaptado por COSTA/2017) .....   | 67 |
| Figura 61: Pormenor da planta da Fortaleza da Conceição - 1880, com indicação da posição das edificações/espacos livres atuais. Fonte: AHEX (adaptado por COSTA/2017).....  | 68 |
| Figura 62: Planta Geral da Fábrica de Armas - 1882, com indicação da posição das edificações/espacos livres atuais. Fonte: AHEX (adaptado por COSTA/2017) .....   | 69 |
| Figura 63: Planta dos Terrenos Adjacentes ao Referido Forte – 1896, com indicação da posição das edificações/espacos livres atuais.: AHEX (adaptado por COSTA/2017) .....   | 70 |
| Figura 64: Planta da Sala de Armas - 1882, com indicação da planta e fachada da Antiga SDT (9), da planta e fachadas da Casa D'Armas (6) e da fachada frontal da Fortaleza da Conceição, com a SDT (4), Casa D'Armas e CIACAP (7). Fonte: AHEX (adaptado por COSTA/2017) .....        | 71 |
| Figura 65: Planta do terreno adjacente - 1900, com indicação do meio-baluarte da fortificação, do Palácio do Arcebispo (atual Palácio Episcopal), suas respectivas cavaliariças e as cavaliariças da Fortaleza. Fonte: AHEX (adaptado por COSTA/2017) .....                           | 72 |

|   |    |
|---|----|
| Figura 66: A primeira fotografia indica o meio-baluarto e sua guarita, a SDT (4), o antigo muro e a luminária - sd; a segunda fotografia indica, além das informações anteriores, a Casa D'Armas (6), o portão e o trecho construído sobre o muro - 1907. Fonte: ANS e IMS (adaptados por COSTA/2017).....      | 73 |
| Figura 67: Planta das construções existentes - 1916, com indicação da posição das edificações/espacos livres atuais e a provável projeção das estruturas possivelmente aterradas. Fonte: AHEX (adaptado por COSTA/2017) .....   | 74 |
| Figura 68: Fotografia do trecho do perímetro aterrado, com indicação das diferentes técnicas construtivas do trecho original e do trecho aterrado. Fonte: COSTA/2017.....   | 74 |
| Figura 69: Fotografia aérea do conjunto da Fortaleza da Conceição, com indicação da posição das edificações/espacos livres atuais – c.1920. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017) .....   | 76 |
| Figura 70: Fotografia do Terraplino (19), com indicação da antiga passarela de ligação entre o SDT (4) e o Alojamento - Soldados (10), da Antiga SDT (9), do Posto Médico (11), da posição da cisterna histórica e da rampa de acesso - c.1920. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2018).....            | 77 |
| Figura 71: Fotografia da Casa D'Armas (6) e sua relação com o CIACAP (7), o SDT (4), e o Alojamento - Soldados (10) - c.1920. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017).....  | 78 |
| Figura 72: Fotografia das subdivisões internas em madeira da Casa D'Armas (6), para funcionamento do Serviço Geográfico Militar - c.1920. Fonte: Acervo 5º CGEO .....   | 78 |
| Figura 73: Pormenor da Base cadastral do Morro da Conceição - 1935, com indicação da posição das edificações/espacos atuais. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 62 (adaptado por COSTA/2017) .....  | 79 |
| Figura 74: Fotografia da cortina frontal da Fortaleza da Conceição a partir da Praça Major Valô (20), com indicação do SDT (4), da Casa D'Armas (6) e do CIACAP (7) e seu anexo - s/d. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017).....   | 80 |
| Figura 75: Fotografia da Fachada frontal da Fortaleza e sua provável feição no momento do seu tombamento pelo IPHAN, com indicação do SDT (4), da Casa D'Armas (6), do CIACAP (7), da portada histórica e do antigo mastro com uma bandeira - c.1920-1940. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)..... | 80 |
| Figura 76: Fotografia da solenidade da Festa da Bandeira, com indicação da posição da SDT (4), do Terraplino (19), da rampa de acesso, do antigo mastro e do Edifício A Noite - 1939. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017).....  | 81 |
| Figura 77: Fotografia da fachada principal do Pavilhão Externo (17), com indicação do Pavilhão Externo (17) e seu respectivo trecho em ruínas - c.1940. Fonte: ANS (adaptado por COSTA/2017) .....  | 82 |
| Figura 78: Fotografia com a visada para os edificios do Pavilhão Externo (17), do Alojamento - Oficial de dia (2) e do Palácio Episcopal (1) e para os terrenos da Garagem (16) e do Campo de Futebol (18) - c.1940. Fonte: ANS (adaptado por COSTA/2017).....  | 82 |
| Figura 79: Fotografia de uma área gramada sobre o Terraplino (19), com indicação do SDT (4), da Casa D'Armas (6), da Antiga SDT (9), do Alojamento - Soldados (10), do Posto Médico (11), da fonte da cisterna e da rampa - c.1940. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017).....                        | 83 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 80: Fotografia do Pátio (15), com indicação de uma edificação atualmente inexistente e da escada de acesso ao Terraplano (19) - c.1950. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017).....   | 83  |
| Figura 81: Pormenor da Planta cadastral do Morro da Conceição - 1953, com indicação da posição das edificações/espacos atuais, do antigo observatório astronômico e da Rua Jogo da Bola. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 62 (adaptado por COSTA/2017)..... | 84  |
| Figura 82: Fotografia da Casa D'Armas (6) durante as obras de restauração financiadas pelo IPHAN - 1958. Fonte: ANS.....  | 85  |
| Figura 83: Fotografias com indicação da Antiga SDT (9), do Alojamento - Soldados (10), do Posto Médico (11) e do Antigo Rancho (12) - c.1960. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017).....  | 86  |
| Figura 84: Fotografia do SDT (4) durante obras de ampliação, com indicação do Corpo da Guarda (3) e de um andaime no local do atual Rancho Temporário (14) - c.1970. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017).....                                 | 86  |
| Figura 85: Fotografia do Posto Médico (11) e do Rancho Temporário (12) com indicação escada de acesso ao Terraplano (19) - 1973. Fonte: ANS (adaptado por COSTA/2017).....  | 87  |
| Figura 86: Fotografia do SDT (4) com indicação das antigas canhoneiras e de uma construção no local do atual Rancho Temporário (14) - 1973. Fonte: ANS (adaptado por COSTA/2017).....   | 88  |
| Figura 87: Fotografia do SDT (4) após as obras de ampliação, com indicação de uma construção no local do atual Rancho Temporário (14) - c. Déc. 1970. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017).....  | 88  |
| Figura 88: Base cadastral - 1999, com indicação da posição das edificações/espacos atuais. Fonte: Prefeitura do Rio (adaptado por COSTA/2017).....  | 90  |
| Figura 89: Folheto impresso do projeto Palácio do Rio. Fonte: COSTA/2016.....   | 91  |
| Figura 90: Fotografia da fachada principal da Fortaleza da Conceição durante as obras de restauração da SDT (4). Fonte: Leandro Campos/2010.....  | 91  |
| Figura 91: Planta de situação - 2012, com indicação da posição das edificações/espacos atuais. Fonte: DMP Arquitetura (adaptado por COSTA/2017).....  | 92  |
| Figura 92: Planta de situação atual do conjunto arquitetônico do 5º CGEO - 2017. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....  | 93  |
| Figura 93: Imagens representando a evolução histórica das fachadas durante quatro séculos. Fonte: COSTA/2017.....   | 97  |
| Figura 94: Marcação das edificações/espacos livres das plantas de 1702 e 1713. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....  | 99  |
| Figura 95: Marcação das edificações/espacos livres das plantas de 1730 e 1768. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....  | 100 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 96: Marcação das edificações/espços livres das plantas de 1794 e 1871. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....  | 101 |
| Figura 97: Marcação das edificações/espços livres das plantas de 1896 e 1916. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....  | 102 |
| Figura 98: Marcação das edificações/espços livres das plantas de 1935 e 1953. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....  | 103 |
| Figura 99: Marcação das edificações/espços livres das plantas de 1999 e 2012. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....  | 104 |
| Figura 100: Levantamento cadastral do primeiro pavimento da Antiga SDT (9), com as paredes mais antigas (mais grossas) e as paredes mais recentes (mais finas). Fonte: DMP Arquitetura .....                                 | 105 |
| Figura 101: Comparativo em figura e fundo da evolução volumétrica em ordem cronológica do conjunto da Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017.....   | 105 |
| Figura 102: Fotografia das alterações espúrias executadas na fonte da cisterna histórica, para atendimento das necessidades contemporâneas. Fonte: COSTA/2017.....   | 113 |
| Figura 103: Fotografia do Corpo da Guarda (3) e do Rancho Temporário (14), edificações mais recentes que imitam o estilo colonial e comprometem a leitura da muralha antiga. Fonte: Leandro Campos/2011.....                 | 115 |
| Figura 104: Imagem com exemplos de padrões construtivos encontrados no Morro da Conceição, cujas técnicas foram rebatidas a partir da Fortaleza da Conceição. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000 (adaptado por COSTA/2018).<br>..... | 119 |
| Figura 105: Mapa do Brasil com a localização das 19 fortificações do "Conjunto de fortificações do Brasil". Fonte: COSTA/2017 .....  | 122 |
| Figura 106: Mapas com as localizações do Forte de Copacabana, da Fortaleza de Santa Cruz da Barra e do Castillo San Felipe de Barajas. Fonte: COSTA/2017 sobre imagens de satélite do Google/2016 .....                      | 126 |
| Figura 107: Comparação entre as fotografias da construção do Pórtico do Forte de Copacabana - s/d e o estado atual do Pórtico. Fonte: O Globo e Nayara Gevú/2017 .....   | 127 |
| Figura 108: Fotografias indicando a localização geográfica do Forte de Copacabana, a partir do alto e a partir da própria fortificação. Fonte: Gabriel Heusi/2016 e COSTA/2017 .....   | 127 |
| Figura 109: Esquema do percurso cultural e fotografia da identidade visual da sinalização. Fonte: Forte de Copacabana (site) e COSTA/2017.....   | 128 |
| Figura 110: Fotografias dos espços e maquinário que são parte do circuito interno do Forte de Copacabana. Fonte: Nayara Gevú/2017 .....  | 129 |
| Figura 111: Fotografias das mesas da Confeitaria Colombo e do espço da Cúpula dos Canhões, no Forte de Copacabana. Fonte: Nayara Gevú/2017.....  | 129 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 112: Fotografias do caminho para cadeirante e de uma rampa de acesso, no Forte de Copacabana. Fonte: Nayara Gevú/2017 .....   | 130 |
| Figura 113: Fotografias das lixeiras do tipo padrão e mobiliário da Alameda, no Forte de Copacabana. Fonte: Nayara Gevú/2017 .....   | 130 |
| Figura 114: Fotografias da bilheteria próxima ao Pórtico e da ponte de acesso à Cupula dos Canhões, no Forte de Copacabana. Fonte: Nayara Gevú/2017.....   | 131 |
| Figura 115: Comparação entre a aquarela de Thomas Ender - séc. XIX e a fotografia com a vista da Fortaleza de Santa Cruz - 2010. Fonte: Acervo Digital/Biblioteca Nacional e Rafael Soares/2010.....   | 132 |
| Figura 116: Fotografias indicando a localização geográfica da Fortaleza de Santa Cruz, a partir do alto e da própria fortificação. Fonte: COSTA/2017.....  | 132 |
| Figura 117: Fotografias do sinal de trânsito e trajeto do trecho controlado da estrada de acesso à Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: COSTA/2017 e Google Maps/2017 .....   | 133 |
| Figura 118: Imagem de satélite com a sequência dos pontos do percurso, com hachura em azul indicando as áreas de visitação permitidas e fotografia do guia ao lado do totem com a linha do tempo da Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: Google Maps (adaptado por COSTA/2017) e COSTA/2017 ..... | 134 |
| Figura 119: Fotografias do relógio de Sol e da imagem do busto de Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro, na Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: COSTA/2017 .....   | 134 |
| Figura 120: Fotografias do interior da Capela e da janela lateral ao altar, na Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: COSTA/2017 .....  | 135 |
| Figura 121: Fotografias da área superior da Fortaleza de Santa Cruz, com vista para o mastro; e da parte inferior da fortificação, com os canhões históricos. Fonte: COSTA/2017 .....  | 135 |
| Figura 122: Fotografias dos desníveis no largo de acesso e do trecho acessado somente por escadaria, na Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: COSTA/2017.....  | 136 |
| Figura 123: Fotografias da rampa em concreto sobre piso em cantaria e da fiação exposta dos postes, na Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: COSTA/2017.....   | 136 |
| Figura 124: Fotografia do pórtico de entrada sendo acessado por veículo militar e imagem de satélite do conjunto edificado da Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: COSTA/2017 e Google Maps/2017.....   | 137 |
| Figura 125: Fotografia com as características arquitetônicas do Castillo San Felipe Barajas. Fonte: COSTA/2017 .....   | 138 |
| Figura 126: Fotografia da vista da cidade de Cartagena das Índias, a partir do Castillo San Felipe Barajas. Fonte: COSTA/2017 .....  | 138 |
| Figura 127: Imagem da localização do Castillo San Felipe Barajas no contexto urbano da cidade de Cartagena das Índias. Fonte: Google Maps/2017.....  | 139 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 128: Fotografia da quantidade de <i>chivas</i> (ônibus turísticos) estacionadas próximas ao Castillo San Felipe Barajas. Fonte: COSTA/2017 .....   | 139 |
| Figura 129: Imagem de satélite com os pontos do percurso turístico do Castillo San Felipe Barajas e fotografia de uma das ladeiras do percurso repleta de turistas. Fonte: Google Maps/2017 (adaptado por COSTA/2017) e COSTA/2017 .....  | 140 |
| Figura 130: Fotografia do padrão de mobiliário das lixeiras e da sinalização turística do Castillo San Felipe Barajas. Fonte: COSTA/2017 .....  | 140 |
| Figura 131: Fotografia das adaptações executadas no Castillo San Felipe Barajas para fins de uso turístico. Fonte: COSTA/2017 .....   | 141 |
| Figura 132: Fotografia do nível a ser vencido pelo visitante do Castillo San Felipe Barajas e seu aspecto atual, resultado de ampliações ao longo dos anos. Fonte: COSTA/2017 .....   | 141 |
| Figura 133: Fotografias de uma sala adaptada para o uso cartográfico e do atual Museu Cartográfico, localizados no Palácio Episcopal (1). Fonte: Leandro Campos/2011 e COSTA/2017.....  | 143 |
| Figura 134: Fotografia da vista da Baía de Guanabara a partir da Fortaleza da Conceição. Fonte: Nayara Gevú/2017 .....  | 144 |
| Figura 135: Fotografia dos acessos ao Morro da Conceição por meio de ladeiras e escadarias íngremes. Fonte: COSTA/2017 .....  | 144 |
| Figura 136: Imagem com os pontos do percurso turístico atual e fotografia do atual acesso de visitantes, através do Palácio Episcopal (1). Fonte: COSTA/2017 e Nayara Gevú/2017 .....   | 145 |
| Figura 137: Fotografias da identidade visual das exposições do Palácio Episcopal (1) e do subsolo da Casa D'Armas (6). Fonte: Nayara Gevú/2017 .....  | 146 |
| Figura 138: Fotografias da escada de acesso ao Terrapleno (19) e da rampa de acesso pela portada histórica. Fonte: Nayara Gevú/2017 .....   | 146 |
| Figura 139: Mapa com as diretrizes gerais do projeto de intervenção sobre a planta de situação atual da Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....   | 150 |
| Figura 140: Mapa dos pontos de interesse arqueológico sobre a planta de situação atual da Fortaleza da Conceição, com seta indicando a transferência da quadra da Área Aterrada (8) para o Campo de Futebol (18). Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012..... | 152 |
| Figura 141: Mapa de classificação da volumetria sobre a planta de situação atual da Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....   | 153 |
| Figura 142: Mapa da volumetria proposta sobre a planta de situação proposta para a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....  | 154 |
| Figura 143: Imagens do padrão proposto para a reconstrução da volumetria em ripas de madeira e do conjunto das canhoneiras. Fonte: COSTA/2017 .....   | 154 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 144: Mapa do diagrama de fluxos atual sobre a planta de situação atual a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....  | 156 |
| Figura 145: Mapa do diagrama de fluxos proposto sobre a planta de situação proposta para a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....                                       | 157 |
| Figura 146: Mapa do uso efetivo atual sobre a planta de situação atual da Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....  | 158 |
| Figura 147: Mapa com o programa proposto sobre a planta de situação proposta para a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012 .....   | 159 |
| Figura 148: Mapa de intenções do Morro - proRIO, 2000. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 69.....  | 160 |
| Figura 149: Mapa com os pontos que permitem a ligação entre o Morro da Conceição e sua base sobre a planta de situação atual da Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012 ..... | 160 |
| Figura 150: Fotografia da visada para o Pátio (15) a partir do ponto A. Fonte: COSTA/2017.....   | 161 |
| Figura 151: Fotografias com as visadas para a Área Aterrada (8) a partir dos pontos B e C, respectivamente, e da visada para o Campo de Futebol (18) a partir do ponto D. Fonte: COSTA/2017 .....                              | 161 |
| Figura 152: Perspectiva geral do projeto de intervenção. Fonte: COSTA/2017 .....   | 162 |
| Figura 153: Planta do projeto de intervenção para a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2018.....   | 163 |
| Figura 154: Corte AA passando pelo Pátio (15). Fonte: COSTA/2018.....  | 165 |
| Figura 155: Imagens da volumetria proposta para o conjunto arquitetônico da Fortaleza da Conceição (representação sem as árvores). Fonte: COSTA/2017 .....   | 167 |
| Figura 156: Referência da paginação com piso em pedra e grama - Praça Mauá; e proposta para o piso do Pátio (15). Fonte: Felipe Fittipaldi, Veja Rio/2016 e COSTA/2018.....  | 168 |
| Figura 157: Fotografia da referência do piso em vidro para visualização dos vestígios arqueológicos - Igreja de Santo Antônio do Pobres; e proposta para o piso da Praça Major Valô (20). Fonte: COSTA/2015 e COSTA/2018 ..... | 168 |
| Figura 158: Imagens com a proposta para os bancos em ripas de madeira com estrutura em ferro. Fonte: COSTA/2018 .....  | 169 |
| Figura 159: Imagens com a proposta para as mesas com estrutura em ferro e tampo em madeira. Fonte: COSTA/2018 .....  | 170 |
| Figura 160: Imagens com a proposta os guardacorpos em ferro. Fonte: COSTA/2018.....  | 170 |
| Figura 161: Fotografias do período de instalação do antigo SGM, onde é possível identificar o padrão das luminárias - c. 1920. Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2018).....   | 171 |
| Figura 162: Imagens com a proposta para as luminárias em ferro e lixeiras acopladas em ferro e ripas de madeiras. Fonte: COSTA/2018.....   | 171 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 163: Imagens com a proposta para totens de sinalização turística em estrutura de ferro, ripas de madeira e painel em madeira bruta. Fonte: COSTA/2018 .....                                     | 172 |
| Figura 164: Imagens com a proposta para o módulo do bicicletário em ferro. Fonte: COSTA/2018 .....   | 172 |
| Figura 165: Mapa com o percurso turístico proposto sobre a planta de situação proposta para a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....            | 173 |
| Figura 166: Perspectiva da possível área de ruínas do antigo revelim posterior - Ponto (A). Fonte: COSTA/2017 .....  | 174 |
| Figura 167: Perspectiva da cortina lateral da Fortaleza da Conceição - Ponto (B). Fonte: COSTA/2017 .....  | 174 |
| Figura 168: Perspectiva do antigo Muro de Defesa da cidade - Ponto (C). Fonte: COSTA/2017 .....  | 175 |
| Figura 169: Perspectiva da nova Praça Major Valô, com o piso reproduzindo a projeção do revelim e ponto de abertura para visualização dos vestígios arqueológicos - Ponto (D). Fonte: COSTA/2017 ..... | 175 |
| Figura 170: Perspectiva do subsolo da Casa D'Armas (6), com a recepção à fortificação, uma maquete física e salas para exposição do histórico da fortificação - Ponto (F). Fonte: COSTA/2017.....      | 176 |
| Figura 171: Perspectiva da Casa D'Armas - Ponto (G). Fonte: COSTA/2017 .....   | 177 |
| Figura 172: Perspectiva da área de recomposição volumétrica das antigas canhoneiras - Ponto (H). Fonte: COSTA/2017 .....   | 177 |
| Figura 173: Mapa de setorização dos espaços livres adjacentes sobre a planta de situação proposta para a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012..... | 178 |
| Figura 174: Esquema de localização dos espaços livres do setor 1, com indicação das visadas das imagens seguintes. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....               | 179 |
| Figura 175: Fotografias da textura da muralha, das canhoneiras, de uma das duas guaritas preservadas, da base de uma guarita que não mais existe e da portada histórica. Fonte: COSTA/2017 .....       | 180 |
| Figura 176: Fotografias da portada histórica e do piso em pé-de-moleque da rampa de acesso à Fortaleza da Conceição. Fonte: Nayara Gevú/2017 .....   | 180 |
| Figura 177: Fotografia da uma das guaritas e uma das canhoneiras; e ilustração de Francis Garat, 1860, com a mesma visada. Fonte: Nayara Gevú/2017 (adaptado por COSTA/2017) e Acervo 5º CGEO .....    | 181 |
| Figura 178: Fotografia do local original do revelim posterior, com o observatório astronômico em ruínas; e fotografia antiga do observatório, c. 19___. Fonte: Nayara Gevú/2017 e Acervo 5º CGEO ..... | 181 |
| Figura 179: Fotografias da quadra esportiva e do trecho em ruínas da Área Aterrada (8). Fonte: Nayara Gevú/2017 .....  | 182 |
| Figura 180: Perspectiva da proposta para a Área Aterrada (8), com a previsão da ruína do revelim posterior. Fonte: COSTA/2017 .....  | 183 |
| Figura 181: Perspectiva da proposta para o Terraplino (19). Fonte: COSTA/2017.....   | 184 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 182: Esquema de localização dos espaços livres do setor 2, com indicação das visadas das imagens seguintes. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012.....                              | 184 |
| Figura 183: Fotografias do muro projetado por Massé, com indicação dos trechos original e de acréscimo; e a diferença entre as técnicas construtivas. Fonte: COSTA/2017.....  | 185 |
| Figura 184: Fotografias da escada de acesso ao Terrapleno (19) e da massa arbórea existente. Fonte: COSTA/2017 .....  | 185 |
| Figura 185: Fotografias da Praça Major Valô (2), com a presença de veículos estacionados em seu perímetro. Fonte: COSTA/2017 .....  | 186 |
| Figura 186: Fotos atuais da Praça Major Valô, com a cortina frontal e a indicação do loteamento verificado na planta de 1935. Fonte: COSTA/2017.....  | 186 |
| Figura 187: Perspectiva da proposta para paisagística para o Pátio (15). Fonte: COSTA/2017 .....  | 188 |
| Figura 188: Perspectiva da proposta para o Pátio (15), com a estação do plano inclinado. Fonte: COSTA/2017 .....  | 189 |
| Figura 189: Perspectiva da proposta para a Praça Major Valô (20), com a projeção no piso do antigo revelim. Fonte: COSTA/2017 .....   | 190 |
| Figura 190: Plantas de localização do espaço livre do setor 3, com indicação das visadas das imagens seguintes. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012 .....                                | 190 |
| Figura 191: Pormenores das ilustrações de Thomas Ender - 1817 e Victor Frond - 1861, com as visadas livres para a Fortaleza da Conceição. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural e CARDOSO, 1987 .....                     | 191 |
| Figura 192: Fotografias com a vista dos fundos do casario da ladeira João Homem e vista para o campo a partir da vegetação densa - 2012. Fonte: Leandro Campos/2012 .....   | 191 |
| Figura 193: Localização do Palácio Episcopal (1) e pormenor da Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro - 1713. Fonte: COSTA/2017 e AHU (adaptado por COSTA/2017) .....                                    | 194 |
| Figura 194: Fotografia do estado atual do Palácio Episcopal (1); e foto do início séc. XX, com o edifício abandonado. Fonte: Nayara Gevú/2017 e ANS .....   | 194 |
| Figura 195: Planta do segundo pavimento do Palácio Episcopal (1), com o espaço atual do Museu Cartográfico a ser transformado em sala de pesquisa cartográfica. Fonte: DMP Arquitetura (adaptado por COSTA/2018)..... | 195 |
| Figura 196: Localização do Alojamento - Oficial de dia (2) e pormenor da cadastral de 1871, com indicação do edifício. Fonte: COSTA/2017 e SIGAUD; PINHO, 2000, p. 62 (adaptado por COSTA/2017).....                  | 196 |
| Figura 197: Fotografia do estado atual do Alojamento - Oficial de dia (2) e croqui indicando a construção com apenas um pavimento. Fonte: COSTA/2017 e ANS.....   | 196 |
| Figura 198: Perspectiva da volumetria proposta para o Alojamento - Oficial de dia (2), com apenas um pavimento. Fonte: COSTA/2017 .....   | 197 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 199: Localização do Corpo da Guarda (3) e pormenor da foto de c. 1960, com indicação do edifício. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017) .....   | 198 |
| Figura 200: Fotografia do estado atual do Corpo da Guarda (3) e fotografia de 1907, com a edificação atual ainda não construída. Fonte: COSTA/2017 e IMS .....  | 199 |
| Figura 201: Perspectiva do meio-baluarte revelado após a demolição do Corpo da Guarda (3). Fonte: COSTA/2017 .....  | 200 |
| Figura 202: Localização da SDT (4) e pormenor do Plano da Marinha - 1794, com indicação do edifício. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017) .....   | 201 |
| Figura 203: Fotografia do estado atual do SDT (4) e fotografia de c. 1920, indicando a volumetria sem o acréscimo. Fonte: Nayara Gevú/2017 e Acervo 5º CGEO .....   | 201 |
| Figura 204: Fotografia da passarela existente entre o SDT (4) e o Alojamento - Soldados (10); e fotografia de c. 1940, sem a existência da passarela. Fonte: Nayara Gevú/2017 e Acervo 5º CGEO .....                | 202 |
| Figura 205: Perspectiva da volumetria proposta para o SDT (4). Fonte: COSTA/2017 .....  | 203 |
| Figura 206: Localização da Casa de Força (5) e pormenor da foto de c. 1920, indicando o local sem a estrutura. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017) .....                                   | 203 |
| Figura 207: Fotografia atual, com a Casa de Força (5) no centro do Terrapleno (19); e foto de 1939, com a área livre durante a Festa da Bandeira. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO .....                          | 204 |
| Figura 208: Perspectiva da visada livre para a cidade após a demolição da Casa de Força (5). Fonte: COSTA/2017 .....  | 204 |
| Figura 209: Localização da Casa D'Armas (6) e pormenor da Planta da Fortaleza da Conceição - 1768, com indicação da edificação. Fonte: COSTA/2017 e Col. Mário de Andrade - IEB/USP (adaptado por COSTA/2017) ..... | 205 |
| Figura 210: Fotografia do estado atual da Casa D'Armas (6) e pormenor do desenho de 1882, indicando a conservação das características antigas. Fonte: Nayara Gevú/2017 e AHEX .....                                 | 206 |
| Figura 211: Fotografia de 2010, com as subdivisões internas em alvenaria; e fotografia de c. 1920, com as subdivisões internas em madeira. Fonte: Leandro Campos/2010 e Acervo 5º CGEO .....                        | 207 |
| Figura 212: Perspectiva da proposta para o interior da Casa D'Armas (6), considerando o acervo existente. Fonte: COSTA/2017 .....   | 208 |
| Figura 213: Perspectiva do projeto para o espaço expositivo do subsolo, com proposta de acervo que remonte ao histórico da Fortaleza. Fonte: COSTA/2017 .....   | 208 |
| Figura 214: Localização da CIACAP (7) e pormenor da Planta da Fortaleza de Conceição - 1771, com indicação dos blocos do edifício. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017) .....               | 209 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 215: Pormenor da fotografia de c. 1920, com indicação dos blocos do edifício e pormenor da Planta da Sala de Armas, de 1882, com indicação do CIACAP (7). Fonte: Acervo 5º CGEO e AHEX (adaptado por COSTA/2017) .....  | 210 |
| Figura 216: Fotografia com a volumetria do CIACAP (7) em dois pavimentos; e fotografia s/d, com a volumetria em um pavimento. Fonte: Nayara Gevú/2017 e Acervo 5º CGEO.....  | 210 |
| Figura 217: Fotografia da fachada externa do CIACAP (7), com dois pavimentos; e fotografia s/d, com apenas um pavimento. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO.....   | 211 |
| Figura 218: Perspectiva da volumetria proposta para o CIACAP (7). Fonte: COSTA/2017 .....  | 212 |
| Figura 219: Localização da Antiga SDT (9) e pormenor da Carta Topographica = 1750, com indicação do edifício. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017).....  | 213 |
| Figura 220: Fotografia atual da Antiga SDT (9) e pormenor da fachada representada na Planta da Sala de Armas - 1882. Fonte: COSTA/2017 e AHEX (adaptado por COSTA/2017).....   | 213 |
| Figura 221: Fotografias das fachadas descaracterizadas da Antiga SDT (9). Fonte: Nayara Gevú/2017 .....  | 214 |
| Figura 222: Perspectiva da volumetria proposta para a Antiga SDT (9). Fonte: COSTA/2017.....   | 214 |
| Figura 223: Localização do Alojamento - Soldados (10) e pormenor da Carta Topographica - 1750, com indicação do edifício. COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017).....   | 215 |
| Figura 224: Fotografia do Alojamento - Soldados (10), com a volumetria em dois pavimentos e adição volumétrica lateral; e foto de c. 1940, com a volumetria em um pavimento e sem a adição volumétrica lateral. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017) ..... | 216 |
| Figura 225: Perspectiva da volumetria proposta para o Alojamento - Soldados (10), com apenas um pavimento. Fonte: COSTA/2017 .....   | 216 |
| Figura 226: Localização do Posto Médico (11) e pormenor da Planta Cadastral - 1871, com indicação do edifício. Fonte: COSTA/2017 e SIGAUD; PINHO, 2000, p. 61 (adaptado por COSTA/2017) .....  | 217 |
| Figura 227: Foto atual do Posto Médico (11), com o acréscimo da escada e a marca da volumetria anterior; e pormenor da foto de c. 1940, sem o acréscimo. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017) .....  | 218 |
| Figura 228: Perspectiva da volumetria proposta para o Posto Médico (11). Fonte: COSTA/2017 .....   | 219 |
| Figura 229: Localização do Antigo Rancho (12) e pormenor da Planta das construções existentes - 1916, com indicação do edifício. Fonte: COSTA/2017 e AHEX (adaptado por COSTA/2017) .....  | 220 |
| Figura 230: Foto atual do Antigo Rancho (12) e foto de c. 1960, com indicação dos blocos A e B. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017) .....   | 220 |
| Figura 231: Fotografia atual do Antigo Rancho (12) e fotografia de 1973. Fonte: Nayara Gevú/2017 e ANS (adaptado por COSTA/2017) .....   | 221 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 232: Perspectiva da muralha com a proposta de demolição do Antigo Rancho (12). Fonte: COSTA/2017 .....  | 221 |
| Figura 233: Localização do Depósito (13), com as visadas das imagens seguintes. Fonte: COSTA/2017.....   | 222 |
| Figura 234: Fotografias atuais indicando as características das fachadas do Depósito (13), que imitam a arquitetura colonial. Fonte: COSTA/2017 .....  | 222 |
| Figura 235: Perspectiva da proposta após a demolição do Depósito (13). Fonte: COSTA/2017 .....   | 223 |
| Figura 236: Localização do Rancho Temporário (14) e a fachada da edificação com características que imitam o estilo colonial. Fonte: COSTA/2017.....   | 223 |
| Figura 237: Fotografia atual do Rancho Temporário (14) e fotografia de 1973, sem a existência da construção atual. Fonte: COSTA/2017 e ANS.....  | 224 |
| Figura 238: Perspectiva da muralha com a proposta de demolição do Rancho Temporário (14). Fonte: COSTA/2017 .....  | 225 |
| Figura 239: Localização da Garagem (16) e pormenor da foto de c. 1920, com indicação do local ainda descampado. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017) .....                                     | 225 |
| Figura 240: Fotografias da Garagem (16), indicando a volumetria externa e o espaço interno. Fonte: COSTA/2017 e Landro Campos/2011 .....   | 226 |
| Figura 241: Mapa de Classificação patrimonial das fachadas - 2000, com indicação da Garagem (16) classificada como "destoante". Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 43 (adaptado por COSTA/2017) .....                      | 226 |
| Figura 242: Foto atual, com a volumetria que compromete a leitura da muralha, e ilustração de 1860, sem a edificação. Fonte: COSTA/2017 e Acervo Col. Geyer (adaptado por COSTA/2017) .....                            | 227 |
| Figura 243: Perspectiva da cortina frontal com a proposta de demolição da Garagem (16). Fonte: COSTA/2017 .....  | 227 |
| Figura 244: Perspectiva da proposta para a área de estacionamento de <i>Food Trucks</i> , após a demolição da Garagem (16). Fonte: COSTA/2017.....   | 228 |
| Figura 245: Localização do Pavilhão Externo (17) e pormenor da Planta da Fortaleza da Conceição - 1768, com indicação do edifício. Fonte: COSTA/2017 e Col. Mário de Andrade - IEB/USP (adaptado por COSTA/2017) ..... | 228 |
| Figura 246: Foto atual, com a volumetria em dois pavimentos; e foto de c. 1960, com um pavimento. Fonte: COSTA/2017 e ANS.....   | 229 |
| Figura 247: Fotografia do corredor entre o Palácio Episcopal (1) e o Pavilhão Externo (17) e fotografia s/d com a relação entre os edifícios. Fonte: COSTA/2017 e ANS (adaptado por COSTA/2017) .....                  | 230 |
| Figura 248: Perspectiva da volumetria proposta para o Pavilhão Externo (17). Fonte: COSTA/2017 .....   | 230 |
| Figura 249: Perspectiva da proposta após a demolição do primeiro pavimento, com a relação entre o Palácio Episcopal (1) e o Pavilhão Externo (17). Fonte: COSTA/2017.....  | 231 |

Figura 250: Comparativo da evolução volumétrica do conjunto por data, considerando o resultado do projeto de intervenção para a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 ..... 232

Figura 251: Imagens com a evolução histórica das fachadas em comparação com a volumetria proposta. Fonte: COSTA/2017 ..... 236

## LISTA DE QUADROS

---

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1: Resumo dos principais acontecimentos referentes à evolução da Área Portuária. Fonte: COSTA/2017 .....   | 30  |
| Quadro 2: Principais eventos e documentos - 1590-1702. Fonte: COSTA/2017 .....  | 94  |
| Quadro 3: Principais eventos e documentos - 1713-1794. Fonte: COSTA/2017 .....  | 94  |
| Quadro 4: Principais eventos e documentos - 1810-1916. Fonte: COSTA/2017 .....  | 95  |
| Quadro 5: Principais eventos e documentos - 1917-1935. Fonte: COSTA/2017 .....  | 95  |
| Quadro 6: Principais eventos e documentos - 1938-2012. Fonte: COSTA/2017 .....  | 96  |
| Quadro 7: Documentos utilizados como base para a produção dos mapas evolutivos - 1702-2012. Fonte: COSTA/2017 .....                                     | 98  |
| Quadro 8: Representação inicial das edificações e do caráter dos espaços livres nos documentos históricos em ordem cronológica. Fonte: COSTA/2017 ..... | 106 |
| Quadro 9: Referências para a solução de problemáticas encontradas na Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 .....                                    | 147 |
| Quadro 10: Análise da relação entre o Pátio (15) e a Praça Major Valô (20). Fonte: COSTA/2017 .....   | 187 |
| Quadro 11: Problemáticas x Potencialidades do setor 2. Fonte: COSTA/2017.....   | 187 |
| Quadro 12: Diretrizes projetuais para o setor 2. Fonte: COSTA/2017.....   | 188 |
| Quadro 13: Programa atual do Palácio Episcopal (1). Fonte: COSTA/2017.....  | 195 |
| Quadro 14: Programa atual do Alojamento - Oficial de dia (2), com marcação em vermelho dos espaços subutilizados. Fonte: COSTA/2017 .....               | 197 |
| Quadro 15: Programa proposto para o Alojamento - Oficial de dia (2). Fonte: COSTA/2017 .....  | 198 |
| Quadro 16: Programa atual do Corpo da Guarda (3), com marcação em vermelho do espaço subutilizado. Fonte: COSTA/2017 .....                              | 199 |
| Quadro 17: Programa atual da SDT (4), a ser mantido pela proposta. Fonte: COSTA/2017.....   | 202 |
| Quadro 18: Programa atual da Casa D'Armas (6), com marcação em vermelho dos espaços subutilizados. Fonte: COSTA/2017 .....                              | 206 |
| Quadro 19: Programa proposto para a Casa D'Armas (6). Fonte: COSTA/2017 .....   | 207 |
| Quadro 20: Programa atual do CIACAP (7), com marcação em vermelho dos espaços subutilizados. Fonte: COSTA/2017 .....                                    | 211 |
| Quadro 21: Programa proposto para o CIACAP (7). Fonte: COSTA/2017 .....   | 212 |
| Quadro 22: Programa proposto para a Antiga SDT (9). Fonte: COSTA/2017.....  | 215 |

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 23: Programa atual do Alojamento - Soldados (10), com marcação em vermelho do espaço subutilizado. Fonte: COSTA/2017 ..... | 216 |
| Quadro 24: Programa proposto para o Alojamento - Soldados (10). Fonte: COSTA/2017 .....   | 217 |
| Quadro 25: Programa atual do Posto Médico (11), com marcação em vermelho dos espaços subutilizados. Fonte: COSTA/2017 .....       | 218 |
| Quadro 26: Programa proposto para o Posto Médico (11). Fonte: COSTA/2017 .....  | 219 |
| Quadro 27: Programa atual do Rancho Temporário (14). Fonte: COSTA/2017 .....  | 224 |
| Quadro 28: Programa atual do Pavilhão Externo (17), com marcação em vermelho dos espaços subutilizados. Fonte: COSTA/2017 .....   | 229 |
| Quadro 29: Programa proposto para o Pavilhão Externo (17). Fonte: COSTA/2017 .....  | 231 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

---

**5ª DL.** 5ª Divisão de Levantamento

**5º CGEO.** 5º Centro de Geoinformação

**ACRJ.** Associação Comercial do Rio de Janeiro

**AD/1.** Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército

**AEIU.** Área de Especial Interesse Urbanístico

**AHEX.** Arquivo Histórico do Exército

**AHU.** Arquivo Histórico Ultramarino

**ANS.** Arquivo Noronha Santos

**APAC.** Área de Proteção do Ambiente Cultural

**AquaRIO.** Aquário Marinho do Rio

**CDURP.** Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro

**CEF.** Caixa Econômica Federal

**CEPAC.** Certificado de Potencial Adicional de Construção

**CGEO.** Centro de Geoinformação

**CIACAP.** Companhia de Comando e Apoio

**CIAM.** Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

**COC.** Centro de Operações Cartográficas

**COPPE.** Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia

**DPHAN.** Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**DPHCEX.** Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

**FIIPM.** Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha

**FNESC.** Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição

**FUNCEB.** Fundação Cultural Exército Brasileiro

**ICOFORT.** International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage

**ICOMOS.** International Council on Monuments and Sites

**IMS.** Instituto Moreira Sales

**INEPAC.** Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

**IPHAN.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**LTDS.** Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social

**MAR.** Museu de Arte do Rio

**MHE.** Museu Histórico do Exército

**OM.** Organização Militar

**PNA.** Projeto Novas Alternativas

**PPP.** Parceria Público Privada

**Pro-APAC.** Programa de Apoio do Patrimônio Cultural Edificado nas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural da Cidade do Rio de Janeiro

**PRORIO.** Programa de Recuperação Orientada da cidade do Rio de Janeiro

**RIHGB.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**SAGAS.** Saúde, Gamboa e Santo Cristo

**SDT.** Subdivisão Técnica

**SGE.** Serviço Geográfico do Exército

**SGM.** Serviço Geográfico Militar

**SHU.** Sítio Histórico Urbano

**SMUIH.** Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação

**SPHAN.** Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**SUBU.** Subsecretaria de Urbanismo

**UFRJ.** Universidade Federal do Rio de Janeiro

**VLT.** Veículo Leve sobre Trilhos

**UNESCO.** United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization



## **GLOSSÁRIO**

---

**ABALUARTADO.** Modelo de fortaleza guarnecido com baluartes.<sup>1</sup>

**ARRIMO.** Muro de apoio.

**ARTILHARIA.** Todas as peças, armas, ferramentas e petrechos que podem servir na guerra, ou nos ataques das praças, ou na sua defesa, ou nas batalhas de mar ou de terra.

**BALUARTE.** Parte saliente de uma fortificação, na forma de um pentágono irregular, com duas faces formando um ângulo saliente dianteiro, enquanto outras duas, mais curtas, formam flancos reentrantes, que protegem as obras adjacentes.

**BATERIA.** Conjunto de bocas de fogo, artilheiros, servidores e respectivos acessórios. Posição fortificada própria para receber esse grupo de atiradores.

**BRAÇA.** Antiga unidade de medida equivalente a 2 varas ou 10 palmos. Em função das diferenças de medidas adotadas por Portugal e Espanha, a braça para os portugueses equivalia a 2,20 m e para os espanhóis media 1,67 m.

**BOCA-DE-FOGO.** Armamento de grosso calibre, tais como: canhões, morteiros, etc.

**CALIBRE.** Diâmetro interior de tubo de uma arma de fogo, tamanho de sua boca.

**CANHÃO.** Boca de fogo de médio calibre (comprimento de alma de 18 a 23 calibres). Possuíam um comprimento de tubo médio e eram, geralmente, utilizados para bater fortificações e navios.

**CANHONEIRA.** Abertura em muralha por onde sai a boca do canhão; canhoeira, troneira.

**CANTARIA.** Pedra lavrada, talhada e aparelhada para construção.

**CASTELO.** Reduto defensivo num ponto de interesse estratégico (fronteira, passagem de rio, via de comunicação, ponto de observação) ou no alto de uma povoação, que a ele se podia acolher quando atacada.

---

<sup>1</sup> Os verbetes foram retirados do site Fortalezas.org. Disponível em: < <http://fortalezas.org/>>. Acesso em 10 set. 2017.

**CAVALARIÇA.** Construção em que se recolhem e abrigam cavalos; cocheira, estrebaria.

**CORPO DA GUARDA.** Alojamento dos soldados que estão, no momento, responsáveis pela guarda do quartel.

**CORTINA.** Muro que liga dois baluartes.

**CISTERNA.** Reservatório de águas pluviais subterrâneo.

**COMPANHIA.** Subdivisão de um batalhão comandada por um capitão.

**CORONHEIRO.** Encarregado do fabrico, reparo ou substituição de coronhas de armas.

**CUNHAL.** Canto de uma construção. Tratamento cuidadoso e artístico que aparece nos ângulos externos dos edifícios. Geralmente eram feitos do mesmo material da parede, porém, algumas vezes eram feitos de madeira trabalhada, em massa, em estuque e em pedra aparelhada (cantaria de pedra).

**ERMIDA.** Pequena igreja ou capela, construída em local despovoado ou ermo.

**ESPINGARDEIRO.** Soldado de infantaria. Aquele que vende, fabrica ou conserta espingardas ou armas em geral.

**FLANCO.** Parte entre a cortina e o bastião nas fortificações.

**FORTALEZA.** Fortaleza é uma fortificação de grandes dimensões, mas menor que a praça. Em geral se entende a fortaleza como a posição defensiva composta de mais de uma fortificação, uma central, de maior porte, e as outras, auxiliares.

**FORTE.** Forte é uma fortificação constituída de uma ou mais baterias, instaladas na mesma obra.

**FORTIFICAÇÃO.** Fortificação é a denominação genérica de obra de defesa militar.

**FORTIM.** Forte pequeno, usado sobretudo na fortificação de campanha ou provisória.

**FOSSO.** Vala, geralmente profunda, seca ou cheia de água, cavada em redor da muralha. Destinava-se a dificultar a aproximação de pessoas ou engenhos. Muitas vezes era designado por cava.

**FULMINATO.** Sistema de ignição para armas de fogo composto por um pequeno cartucho metálico, contendo pólvora, que explode por percussão.

**GEODÉSIA.** Ciência que ensina a medir a Terra ou uma parte da sua extensão, bem como o processo de levantamento dos mapas geográficos.

**GUARITA.** Local de vigia coberto, situado no ângulo flanqueado, nos dois ângulos das espaldas" e no meio da cortina", porque destes lugares fica a vista mais livre.

**GUARNIÇÃO.** Conjunto das tropas necessárias para guarnecer uma praça ou o conjunto de tropas acantonadas em uma cidade.

**ICONOGRAFIA.** Arte de representar por meio da imagem; documentação visual que constitui ou complementa obra de referência e/ou de caráter biográfico, histórico, geográfico.

**INFANTARIA.** Tropa que marcha e combate a pé.

**LIOZ.** Calencadio caracterizado por ser muito compacto, subcristalino e que, pela sua cor branca, se emprega em estatuária, e na arquitetura como cantaria. O lioz encontrado no Brasil em construções coloniais vinha de Portugal. Nas fortificações esta pedra foi muito utilizada nas escadas, soleiras e bases para canhões.

**LUNETAS.** Estrutura construída em seus ângulos para fins de defesa complementar das praças de armas.

**MASMORRA.** Prisão subterrânea e escura.

**MURALHA.** Muro elevado de paramentos verticais, suficientemente espesso para resistir ao impacto de pedras ou outros projéteis ou à ação de máquinas de demolição.

**ÓCULO.** Buraco redondo na parede, para dar passagem ao ar ou à luz.

**PAIOL.** Depósito de pólvora, munições e outros petrechos de guerra. Depósito de mantimentos.

**PEDERNEIRA.** Pedra muito dura, pedra-de-fogo, lapidada, fixada no cão da espingarda e nos mecanismos de disparo de mosquetes, pistolas e peças de artilharia e que, ferida com o fuzil, ou por outro fragmento de aço, produzia faíscas ou centelhas que comunicavam fogo à pólvora para disparar o tiro.

**PERFIL DAS FORTIFICAÇÕES.** Desenho que apresenta o seu traçado em secção, de acordo com o escalonamento das cristas de fogo, desde a banquetta do parapeito até a base da escharpa.

**PÓLVORA.** Substância explosiva sólida de cor cinza escuro (pólvora negra) que consiste em uma mistura de salitre, carvão vegetal e enxofre, e que era o primeiro e único explosivo propulsor nas armas de fogo até a invenção da pólvora sem fumaça.

**PONTE LEVADIÇA.** Ponte levadiça é um antigo passadiço ou ponte móvel, em torno de um eixo que, quando levantado, impedia a passagem sobre o fosso que circundava uma fortificação.

**PORTADA.** Grande porta, geralmente ornamentada.

**PRAÇA DE ARMAS.** Espaço ao ar livre no centro da fortificação, que serve como parada ou para reunir as tropas.

**QUARTEL.** Local onde está aquartelado um regimento, batalhão ou destacamento.

**RANCHO.** Refeitório onde é servida a refeição de um grupo de militares.

**REVELIM.** Revelim é uma obra exterior de uma fortificação abaluartada, de planta triangular de duas faces, com a função de proteger uma cortina, ponte, etc.

**SENTINELA.** Soldado armado responsável por guardar um posto, prevenindo invasões surpresas ou descobrindo antecipadamente inimigos.

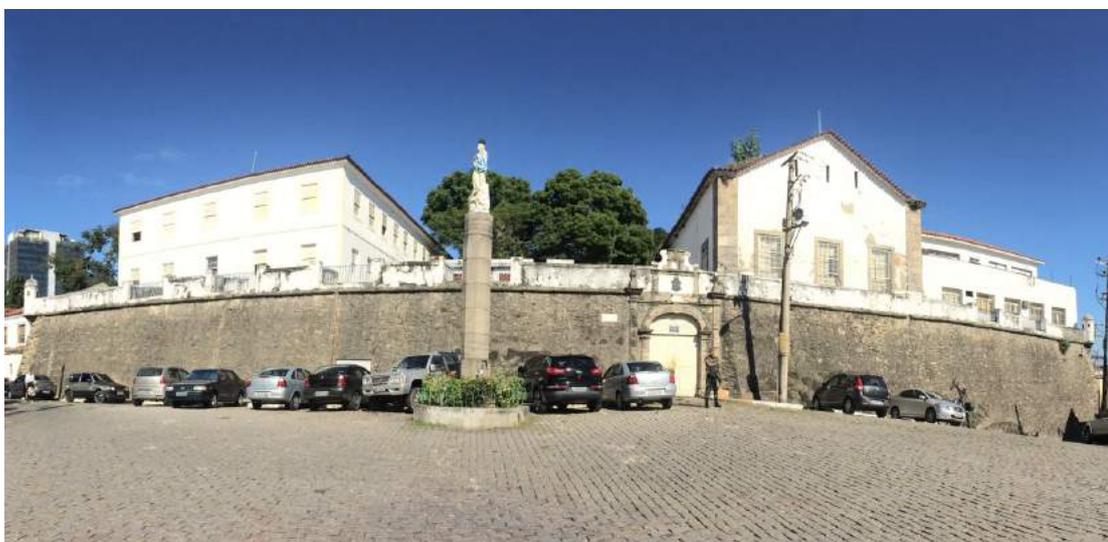
**SETEIRAS.** Frestas abertas na muralha ou entre as ameias, destinadas ao tiro de arcos, bestas e armas de fogo ligeiras.

**TERRAPLENO.** Solo na parte interior de uma fortificação.

## INTRODUÇÃO

---

Com autoria do engenheiro cartográfico Jean Massé<sup>2</sup>, a planta da cidade do Rio de Janeiro, de 1713, foi a planta de referência da cidade carioca durante anos, sendo considerada a primeira planta do Rio produzida em escala. Esse documento cartográfico histórico continha o projeto para a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (Figura 1), além do muro de fechamento da cidade, cujos remanescentes encontram-se, ainda hoje, nas dependências da fortificação. Objeto de estudo deste trabalho, a Fortaleza constitui-se como testemunho da arquitetura militar colonial no Rio de Janeiro e foi construída durante o início do século XVIII no cume do Morro da Conceição. Com uma topografia de difícil acesso, o morro é um dos sítios históricos de formação da cidade, iniciada no século XVI.



**Figura 1: Fotografia panorâmica da fachada frontal da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição a partir da Praça Major Való. Fonte: Nayara Gevú/2017**

O Morro da Conceição insere-se no bairro da Saúde, que se construiu no entorno da fortificação e faz parte da área portuária carioca, localizada próxima ao centro da cidade e da Baía de Guanabara (Figura 2). Considerando sua localização geográfica, a Fortaleza da Conceição possui uma particularidade incomum: ao contrário de grande parte das fortificações, que, na maioria das vezes, possuem relação direta com o mar, chama a atenção o fato de existir uma fortificação no alto de um morro envolvido por uma cidade urbanizada em seu entorno. Essa situação se justifica em razão das reformas urbanas executadas na cidade do Rio de Janeiro

---

<sup>2</sup> Jean Massé foi um engenheiro e cartógrafo militar francês, que atuou no Brasil no início do século XVIII.

a partir do início do século XX. Após sucessivos aterramentos na orla portuária, o Morro da Conceição perdeu sua relação direta com o mar, possibilitando seu confinamento pelo crescimento vertical da cidade. Ao mesmo tempo que essa situação de certa forma protegeu o Morro da Conceição da especulação imobiliária, o local tornou-se ponto desconhecido de grande parte da população da própria cidade.



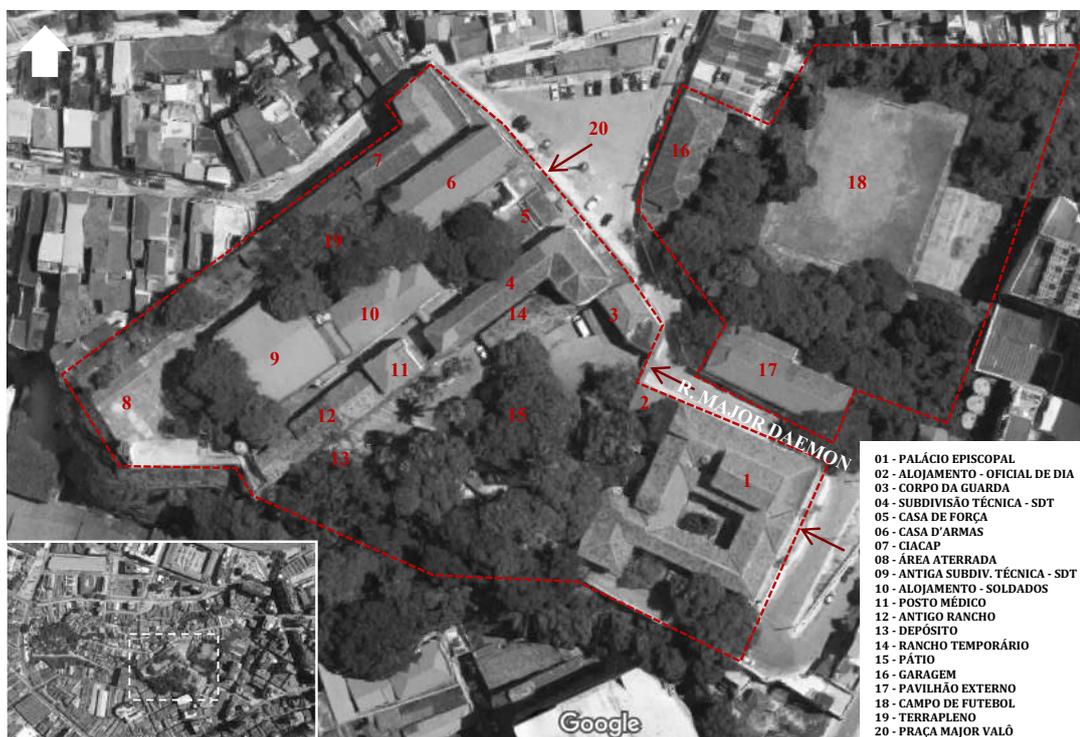
Figura 2: Imagem de satélite da localização do conjunto da Fortaleza da Conceição e demarcação do Morro da Conceição. Fonte: Google Maps/2017 (adaptado por COSTA/2017)

A Fortaleza da Conceição abriga, atualmente, o quartel do 5º Centro de Geoinformação (5º CGEO)<sup>3</sup>, que desempenha atividades voltadas para a produção cartográfica. Sob propriedade do Exército Brasileiro, o conjunto arquitetônico do quartel é composto por quinze edifícios e quatro espaços livres. A cortina frontal da Fortaleza e sua portada histórica estão voltadas para a Praça Major Valô, um largo público cuja formação triangular decorre da existência do antigo revelim frontal da fortificação, atualmente extinto. O quartel estrutura-se em duas partes que se destacam no tecido urbano do Morro da Conceição, e estão separadas pela Rua Major Daemon e pela praça. Atualmente, o acesso pela portada histórica é utilizado raramente, sendo o acesso principal de visitantes e militares realizado através do Palácio

---

<sup>3</sup> O 5º Centro de Geoinformação (5º CGEO) é uma Organização Militar (OM) subordinada à Diretoria de Serviço Geográfico do Exército Brasileiro e tem como principais missões a produção e o suprimento de documentos cartográficos, abrangendo a Região Sudeste do Brasil. Até 2016, a OM chamava-se 5ª Divisão de Levantamento (5ª DL).

Episcopal, na Rua Major Daemon, que possui outro acesso de veículos de uso exclusivo dos militares (Figura 3).



**Figura 3: Imagem de satélite do conjunto de edificações do 5º CGEO, com a delimitação dos terrenos de propriedade do Exército e setas indicando os acessos atuais. Fonte: Google Maps/2017 (adaptado por COSTA/2017)**

O reconhecimento do valor histórico e artístico é um dos fatores que determina a importância de proteção de um patrimônio cultural, e que tem como um dos objetivos promover os seus potenciais, inclusive os de uso. Visando o reconhecimento da importância da Fortaleza da Conceição para a memória da cidade, esta dissertação tem como objetivo principal a elaboração de um projeto de intervenção que engloba todo o conjunto de edifícios e espaços livres que integram o quartel do 5º CGEO.

No Brasil, grande parte das edificações arruinadas ou extintas teve esse destino em razão da perda da sua função original, problemática que também atingiu os exemplares da Arquitetura Militar antiga. O caráter singular dessa tipologia motivou o tombamento das fortificações que hoje resistem ao tempo. No momento de proteção dessas fortificações, as que estavam em uso apresentavam melhor estado de conservação, já que a sobrevivência ou destruição dos edifícios antigos se deve, dentre outros, ao fato de serem utilizados ou não. Mas, em geral, a adaptação aos novos usos tem como consequência a descaracterização do aspecto original das edificações.

Ou seja, a imagem atual desses edifícios é o resultado de alterações sucessivas, principalmente nas áreas internas das edificações. No caso da Fortaleza da Conceição, o uso original militar foi mantido ao longo dos anos ao continuar abrigando um quartel do exército. Mas, assim como aconteceu com as demais fortificações, a função de defesa foi perdida. Sua conservação arquitetônica foi possível através da destinação de um novo uso voltado para as atividades cartográficas. Entretanto, a adequação física dos espaços, necessárias ao funcionamento dessas atividades, promoveu intervenções, adequações e ampliações que comprometem, do ponto de vista dos critérios da preservação do patrimônio cultural, sua integridade. Com o desenvolvimento tecnológico, muitos equipamentos, oficinas e laboratórios se tornaram obsoletos, o que gerou espaços ociosos nos edifícios do conjunto. Através da definição das prioridades de atuação numa escala ampliada, as propostas se concentraram na apropriação do espaço da fortificação por parte da comunidade local; na reorganização dos usos existentes, com atribuição de uso aos espaços subutilizados; e na mitigação das intervenções inadequadas.

Com o objetivo específico de mapear as alterações executadas na Fortaleza da Conceição e diante da quantidade e da qualidade documental encontrada durante a pesquisa, foram elaboradas simulações da sua implantação, que permitiram a sobreposição da evolução arquitetônica no período compreendido entre 1702 e 2012, sempre com base nas informações históricas extraídas dos mapas, imagens e documentos históricos. A sobreposição indica a representação inicial nos documentos, até então, das respectivas implantações das edificações, assim como da relação dos espaços livres com a fortificação. Também como um objetivo específico, a reunião do material pesquisado e o resultado da evolução arquitetônica pretendem ser uma complementação da bibliografia existente sobre o objeto de estudo. No material bibliográfico consultado durante a pesquisa histórica, a Fortaleza da Conceição é sempre citada como parte de um assunto maior. Sendo assim, o presente documento pretende compilar em seu texto o máximo de informações coletadas durante a pesquisa histórica.

A Fortaleza da Conceição faz parte do grupo das primeiras fortificações que foram tombadas pelo IPHAN<sup>4</sup>, nos primórdios de criação do órgão federal. Esta dissertação justifica-se não somente em virtude de tentar promover seu valor histórico e artístico, reconhecido

---

<sup>4</sup> O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado em 1937, como uma instituição nacional de proteção do patrimônio. Em 1946, seu nome foi alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1990 virou Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Por fim, em 1994, o órgão passou a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

através da inscrição nos livros de tombo histórico e de belas-artes, ainda em 1938, mas também em razão do crescente interesse dos comandos militares e demais forças públicas em promover a visitação turística das fortificações brasileiras (CARTA DE RECIFE, 2017). A Fortaleza da Conceição conta, atualmente, com uma visitação turística modesta, em virtude do caráter restrito das atividades desempenhadas pelo quartel, da falta de usos atrativos e da acessibilidade complicada do seu entorno. Através de uma intervenção que considere todo o conjunto, o monumento pode ser capaz de atrair novos visitantes, não somente os turistas, mas sua própria população local.

A metodologia partiu, primeiramente, da pesquisa histórica nos acervos da Mapoteca do Itamaraty, do Arquivo Histórico do Exército (AHEX), do Instituto Moreira Sales (IMS) e do Arquivo Noronha Santos (ANS). O trabalho fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, que buscou compilar as informações de diferentes autores e fontes documentais a respeito do histórico da fortificação e das teorias do restauro referentes à problemática do uso. Além da experiência *in loco* anterior da autora deste trabalho<sup>5</sup>, quatro visitas foram realizadas ao longo da produção deste documento, em diferentes horários e condições climáticas.

O texto estrutura-se em três capítulos que apresentam, em sequência, o histórico do objeto, o debate teórico sobre o valor histórico e destinação de usos em fortificações, e o projeto de intervenção para a Fortaleza. O primeiro capítulo tem como objetivo situar historicamente o objeto ao leitor, dividido em três subcapítulos. O primeiro subcapítulo apresenta o contexto da área portuária, indicando: (1) o início da atividade portuária na região, a partir do final do século XVIII; (2) as reformas urbanas executadas a partir do início do século XX, até o início do seu processo de esvaziamento, por volta da década de 1950; (3) as propostas de intervenção e as leis de proteção elaboradas por volta da década de 1980; e (4) o Projeto Porto Maravilha e os reflexos da sua implantação, em 2009, até os dias atuais. O segundo subcapítulo apresenta uma análise da estrutura, da função e da transformação da paisagem do Morro da Conceição, dividido em quatro partes que indicam: (1) os marcos arquitetônicos da região, compostos pela Igreja de São Francisco da Prainha, pelo Palácio Episcopal, pela própria Fortaleza da Conceição, pela Pedra do Sal, pelo Jardim Suspenso do Valongo, pelo Observatório do Valongo, e pelo Oratório de Nossa Senhora da Conceição; (2) a transformação da paisagem através da cartografia, onde é analisada a evolução do Morro com base em cinco plantas, com

---

<sup>5</sup> A autora desta dissertação foi contratada como estagiária pelo escritório DMP Arquitetura, responsável pelas obras de restauração da Fortaleza da Conceição, realizadas entre os anos de 2010 e 2012.

datas entre 1750 e 2016; e (3) a estrutura morfológica atual, com mapas que indicam os elementos da paisagem natural; a massa edificada no Morro; a volumetria e a tipologia encontrada na área; os usos, fluxos viários, e a hierarquia, caracterização e os padrões de distribuição dos espaços livres. Por fim, o terceiro subcapítulo exhibe o histórico da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição em ordem cronológica de eventos, com seis partes que apresentam: (1) a contextualização da ocupação inicial do morro, com a construção da ermida de Nossa Senhora da Conceição e do Palácio Episcopal; (2) a construção da Fortaleza da Conceição até a atribuição de uso como Fábrica de Armas; (3) as novas alterações de uso sofridas durante o século XIX com a criação da oficina de reparos de armas; (4) a criação do Serviço Geográfico do Exército, que estabeleceu o início das atividades cartográficas em suas dependências; (5) a descrição das diversas alterações na Fortaleza, do tombamento pelo IPHAN até os dias atuais; e (6) o resultado da metodologia evolutiva com base na cartografia, compreendendo um período de 310 anos.

O segundo capítulo está dividido em quatro subcapítulos, e tem como objetivo fundamentar teoricamente as ações de projeto para a Fortaleza. O primeiro subcapítulo apresenta uma breve discussão sobre os valores atribuídos à fortificação, considerando-a como um marco histórico para a Cidade do Rio de Janeiro tanto por sua instalação em um sítio de formação da cidade, quanto por sua tipologia setecentista de caráter único. O segundo subcapítulo apresenta a discussão sobre a importância da inserção de novos usos em edifícios de arquitetura militar histórica, identificando os fatores que favorecem a inserção do uso cultural nesse tipo de arquitetura, os condicionantes para a que essa inserção seja viável, além de destacar o potencial que a arquitetura militar tem em relação a este uso. O terceiro subcapítulo apresenta a análise dos fatores turístico-culturais de três exemplares de Arquitetura Militar: o Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro; a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, em Niterói; e, o Castillo San Felipe de Barajas, em Cartagena das Índias, na Colômbia. O quarto subcapítulo apresenta uma análise dos fatores turístico-culturais da Fortaleza da Conceição.

O terceiro e último capítulo apresenta o projeto de intervenção para a Fortaleza da Conceição. Estrutura-se em quatro subcapítulos, apresentando uma proposta que busca o respeito dos aspectos históricos discutidos durante todo o trabalho. Inicialmente, indica as diretrizes projetuais gerais, que englobam o conjunto arquitetônico como um todo. Em seguida, apresenta o projeto gráfico de intervenção. Na sequência, apresenta as propostas paisagísticas

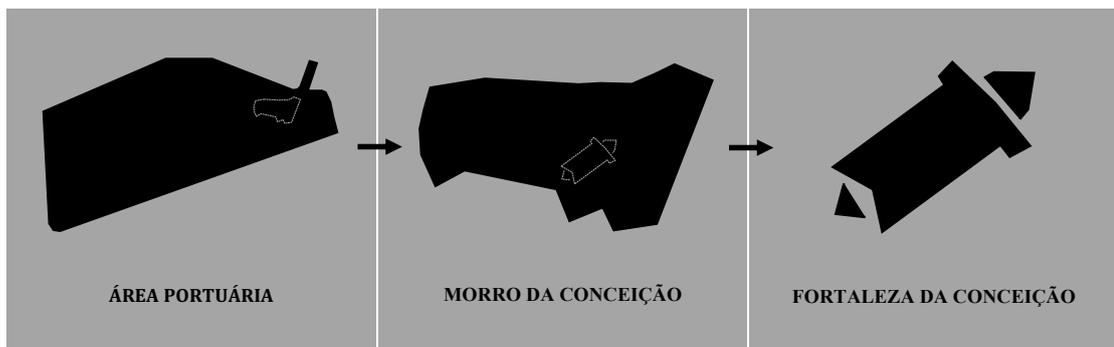
para os espaços livres e, por fim, as propostas volumétricas para as edificações, indicando, separadamente, a situação arquitetônica e de uso de cada edifício do conjunto.

A motivação para a elaboração de um trabalho sobre a Fortaleza da Conceição surgiu a partir da vivência da autora com o objeto e seu entorno, tendo participado das obras de restauração entre os anos de 2011 e 2012. Ainda durante a faculdade, o terreno do Campo de Futebol, que faz parte do conjunto do quartel e do entorno imediato da fortificação, foi o objeto de estudo escolhido para o Trabalho Final de Graduação da autora. Por ser um patrimônio cultural de notado significado e memória para a cidade do Rio de Janeiro, é motivo de espanto pessoal o desconhecimento das pessoas em relação à Fortaleza, incluindo-se nesse grupo até mesmo professores, historiadores, arquitetos e urbanistas. Não desconhecem somente o objeto, desconhecem toda a órbita ímpar do Morro da Conceição e as peculiaridades de sua comunidade local. Que pedaço de Rio de Janeiro tão rico é este ainda tão desconhecido dos próprios cariocas? Que morro apaixonante é esse que não é igual a nenhum outro? Com uma curiosidade infindável por esse pedacinho da cidade, o ímpeto em divulgar os valores desse marco histórico foram combustíveis suficientes para tentar percorrer as pedras e caminhos sinuosos desse ambiente que guarda muito de um passado em extinção.



## **CAPÍTULO I - A ÁREA PORTUÁRIA CARIOCA, O MORRO E A FORTALEZA**

Este capítulo estrutura-se em três partes, começando por uma breve descrição da evolução urbana da Área Portuária, seguindo pela análise mais aproximada da paisagem do Morro da Conceição, e chegando, finalmente, ao histórico detalhado da Fortaleza da Conceição (Figura 4).



**Figura 4: Esquema da sequência de apresentação do "Capítulo I - A Área Portuária carioca, o Morro e a Fortaleza". Fonte: COSTA/2017**

O resultado deste capítulo tem como objetivo específico a complementação da bibliografia a respeito da Fortaleza da Conceição, constituindo-se como uma fonte direta sobre o assunto. O texto reúne informações históricas coletadas nos acervos da Mapoteca do Itamaraty, do AHEX, do IMS e do ANS e visitas investigativas ao objeto de estudo. Além disso, compilou as referências sobre a Fortaleza da Conceição contida nas obras de autores como Adler Homero Castro (2009), Nireu Cavalcanti (2004), Vivaldo Coaracy (1965) dentre outras contribuições bibliográficas.

## 1.1 - A ÁREA PORTUÁRIA CARIOCA E SEU CONTEXTO

A antiga Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição localiza-se no Morro da Conceição, que pertence ao bairro da Saúde e está inserido no contexto urbano da área portuária da Cidade do Rio de Janeiro (Figura 5).



Figura 5: Contexto urbano da área portuária, com indicação das vias principais, bairros, morros e espaços livres de destaque no tecido. Fonte: COSTA/2017 sobre imagem do Google Maps/2016

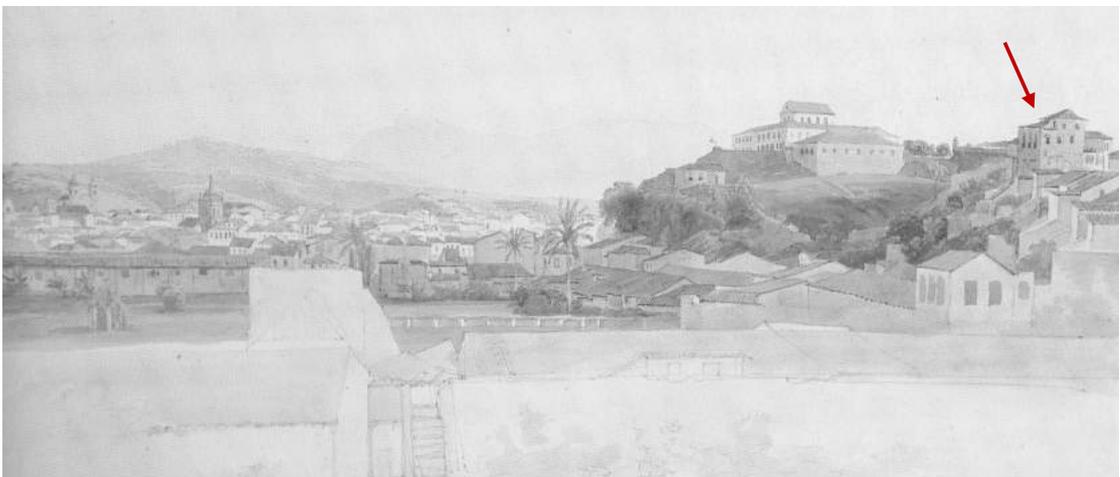
### 1.1.1 - O INÍCIO DA ATIVIDADE PORTUÁRIA

No século XVI, a ocupação da cidade do Rio de Janeiro aconteceu no alto dos morros por razões estratégicas de defesa, com o primeiro núcleo instalado no Morro do Castelo<sup>6</sup>, em 1567. Na sequência, foram ocupados os morros de Santo Antônio, de São Bento e da Conceição, formando um quadrilátero que se constituía como o perímetro da cidade. Nesses locais, foram construídas primeiramente capelas e posteriormente conventos e mosteiros, com a chegada das ordens religiosas. A existência de diversas chácaras na região da Área Portuária retardou sua urbanização, pois a presença dessas terras bloqueou o desenvolvimento da cidade nessa direção.

<sup>6</sup> Inicialmente chamado de Morro do Descanso, o Morro do Castelo recebeu essa denominação após a construção da Fortaleza de São Januário, no século XVI (CAVALCANTI, 2004, p. 26).

Ao longo do século XVIII, esse tipo de ocupação ganhou espaço e se consolidou, através da multiplicação de "vastas chácaras com moradias confortáveis" (CARDOSO, 1987, p. 25).

Com a transferência da capital da colônia portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, o processo de urbanização da cidade foi acelerado, ocasionando um aumento populacional que exigiu sua expansão para novas áreas. Algumas atividades portuárias, direcionadas para o litoral da Prainha e da Saúde (CARDOSO, 1987, p. 27), começaram a se desenvolver a partir do século XVIII por ser um local distanciado, mas ao mesmo tempo perto do núcleo central (RABHA, 1994, p.63). No século XIX (Figura 6), após a chegada da família Real à cidade do Rio de Janeiro e sua instalação na Praça XV, o mercado de escravos, que àquela altura estava situado naquele local, foi transferido para o Cais do Valongo, próximo ao Morro da Conceição.



**Figura 6: Aquarela de Thomas Ender ilustrando a relação entre o Morro da Conceição e a parte baixa da cidade, com indicação da Fortaleza da Conceição - 1817. Fonte: CARDOSO, 1987 (adaptado por COSTA/2017)**

A região passou por um processo de urbanização generalizado, com as chácaras divididas em lotes urbanos e com a criação de várias ruas (CARDOSO, 1987, p. 31). O aumento da produção de café exigiu que o porto se adaptasse às atividades de escoamento do produto, com uma multiplicação de trapiches e armazéns de exportação (Figura 7), que tomaram conta da paisagem do litoral (CARDOSO, 1987, p. 58).



**Figura 7: Imagem dos trapiches multiplicados na paisagem da Saúde, com indicação da Fortaleza da Conceição. Col. Elysio Belchior, s/d. Fonte: CARDOSO, 1987 (adaptado por COSTA/2017)**

A orla da antiga Rua da Saúde (atual Rua Sacadura Cabral) passou a receber um intenso comércio, principalmente do tráfico de escravos africanos, se tornando o polo central dessa atividade (LIMA CARLOS, 2011, p. 35). Como consequência, todo o seu entorno comportava usos que atendessem às demandas do tráfico de escravos, ou seja, usos que não eram considerados nobres (RABHA, 1985, p. 36). A partir daí a região passou a ter uma imagem pejorativa perante ao poder público e à sociedade em geral que a acompanha até hoje: a de local marginalizado, sujo, criminalizado, abandonado, etc (LIMA CARLOS, 2011, p. 38).

Em 1843, o Cais do Valongo passou por obras de embelezamento e melhoramento para receber a princesa Teresa Cristina, noiva de D. Pedro II<sup>7</sup>. Com projeto de Grandjean de Montigny<sup>8</sup>, o local passou a se chamar Cais da Imperatriz (CARDOSO, 1987, p. 53). No decorrer do século XIX (Figura 8), a área passou a concentrar, nos morros e cortiços, a população de baixa renda, que era essencial para o desenvolvimento das atividades portuárias e fabris. Em meio ao crescimento desordenado, e com o surgimento de muitos desses cortiços, houve um aumento excessivo da densidade populacional. Devido às condições insalubres, a população passou a sofrer com epidemias de febre amarela, doenças relacionadas à falta de saneamento, alagamentos e demais transtornos urbanos (BARKI; MIYAMOTO, 2016). O

---

<sup>7</sup> "As pedras lisas do cais em que desembarcou a princesa Teresa Cristina para se casar com D. Pedro 2º, em 1843, foram assentadas sobre as pedras irregulares onde antes pisavam os africanos escravizados. Veio a República e cobriu o largo com paralelepípedos; o embarcadouro foi aterrado na construção do porto que, há cem anos, transformou em linha reta aquela faixa litorânea sinuosa do Rio Colônia e do Império." (ANTUNES, 2011)

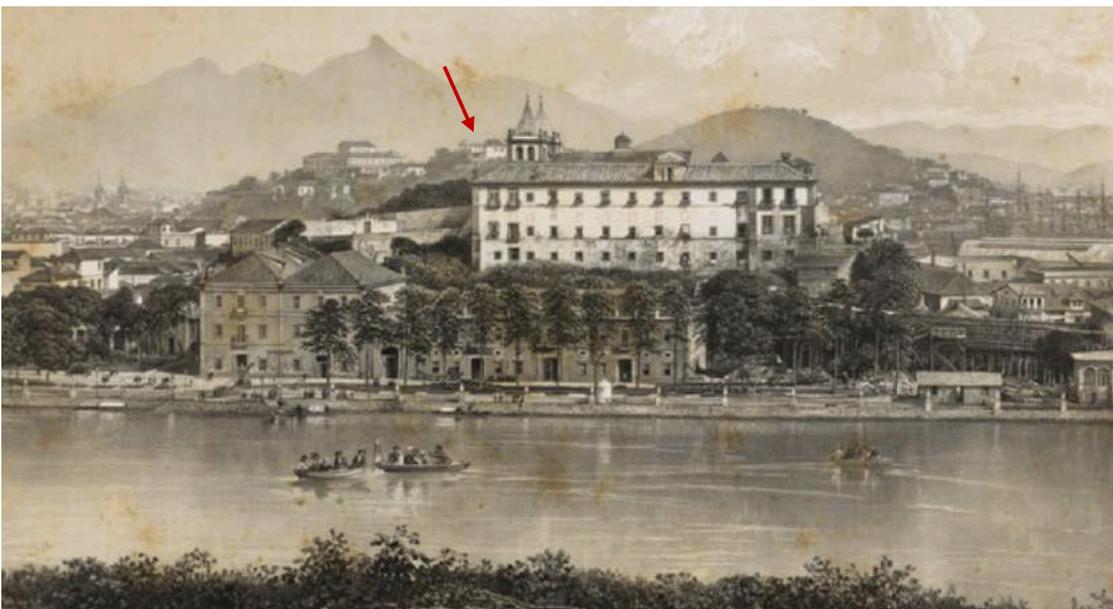
<sup>8</sup> Grandjean de Montigny foi um arquiteto francês, integrante da Missão Artística Francesa, que chegou ao Rio de Janeiro a convite de D. João VI.

Morro da Conceição foi ocupado, principalmente, por comerciantes portugueses (LIMA CARLOS, 2011, p. 37), responsáveis pela produção do patrimônio arquitetônico característico do local.



**Figura 8: Fotografia de Marc Ferrez, com o litoral do bairro da Saúde e indicação da Fortaleza da Conceição - séc. XIX. Fonte: CARDOSO, 1987 (adaptado por COSTA/2017)**

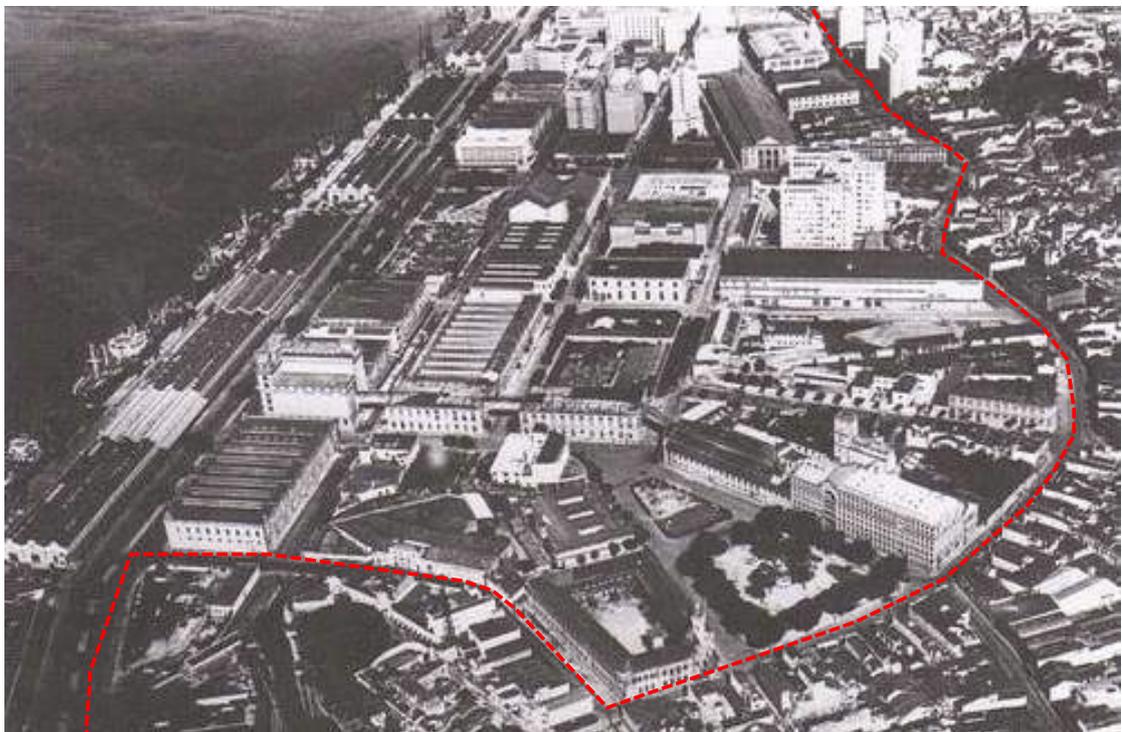
Na segunda metade do século XIX (Figura 9), os morros foram urbanizados em suas encostas próximas às ruas mais movimentadas. Os morros da Conceição e da Saúde já se encontravam bastante urbanizados e tiveram ruas, ladeiras e becos abertos, permitindo sua total ocupação, com delimitação de lotes de diversos tamanhos em virtude da topografia irregular (CARDOSO, 1987, p. 76).



**Figura 9: Fotografia de Victor Frond, com o Panorama do Rio de Janeiro e indicação da Fortaleza da Conceição - 1861. Fonte: RIBEYROLLES, 1861, p. 11 (adaptado por COSTA/2017)**

### 1.1.2 - AS REFORMAS URBANAS DO SÉCULO XX

No início do século XX, a paisagem da Área Portuária foi alterada devido às reformas do então prefeito Pereira Passos<sup>9</sup>. Com o alargamento de diversas vias, principalmente a Avenida Central (atual Av. Rio Branco), a população que foi expulsa do Centro migrou para a área do porto, aumentando o contingente populacional de baixa renda. A fim de expandir a cidade, a orla marítima do porto foi aterrada com o material advindo do desmonte dos morros do Senado. As praias da região foram extintas e o Morro da Conceição foi afastado do mar, dando lugar a uma nova área plana, com grandes lotes pré-estabelecidos (LIMA CARLOS, 2011, p.36). Essa reforma alterou a paisagem da área, onde é possível verificar a diferença entre os lotes antigos, característicos da ocupação colonial portuguesa, e os lotes da área aterrada, com seus enormes galpões portuários (Figura 10).



**Figura 10: Fotografia com a diferença de escala dos lotes da área portuária após seu aterramento, com a demarcação entre a orla original, com lotes menores, e a área aterrada, com lotes maiores - c. 1960. Fonte: CARDOSO, 1987 (adaptado por COSTA/2017)**

---

<sup>9</sup> Francisco Pereira Passos foi prefeito da cidade no período de 1902 a 1906, nomeado pelo então presidente Rodrigues Alves. Foi na gestão dele que ocorreu uma grande reforma urbanística na cidade, com o objetivo de transformá-la numa capital nos moldes franceses.

Em meio ao regime político do Estado Novo recém-instaurado por Getúlio Vargas<sup>10</sup>, foi lançado, em 30 de novembro de 1937, o Decreto-Lei Nº 25, que se constituiu como a primeira legislação de proteção do "Patrimônio Histórico e Artístico"<sup>11</sup> nacional, com texto elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade<sup>12</sup>. A lei regulamentou o processo de tombamento, que se tornou o instrumento principal de proteção do patrimônio cultural brasileiro. Nesse período, foi criado o SPHAN (atual IPHAN), instituição federal que ficou responsável pela salvaguarda do patrimônio brasileiro. Durante o regime ditatorial do Estado Novo, buscava-se a "identidade nacional" da arquitetura brasileira, que foi representada pela arquitetura colonial portuguesa, na visão intervencionista dos arquitetos modernistas da época. Segundo Marcia Chuva<sup>13</sup>, a proteção dessa arquitetura era priorizada pois a produção arquitetônica do branco português tinha mais influência sobre a produção do negro ou do índio:

À frente desse processo, vimos os arquitetos a um só tempo se profissionalizarem, com autonomia em relação à formação em engenharia e belas-artes, e dominarem o campo do patrimônio como especialistas, sob a liderança intelectual do arquiteto Lucio Costa [...]. Essa vertente esteve assentada nas teses sobre as três raças formadoras da sociedade brasileira, graças à noção de civilização material introduzida por Afonso Arinos de Melo Franco, que percebia no branco português a maior influência, em razão da maior perenidade dos materiais utilizados nos processos construtivos, e na presença do negro africano e do índio autóctone influências de menor envergadura. Essa perspectiva justificava o predomínio da proteção de bens materiais, especialmente arquitetônicos, relativos ao período colonial. (CHUVA, 2012, p. 154)

Na década de 1940, com o ápice das atividades portuárias, as intervenções urbanísticas alteraram ainda mais a paisagem, com a abertura de vias expressas que priorizaram o transporte rodoviário, tal como a Avenida Presidente Vargas. Mais pessoas foram morar próximas ao porto, em sua maioria estivadores, operários, comerciantes e prostitutas, ou seja, a população marginalizada (LIMA CARLOS, 2011, p. 37). Além das barreiras físicas impostas pela Av. Presidente Vargas e pela Estrada de Ferro Central do Brasil (construída entre os séculos XIX e XX), a Área Portuária tornou-se enclausurada por causa da construção de viadutos nas décadas de 1950 e 1960, incluindo o Elevado da Perimetral (BARROS, 2014), demolido parcialmente entre 2013 e 2014. Além do confinamento gerado pelo alto gabarito das edificações do entorno

---

<sup>10</sup> Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) foi um advogado e político brasileiro. Foi presidente do Brasil entre 1930 e 1945. O regime ditatorial do Estado Novo durou entre 1937 e 1945, ano que Getúlio cometeu suicídio.

<sup>11</sup> A Constituição Federal de 1988 altera a nomenclatura para "Patrimônio Cultural".

<sup>12</sup> Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) foi um advogado, jornalista e escritor brasileiro.

<sup>13</sup> Márcia Regina Romeiro Chuva (1962-) é uma historiadora brasileira. Em 2009, escreveu o livro "Os arquitetos da memória", sobre o início das práticas de preservação no Brasil.

(Figura 11), o declínio da atividade portuária contribuiu para o esvaziamento da área, acelerando seu processo de deterioração por consequência do esquecimento por parte do poder público.



**Figura 11: Fotografia onde é possível verificar a volumetria do Morro da Conceição e seu entorno, com seta indicando a Fortaleza da Conceição - Séc. XXI. Fonte: Reprodução da internet/SD**

Em 1960, o Rio de Janeiro sentiu um forte impacto econômico e urbanístico provocado pela transferência da capital para Brasília, posto que a cidade ocupava desde 1763. Sedes administrativas federais foram deslocadas para a nova capital, gerando áreas obsoletas e subutilizadas. Em 1965, o Plano Doxiadis<sup>14</sup> propôs a reformulação da cidade através da criação de grandes eixos viários que deram continuidade à política de mobilidade urbana baseada no rodoviarismo, com a implantação de viadutos e vias expressas na área do Caju e na Avenida Rodrigues Alves (LIMA CARLOS, 2011, p. 38).

### **1.1.3 - AS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO E AS LEIS DE PROTEÇÃO**

Na década de 1970, houve um esvaziamento das instalações portuárias, que acabou ocasionando uma degradação ainda mais drástica da região limítrofe. As políticas públicas, que ao longo dos anos favoreceram os usos comercial e industrial em detrimento do uso residencial, pioraram ainda mais esse quadro. Novamente a área passou por um processo de *gentrificação*<sup>15</sup>,

---

<sup>14</sup> O Plano Doxiadis foi elaborado pelo arquiteto e urbanista grego Constantino Doxiádis (1913-1975), na gestão do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda (1960-1965).

<sup>15</sup> Gentrificação significa o processo de expulsão da população de baixa renda, em virtude da alteração das dinâmicas econômicas de uma região ou bairro, cuja valorização gera um aumento de custos impossível de ser mantido por essas pessoas.

em que a população tradicional deu lugar a novos habitantes com poder aquisitivo ainda menor. Esse quadro estimulou a criação das primeiras propostas de intervenção para a região. No início da década de 1980, o projeto RIOPART, elaborado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), propôs a renovação do tecido urbano dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, através da verticalização do seu gabarito; e a substituição dos usos portuários por outros mais rentáveis economicamente. A proposta foi criticada por desconsiderar o conjunto arquitetônico e o contexto social da área, expondo a incompatibilidade de interesse entre o poder público e as comunidades locais (LIMA CARLOS, 2011, P. 39). Como resposta, uma iniciativa das associações de moradores locais organizou uma série de encontros e seminários com representantes do poder público, culminando com a mudança da legislação municipal, a fim de proteger o conjunto patrimonial dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Após a mobilização popular, foram criados decretos e leis que tiveram como finalidade a preservação não somente do bem tombado individualmente, mas também do seu patrimônio ambiental urbano. O Decreto Nº 7351, de 14 de janeiro de 1988, regulamentou a Lei Nº 971, de 4 de maio de 1987, criando assim uma Área de Proteção do Ambiente Cultural, a APAC - SAGAS, cuja sigla possui as iniciais dos nomes dos três bairros portuários: Saúde, Gamboa e Santo Cristo (LIMA CARLOS, 2011, p. 40-41). Incluindo o Morro da Conceição, o decreto delimita subáreas de proteção ambiental e estabelece o uso residencial como adequado para toda a área protegida (Anexo I), determinando quais outros usos serão permitidos, bem como define afastamentos, gabaritos, áreas mínimas e taxas de ocupação. Naquele momento, a proteção da APAC se mostrou eficaz, impedindo a descaracterização completa dos bairros, mas não apresentou ao longo dos anos o resultado prático esperado no que tange a sua conservação. Do ponto de vista do patrimônio preservado, a legislação determina que serão proibidas obras que descaracterizem fachadas, telhados ou a parte externa da edificação. A longo prazo, essa medida se tornou preocupante, pois preservou apenas a materialidade do conjunto arquitetônico, especialmente seus aspectos externos (fachadas e coberturas), ou seja, a casca do imóvel, fenômeno que também pode ser percebido em outros pontos da cidade do Rio de Janeiro (Figura 12). Além disso, como problema comum a diversas normas patrimoniais espalhadas pelo Brasil e pelo mundo, o projeto SAGAS não conseguiu resolver os problemas vinculados à especulação imobiliária e a área ainda apresenta um conjunto arquitetônico que sofre com o processo contínuo de degradação física e social.



**Figura 12: Fotografia dos sobrados tombados na Rua Sacadura Cabral, atualmente em estado de abandono - c. 20\_. Fonte: Douglas Shineidr/Jornal do Brasil, 2010**

Nesse contexto, em 1986, foi lançada a Portaria do IPHAN Nº 002, com o objetivo de determinar especificações para construções, reformas e acréscimos do entorno dos monumentos integrantes do "Patrimônio Histórico e Artístico" nacional localizados nas proximidades do Morro da Conceição, dentre eles o Palácio Episcopal e a Fortaleza da Conceição. O texto tinha como objetivo proteger a visibilidade e a ambiência ao fixar normas para que novas construções não interferissem na paisagem desses bens culturais. Além disso, as disposições gerais definiram regras para coberturas e seus elementos construtivos, além de parâmetros de cota máxima, gabarito, alinhamento, ambiência e volumetria.

Em 1988, o artigo 216 da Constituição Federal ampliou o conceito de patrimônio, anteriormente estabelecido pelo Decreto-Lei Nº 25, de 1937, substituindo a denominação "Patrimônio Histórico e Artístico" por "Patrimônio Cultural Brasileiro".

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Na década de 1990, a prefeitura lançou alguns decretos que visavam a proteção de parte da área do porto, mais especificamente sobre a área do cais, resultante do aterro executado no século XX. Na gestão do prefeito Marcelo Alencar<sup>16</sup>, o Decreto 10.057/91 criou um grupo de trabalho; o Decreto 10.381/91 criou uma câmara técnica a fim de apresentar um projeto de

---

<sup>16</sup> Marcello Alencar foi prefeito do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986, e entre 1989 e 1993.

estruturação urbana para a área; e o Decreto 11.860/92 criou a Área de Especial Interesse Urbanístico da Área Portuária. Na gestão do prefeito Cesar Maia<sup>17</sup>, o Decreto 12.065/93 criou outro grupo de trabalho, com o objetivo de subsidiar a elaboração dos parâmetros urbanísticos da área portuária. Mesmo com essa legislação municipal, no que tange os aspectos patrimoniais, em grande parte da região esta legislação se mostrou ineficiente.

Nessa mesma década, foi elaborado pelo arquiteto Jorge Mario Jáuregui<sup>18</sup> um projeto para a frente marítima da Área Portuária, denominado "*Waterfront Rio*" (Figura 13). O projeto tinha como objetivo a reconfiguração do *skyline* da cidade e a recuperação da área do porto, tornando-a novamente habitável. As diretrizes básicas de intervenção consistiam em: rever a prioridade dada aos automóveis; recuperar a ligação com o mar; apropriar a área por parte da população; transformar a relação cidade/Baía de Guanabara; estimular a habitação; criar um novo símbolo de desenvolvimento e atrair investimentos para a área central. O programa buscava atender aos aspectos habitacional, empresarial, comercial e turístico, além de criar novos espaços públicos e inserir novos meios de transporte de massa como alternativa para o uso do automóvel.



Figura 13: Imagem do Projeto Waterfront Rio, de Jorge Mario Jáuregui, para a frente marítima do porto do Rio - 1993. Fonte: <http://www.jauregui.arq.br/imagens/Waterfront-Rio%20de%20Janeiro.jpg>

Em 1998, foi lançado o Decreto 17.109, que criou o Programa de Recuperação Orientada da cidade do Rio de Janeiro (proRIO), que consistia "num programa integrado de reabilitação urbana, privilegiando os aspectos históricos, sociais, culturais, legais, ambientais e

---

<sup>17</sup> Cesar Maia foi prefeito do Rio de Janeiro entre 1993 e 1997, e entre 2001 e 2009.

<sup>18</sup> Jorge Mario Jáuregui é um arquiteto argentino que reside, desde 1978, na cidade do Rio de Janeiro. É autor de relevantes projetos urbanos da cidade, dentre eles o Favela-Bairro.

de infra-estrutura de serviços". O decreto considerou quatro diretrizes: a "recuperação e reabilitação urbana de bairros ou trechos de bairros antigos"; os potenciais habitacionais, culturais e turísticos dos locais; a solução das questões da habitação, infra-estrutura, circulação e lazer da população local, integrando-a economicamente e socialmente; e a adequação das "ações, projetos e programas às características físicas e ambientais" das áreas. Com o objetivo de estimular a habitação, os projetos do proRIO deveriam, sempre que possível, buscar apoio junto a "entidades financeiras, associações e cooperativas", além desenvolver parcerias com organizações nacionais ou internacionais. Por sua importância, o Morro da Conceição foi o local escolhido para a implantação do programa, com um acordo firmado entre a Prefeitura do Rio e o Governo Francês (SIGAUD; PINHO, 2000, p. 13-14). Foram indicados especialistas em patrimônio e reabilitação, a fim de desenvolver uma parceria multidisciplinar através de um escritório instalado no próprio Morro, em 1999 (SIGAUD; PINHO, 2000, p. 96). Essa experiência foi positiva do ponto de vista social e do patrimônio, pois permitiu a integração da equipe com a comunidade local e, conseqüentemente, projetos que atendessem às demandas dessas pessoas. O trabalho realizado no morro deixou como legado um livro intitulado "Morro da Conceição - da memória o futuro"<sup>19</sup>, que descreve cada etapa do desenvolvimento do programa.

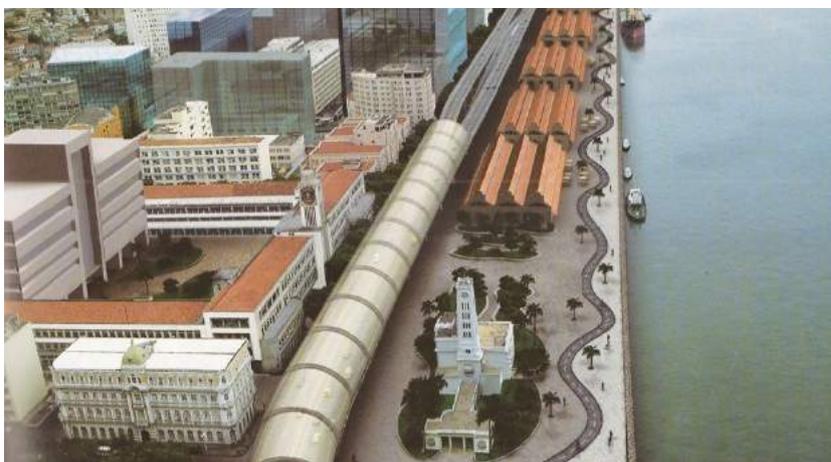
Em 2001, foi lançado pelo Instituto Pereira Passos o Plano de Revitalização e Recuperação da Área Portuária, com uma exposição tecnológica intitulada "Porto do Rio: Usina de sonhos" (SIRKIS, 2001). Essa exposição gerou um catálogo-livro que continha os principais pontos da proposta. Basicamente, esse projeto apresentava os mesmos moldes do que foi proposto, posteriormente, pelo Projeto Porto Maravilha<sup>20</sup>. A setorização permitia a construção de grandes empreendimentos comerciais na orla marítima, indicava linhas de VLT, a construção de uma ciclovia litorânea, bem como indicava a "revitalização" de sete pontos estratégicos: a Praça Mauá, o Pier Mauá, o Cais da Gamboa (Figura 14), a Rua Barão de Tefé, o Morro da Saúde, o bairro de Santo Cristo e a Rodoviária Novo Rio (Anexo II). Apresentava na sua proposta de mobilidade urbana uma via histórica, composta justamente pelas ruas que antes eram a linha costeira da cidade, dentre elas a Rua Sacadura Cabral. Comparava também diversas obras portuárias ao redor do mundo e apresentava oito propostas de renomados

---

<sup>19</sup> O livro "Morro da Conceição - da memória o futuro" foi utilizado como base bibliográfica para o desenvolvimento do subcapítulo "1.2 - O Morro da Conceição e sua paisagem".

<sup>20</sup> Ver subitem "1.1.4 - O Projeto Porto Maravilha".

escritórios de arquitetura e urbanismo, fazendo pouca referência aos bairros do entorno (BARROS, 2014, p. 76).



**Figura 14: Imagem do projeto "Porto do Rio: Usina de sonhos" para o Cais da Gamboa - 2011. Fonte: Catálogo da Exposição Porto do Rio: Usina de Sonhos, 2001**

No âmbito federal, a área é protegida pela Portaria do IPHAN Nº 135/2013, que substituiu e modificou a Portaria Nº 002/1986, que durante quase três décadas foi uma das leis responsáveis por modelar o entorno do Morro da Conceição. O texto da portaria atual também estabelece diretrizes para o entorno de alguns bens tombados da região, dentre eles a Fortaleza da Conceição e o Palácio Episcopal (Anexo III). A portaria determina ainda que, no caso da inserção de uma nova arquitetura, a composição da fachada deverá ser realizada através de uma linguagem arquitetônica contemporânea, respeitando as proporções, as relações de cheios e vazios e os materiais de revestimento dos imóveis preservados do entorno, buscando manter a harmonia ambiental da área.

**Art. 9º** Todos os projetos de intervenções nos imóveis inseridos na poligonal de entorno, bem como engenhos publicitários, equipamentos de sinalização e mobiliário urbano deverão ser submetidos ao IPHAN para análise e manifestação, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937 e da Portaria no 420, de 22 de dezembro de 2010. (BRASIL, 2013, p. 6)

Para efeito de definição das alturas das edificações, a poligonal de entorno fica dividida em seis setores (Anexo IV), sendo que, no entorno da Fortaleza da Conceição, o setor I engloba a Praça Major Valô e o setor II engloba as ruas Major Daemon e Jogo da Bola. Foram estabelecidas as alturas máximas de 5,50m no setor I e 7,50m no setor II. Além do gabarito, a portaria define outros critérios para intervenções na área de entorno, tais como o respeito aos alinhamentos e volumetrias existentes; a inserção de novas edificações com linguagem arquitetônica contemporânea que observem "as proporções, as relações de cheios e vazios e os

materiais de revestimento dos imóveis preservados"; e harmonia com a feição tradicional dos ambientes (BRASIL, 2013, p. 4-5).

#### **1.1.4 - O PROJETO PORTO MARAVILHA**

Em razão da realização da Copa do Mundo, em 2014, e dos Jogos Olímpicos, em 2016, o poder público se uniu em suas três esferas (Federal, Estadual e Municipal) a fim de encarar a área de forma mais efetiva. Foi criada, através da Lei Complementar Nº 101/2009, uma nova Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) (Anexo V), que incluiu obras de infraestrutura e recuperação de áreas públicas, além de Parcerias Público Privadas (PPPs). Conhecido como Porto Maravilha, o projeto surgiu como uma grande esperança para a solução dos problemas crônicos e históricos da região. Como princípios, a lei prometia estabelecer a priorização do transporte coletivo sobre o individual, a valorização do patrimônio cultural, o atendimento à população local afetada, o aproveitamento dos vazios urbanos, a integração com a área central da cidade, o estímulo ao uso residencial, a transparência dos processos com participação da sociedade, e a regularização dos imóveis de interesse social. Através das CEPACs<sup>21</sup>, 3% do montante é destinado às obras de conservação do patrimônio cultural da área abrangida pelo Porto Maravilha e também do Projeto SAGAS, conforme expresso na lei. O problema é que o recurso só pode ser utilizado em propriedades públicas, deixando de fora centenas de edificações particulares. O incentivo ao uso residencial, já adotado no SAGAS, nesta ocasião veio acompanhado de uma medida denominada Projeto Novas Alternativas (PNA)<sup>22</sup>, que tem como finalidade resgatar, em larga escala, o uso residencial nos bens protegidos. Novamente, a legislação de proteção ambiental desconsiderou o respeito aos aspectos de uso das edificações antigas, o que pode acarretar em projetos arquitetônicos que descaracterizem as edificações internamente (LIMA CARLOS, 2011, p. 45).

Com o elevado potencial construtivo concedido para a orla através da Lei Complementar Nº 101/2009, o projeto Porto Maravilha tende a segregare novamente a área,

---

<sup>21</sup> O Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) é um instrumento urbanístico que pode ser incluído na legislação municipal e configura "uma modalidade de outorga onerosa do direito de construir", ou seja, permite que o gabarito seja extrapolado por meio do pagamento deste certificado pelos proprietários do solo (LIMA CARLOS, 2011).

<sup>22</sup> O Programa Novas Alternativas tem o objetivo de promover projetos habitacionais em áreas consolidadas da cidade. Visa a recuperação e o reaproveitamento de imóveis antigos em mal estado de conservação, subutilizados, em ruínas e lotes vazios.

permitindo a formação de uma barreira física alta que impedirá a visada para a Baía de Guanabara de todo o conjunto arquitetônico situado atrás da faixa de construção. Dentro desse contexto, a área já sofre os efeitos da especulação imobiliária, fator que historicamente sempre impactou o núcleo urbano do Rio de Janeiro. Os primeiros grandes empreendimentos já construídos ou em construção são, em sua maioria, de uso comercial, com poucos lançamentos residenciais. Além disso, a maioria da população que mora no local não é a proprietária dos imóveis, e, sem proteção legal ou uma política para ela definida, tende a ser expulsa novamente por causa do aumento do custo de vida.

Em julho de 2013, foi lançado o primeiro edital do Programa de Apoio do Patrimônio Cultural Edificado nas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural da Cidade do Rio de Janeiro (Pro-APAC), um mecanismo de contrapartida voltado para os proprietários de imóveis particulares, fornecendo subsídio para as obras de conservação do patrimônio protegido:

O Pro-APAC é uma iniciativa da prefeitura voltada a subsidiar obras de conservação de bens culturais protegidos, de propriedade particular, mediante contrapartida, dos proprietários, de 15% do valor global da obra. Trata-se de um concurso público direcionado a apenas pessoas jurídicas, autorizadas pelos respectivos proprietários, cujo primeiro edital foi lançado em julho de 2013 visando imóveis particulares localizados em três APACs da Área Central (Corredor Cultural, Cruz Vermelha e Cidade Nova e Catumbi), além de uma na zona sul (Catete-Glória). Os recursos somam, ao todo, R\$ 12 milhões de reais (cerca de US\$ 5, 000, 000), sendo que na primeira etapa (edital 01/13), foram liberados R\$ 2,4 milhões que serão aplicados na recuperação de apenas nove imóveis. (LIMA CARLOS, 2015, p. 10)

Embora o apoio financeiro possa ser considerado um avanço da política pública no que diz respeito à conservação do patrimônio edificado, o programa apresenta algumas falhas. Segundo Lima Carlos (2015), o valor designado ao Pro-APAC é irrisório quando confrontado com o universo de cerca de oito mil edificações, deixando “clara a pequena importância dada pela prefeitura, à questão da conservação deste patrimônio”. Além dessa crítica, Lima Carlos (2015, p. 11) considera que o programa novamente desconsidera o contexto social das áreas, focando apenas na recuperação material da paisagem urbana da cidade:

Cabe destacar que, mais uma vez, desprezam-se as realidades sociais existentes nas áreas abrangidas, condicionando à obtenção dos recursos a uma contrapartida de 15% por parte dos proprietários. A iniciativa é excludente àqueles que não dispuserem deste montante. Observa-se que o Pro-APAC restringe-se à recuperação apenas dos aspectos materiais dessa arquitetura, ignorando todo o contexto social a elas atrelado. Não há intenção da prefeitura em levantar e monitorar impactos sociais dos resultados na região. (LIMA CARLOS, 2015, p. 11)

Numa tentativa de criar mais um polo cultural na cidade, foram utilizados pontos estratégicos de interesse turístico, tais como o AquaRIO; o Museu de Arte do Rio (MAR); e o

Museu do Amanhã, com projeto elaborado pelo arquiteto Santiago Calatrava<sup>23</sup>. A retirada da Perimetral, concluída em 2014, a construção de ciclovias e a implantação do sistema de VLT (veículo leve sobre trilhos) reforçam a ideia de que, no centro urbano carioca, a mobilidade por meio do carro não mais é bem-vinda. Mas o projeto pecou ao não fornecer alternativas de qualidade para a população, que ainda precisa contar com sistema de transporte insuficiente, em meio a casos de corrupção dos seus agentes públicos. Com grande apelo de marketing na época de sua implantação, o Porto Maravilha foi anunciado como um "projeto de revitalização" que buscava a preservação do ambiente histórico e cultural, trazendo melhorias para a população. Seguindo o caminho de outras grandes reformas, o projeto não considerou a área como um "tecido vivo".

[...] ao longo dos anos 1980 e 1990, momento em que surge uma infinidade de nomenclaturas dotadas do prefixo 're', associadas às intervenções de conservação urbana. [...] observa-se que os textos oficiais relacionados ao Projeto Porto Maravilha utilizam-se, de forma recorrente, da terminologia 'revitalizar'. É importante observar que o sentido de vitalizar é 'restituir a vida a'; "revigorar".

No caso de 'revitalizar' áreas urbanas, parte-se do princípio de que elas estão mortas ou semi-mortas, sendo necessário restituir-lhes a vida, novamente. (LIMA CARLOS, 2010, p. 31-32)

As obras de infraestrutura do Projeto Porto Maravilha foram realizadas com escavações acompanhadas por equipes de arqueólogos, cuja parceria permitiu o resgate de parte da memória da Área Portuária. Na Rua Sacadura Cabral, na altura do Largo de São Francisco da Prainha, foram encontrados quatro exemplares de canhões em ferro fundido (Figura 15), com provável datação entre os séculos XVI ou XVII (CANDIDA, 2013).

---

<sup>23</sup> Santiago Calatrava (1951)- é um arquiteto e engenheiro espanhol.



**Figura 15: Fotografia de um dos exemplares de canhão encontrados durante as escavações na Rua Sacadura Cabral para as obras do Projeto Porto Maravilha. Fonte: Porto Maravilha (site)**

A descoberta levantou dúvidas sobre a origem dessas peças de artilharia, pois, segundo especialistas, as pesquisas históricas indicam apenas a existência da Bateria da Prainha, que estaria localizada onde hoje encontra-se o edifício A Noite<sup>24</sup>, na Praça Mauá. Nela, inclusive, foi desenterrado um outro canhão, totalizando cinco peças encontradas durante as obras do Porto Maravilha. Segundo Tânia Andrade Lima<sup>25</sup>, uma das hipóteses indica que os canhões faziam parte de um sistema de defesa que contava com uma bateria instalada ao longo da costa, no pé do Morro da Conceição, e que tinha como finalidade a defesa das terras cariocas contra invasões. Diversos especialistas sobre o assunto foram consultados após essas descobertas, com o objetivo de que o material seja analisado tecnicamente para que sua história possa ser detalhada (TABAK, 2012). Segundo uma primeira análise de Adler Homero Fonseca de Castro<sup>26</sup>, os canhões são ingleses, datados entre os séculos XVI e XVII. Além disso, ele considera a hipótese da existência de uma bateria na região, já que os quatro canhões foram encontrados próximos, abrindo uma nova linha de pesquisa para estudiosos sobre a urbanização do Rio: (CANDIDA, 2013).

"—Mas essa descoberta abriu uma linha de pesquisa para quem estuda a urbanização do Rio, pois, pelos registros históricos, naquela região não havia nada no começo do

---

<sup>24</sup> Ver subcapítulo "Cartografia como testemunho da transformação da paisagem".

<sup>25</sup> Tania Andrade Lima é uma arqueóloga brasileira e coordenadora dos trabalhos desenvolvidos pela equipe de profissionais do Museu Nacional, responsável pelo monitoramento arqueológico desenvolvido durante as obras do projeto Porto Maravilha.

<sup>26</sup> Adler Homero Fonseca de Castro é um historiador e pesquisador do IPHAN, especialista em fortificações e armas (CANDIDA, 2013).

século XVII. A cidade surgiu entre o Morro do Castelo e o de São Bento. Aquela região está fora da cidade antiga. Se havia canhões ali, e até uma bateria, é sinal de que havia algo que merecia ser protegido. Ou armazéns ou um local de desembarque."(Entrevista CASTRO In: CANDIDA, 2013)

Outra hipótese considerada por Adler indica que os canhões podem ter sido descartados no mar depois que foram desativados. De acordo com Tania, essa teoria faz sentido pois o mar era uma grande lixeira para a cidade naquela época. Uma terceira hipótese, levantada pelo subsecretário de Patrimônio Cultural, Washington Fajardo, sustenta que os canhões podem ter sido parte de uma artilharia secundária da Fortaleza da Conceição, já que os mapas e documentos históricos mostram que existiam baterias militares na Prainha. Segundo Nireu Cavalcanti<sup>27</sup>, é possível que os canhões tenham sido reutilizados em uma fortificação ou bateria posterior, pois era um tipo de armamento caro; ou que sejam do século XVIII, oriundos de algum navio que naufragou na área. Dessa forma, de acordo com Nireu, muitas hipóteses podem ser consideradas até que os estudos comprovem a datação exata dos canhões (CANDIDA, 2013). Essas dúvidas e questionamentos desencadeados com a descoberta dessas peças reforçam a importância do acompanhamento arqueológico em pontos de interesse histórico da cidade. Após a descoberta desses achados, foi criado o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, através do Decreto 34.803/2011. Essa lei estabeleceu a criação de um circuito cujos pontos incluem o Centro Cultural José Bonifácio; o Cemitério dos Pretos Novos (Instituto Pretos Novos); o Cais do Valongo e da Imperatriz; os Jardins do Valongo; o Largo do Depósito; e a Pedra do Sal (Figura 16).

---

<sup>27</sup> Nireu Cavalcanti (1944) é um arquiteto e historiador formado pela UFRJ. É autor de diversas publicações, muitas delas sobre a história do Rio de Janeiro. (CAVALCANTI, 2004).



**Figura 16: Localização dos pontos turísticos do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana. Fonte: Porto Maravilha (site)**

Em 2015, um dossiê de candidatura do Cais do Valongo foi apresentado à UNESCO pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela Prefeitura do Rio, detalhando a importância histórica e social do tráfico de escravos no Brasil e se comprometendo a preservar o local (IPHAN, 2015). Em julho de 2017, o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO concedeu o título de Patrimônio Mundial Cultural ao sítio arqueológico do Cais. Entretanto, o local já apresenta sinais de deterioração, sofrendo com a falta de segurança, enchentes e ações de vandalismo. Além disso, os achados arqueológicos ainda estão depositados em caixas dentro de um galpão na Gamboa, próximo ao Morro da Providência, esperando para serem devidamente analisados (REZENDE, 2017).

Passados os grandes eventos e diante da crise econômica que atinge as três esferas públicas, o Projeto perdeu fôlego e a área portuária começa a apresentar as sequelas das obras apressadas e sem um planejamento ideal. O gasto excessivo do poder público, sem a consulta efetiva da sociedade, foi justificado em virtude do prazo para os megaeventos. Após consumir R\$5 bilhões, algumas obras de infraestrutura estão inacabadas. Com a saída do foco econômico da região, a venda das CEPACs caiu consideravelmente, inviabilizando a gestão das obras, manutenções e operações na área. Em razão da falta de compradores, a Caixa Econômica, que adquiriu todos os certificados para revendê-los, declarou falta de liquidez até julho de 2018. Com isso, o banco não é obrigado a repassar as verbas mensais das obras e manutenções da infraestrutura (SCHMIDT, 2017).

Dos 6,4 milhões de certificados adquiridos pelo fundo da Caixa, apenas 8,79% foram vendidos até hoje. Ou seja, ainda há um estoque de 5,87 milhões (91,2%) para serem comprados. (SCHMIDT, 2017)

Com um impasse sobre quem irá arcar com os gastos e em razão da falta de pagamento, a concessionária Porto Novo<sup>28</sup> suspendeu as obras, mantendo apenas as atividades de manutenção e operação do projeto (SCHMIDT, 2017). Em 28 de julho deste 2017, o prefeito Marcelo Crivella<sup>29</sup> assinou a Resolução SMUIH nº 28 (Anexo VI), que proíbe o tombamento de edificações nos setores definidos pelos anexos V e VI da Lei Complementar Nº 101, de 2009, mantendo os tombamentos realizados até a referida lei.

Art. 1º As áreas definidas na Lei Complementar Municipal n.o 101/2009 nos anexos V e VI não poderão ser objeto de tombamento.

Paragrafo Único – Serão considerados e mantidos os tombamentos realizados antes da promulgação da referida Lei Complementar.

Art. 2o Novas demandas de tombamento na região do Porto do Rio de Janeiro, nas áreas não definidas na Lei Complementar Municipal n.o 101/2009 em seus anexos V e VI, serão avaliadas previamente pelo Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha – FIIPM, administrado pela Caixa Econômica Federal – CEF e pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP<sup>30</sup>.

Art. 3o Havendo anuência da CEDURP e da CEF a Subsecretaria de Urbanismo - SUBU e o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH analisarão a viabilidade de cada caso submetido ao tombamento. (RIO DE JANEIRO, 2017)

O objetivo da resolução consiste em impedir que o potencial construtivo da área seja limitado por meio dos tombamentos, submetendo o patrimônio cultural às questões econômicas, sem levar em consideração a preservação histórica dos lugares. Essa medida tem caráter ilegal, pois a Constituição Federal assegura a salvaguarda do patrimônio cultural por meio de um sistema próprio, que possui órgãos e procedimentos que não podem ser alterados por um decreto municipal, por exemplo (ROLNIK, 2017).

A partir da análise geral sobre a legislação, conclui-se que o conjunto normativo de proteção da Área Portuária, ao longo dos anos, não foi bem-sucedido do ponto de vista da preservação do patrimônio cultural e da população residente. As portarias não satisfazem

---

<sup>28</sup> A concessionária Porto Novo é formada pelas construtoras Odebrecht, OAS e Carioca, sendo a responsável por gerir as obras do Projeto Porto Maravilha.

<sup>29</sup> Marcelo Crivella (1957) foi eleito para o cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 2016, com mandato até 2020.

<sup>30</sup> A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) foi criada através da Lei Complementar Nº 102, de 23 de novembro de 2009, mesma data de lançamento do Projeto Porto Maravilha. A CDURP tem como atribuições a gestão da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha e fomentar o desenvolvimento econômico e social da área.

totalmente as demandas da preservação ambiental e das características paisagísticas, e as leis não se mostraram plenamente eficientes. Além da degradação física do ambiente, a falta de incentivo social ocasionou seguidos processos de *gentrificação* na área e, com isso, prejudicou diretamente a identidade dessa sociedade. O decreto lançado em 2017 pela atual gestão municipal representa um retrocesso no campo da preservação do patrimônio ao impedir tombamentos na área do porto. As consequências dessa medida ainda são incertas, mas, se sua inconstitucionalidade não for considerada, poderá trazer efeitos negativos no âmbito da preservação do patrimônio.

Por outro lado, a inclusão da região portuária no mapa cultural da cidade através dos grandes eventos foi importante, principalmente ao revelar a história local, como foi possível através das diversas descobertas arqueológicas e históricas durante as obras. Mas é preciso que sejam realizadas políticas efetivas de incentivo aos proprietários dos imóveis, com financiamentos mais acessíveis e demais estímulos; bem como ter especial atenção com as pessoas que pagam aluguel, amenizando, dessa forma, a perda da sua população tradicional. É imprescindível, também, que os novos pontos turísticos implantados, em conjunto com os marcos históricos tradicionais, ajudem a divulgar a memória e a identidade local.

A história da região, onde é possível identificar as diversas camadas temporais da evolução urbana, se confunde com a própria história da cidade do Rio de Janeiro e até mesmo do Brasil (Quadro 1).

**Quadro 1: Resumo dos principais acontecimentos referentes à evolução da Área Portuária. Fonte: COSTA/2017**

| LINHA DO TEMPO - ÁREA PORTUÁRIA |           |   |
|---------------------------------|-----------|---|
| SÉC. XVI                        | -         | Ocupação inicial da cidade no alto dos morros do Castelo, de São Bento, da Conceição e de Santo Antônio.  |
| SÉC. XVII                       | -         | Ocupação da área por chácaras.  |
| SÉC. XVIII                      | 1763      | Transferência da capital da colônia portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro.   |
| SÉC. XVIII                      | -         | Consolidação da ocupação da área por chácaras.  |
| SÉC. XIX                        | 1808      | Chegada da Família Real ao Rio de Janeiro e sua instalação da praça XV.   |
| SÉC. XIX                        | -         | Transferência do porto da Praça XV para o Cais do Valongo   |
| SÉC. XIX                        | 1843      | Reformulação do Cais do Valongo para a chegada da imperatriz Teresa Cristina, passando a chamar-se Cais da Imperatriz.  |
| SÉC. XIX                        | -         | Intensificação da atividade portuária, aumento populacional e crescimento urbano desordenado. Ocupação do Morro da Conceição por, principalmente, portugueses.  |
| SÉC. XX                         | 1902-1906 | Obras de embelezamento da gestão de Pereira Passos. O Morro da Conceição é afastado do mar em decorrência do aterramento da orla.   |
| SÉC. XX                         | 1937      | O Decreto-Lei Nº 25 é lançado, sendo a primeira norma de proteção do Patrimônio Histórico e Artístico brasileiro. O SPHAN é criado como instituição responsável pela preservação do patrimônio. O Brasil vive o regime político do Estado Novo.   |
| SÉC. XX                         | déc. 1940 | Ápice das atividades portuárias e abertura da Avenida Presidente Vargas   |
| SÉC. XX                         | déc. 1950 | Declínio da atividade portuária.  |
| SÉC. XX                         | 1960      | Transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília e consequente obsolescência de edificações da Área Portuária.  |
| SÉC. XX                         | 1965      | Implantação de viadutos na área do Caju e na Avenida Rodrigues Alves, através do Plano Doxiadis.  |
| SÉC. XX                         | déc. 1970 | Esvaziamento das instalações portuárias, aceleração de degradação local e novo processo de <i>gentrificação</i> .   |
| SÉC. XX                         | déc. 1980 | Elaboração do Projeto RIOPART culminando com uma iniciativa popular contra o projeto.   |
| SÉC. XX                         | 1986      | Lançamento da Portaria do IPHAN Nº 002, com diretrizes para a proteção de alguns marcos arquitetônicos da Área Portuária.   |
| SÉC. XX                         | 1988      | Criação da APAC - SAGAS após a mobilização popular, a fim de proteger não somente os marcos, mas sim o conjunto arquitetônico como um todo. A Constituição Federal inclui um artigo sobre Patrimônio Cultural.  |
| SÉC. XX                         | déc. 1990 | Lançamento de decretos municipais voltados para a proteção de parte da Área Portuária, e surgimento de propostas de reformulação para a área.   |
| SÉC. XX                         | 1993      | Lançamento do Projeto " <i>Waterfront</i> ", do arquiteto Mário Jáuregui, com propostas de reformulação para a Área Portuária.  |
| SÉC. XX                         | 1998      | Lançamento do Decreto 17.109, criando o programa proRIO, com diretrizes para a reabilitação urbana da área. O Morro da Conceição foi escolhido para a implantação inicial do programa.  |
| SÉC. XXI                        | 2001      | Lançamento do Plano de Revitalização e Recuperação da Área Portuária, com o Projeto "Porto do Rio: Usina de sonhos".  |
| SÉC. XXI                        | 2009      | Lançamento da Lei Complementar Nº 101/2009, com a criação de uma nova AEIU para implantação do projeto "Porto Maravilha".   |
| SÉC. XXI                        | 2011      | Criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, englobando seis pontos dentro da Área Portuária.  |
| SÉC. XXI                        | 2013      | Lançamento do edital Pro-APAC, subsidiar obras de conservação de bem protegidos particulares. Lançamento da Portaria do IPHAN Nº135, em substituição à Portaria Nº002, de 1986.   |
| SÉC. XXI                        | 2016      | Realização das olimpíadas na cidade do Rio de Janeiro.  |
| SÉC. XXI                        | 2017      | A UNESCO reconhece o Cais do Valongo como Patrimônio Mundial Cultural. Passado os jogos olímpicos, a gestão municipal começa a dar sinais de abandono das ações de infraestrutura da Área Portuária. A prefeitura lança a Resolução SMUIH nº 28, que proíbe tombamentos nas áreas do Projeto Porto Maravilha. |

## 1.2 - O MORRO DA CONCEIÇÃO E SUA PAISAGEM

Diferentemente dos outros morros da área central da cidade, o Morro da Conceição conserva uma órbita singular, formada por seu caráter residencial, por seu casario antigo e por costumes se mantiveram ao longo dos anos, tais como os vendedores que percorrem as ruas e ladeiras com suas mercadorias e os moradores antigos que colocam suas cadeiras na calçada (Figura 17).



Figura 17: Fotografias de parte da comunidade local e sua relação íntima com o Morro da Conceição. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000 (adaptado por COSTA/2017)

A comunidade local pode ser dividida em três grupos: os moradores antigos, muitos descendentes de portugueses ou espanhóis, ligados à antiga atividade portuária e que têm uma relação íntima com o morro; os moradores recentes, em sua maioria migrantes nordestinos, cuja relação com o morro estabeleceu-se em razão da proximidade com o centro da cidade e um custo de vida mais acessível; e os comerciantes, em sua maioria instalados na base do morro, que têm a rotina das relações voltadas, prioritariamente, para o centro e muitas vezes nem frequentam o interior do Morro. (SIGAUD; PINHO, 2000, p. 58).

### 1.2.1 - PRINCIPAIS MARCOS ARQUITETÔNICOS

Erguida ainda no século XVII, a Igreja de São Francisco da Prainha (A) e todo seu acervo são tombados pelo IPHAN. Uma das mais antigas da cidade, foi construída originalmente à beira-mar, na base do Morro da Conceição, mas perdeu essa relação após os sucessivos aterros da região. Permaneceu fechada durante anos e, em 2015, foi reaberta após sua restauração (Figura 18).



**Figura 18: Fotografia da Igreja de São Francisco da Prainha. Fonte: Porto Maravilha (site)**

O Palácio Episcopal (**B**) foi construído no século XVIII para servir como residência oficial dos bispos (Figura 19). O edifício é tombado pelo IPHAN e atualmente comporta o Museu Cartográfico e algumas funções administrativas relativas ao quartel do 5º CGEO.



**Figura 19: Fotografia do Palácio Episcopal. Fonte: Nayara Gevú/2017**

A Fortaleza da Conceição (**C**), objeto de estudo desta dissertação<sup>31</sup>, foi construída no início do século XVIII, após as invasões francesas à cidade (Figura 20). É tombada pelo IPHAN desde 1938 e abriga, atualmente, o quartel do 5º CGEO. Com sua escala de ocupação monumental, destaca-se no tecido urbano do Morro da Conceição.

---

<sup>31</sup> Ver subcapítulo "1.3 - A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e sua história".



**Figura 20: Fotografia da Fortaleza da Conceição. Fonte: Nayara Gevú/2017**

A Pedra do Sal (D) é um monumento histórico da cidade, local de encontro de escravos africanos e onde atribui-se o surgimento do samba (Figura 21). A rocha, escavada em degraus no século XIX, é um sítio arqueológico registrado pelo IPHAN e também integra o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana.



**Figura 21: Fotografia da Pedra do Sal. Fonte: Alexandre Maciera, RioTur/2018**

O Jardim Suspenso do Valongo (E), bem tombado federal, foi construído durante a gestão do prefeito Pereira Passos, sendo uma das medidas de embelezamento que se propunha a apagar as marcas da escravidão da área (Figura 22). Em 2012, passou por obras de restauração como parte das intervenções da Área Portuária, bem como passou a integrar o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana.



Figura 22: Fotografia do Jardim Suspenso do Valongo. Fonte: <http://www.conexaocultural.org/>

O Observatório do Valongo (F) foi fundado em 1881 no Morro de Santo Antônio, já com características acadêmicas (Figura 23). Na década de 1920, devido às necessidades de urbanização da cidade, foi transferido para o Morro da Conceição. Atualmente, a unidade pertence à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), oferecendo os cursos voltados para a área de Astronomia.



Figura 23: Fotografia do Observatório do Valongo. Fonte: <http://www.ov.ufrj.br/>

O Oratório de Nossa Senhora da Conceição (G) tem grande valor junto à comunidade residente do morro. Situada na Praça Major Valô, o local tornou-se ponto de encontro e de festividades (Figura 24).



Figura 24: Fotografia do oratório de Nossa Senhora da Conceição. Fonte: COSTA/2010

### 1.2.2 - CARTOGRAFIA COMO TESTEMUNHO DA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

A ocupação do Morro da Conceição faz parte do modelo de cidade colonial portuguesa, cuja "construção do tecido urbano, adaptado ao sítio e às necessidades funcionais, foi determinada pela arquitetura" (SIGAUD; PINHO, 2000, p. 19). A análise comparativa da documentação cartográfica permitiu o entendimento da lógica de ocupação e da evolução urbana dessa área, que passou por grandes transformações urbanas que alteraram significativamente a sua paisagem:

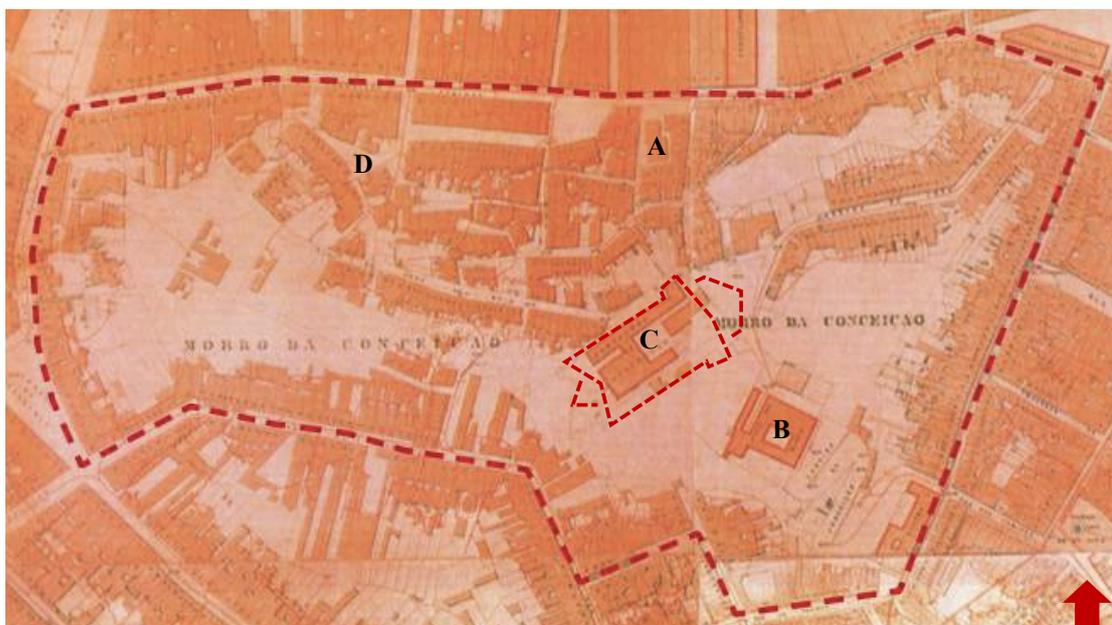
Diferentes episódios da história do Brasil e do Rio de Janeiro, modelaram a atual silhueta do Morro da Conceição e da área que o cerca, obrigando a ampliação do território da cidade e da área do porto - com implantação de aterros esparramando a borda plana do Morro voltada para o mar - e justificando o afrancesamento da cidade na intervenção saneadora do início do século XX. (SIGAUD; PINHO, 2000)

Na planta de 1750, é possível ver uma ocupação ainda inicial do Morro da Conceição, com as implantações da Igreja de São Francisco da Prainha (A), do Palácio Episcopal (B) e da Fortaleza da Conceição (C), além da abertura dos caminhos que davam acesso ao cume (Figura 25). Nessa altura, o morro relacionava-se ainda diretamente com o mar da Baía de Guanabara.



**Figura 25:** Planta de 1750 (sem escala), com indicação da Igreja de São Francisco da Prinha (A), do Palácio Episcopal (B) e da Fortaleza da Conceição (C). Fonte: Col. Itamaraty (adaptado por COSTA/2017)

A planta cadastral de 1871 revela uma ocupação quase completa do Morro da Conceição, com lotes respeitando a configuração dos caminhos que foram inicialmente delimitados, além do largo onde situa-se a Pedra do Sal (D). Nota-se, ainda, o crescimento da ocupação da cidade no entorno do Morro, ao aterro realizado após a transferência do porto para esta área, no século XIX (Figura 26).



**Figura 26:** Base Cadastral de 1871, com indicação da Igreja de São Francisco da Prinha (A), do Palácio Episcopal (B), da Fortaleza da Conceição (C) e da Pedra do Sal (D). Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 61 (adaptado por COSTA/2017)

A planta cadastral de 1935 revela a implantação do Jardim do Valongo (E) e uma ocupação ainda mais completa do cume, com o Observatório do Valongo (F) já transferido para o morro. Indica também o lote construído do Edifício A Noite e os lotes delimitados após o aterramento das reformas urbanísticas do início do século XX (Figura 27).

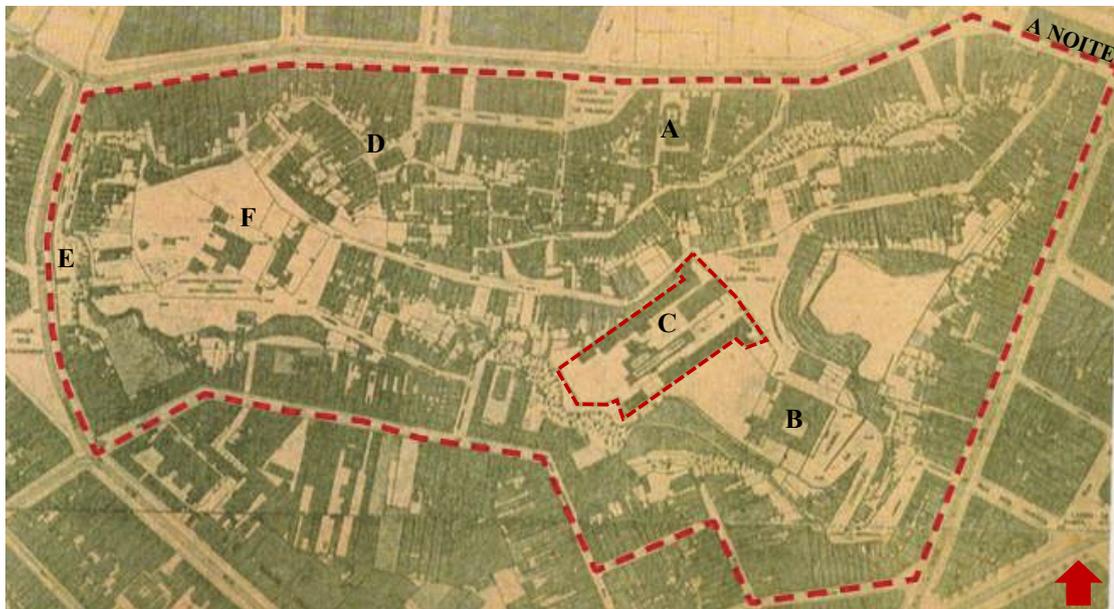


Figura 27: Base Cadastral de 1935, com a Igreja de S. Francisco da Prainha (A), o Palácio Episcopal (B), a Fortaleza da Conceição (C), a Pedra do Sal (D), o Jardim Suspenso do Valongo (E), o Observatório do Valongo (F), e o lote do Edifício A Noite. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 62 (adaptado por COSTA/2017)

A construção do Edifício A Noite, entre 1927 e 1929, rompe a escala do centro da cidade, dando início a um processo de verticalização que se estendeu por todo o centro e confinou o Morro da Conceição, que manteve sua escala pouco alterada (Figura 28).



Figura 28: Fotografia do Edifício A Noite e a relação do seu gabarito com o centro da cidade do Rio de Janeiro - c. 1930. Fonte: ANS

A planta de 1953 atesta um processo de transformação acelerado do morro e do seu entorno, que se verticaliza cada vez mais. Na Praça Major Valô, é possível ver um ponto onde hoje encontra-se o Oratório de Nossa Senhora da Conceição (G). (Figura 29).

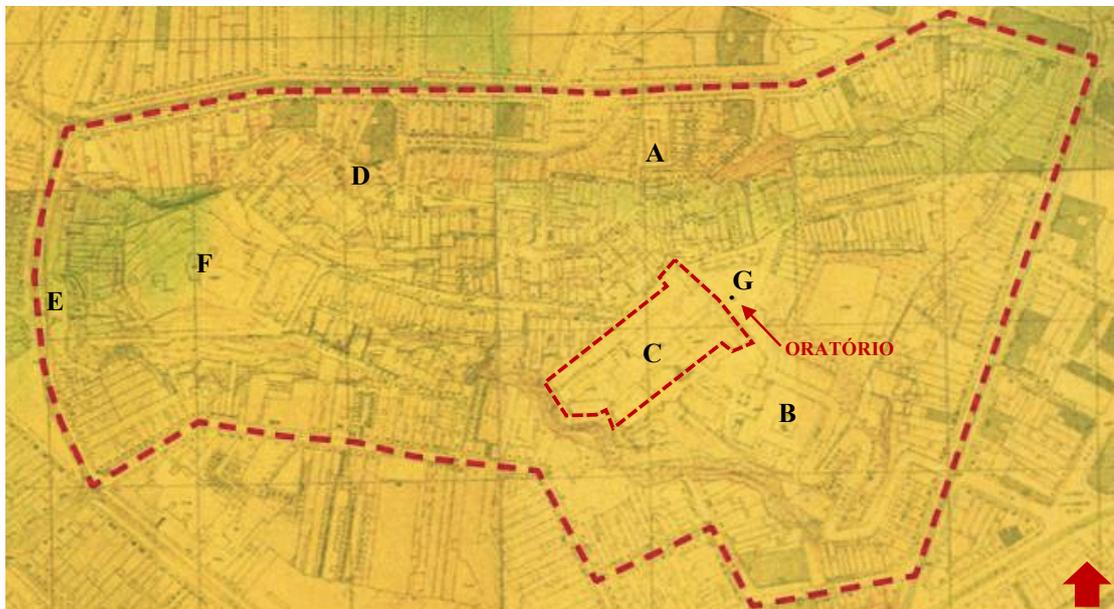


Figura 29: Base Cadastral de 1953, indicando os marcos arquitetônicos. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 62 (adaptado por COSTA/2017)

A imagem de satélite de 2016 mostra que a ocupação do morro não sofreu grandes alterações, se comparada com as plantas cadastrais a partir de 1871 (Figura 30).



Figura 30: Imagem de satélite, com indicação dos marcos arquitetônicos - 2016. Fonte: Google Maps (adaptado por COSTA/2017)

Entretanto, a verticalização dos edifícios da cidade atingiu gabaritos ainda maiores, confinando mais o morro. A construção do edifício Rio Branco 1 ao lado do Edifício A Noite, no final do século XX, bloqueou a visada direta que existia entre o Morro da Conceição e o Morro de São Bento (Figura 31), outro sítio histórico de formação da cidade<sup>32</sup>.



**Figura 31: Fotografia indicando o bloqueio imposto pelos gabaritos elevados dos edifícios A Noite e Rio Branco 1, a partir da Ladeira João Homem, no Morro da Conceição. Fonte: COSTA/2017**

Por se tratar de um sítio histórico pertencente ao quadrilátero de formação da cidade, a urbanização do morro foi intensa. O local possui um padrão de parcelamento que pouco se alterou desde 1871, apresentando um padrão de tipologia com volumetria de até dois pavimentos e lotes profundos (Figura 32).

---

<sup>32</sup> Ver subitem "O início da atividade portuária".



Figura 32: Evolução do parcelamento de uma quadra do Morro da Conceição entre 1769 e 2016. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000 (adaptado por COSTA/2017)

### 1.2.3 - ESTRUTURA MORFOLÓGICA ATUAL

O conjunto arquitetônico do Morro da Conceição ainda mantém uma ambiência típica da ocupação portuguesa, com sobrados de características coloniais (Figura 33). Além da legislação de proteção da área, a verticalização da cidade em volta do morro e o esquecimento do poder público ao longo dos anos, ao mesmo tempo que causaram sua desvalorização, resultaram na preservação das suas características espaciais e até mesmo sociais, uma vez que o morro sobreviveu "escondido" à especulação imobiliária, fenômeno com o qual a cidade carioca convive até hoje.



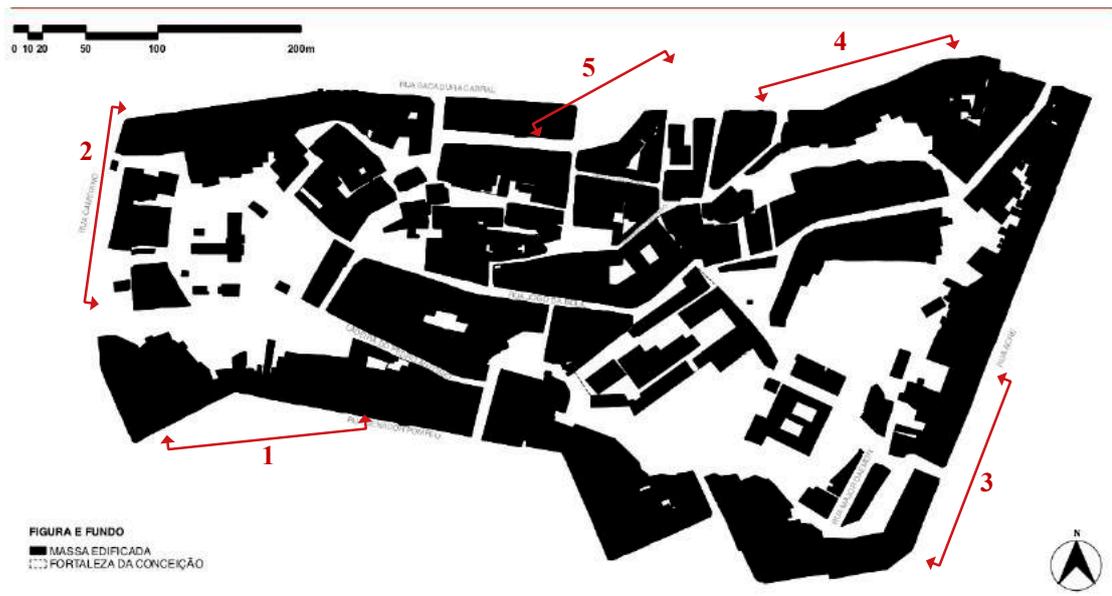
Figura 33: Fotografias da tipologia encontrada no Morro da Conceição. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000 (adaptado por COSTA/2017)

O morro apresenta uma elevação de aproximadamente 40 metros da sua base até seu cume, contando com ladeiras íngremes para vencer suas curvas de nível. Por essa razão, sua acessibilidade constitui-se como um dos problemas que afetam a tanto a comunidade local quanto a frequência de visitação da Fortaleza. Por sua ocupação urbana densa, as grandes massas vegetais encontram-se em áreas de encostas, em sua maioria, próximas às dependências das instituições que ocupam o morro, tal como a Fortaleza da Conceição e o Observatório do Valongo (Figura 34). As praças e ruas (espaços públicos) não oferecem grande quantidade de vegetação, entretanto, aparecem em maior número dentro do quintal das casas (espaços privados). Esse fenômeno, segundo Tângari (2005), é mais recorrente em áreas que recebem menos atenção do poder pública, em contraste com as áreas que recebem maior atenção, estas sim, dispendo de espaços livres com maior oferta de vegetação.



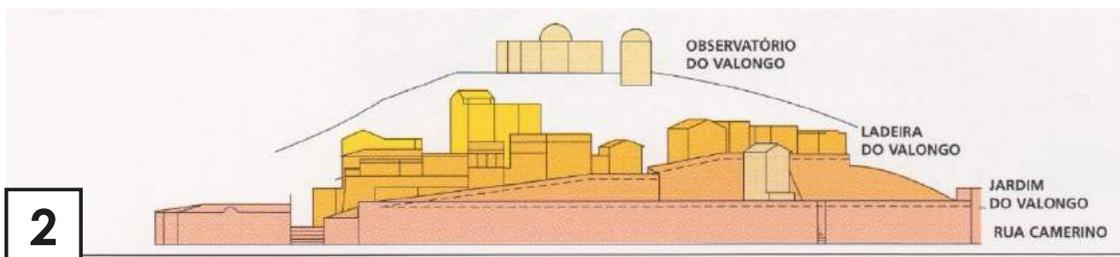
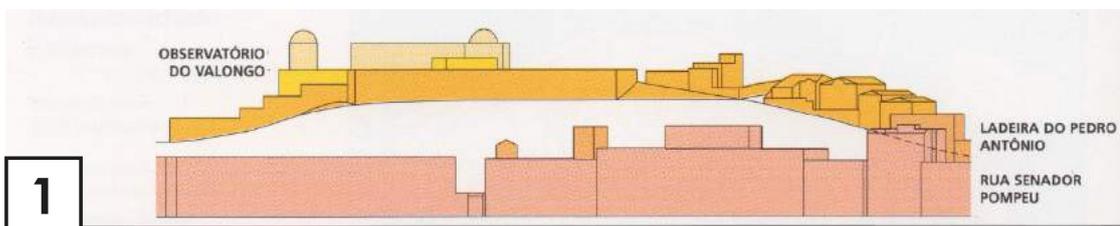
**Figura 34: Mapa de elementos da paisagem natural do Morro da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Cadastral RIO, Prefeitura/1999**

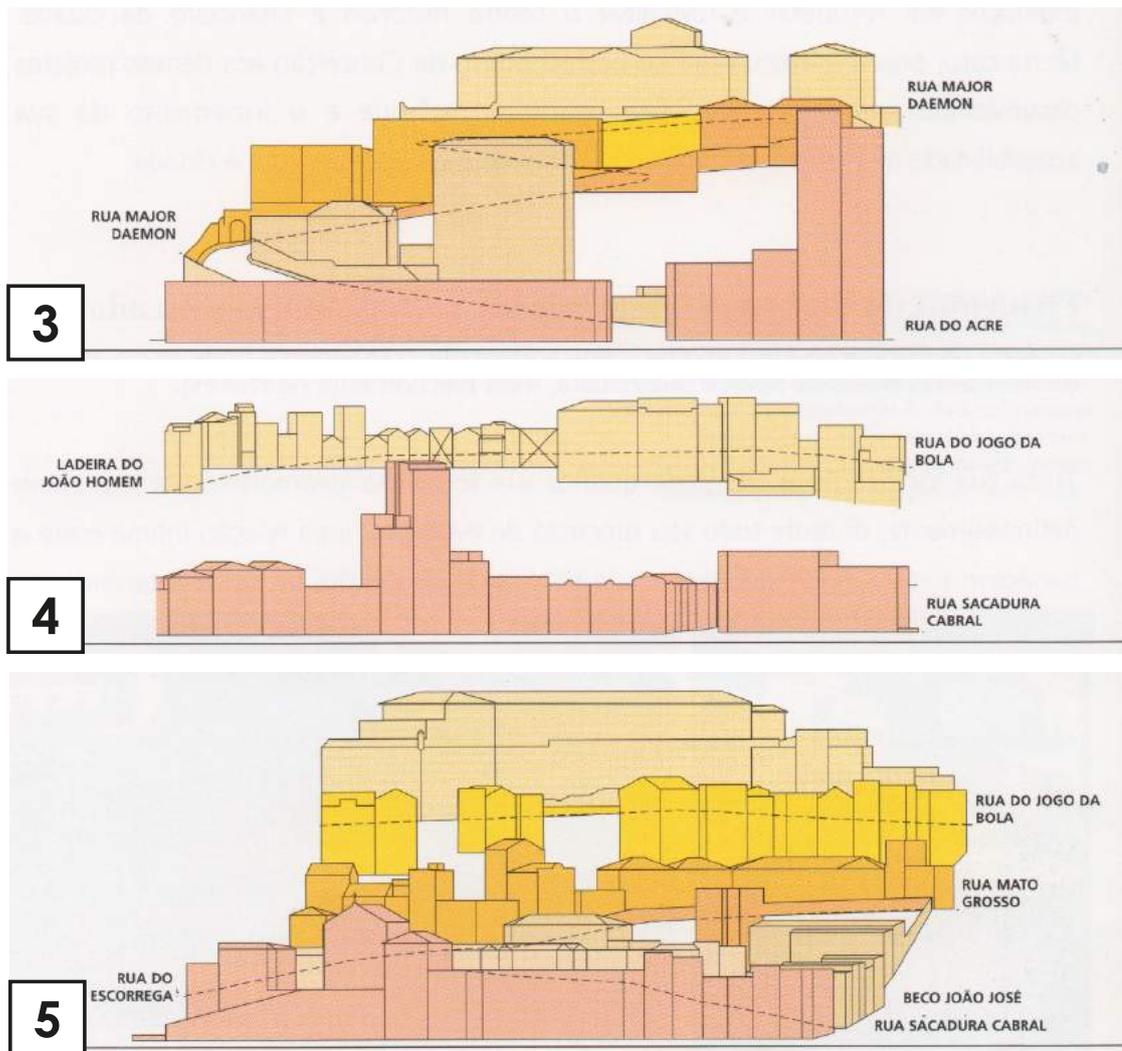
O sítio apresenta uma urbanização densa em volta de toda a sua base e no centro da sua parte alta, contando com duas grandes áreas livres de edificações nos lados leste e oeste, onde situam-se a Fortaleza da Conceição e o Observatório do Valongo, respectivamente. Em geral, os lotes, sem afastamento frontal e lateral, geram quadras com massa edificada única e formato irregular, pois o traçado das vias condicionou-se à topografia íngreme do lugar (Figura 35).



**Figura 35: Mapa de figura e fundo indicando sua intensa ocupação, com indicação das visadas da volumetria do Morro da Conceição, da Figura 36. Fonte: COSTA/2017 sobre Cadastral RIO, Prefeitura/1999**

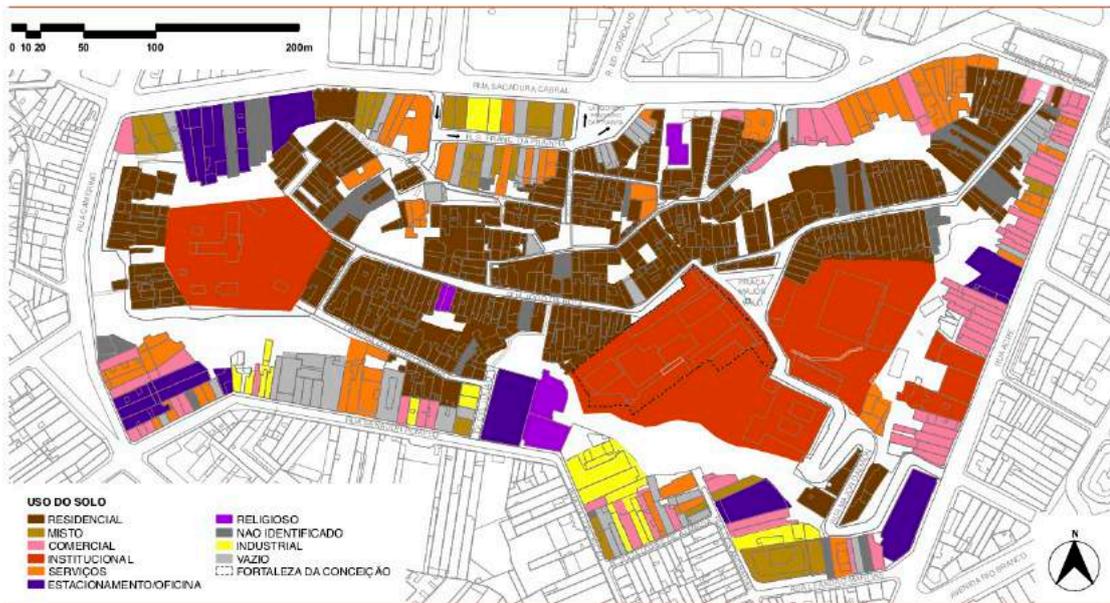
Com exceção da Fortaleza da Conceição, do Palácio Episcopal e do Observatório do Valongo, a tipologia do morro é composta, predominantemente, por casas térreas e sobrados com até dois pavimentos, típicos da antiga ocupação portuguesa do local. Os marcos arquitetônicos supracitados possuem características monumentais, com volumetrias que se destacam na paisagem (Figura 36).





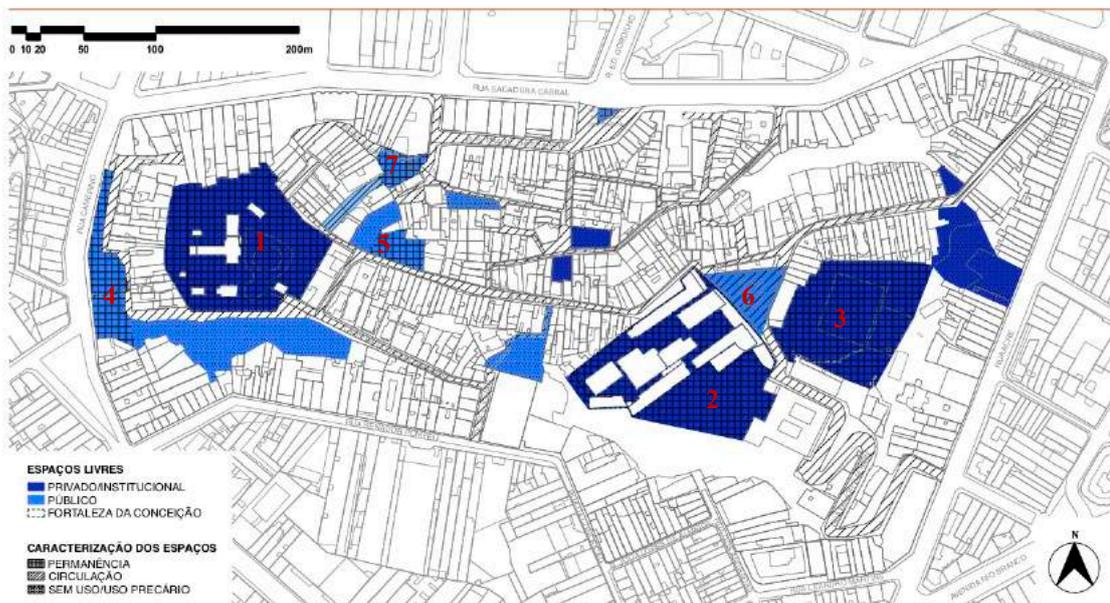
**Figura 36: Visadas contidas no Mapa de Figura e Fundo (Figura 35), com a volumetria do Morro da Conceição e suas ruas. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 53 (adaptado por COSTA/2017)**

A ocupação na parte alta do morro é predominantemente residencial. Já no perímetro de toda a sua base, os usos são diversificados, com maior incidência de usos comerciais e de serviços, para atender às demandas do centro da cidade que se expandiu ao seu redor. Destacam-se os usos institucionais, com complexos que ocupam grandes áreas, tais como o Observatório do Valongo, da UFRJ, e o conjunto da Fortaleza da Conceição, de propriedade do Exército Brasileiro (Figura 37).



**Figura 37: Mapa de usos e fluxos do Morro da Conceição, com predominância do uso residencial. Fonte: COSTA/2017 sobre Cadastral RIO, Prefeitura/1999**

Os maiores espaços livres são propriedades institucionais: o Observatório do Valongo (1) e a Fortaleza (2). O campo de futebol (3), uma grande área verde, também pertence ao conjunto da Fortaleza. O morro possui quatro espaços livres públicos: o Jardim Suspenso do Valongo (4), um mirante (5), a praça Major Valô (F) e a Pedra do Sal (G). Os demais espaços livres são áreas de encosta e/ou terrenos vazios (Figura 38).



**Figura 38: Mapa dos espaços livres e sua respectiva caracterização, com marcação dos maiores espaços livres do morro. Fonte: COSTA/2017 sobre Cadastral RIO, Prefeitura/1999**

O Morro da Conceição, atualmente, carece de oferta de espaços de lazer. Os espaços livres de uso público e institucional, somados, funcionam como os espaços de permanência encontrados na área. As vias e os caminhos para pedestres exercem a função de espaços de circulação.

O fluxo viário é um problema diagnosticado no Morro da Conceição. Com diversos pontos críticos, tais como ladeiras íngremes, curvas perigosas e ruas sem saída, o trânsito no local é complexo, com uma quantidade de veículos incompatível com os traçados sinuosos do local. A Rua Major Daemon, ladeira íngreme acessada pela Rua Acre, é a principal via de ligação do Morro com a parte baixa (Figura 39).

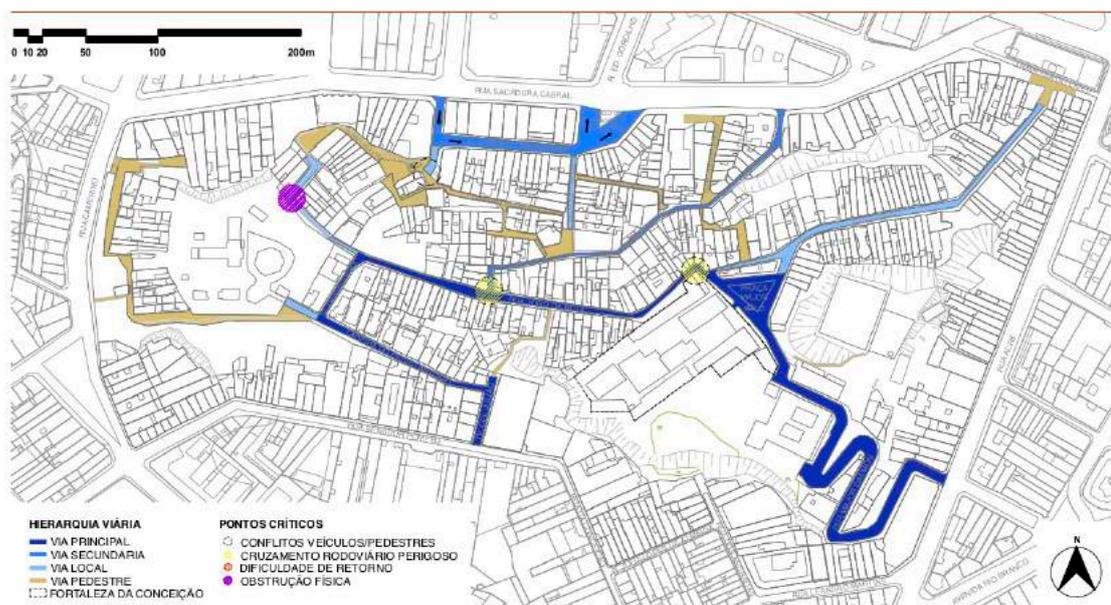


Figura 39: Mapa de hierarquia viária do Morro da Conceição e seus pontos críticos. Fonte: COSTA/2017 sobre Cadastral RIO, Prefeitura/1999

### **1.3 - A FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO E SUA HISTÓRIA**

Por serem construções que integravam o sistema de ocupação e proteção da colônia portuguesa, as fortificações caracterizam-se por possuir uma documentação iconográfica detalhada e acessível, fundamentais para a intervenção sobre esses bens culturais.

[...] é importante ressaltar que os monumentos de arquitetura militar da época colonial, por exemplo, são no âmbito dos bens edificados, aqueles mais documentados. Tratando-se de construções de iniciativa do governo português e dado à sua importância para o domínio do território brasileiro, sua história era registrada desde sua concepção, com desenhos e textos detalhados, documentação hoje perfeitamente acessível para embasamento de um trabalho de informação sobre cada uma das fortificações brasileiras. Sua disponibilização é no nosso entender complemento indispensável na revitalização dessa arquitetura. (LYRA, 2005, p. 223)

Essa situação se aplica ao resultado da pesquisa sobre a Fortaleza da Conceição, que foi capaz de encontrar, em diferentes acervos, uma grande quantidade de fotografias, imagens, mapas e documentos históricos. De posse desse material, esta parte do capítulo buscou reunir o máximo de informações coletadas, configurando-se como uma nova fonte de pesquisa bibliográfica a respeito da fortificação.

#### **1.3.1 - A ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO E O PALÁCIO EPISCOPAL**

Em 1582, Aleixo Manoel<sup>33</sup> e Francisca da Costa, sua esposa, ergueram uma ermida consagrada a Nossa Senhora da Conceição no alto do morro localizado na sesmaria de propriedade de Manuel de Brito de Lacerda (CAVALCANTI, 2004, p.27). Através de uma escritura de 25 de março de 1590, a propriedade do morro de Manuel de Brito é doada aos monges beneditinos, passando a se chamar-se "Morro de São Bento" (Figura 40).

---

<sup>33</sup> Aleixo Manoel, o velho, era assim denominado para diferenciar-se de seu filho; e figura como um dos primeiros povoadores da cidade (COARACY, 1988, p. 198).

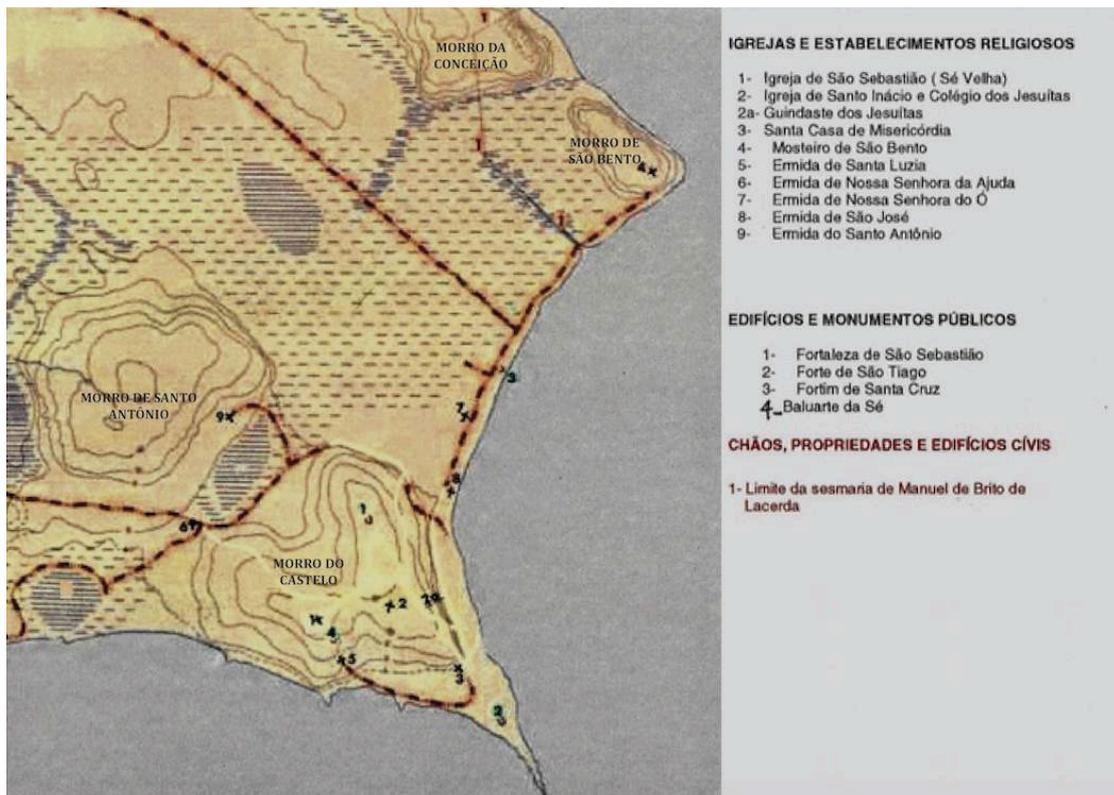


Figura 40: Reconstituição do mapa do Rio de Janeiro em princípio do século XVII. Fonte: NOBREGA, 2003, p. 166, fig. 51 (adaptado por COSTA/2017)

Aleixo Manoel e Francisca da Costa cederam a ermida aos monges, com a condição de que fosse realizada anualmente a festa da Conceição e que missas pela alma dos doadores fossem celebradas. As condições foram aceitas, mas em 1602, o oráculo da antiga ermida foi substituído pelos religiosos beneditinos, dando lugar a uma homenagem a Nossa Senhora de Monserrate (COARACY, 1965, p. 198-199). Nesse período, D. Maria Dantas, devota de Nossa Senhora da Conceição, ordena a construção de uma ermida em homenagem à santa, em um morro fronteiro às terras de Manuel de Brito, dando origem ao nome que carrega até hoje: Morro da Conceição (COARACY, 1988, p.202). A fim de abrigar os frades carmelitas Recoletos e a imagem de Nossa Senhora da Conceição, D. Maria manda construir uma Capela e Hospício<sup>34</sup> (GERSON, 2000, p.144) no local. Em uma escritura com data de 1655, ela transfere essas posses aos frades carmelitas, com a condição de que lhe fosse doada uma sepultura na capela e que fossem celebradas 50 (cinquenta) missas por sua alma e pela alma do seu falecido marido, Manuel de Carvalho. Não é possível afirmar os motivos da recusa da Ordem do Carmo em receber as terras e atender às exigências de Maria Dantas. Na ausência

<sup>34</sup> Hospício em sua denominação antiga significa albergue ou abrigo (GERSON, 2000, p.144).

dos religiosos carmelitas, as terras foram repassadas à administração eclesiástica. Em 1659, os capuchinos recém-chegados da França tomaram posse da ermida e do hospício, que foi sendo ampliado e aperfeiçoado durante os 40 (quarenta) anos que residiram no local. Em 1701, após a ordem do governo da Metrópole que expulsou os religiosos franceses da cidade, os capuchinhos entregaram ao Cabido a capela, o hospício, as terras anexas e demais benfeitorias realizadas. Entre 1701 e 1702, o bispo D. Francisco de São Jerônimo<sup>35</sup>, terceiro bispo do Rio de Janeiro, reconstruiu a capela e ampliou a casa, transformando o antigo hospício dos capuchinos em **Palácio Episcopal (1)**<sup>36</sup>, que passou a ser a residência e sede do bispado do Rio de Janeiro durante dois séculos. Os bispos sucessores de D. Jerônimo deram continuidade às obras iniciadas no Palácio, realizando ampliações e alterações que originaram o aspecto da sua arquitetura atual (COARACY, 1965, p.202-203).

A "Planta de simulação do Rio de Janeiro em 1702<sup>37</sup>", com base no mapa "A Cidade do Rio de Janeiro nos princípios do século XVIII" (Figura 41), de Eduardo Barreiros Canabrava, indica a implantação do **Palácio Episcopal (1)**; da Igreja de São Francisco da Prainha, voltada para a Baía de Guanabara; e do Reduto da Prainha, uma antiga bateria existente no Rio de Janeiro (BARRETO, 1958, p. 256), mais especificamente no atual local da Praça Mauá. O acesso ao Palácio era realizado pela Ladeira da Conceição, atual Rua Major Daemon. E o acesso ao Reduto da Prainha era realizado pelo Caminho da Prainha, atual Rua Acre.

---

<sup>35</sup> D. Francisco de São Jerônimo ocupou o cargo de bispo em 06/08/1701 até 07/03/1721.

<sup>36</sup> Os números indicados após os nomes dos edifícios e espaços seguem a numeração da Figura 3. A partir deste momento, todas as edificações e espaços livres do conjunto receberão suas respectivas numerações e aparecerão em negrito no texto.

<sup>37</sup> Na ausência de um documento histórico que indicasse a construção do Palácio Episcopal (1) no período pretendido, o mapa de 1702 foi gerado através da plataforma imagineRio, que conta com um mapa interativo que mostra a evolução do Rio de Janeiro de 1500 até hoje. Disponível em: <<https://imagerio.org/#en>>. Acesso em: 17 jun. 2016.



Figura 41: Planta digital de simulação do Rio de Janeiro em 1702, com indicação do Palácio Episcopal (1), da Igreja de São Francisco da Prainha (2) e do Reduto da Prainha (3). Fonte: imagineRio.org (adaptado por COSTA/2017)

O **Palácio Episcopal (1)** era, até 1929, um edifício que não fazia parte do conjunto arquitetônico da Fortaleza da Conceição (UCHÔA, 2002). Importante destacar que o histórico desta edificação, que também possui tombamento pelo IPHAN, seria capaz por si só de gerar uma dissertação de mestrado (Figura 42). Desta forma, para fins de desenvolvimento deste trabalho, seu histórico evolutivo não será abordado com detalhe, atendo-se apenas aos fatos que são referentes à Fortaleza da Conceição.



Figura 42: Fotografia aérea do Palácio Episcopal (1) - c. 200. Fonte: Acervo 5º CGEO

### **1.3.2 - DA CONSTRUÇÃO DA FORTALEZA À FÁBRICA DE ARMAS**

Em 1710 e 1711, sob o comando do corsário Duguay-Trouin, aconteceram as invasões francesas à cidade e que, ocorridas em terra, evidenciaram a necessidade de defesa da cidade no lado oposto ao mar. Na época, os morros do Castelo e de São Bento já eram fortificados, mas apenas esses pontos altos não eram capazes de defender a cidade (CASTRO, 2009, p. 253).

Em 1712, D. João solicita que o francês Jean Massé vá ao Brasil como brigadeiro de infantaria, a fim de examinar e reparar as fortificações do país, além de projetar outras que fossem necessárias ao sistema de defesa do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Massé foi um capitão e engenheiro que serviu no exército aliado, marchando de Portugal a Madrid (VITERBO, 1904, p. 154) e cabe ressaltar que também desempenhou a função de cartógrafo, atividade que viria, no século XX, a se tornar o uso principal da Fortaleza que ajudou a projetar. O governador D. Francisco de Távora<sup>38</sup> determina a construção de uma fortaleza no alto do Morro da Conceição, considerado por ele uma excelente posição militar. Quando o brigadeiro chega ao Rio de Janeiro para realizar o projeto, em 1713, encontra a cidade guarnecida por 15 (quinze) fortificações (Figura 43): Santa Cruz, São João, São Thiago, São Sebastião, da Praia Vermelha, Villegaignon, da Praia do Saco, de Nossa Senhora de Boa Viagem, da Ilha das Cobras, da Laje, Reduto da Prainha, de São Bento, da Conceição, da Praia de Santa Luzia e de Gragoatá (CAVALCANTI, 2004, p. 47).

---

<sup>38</sup> Francisco Xavier de Távora foi governador do Rio de Janeiro, de 1713 a 1716 (CAVALCANTI, 2004, p. 47).

*Relação da Artilharia que se achava nas Fortificações desta Cidade e Fortalezas de sua Magestade dada ao Senhor Brigadeiro Joseph da Silva Pais G<sup>or</sup> desta Capitanias do Rio de Janeiro em de Mayo - de 1735*

| Calibres           | Calibre de 2 | Calibre de 3 | Calibre de 4 | Calibre de 6 | Calibre de 8 | Calibre de 8 de Bronze | Calibre de 8 desmontados | Calibre de 10 | Calibre de 12 | Calibre de 12 de Bronze | Calibre de 14 de Bronze | Calibre de 16 de Bronze | Calibre de 18 | Calibre de 18 de Bronze | Calibre de 18 de Bronze 5 | Calibre de 24 | Calibre de 36 | Quadrado | Total de Ferro | Total de Bronze | Total |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------------------|--------------------------|---------------|---------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------|-------------------------|---------------------------|---------------|---------------|----------|----------------|-----------------|-------|
| S. Sebastião       | 0            | 0            | 1            | 0            | 5            | 0                      | 0                        | 0             | 10            | 0                       | 0                       | 0                       | 2             | 0                       | 0                         | 1             | 2             | 0        | 19             | 0               | 19    |
| S. Januario        | 2            | 1            | 4            | 2            | 0            | 0                      | 0                        | 0             | 0             | 0                       | 0                       | 0                       | 0             | 0                       | 0                         | 1             | 0             | 10       | 0              | 10              |       |
| S. Thiago          | 1            | 2            | 9            | 4            | 0            | 0                      | 0                        | 2             | 0             | 0                       | 0                       | 0                       | 2             | 0                       | 0                         | 0             | 0             | 20       | 0              | 20              |       |
| Conceição          | 0            | 0            | 1            | 7            | 0            | 0                      | 0                        | 0             | 0             | 0                       | 0                       | 8                       | 0             | 0                       | 10                        | 0             | 0             | 26       | 0              | 26              |       |
| Praia              | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0                      | 0                        | 2             | 0             | 0                       | 0                       | 0                       | 0             | 0                       | 0                         | 1             | 0             | 3        | 0              | 3               |       |
| Tha. do Cobro      | 0            | 0            | 2            | 0            | 0            | 0                      | 0                        | 11            | 0             | 0                       | 0                       | 7                       | 0             | 0                       | 0                         | 6             | 0             | 26       | 0              | 26              |       |
| Gravata            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0                      | 0                        | 0             | 0             | 0                       | 0                       | 6                       | 0             | 0                       | 3                         | 0             | 0             | 9        | 0              | 9               |       |
| Praia Vermelha     | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0                      | 0                        | 7             | 0             | 0                       | 0                       | 5                       | 0             | 0                       | 0                         | 0             | 0             | 12       | 0              | 12              |       |
| S. Joao            | 0            | 0            | 0            | 0            | 2            | 1                      | 2                        | 0             | 2             | 2                       | 0                       | 5                       | 16            | 0                       | 2                         | 7             | 0             | 31       | 8              | 39              |       |
| Lago               | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0                      | 0                        | 0             | 0             | 0                       | 0                       | 0                       | 0             | 0                       | 10                        | 0             | 0             | 10       | 0              | 10              |       |
| S. Cruz            | 1            | 0            | 1            | 0            | 4            | 0                      | 0                        | 4             | 0             | 2                       | 2                       | 0                       | 8             | 0                       | 8                         | 12            | 3             | 30       | 15             | 45              |       |
| Praia de Fora      | 0            | 0            | 2            | 0            | 0            | 0                      | 0                        | 2             | 0             | 0                       | 0                       | 2                       | 0             | 0                       | 0                         | 0             | 0             | 6        | 0              | 6               |       |
| Boa viagem         | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0                      | 0                        | 0             | 0             | 0                       | 0                       | 6                       | 0             | 0                       | 4                         | 0             | 0             | 10       | 0              | 10              |       |
| Villagalhons       | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0                      | 0                        | 2             | 0             | 0                       | 0                       | 10                      | 0             | 0                       | 4                         | 2             | 0             | 15       | 0              | 15              |       |
| Total dos Calibres | 4            | 3            | 2            | 13           | 9            | 1                      | 2                        | 2             | 40            | 2                       | 2                       | 7                       | 64            | 8                       | 2                         | 47            | 24            | 3        | 230            | 23              | 253   |

Figura 43: Relação da artilharia das fortificações do Rio de Janeiro - 1735, com a demarcação da referência a "Conceição". Fonte: FERREZ, 1972 (adaptado por COSTA/2017)

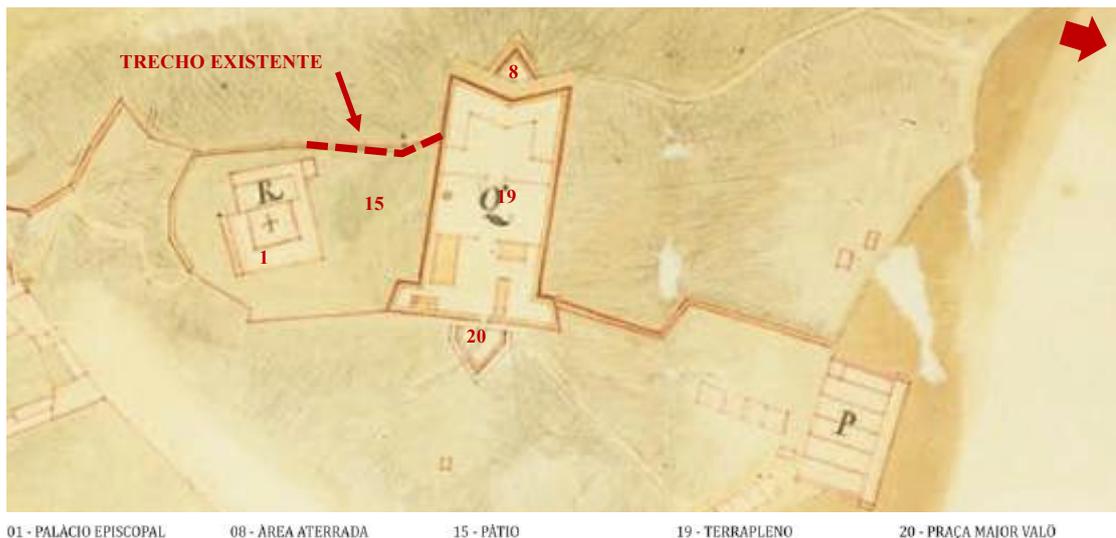
Segundo o "Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar", organizado por Almeida (1921, p. 332), constam duas cartas "sobre as fortificações do Rio de Janeiro e suas respectivas plantas", com data de 16 de agosto e 03 de dezembro de 1713. As cartas teriam sido remetidas ao Rei João V pelo então governador Francisco de Távora, e informavam que a Fortaleza da Conceição estava sendo construída e que um muro de defesa da cidade seria iniciado. Além das cartas, a remessa continha a "Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e suas fortificações" (Figura 44), com autoria atribuída ao brigadeiro Massé (FERREZ, 1972, p. 56). Entretanto, segundo Corrêa-Martins (2014, p. 4), a planta deve ser também atribuída ao governador Francisco de Távora, pois ele teria ajudado na concepção da construção da Fortaleza da Conceição em conjunto com Massé, que permanecia adoecido desde sua chegada ao Brasil. De acordo com Ferrez (1963, p. 6), essa "é a primeira planta do Rio de Janeiro executada em escala e apresenta o resultado dos estudos daquele engenheiro, mostrando como se deveria proteger a cidade pelo lado de terra". De acordo com o projeto, o muro fecharia o limite do perímetro urbano da cidade, conectando o

Forte de São Sebastião, no alto do Morro do Castelo, à Fortaleza da Conceição, no alto do morro de mesmo nome.



Figura 44: Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro - 1713, com indicação do muro projetado entre os Morros do Castelo e da Conceição. Fonte: AHU (adaptado por COSTA/2017)

No projeto da Fortaleza da Conceição (Figura 45), verifica-se a posição do muro de defesa a ser construído; o formato alongado do quadrilátero do perímetro da fortificação, com as laterais protegidas por meios baluartes (CASTRO, 2009, p. 253); o **Terrapleno (19)**, com previsão de algumas edificações; a forma e dimensão do revelim frontal, no local da atual **Praça Major Valô (20)**, e do revelim posterior, onde hoje localiza-se a **Área Aterrada (8)**. Ainda nesse documento, verifica-se a relação espacial entre a Fortaleza e o **Palácio Episcopal (1)**, que originou o espaço do **Pátio (15)**.



**Figura 45: Pormenor da Planta da Cidade de São Sebastião - 1713, com indicação da posição das edificações/espços livres atuais, e do trecho existente do muro de defesa. Fonte: AHU (adaptado por COSTA/2017)**

O muro de defesa apresentava baluartes e revelins em todo o seu comprimento, com um aspecto formal muito parecido com os muros executados nas novas cidades europeias. O projeto não foi totalmente concluído em razão do seu alto custo de execução, da expansão da cidade à época e da falha de projeto em relação ao abastecimento de água. As fontes da Ajuda e da Bica dos Marinheiros ficaram fora dos limites de proteção do muro, sendo assim, possíveis invasores poderiam cercar a cidade ao cortar o seu fornecimento de água (NÓBREGA, 2003, p. 288-289). No **Pátio (15)**, localiza-se um trecho do que chegou a ser construído do muro histórico (Figura 46)<sup>39</sup>.



**Figura 46: Fotografia com os vestígios do muro de defesa da cidade. Fonte: COSTA/2017**

<sup>39</sup> Ver subitem "3.3.2 - Pátio (15) e Praça Major Valô (20)".

Na carta enviada ao Rei em 02 de março de 1718, o governador Antônio de Brito Freire Meneses descreve o muro ligado às Fortalezas de São Sebastião, no alto do morro do Castelo, e da Conceição, no alto do morro de mesmo nome:

A fortificação da cidade consta de duas fortalezas, que ocupam dois oteiros próximos e eminentes d'ella, a que chama de São-Sebastião e da Conceição; entre elles corre uma distancia de 300 braças, em que está o muro, que forma nove angulos avançados, e quazi no meio a porta principal com um revelim, que o defende; da fotaleza de São-Sebastião corre pela ladeira a muralha do mar junto do forte de Santiago, e da fortaleza da Conceição continua o muro pela ladeira até o mar junto do trapixe (sic) dos terceiros; pela parte do porto forma um cais com algumas defensas como se vê na planta 2a da cidade e n'esta fôrma se acha fechada de fortificação. (RIHGB, 1892, p. 223)

Ainda na carta de 1718, Antônio de Brito informa que a Fortaleza está quase concluída, com seu corpo da guarda, casa de pólvora e cisterna prontos, dependendo da conclusão de algumas partes:

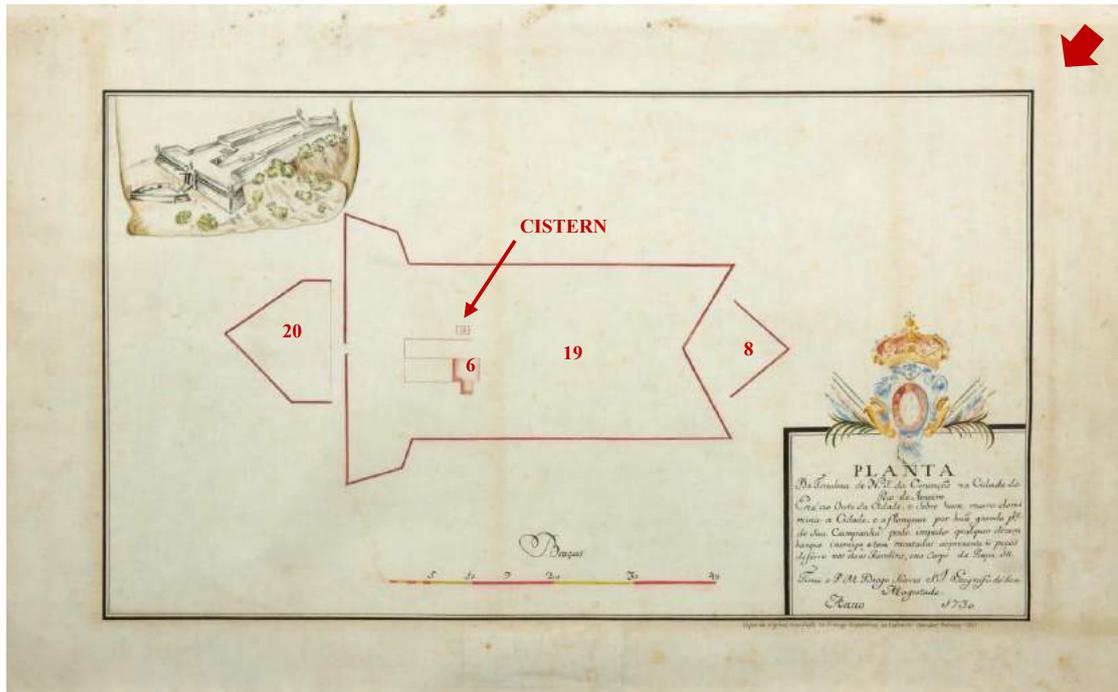
A fortaleza da Conceição, que ocupa o mais alto do monte, que fica ao norte da cidade, se acha também quazi acabada, com seu armazem de pólvora, corpo da guarda e cisterna; necessita de acabar o fôso, parapeitos e alguns quartéis. N'esta obra as paredes interiores, que formam o parapeito, estão pouco seguras e a cisterna esvahida. (RIHGB, 1892, p. 224)

Por fim, a carta reportava que antes mesmo de ser concluída a Fortaleza possuía 36 canhões e 1000 balas de diferentes calibres (RIHGB, 1892, p. 225), sendo a terceira fortificação mais artilhada, atrás apenas do Forte de São João e da Fortaleza de Santa Cruz. Entretanto, não poderia usar seu poder de fogo por estar sendo construída ao lado da casa do bispo, cuja administração eclesiástica reclamou dos armamentos e dos barulhos da Fortaleza, afirmando ainda que a vibração dos tiros de canhão comprometia a estrutura das paredes do Palácio. Foi pedida uma indenização milionária em razão da destruição de uma luminária. A questão se tornou política, criando uma desavença entre os religiosos e militares. A decisão do impasse foi favorável aos padres, e a Fortaleza recebeu ordens para não atirar com os canhões, impedindo a preparação e o treinamento da guarnição. A partir dessa situação, em conjunto com a desistência do sistema de defesa proposto por Massé, a Fortaleza perdeu seu poder militar logo nos primeiros anos da sua construção (CASTRO, 2009, p. 253-254). Com sua construção, o Vice-Rei Conde da Cunha criou "uma oficina de espingardeiros e outra de coronheiros, com 16 artesãos" (CASTRO, 2009, p. 255). A "Planta da Fortaleza de N. S. da Conceição na Cidade do Rio de Janeiro" elaborada em 1730 pelo cartógrafo jesuíta Padre Diogo Soares<sup>40</sup> (Figura 47),

---

<sup>40</sup> Diogo Soares (1684-1748) foi um padre jesuíta e cartógrafo português.

confirma os relatos de Antônio de Brito.



06 - CASA D' ARMAS      08 - ÁREA ATERRADA      19 - TERRAPLENO      20 - PRAÇA MAJOR VALÔ

**Figura 47: Planta da Fortaleza de N. S. da Conceição - 1730, com indicação da posição das edificações/espços livres atuais. Fonte: AHEx (adaptado por COSTA/2017)**

Na planta, nota-se a localização da cisterna histórica (Figura 48), a rampa de acesso e a indicação de uma edificação primitiva (possivelmente a casa de pólvora ou o corpo da guarda), onde posteriormente seria construída a **Casa D'Armas (6)**.



**Figura 48: Fotografia interna da cisterna histórica. Fonte: Leandro Campos/2011**

O documento apresenta, ainda, uma perspectiva no canto superior esquerdo onde é revelada a volumetria da fortaleza, indicando que havia uma ponte elevada que ligava o

revelim frontal à portada histórica (Figura 49).

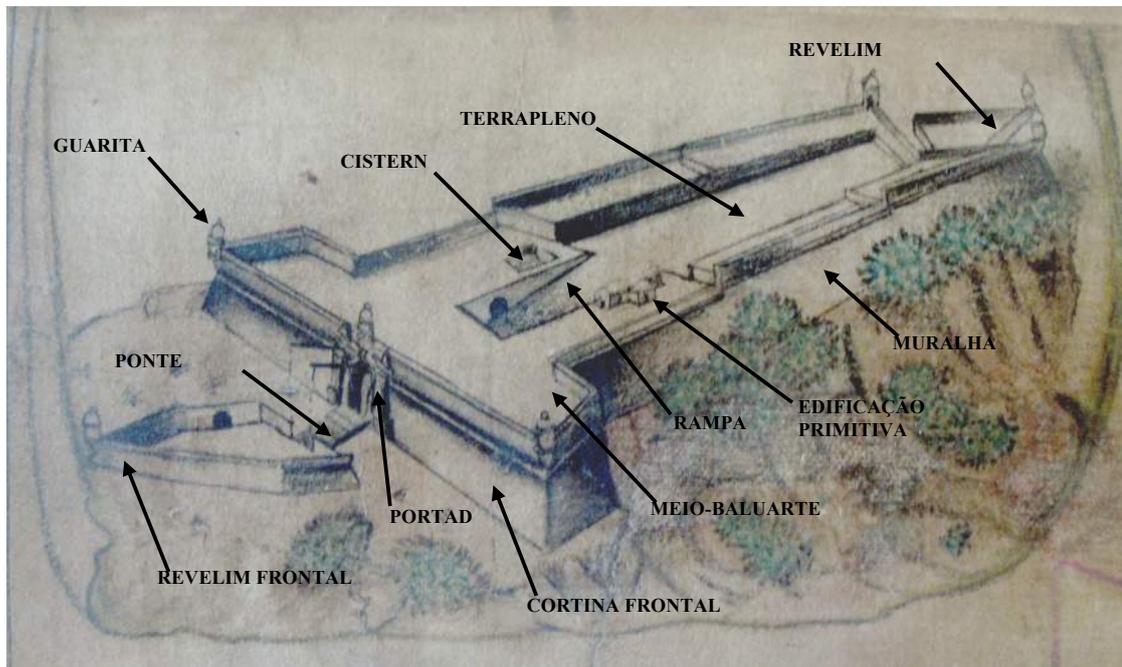


Figura 49: Pormenor da perspectiva da Planta de 1730, com a nomenclatura das partes da fortificação. Fonte: AHEx (adaptado por COSTA/2017)

Em 1735, a Fortaleza apresentava sinais de abandono mesmo possuindo um armamento que contava com 26 canhões, em sua maioria de calibre pesado. Por causa dessa situação de mau estado de conservação, novos usos foram pensados para o espaço: (CASTRO, 2009, p. 254).

Naquele momento, talvez tenha sido vislumbrada nova finalidade para a posição: e, como parte das reformas do programa de Silva Paes, o forte foi reparado, com a construção de uma ponte levadiça, de quartéis até então inexistentes para a guarnição; e, o mais importante, um armazém à prova de bombas, do qual também a cidade era carente. O material também foi racionalizado, passando a ser de vinte canhões, 18 dos quais de 18 libras ou superiores. As obras devem ter visado metas mais ambiciosas, pois exigiram o expressivo dispêndio de 18 contos de réis, inferior apenas ao que foi gasto com as obras na Ilha das Cobras. De qualquer maneira, estava aberto o caminho para o uso do forte como depósito de armas. (CASTRO, 2009, p. 254)

O projeto de Massé tornou-se obsoleto com o crescimento urbano para além do muro de defesa, permanecendo então o estado de abandono da Fortaleza, que era um dos pontos âncora da proposta e não mais poderia exercer a função que lhe foi designada em sua concepção (CASTRO, 2009, p. 254). Através da "Carta Topographica da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro", de autoria do Capitão André Vaz Figueira, de 1750 (Figura 50), é possível verificar o **Terrapleno (19)** já edificado, o que indica que a fortificação já não exercia a função de

artilharia.



Figura 50: Pormenor da Carta Topographica - 1750, com a indicação da Fortaleza da Conceição. Fonte: Col. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty (adaptado por COSTA/2017)

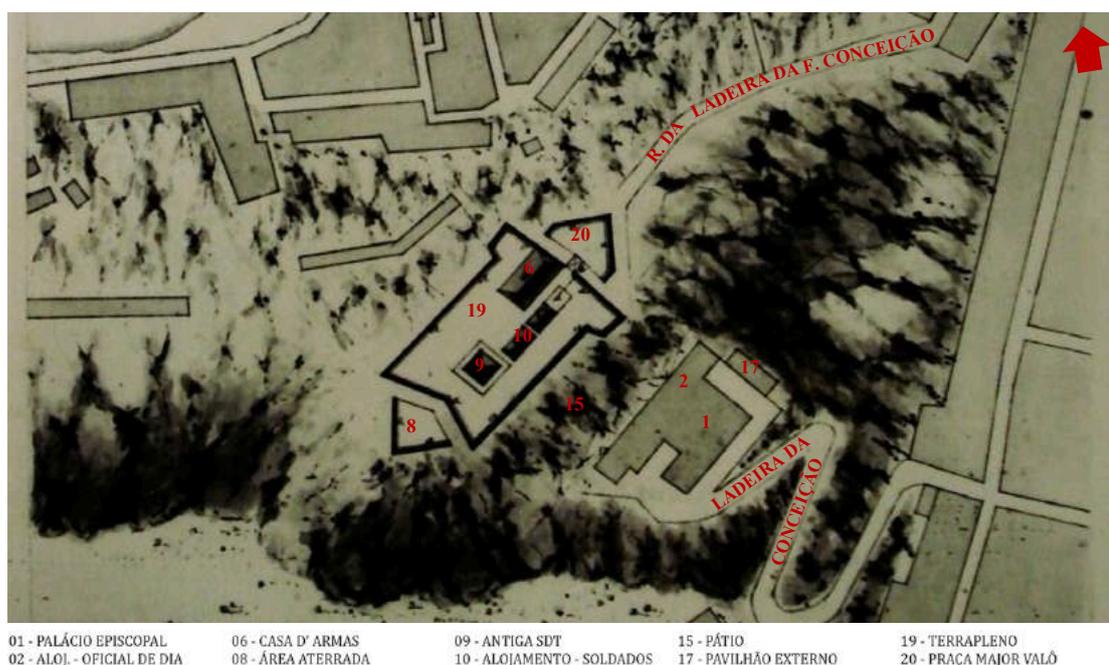
Em 1765, a **Casa D'Armas (6)** foi instalada, servindo como um depósito de armamentos da capitania, com "capacidade para recolher milhares de armas". A destinação desse novo uso foi um fator determinante para a posterior preservação da Fortaleza, que deixou de ter a defesa da costa como principal missão (CASTRO, 2009, p. 254). Em 1768, Jacques Funck<sup>41</sup> produziu a "Relação geral de todas as fortalezas do Rio de Janeiro", contendo as plantas das principais fortificações da cidade, suas respectivas descrições do estado de conservação, e a avaliação defensiva de cada uma delas (CAMPOS, 2011, p. 15). Sobre a Fortaleza da Conceição, ele considerou que suas muralhas estavam em péssimo estado de conservação, praticamente em ruínas (CASTRO, 2009, p. 254).

Na "Planta da Fortaleza da Conceição, situada sobre um morro ao norte da cidade"(Figura 51), que acompanhou o relatório, verifica-se a **Casa D'Armas (6)** à frente; a edificação primitiva da **Antiga SDT (9)** ao fundo; e duas construções alinhadas à cisterna: uma

---

<sup>41</sup> Jacques Funck (1715-1788) foi um engenheiro militar sueco contratado para realizar melhoramentos nas fortificações do Rio de Janeiro.

onde hoje localiza-se o edifício do **Alojamento - Soldados (10)**, e outra mais à frente, em um local atualmente não edificado. Externamente, uma edificação é representada ao lado do **Palácio Episcopal (1)**, possivelmente o edifício do **Pavilhão Externo (17)**. Além disso, em conjunto com muitos documentos da sequência desse histórico, é possível afirmar que, no local da edificação do **Alojamento - Oficial de dia (2)**, existia uma construção longilínea ligada ao Palácio<sup>42</sup>, possuindo a função de cavalariças<sup>43</sup>. Ainda de acordo com o desenho, a Ladeira da Conceição (atual Rua Major Daemon) não era, nesse momento, ligada à **Praça Major Valô (20)** e conseqüentemente à Fortaleza, que era acessada pela Rua da Ladeira da Fortaleza da Conceição (atual Ladeira João Homem).



**Figura 51: Pormenor da Planta da Fortaleza da Conceição - 1768, com indicação da posição das edificações/espços atuais. Fonte: Col. Mário de Andrade - IEB/USP (adaptado por COSTA/2017)**

No "Plano da Cidade do Rio de Janeiro Capital do Estado do Brasil", de autoria de Francisco João Roscio<sup>44</sup>, de 1769 (Figura 52), também é possível verificar o **Terrapleno (19)** edificado. A configuração dessa planta assemelha-se ao mapa de 1750, e corrobora com as

<sup>42</sup> Ver Figura 60.

<sup>43</sup> Ver Figura 65.

<sup>44</sup> Francisco João Roscio (1733-1805) foi um engenheiro militar português.

informações de que ela não desempenhou a função de artilharia por muito tempo (CASTRO, 2009, p. 253), tendo os espaços das canhoneiras ocupados por edificações.



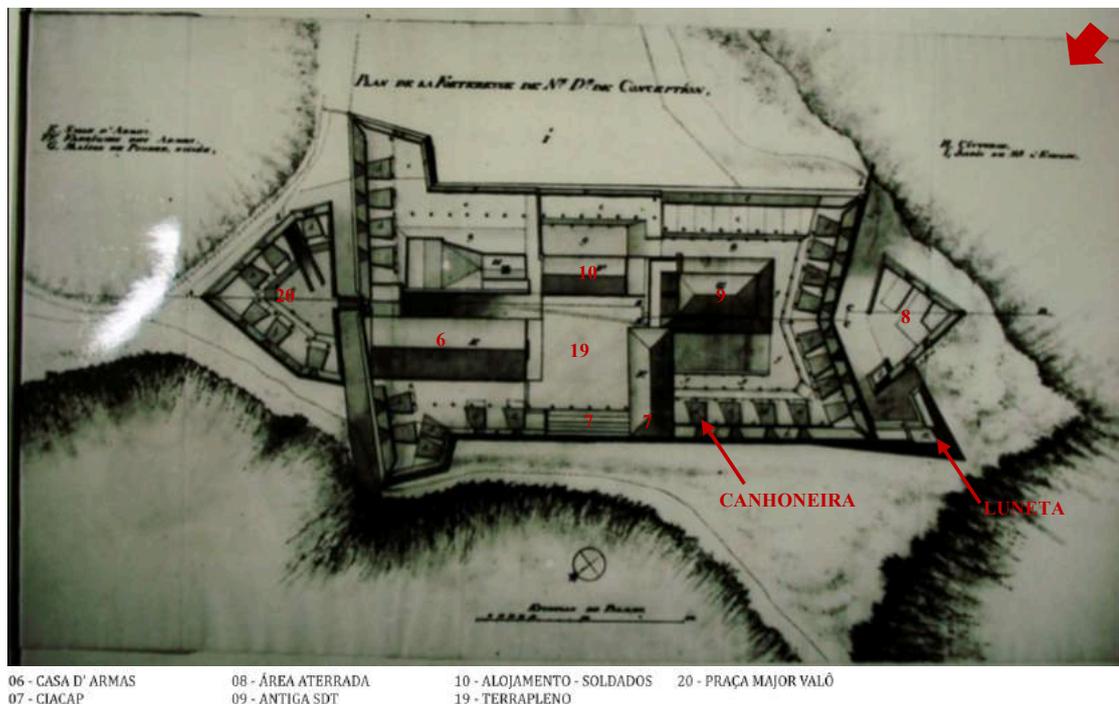
**Figura 52: Pormenor do Plano da Cidade do Rio de Janeiro - 1769, com indicação da Fortaleza da Conceição.**  
Fonte: Col. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty (adaptado por COSTA/2017)

Com a fortificação destinada a sofrer um processo de arruinamento, uma proposta de reforma produzida por Jacques Funck, em 1771, foi responsável por proteger a Fortaleza do abandono. A proposta continha um memorial descritivo intitulado "Relação das obras feitas no Forte da Conceição 1771" (Anexo VII)<sup>45</sup>, além dos desenhos da planta, de uma fachada lateral voltada para a Baía de Guanabara e de um perfil longitudinal passando pela rampa de acesso. O projeto, que não foi completamente executado, previa que as muralhas arruinadas seriam revestidas; árvores seriam plantadas com o objetivo de esconder as edificações do interior do **Terrapleno (19)**; e plataformas seriam instaladas para canhões (CASTRO, 2009, p. 254). A análise da "Planta da Fortaleza da Conceição" (Figura 53) permite observar que Funck

---

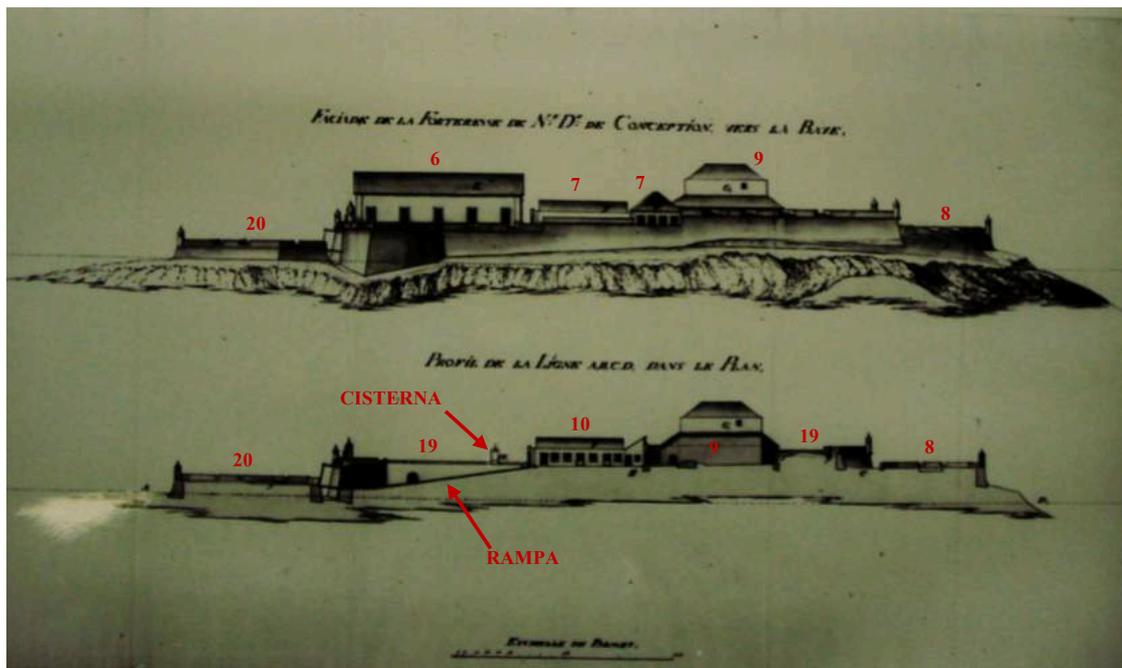
<sup>45</sup> A transcrição em português do memorial descritivo de Jacques Funck foi gentilmente cedida pelo historiador do DEPAm/IPHAN Adler Fonseca.

continuava a considerar a função defensiva da Fortaleza, pois as canhoneiras que estavam voltadas para o porto e para os fundos da cidade foram mantidas, e uma luneta posterior foi acrescida no projeto. Entretanto, outras edificações foram incluídas em seu **Terrapleno (19)**, para dar suporte ao uso de oficinas de armamentos que era desempenhado naquele momento (CAMPOS, 2011, p. 16).



**Figura 53: Planta da Fortaleza da Conceição - Jacques Funck - 1771, com a posição das edificações/espaços livres atuais, das antigas canhoneiras e da luneta projetada. Fonte: Col. Mário de Andrade - IEB/USP (adaptado por COSTA/2017)**

Os desenhos da "Fachada da Fortaleza da Conceição desde a baía e perfil da linha ABCD na planta" permitem observar os gabaritos das edificações e as diferenças de cota entre os revelins e o **Terrapleno (19)** da fortificação (Figura 54). Na fachada lateral, representada na parte superior do documento, verifica-se a relação entre os gabaritos da **Casa D'Armas (6)**, do **CIACAP (7)** e da **Antiga SDT (9)**. No perfil longitudinal, representado na parte inferior, é possível verificar a inclinação da rampa de acesso, a posição da cisterna, a fachada lateral e o gabarito do **Alojamento - Soldados (10)**, o corte indicando dois pavimentos da **Antiga SDT (9)** e o desnível entre a parte frontal do **Terrapleno (19)** e sua parte posterior.



06 - CASA D' ARMAS      08 - ÁREA ATERRADA      10 - ALOJAMENTO - SOLDADOS      20 - PRAÇA MAJOR VALÔ  
 07 - CIACAP      09 - ANTIGA SDT      19 - TERRAPLENO

**Figura 54: Fachada da Fortaleza da Conceição vista desde a baía e perfil da linha ABCD na planta - Jacques Funck - 1771, com indicação da posição das edificações/espços livres atuais. Fonte: Col. Mário de Andrade - IEB/USP (adaptado por COSTA/2017)**

Além dos desenhos do brigadeiro, existe a "Planta e Perfil da Fortaleza da Conceição", com data e autoria desconhecidas (Figura 55). Estima-se que seja datada do mesmo período dos desenhos de Funck, em razão das configurações parecidas. Pelo desenho, nota-se também que a Fortaleza da Conceição tinha como principal uso o depósito de armas e as oficinas reparadoras, uma complementação do que indica as propostas de Funck (CAMPOS, 2011, p. 17), entretanto, a luneta de fundos projetada por ele não está representada nem neste desenho e nem nas plantas posteriores, indicando que a estrutura não chegou a ser construída.



Palco de acontecimento relacionado a um dos fatos mais marcantes da História do Brasil, a Fortaleza da Conceição é um dos raros locais onde, comprovado através de documentos da época (vales de arrematamento depositados no Arquivo Nacional), tem-se a prova da prisão de três participantes da Inconfidência Mineira (1791): o Desembargador Thomaz Antonio Gonzaga (conhecido na Literatura Brasileira como Dirceu, no romance "Marília de Dirceu"), José Alves Maciel e Domingos Vidal, mantidos incomunicáveis até o julgamento e degredo para a África. Posteriormente, ela é novamente utilizada para guardar acusados de alta traição, no caso o poeta Manoel Inácio da Silva Alvarenga e o bacharel em Filosofia Mariano José Pereira da Fonseca, o futuro Marquês de Maricá, membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro; sendo que este último permaneceu preso de 1794 até fins de 1797, quando foi libertado por ordem de D. Maria I. (UCHÔA, 2002, p. 3-4)

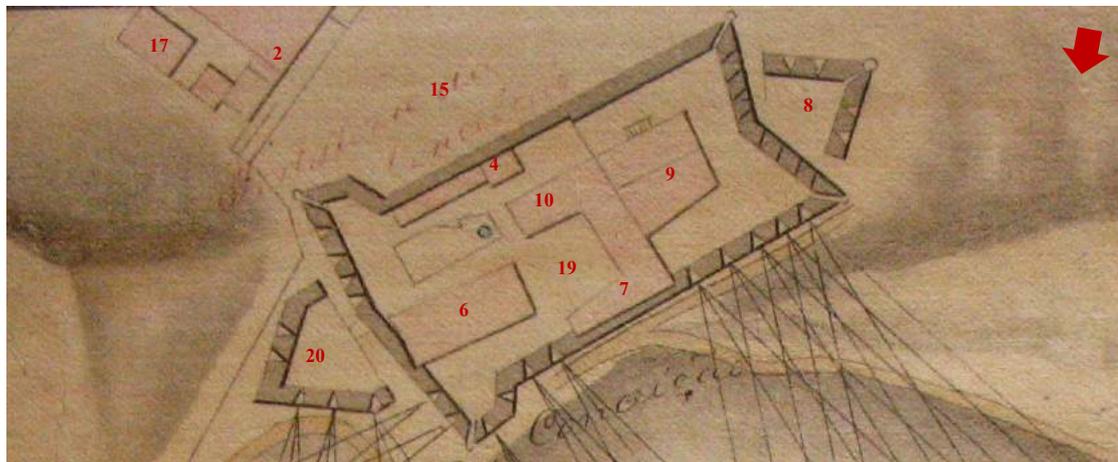
O "Plano da Marinha do Norte da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações", de 1794, conforma-se com as configurações da planta de Funck e da planta de autoria desconhecida. O documento representa o poder de fogo da Fortaleza da Conceição através das linhas de disparo dos canhões (CAMPOS, 2011, p. 17), direcionados para a Baía de Guanabara (Figura 56).



Figura 56: Plano da Marinha - 1794, com as linhas de disparo dos canhões representadas até a Baía de Guanabara. Fonte: AHEx (adaptado por COSTA/2017)

Na planta de 1794 (Figura 57), é possível observar um aumento da área edificada do Terrapleno (19). Além de conectar-se fisicamente ao edifício do Alojamento - Soldados (10),

a **Antiga SDT (9)** sofreu um acréscimo em direção a um dos meio-baluartes onde atualmente localiza-se o edifício do **CIACAP (7)**. A planta traz, também, informações mais detalhadas sobre o local do **Pavilhão Externo (17)**, indicando que ali existiam duas volumetrias separadas, além de uma terceira volumetria conectada ao **Alojamento - Oficial de dia (2)**.



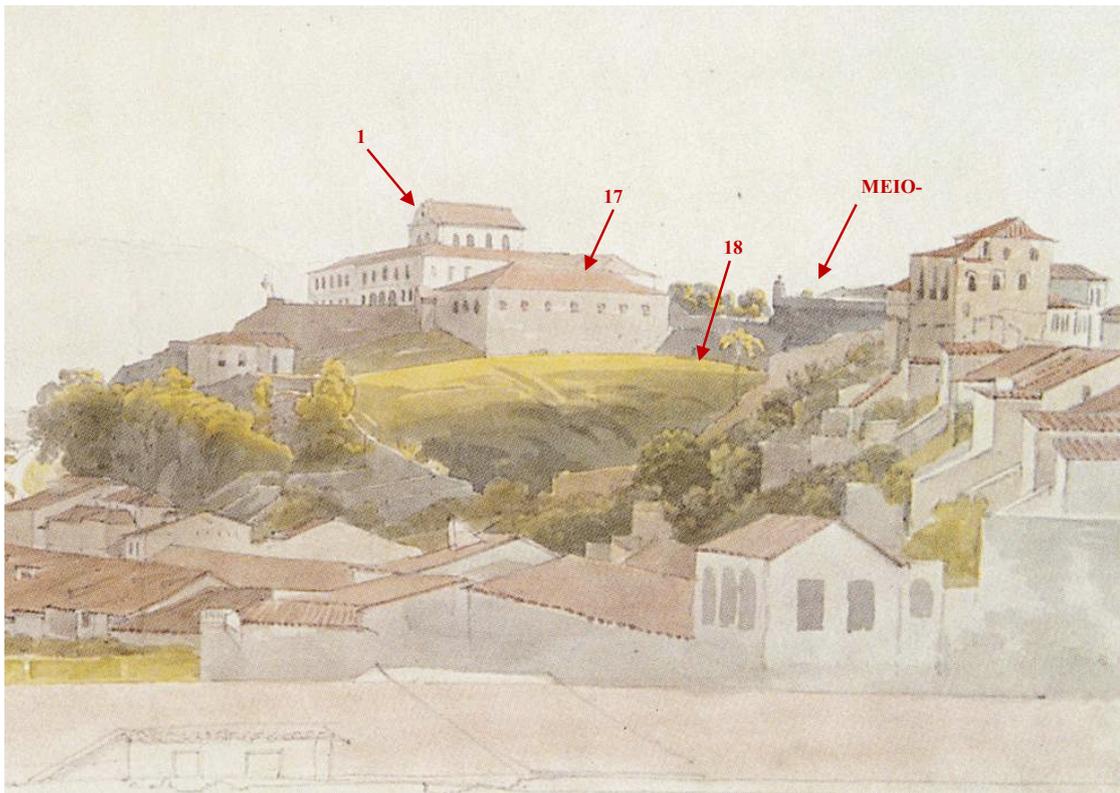
|                             |                    |                           |                       |                       |
|-----------------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------|
| 01 - PALÁCIO EPISCOPAL      | 06 - CASA D' ARMAS | 09 - ANTIGA SDT           | 15 - PÁTIO            | 19 - TERRAPLENO       |
| 02 - ALOJ. - OFICIAL DE DIA | 07 - CIACAP        | 10 - ALOJAMENTO - SOLDADO | 17 - PAVILHÃO EXTERNO | 20 - PRAÇA MAJOR VALÔ |
| 04 - SDT                    | 08 - ÁREA ATERRADA |                           |                       |                       |

**Figura 57: Pormenor do Plano da Marinha - 1794, com indicação da posição das edificações/espacos livres atuais. Fonte: AHEx (adaptado por COSTA/2017)**

### 1.3.3 - A FÁBRICA E OFICINA DE REPAROS DE ARMAS

A função de oficina para consertos de armas sendo ampliada e, em 1810, dois anos após a chegada da Família Real, a Fortaleza da Conceição foi elevada a Fábrica de Armas, mas sua produção foi pequena em razão da transferência do pessoal especializado para São Paulo (CASTRO, 2009, p. 255). No desenho de Thomas Ender<sup>46</sup>, de 1817, é possível observar o **Palácio Episcopal (1)**; a volumetria do edifício do **Pavilhão Externo (17)** com apenas um pavimento e implantado sobre estrutura de arrimo, agora ocupando todo seu espaço; um dos meio-baluartes da Fortaleza com uma guarita; além do morro onde hoje situa-se o **Campo de Futebol (18)**, sem muita vegetação alta (Figura 58).

<sup>46</sup> Thomas Ender (1793-1875) foi um pintor austríaco que elaborou aquarelas retratando o Brasil durante o século XIX.



**Figura 58: Pormenor da aquarela de Thomas Ender, com indicação do Palácio Episcopal (1), do Pavilhão Externo (17), do morro onde hoje encontra-se o Campo de Futebol (18) e do meio-baluarte da fortificação - 1817. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural (adaptado por COSTA/2017)**

Após a reforma militar de 1831, a Fábrica foi extinta e os depósitos foram abandonados. Nesse momento, a Fortaleza não mais era considerada uma fortificação (CASTRO, 2009, p. 255):

No Império, não há informações sobre o seu armamento, sinal de que a posição não era mais considerada uma fortificação, tanto que não aparece na documentação sobre o desarmamento dos fortes, de 1831. (CASTRO, 2009, p. 255)

Em 1832, os depósitos abandonados "passaram a ser uma repartição do Arsenal de Guerra", e com a reativação do Exército, em 1844, as oficinas de espingardeiros e coronheiros foram recriadas, com a expansão rápida das suas atividades (CASTRO, 2009, p. 255):

Em 1849, lá trabalhavam 157 operários civis, em quatro oficinas: além das duas já existentes, tinham sido criadas as de "abridores" (gravação em metal) e latoeiros. (CASTRO, 2009, p. 255)

Com a reativação das oficinas, a Fábrica de Armas foi recriada pouco tempo depois, tendo como função a conversão de armamento obsoleto, de pederneira, para o padrão mais atual da época, de fulminato. Depois da Guerra do Paraguai (1864-1870), as instalações existentes

não tinham a tecnologia necessária para o trabalho com as novas armas, e a Fortaleza passou a ser mais uma oficina de reparos, mesmo que mantendo o nome de Fábrica de Armas (CASTRO, 2009, p. 255-256). A perspectiva de Francis Garat<sup>47</sup>, de 1860, ilustra a volumetria do edifício da SDT (4), sendo possível verificar também parte do revelim frontal com uma guarita, além de um muro onde hoje encontra-se o edifício externo da **Garagem (16)** (Figura 59).

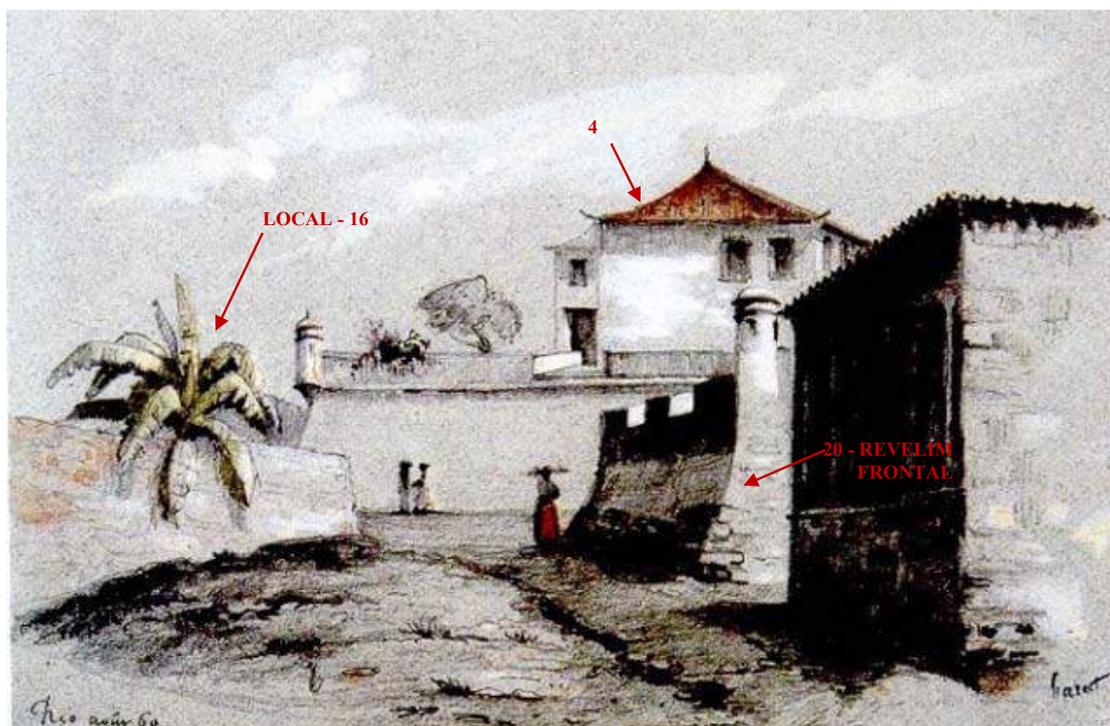


Figura 59: Aquarela de Francis Garat, com indicação do SDT (4), do terreno onde hoje localiza-se a Garagem (16) e do antigo revelim frontal onde hoje existe a Praça Major Valô (20) - 1860. Fonte: Acervo Col. Geyer (adaptado por COSTA/2017)

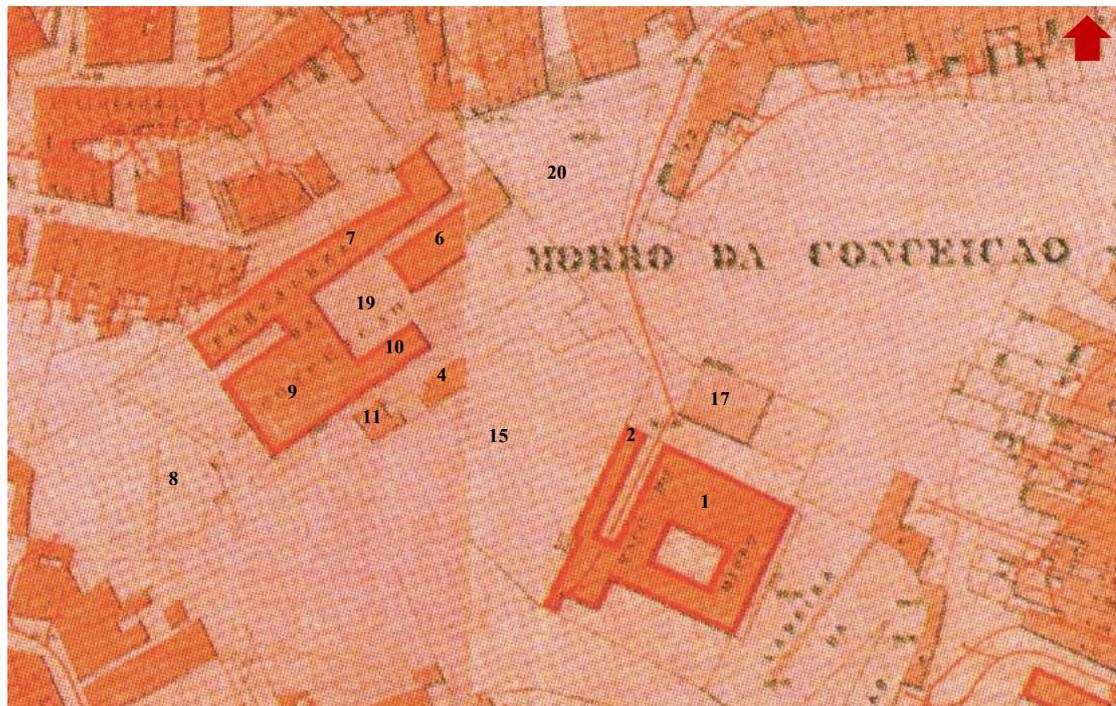
A "Planta Cadastral", de 1871 (Figura 60), elaborada pelo engenheiro Edward Gotto<sup>48</sup> para a companhia *City Improvements*<sup>49</sup>, indica um aumento expressivo da densidade construtiva sobre o **Terrapleno (19)**. O edifício do **CIACAP (7)** passou a ocupar grande parte da extensão da muralha, com pouco afastamento em relação às canhoneiras frontais. Aparecem representadas as edificações do **Posto Médico (11)** e uma construção no local da **SDT (4)**. A cadastral traz ainda a informação de que o **Pavilhão Externo (17)** sofreu uma perda de área,

<sup>47</sup> Francis Garat foi um pintor francês nascido em 1870.

<sup>48</sup> Edward Gotto (1822-1897) foi um engenheiro e arquiteto inglês, responsável pelo projeto de saneamento da cidade do Rio de Janeiro, no século XIX.

<sup>49</sup> A companhia inglesa *The Rio de Janeiro City Improvements* foi contratada, em 1862, pelo Governo Imperial, a fim de instalar na cidade um sistema de esgotamento sanitário, que era problema que a cidade já enfrentava naquela época (WEID, 2003, p.3).

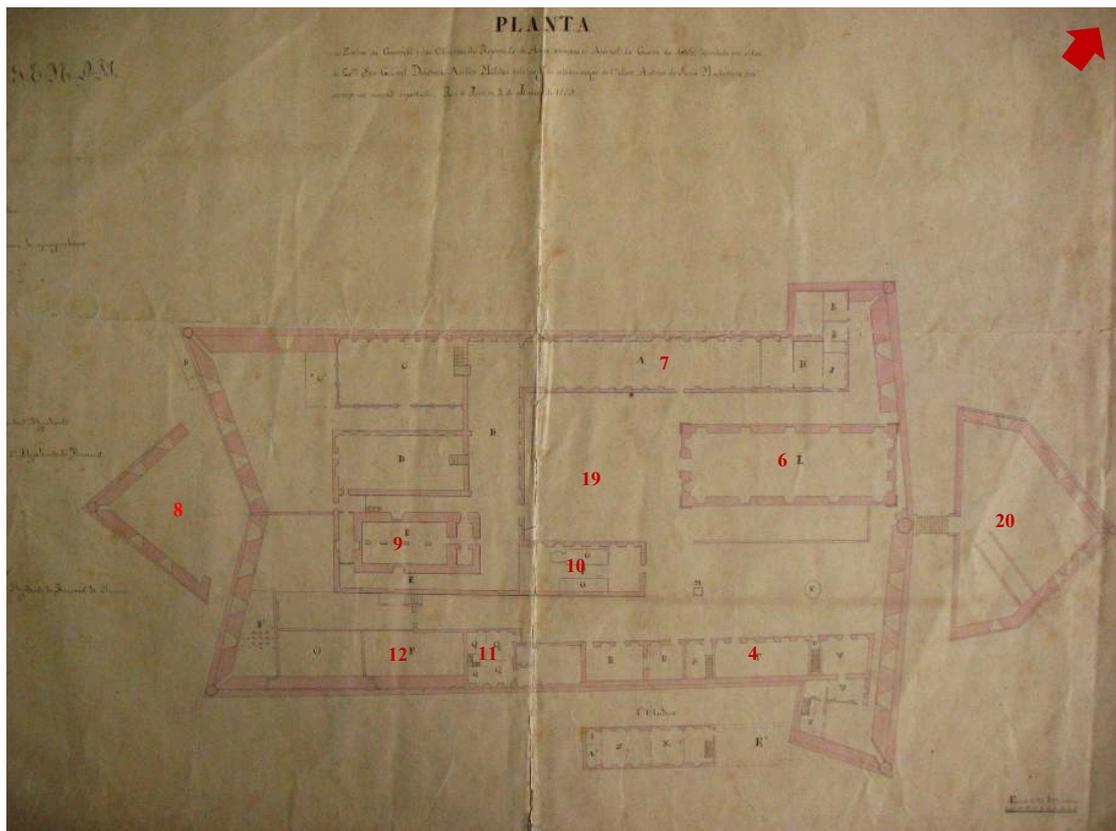
passando a ocupar metade do terreno; e indica a volumetria longilínea do **Alojamento - Oficial de dia (2)**, ligado ao **Palácio Episcopal (1)**.



|                             |                    |                           |                       |                       |
|-----------------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------|
| 01 - PALÁCIO EPISCOPAL      | 06 - CASA D' ARMAS | 09 - ANTIGA SDT           | 15 - PÁTIO            | 19 - TERRAPLENO       |
| 02 - ALOJ. - OFICIAL DE DIA | 07 - CIACAP        | 10 - ALOJAMENTO - SOLDADO | 17 - PAVILHÃO EXTERNO | 20 - PRAÇA MAJOR VALÔ |
| 04 - SDT                    | 08 - ÁREA ATERRADA | 11 - POSTO MÉDICO         |                       |                       |

**Figura 60: Pormenor da Planta Cadastral - 1871, com indicação da posição das edificações/espacos livres atuais. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 62 (adaptado por COSTA/2017)**

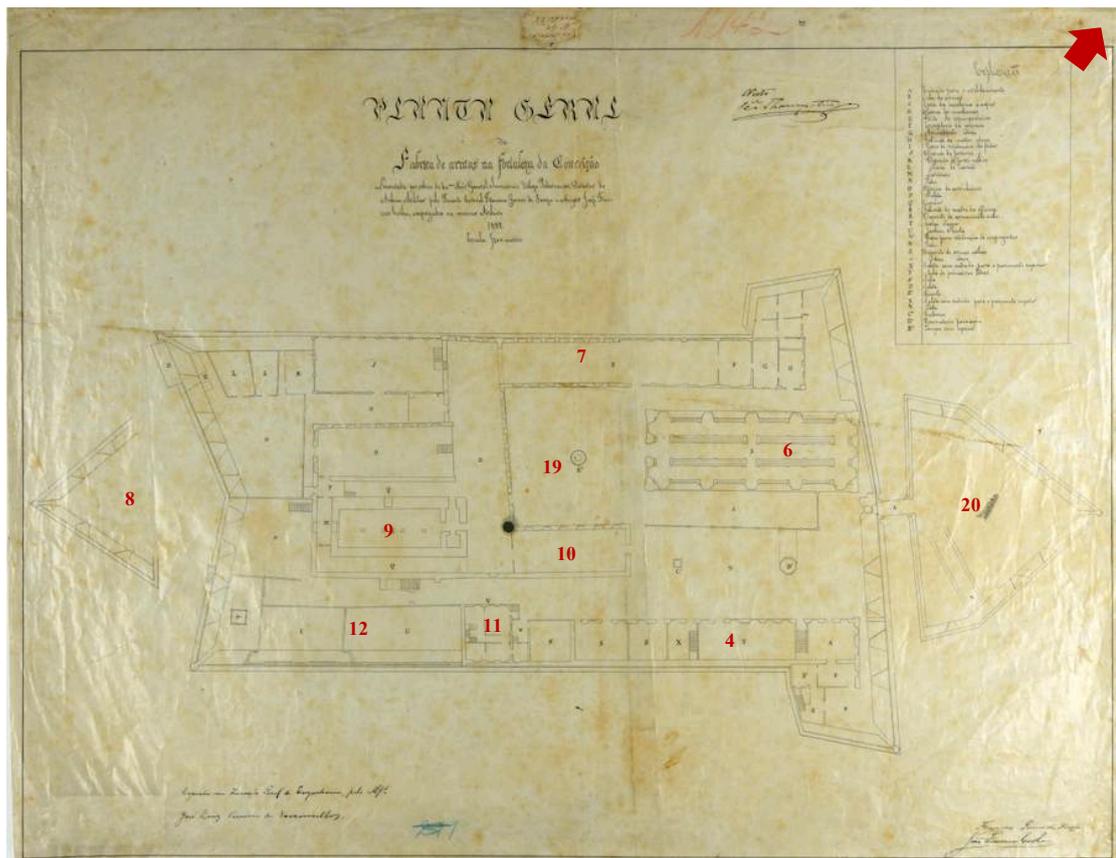
A "Planta da Fortaleza da Conceição e Oficinas de Reparação de Armas Anexas ao Arsenal de Guerra", de 1880 (Figura 61), elaborada pelo Major Antônio de Sena Madureira indica que o edificio da **SDT (4)** sofreu um acréscimo em relação à planta de 1871, passando a ocupar grande parte da extensão da muralha e do meio-baluarte, também com pouco afastamento em relação às canhoneiras frontais. De acordo com informações da planta de 1882, existiu um jardim ou horta no local do atual edificio do **Antigo Rancho (12)**. O avanço dessas edificações já tornou inviável o uso da artilharia na parte frontal e nas cortinas laterais, restando livre apenas a retaguarda (CAMPOS, 2011, p. 19).



04 - SDT                      07 - CIACAP                      09 - ANTIGA SDT                      11 - POSTO MÉDICO                      19 - TERRAPLENO  
 06 - CASA D' ARMAS                      08 - ÁREA ATERRADA                      10 - ALOJAMENTO - SOLDADOS                      12 - ANTIGO RANCHO                      20 - PRAÇA MAJOR VALÔ

**Figura 61: Pormenor da planta da Fortaleza da Conceição - 1880, com indicação da posição das edificações/espços livres atuais. Fonte: AHEx (adaptado por COSTA/2017)**

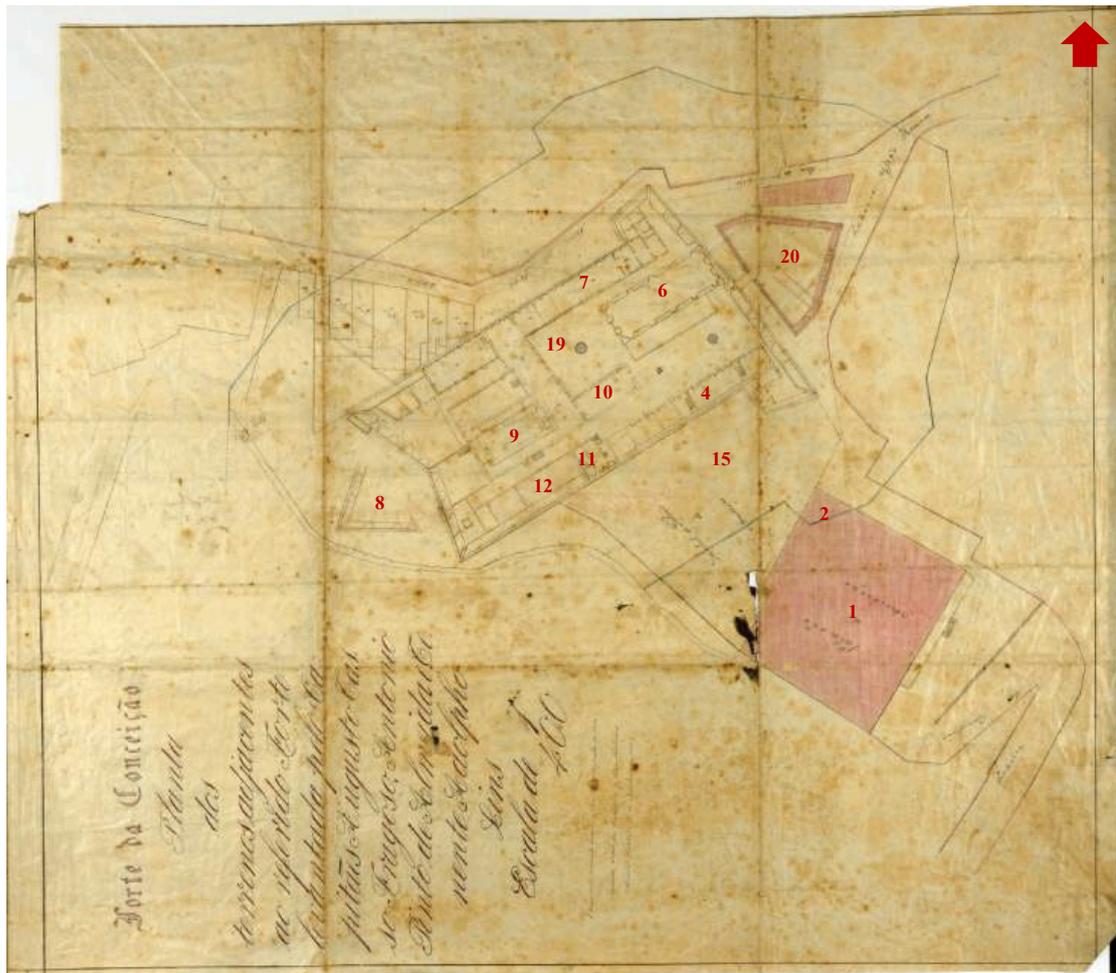
Na "Planta Geral da Fábrica de Armas na Fortaleza da Conceição", de 1882 (Figura 62), elaborada pelo Tenente Coronel Francisco Gomes de Souza e pelo Major José Francisco Coelho, a Fortaleza apresenta uma configuração semelhante à configuração representada na planta de 1880, sem grandes alterações volumétricas. No desenho da planta da **Casa D'Armas (6)**, é possível verificar que seu interior possui o layout do mobiliário referente aos cabides para armamento.



- |                    |                    |                            |                    |                       |
|--------------------|--------------------|----------------------------|--------------------|-----------------------|
| 04 - SDT           | 07 - CIACAP        | 09 - ANTIGA SDT            | 11 - POSTO MÉDICO  | 19 - TERRAPLENO       |
| 06 - CASA D' ARMAS | 08 - ÁREA ATERRADA | 10 - ALOJAMENTO - SOLDADOS | 12 - ANTIGO RANCHO | 20 - PRAÇA MAJOR VALÔ |

**Figura 62: Planta Geral da Fábrica de Armas - 1882, com indicação da posição das edificações/espços livres atuais. Fonte: AHEx (adaptado por COSTA/2017)**

No final do século XIX, o Morro da Conceição já se encontrava bastante edificado, com construções muito próximas à fortificação (CASTRO, 2009, p. 256). Na planta "Forte da Conceição – Planta dos Terrenos Adjacentes ao Referido Forte", de 1896 (Figura 63), de autoria de Augusto Tasso Fragoso, Antonio Pinto de Almeida e do Tenente Adolpho Lins, é possível identificar a existência de casas encostadas na muralha da Fortaleza, "facilitando uma possível invasão e anulando as poucas baterias que ainda apontavam para a Prainha". Além disso, a planta também apresenta características de configuração semelhantes às plantas de 1880 e 1882. A relação com o **Palácio Episcopal (1)** permanecia como um problema para os militares. No terreno do atual **Pátio (15)**, os religiosos plantaram um capinzal, tornando insalubres as residências dos oficiais naquele local. Sobre a área, o "Capitão Tasso Fragoso a definiu como a 'zona privilegiada', onde nada poderia ser construído" (CASTRO, 2009, p. 256).



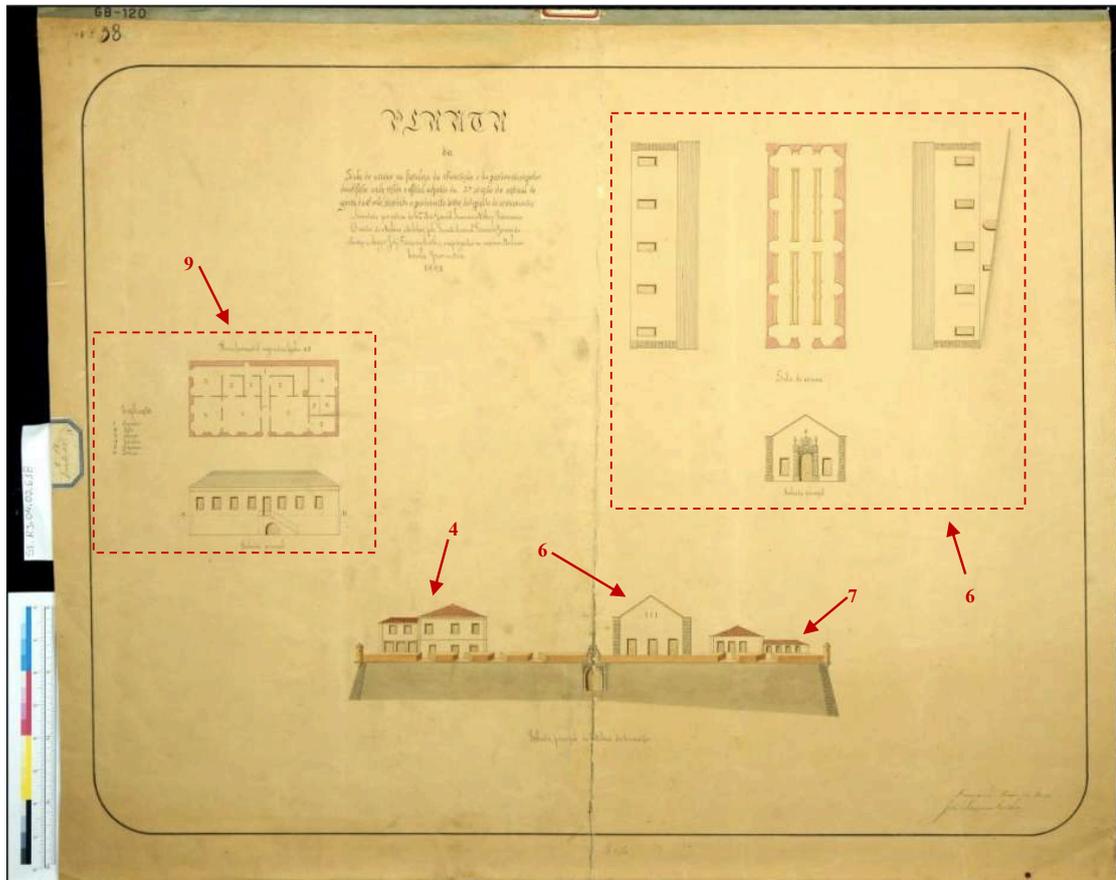
01 - PALÁCIO EPISCOPAL      06 - CASA D' ARMAS      09 - ANTIGA SDT      12 - ANTIGO RANCHO      19 - TERRAPLENO  
 02 - ALOJ. - OFICIAL DE DIA      07 - CIACAP      10 - ALOJAMENTO - SOLDADO      15 - PÁTIO      20 - PRAÇA MAJOR VALÔ  
 04 - SDT      08 - ÁREA ATERRADA      11 - POSTO MÉDICO      17 - PAVILHÃO EXTERNO

**Figura 63: Planta dos Terrenos Adjacentes ao Referido Forte - 1896, com indicação da posição das edificações/espacos livres atuais.: AHEx (adaptado por COSTA/2017)**

Junto com a planta de 1882 e de mesma autoria, foi elaborada a "Planta da Sala de Armas na Fortaleza da Conceição e do Pavimento Superior" com detalhes de algumas edificações (Figura 64). O desenho mostra a planta da **Casa D'Armas (6)** com a disposição dos cabides para o armamento, além da sua fachada frontal e das suas fachadas laterais. É possível perceber que sua tipologia é similar a de uma capela, sendo justificada, através da tradição oral no quartel, como uma tentativa de esconder o paiol de armamento, a fim de protegê-lo de possíveis bombardeios.<sup>50</sup> Apresenta, também, a planta do pavimento superior e a fachada

<sup>50</sup> Essa informação foi adquirida oralmente através das visitas guiadas à Fortaleza da Conceição, mas não foi confirmada por meio da bibliografia consultada neste trabalho. A Casa D'Armas é comumente denominada de Capela, e a bibliografia consultada permitiu apenas identificar que ela jamais teve seu uso voltado para este fim (CRUZ, 1862), indicando que essa teoria pode estar correta.

sudeste da **Antiga SDT (9)**, indicada na planta como residência do "oficial adjunto da 3ª secção do Arsenal de Guerra da Corte". Por fim, o desenho ilustra a fachada frontal da Fortaleza, sendo possível identificar a volumetria do edifício da **SDT (4)** com dois pavimentos, a fachada de fundos da **Casa D'Armas (6)**, e a volumetria do edifício do **CIACAP (7)** com apenas um pavimento.



**Figura 64: Planta da Sala de Armas - 1882, com indicação da planta e fachada da Antiga SDT (9), da planta e fachadas da Casa D'Armas (6) e da fachada frontal da Fortaleza da Conceição, com a SDT (4), Casa D'Armas e CIACAP (7). Fonte: AHEX (adaptado por COSTA/2017)**

Segundo Souza (1885), após seu desarmamento, em 1831, a Fortaleza passou a ser prisão para guardas nacionais e municipais, permanecendo, até o momento do seu relato, desarmada e com as oficinas de armas do Arsenal de Guerra:

Situada na montanha desse nome, que domina parte da cidade e a enseada da Prainha e Saude, teve começo na bateria ali collocada em 1711 por Duguay-Trouin, 4 anos depois foi construida a fortaleza pelo Governador Antonio de Albuquerque; o Conde da Cunha fundou nella officinas para concerto (sic) do armamento das tropas; o Marquez de Lavradio e Conde de Rezende fizeram-lhe obras, e finalmente, desarmada em 1831, foi destinada para prisão de guardas nacionaes e municipaes. Continua

desarmada; e com as oficinas da fabrica de armas, dependencia do arsenal de guerra. (SOUZA, 1885, p. 110)

A função de defesa da Fortaleza da Conceição estava próxima do fim. Com a modernização do Arsenal de Guerra, em 1900, a Fábrica de Armas foi extinta e suas dependências ganharam novos usos, servindo, inicialmente, como quartel "para parte do 7º Batalhão de Infantaria" (CASTRO, 2009, p. 256-257). A "Planta do terreno adjacente a Fortaleza da Conceição", de 1900, de autoria do capitão de engenheiros Cassiano Ferreira de Assis (Figura 65), indica que existia a delimitação das "Cavallariças da Fortaleza da Conceição", encostadas na muralha onde hoje situa-se o edifício do **Corpo da Guarda (3)**. Também traz a informação da existência das "Cavallariças do Arcebispado", no local do **Alojamento - Oficial de dia (2)**.

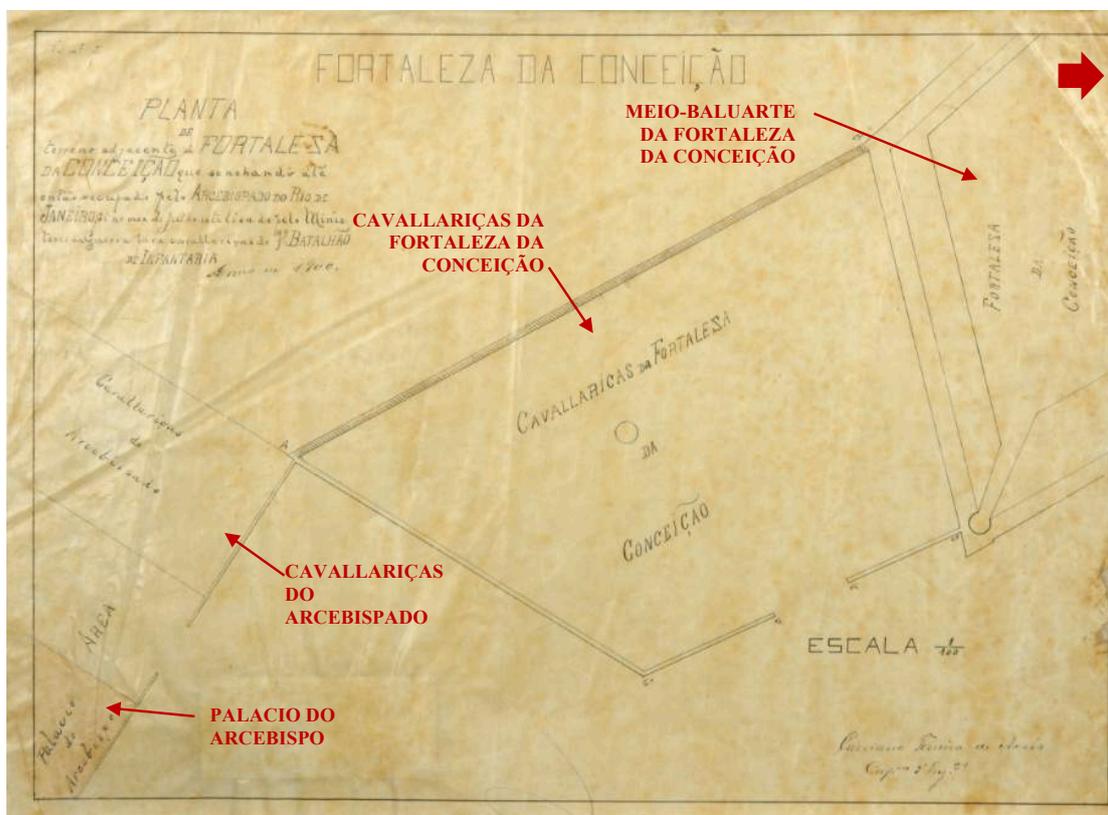


Figura 65: Planta do terreno adjacente - 1900, com indicação do meio-baluarde da fortificação, do Palácio do Arcebispo (atual Palácio Episcopal), suas respectivas cavallariças e as cavallariças da Fortaleza. Fonte: AHEx (adaptado por COSTA/2017)

No local da cavallariça contida no mapa de 1900, uma fotografia sem data indica a existência de um muro e um portão juntos ao meio-baluarde encimado por uma das guaritas da fortificação. É possível, ainda, identificar o tipo de luminária instalada na cortina da Fortaleza.

A fotografia de 1907, de mesmo ângulo, mostra uma edificação em apenas uma água encostada em um dos meio-baluartes. A marca do tempo na parede dessa edificação indica que o antigo muro foi aproveitado. Sendo assim, essa informação indica que a imagem sem data é anterior à imagem de 1907 (Figura 66).

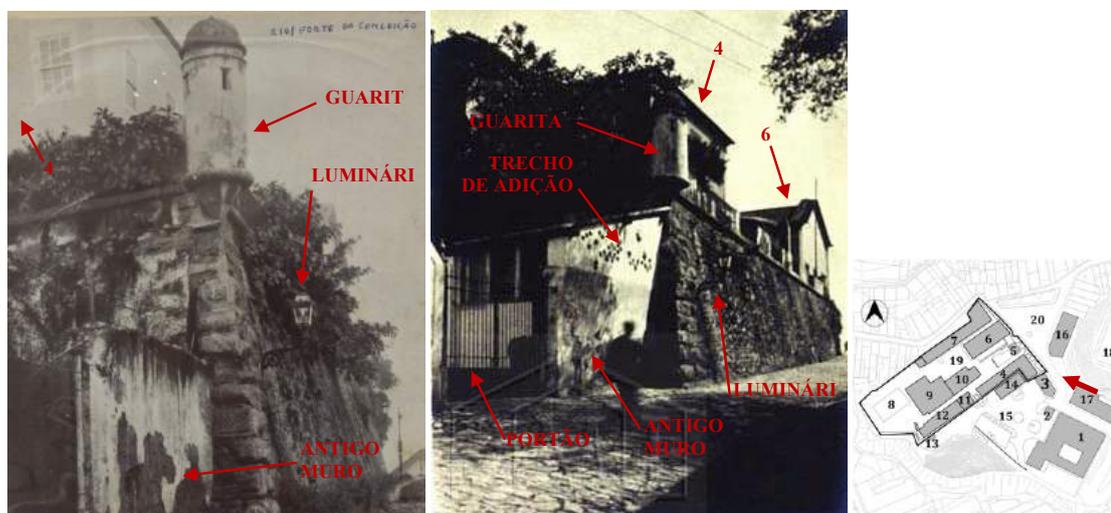
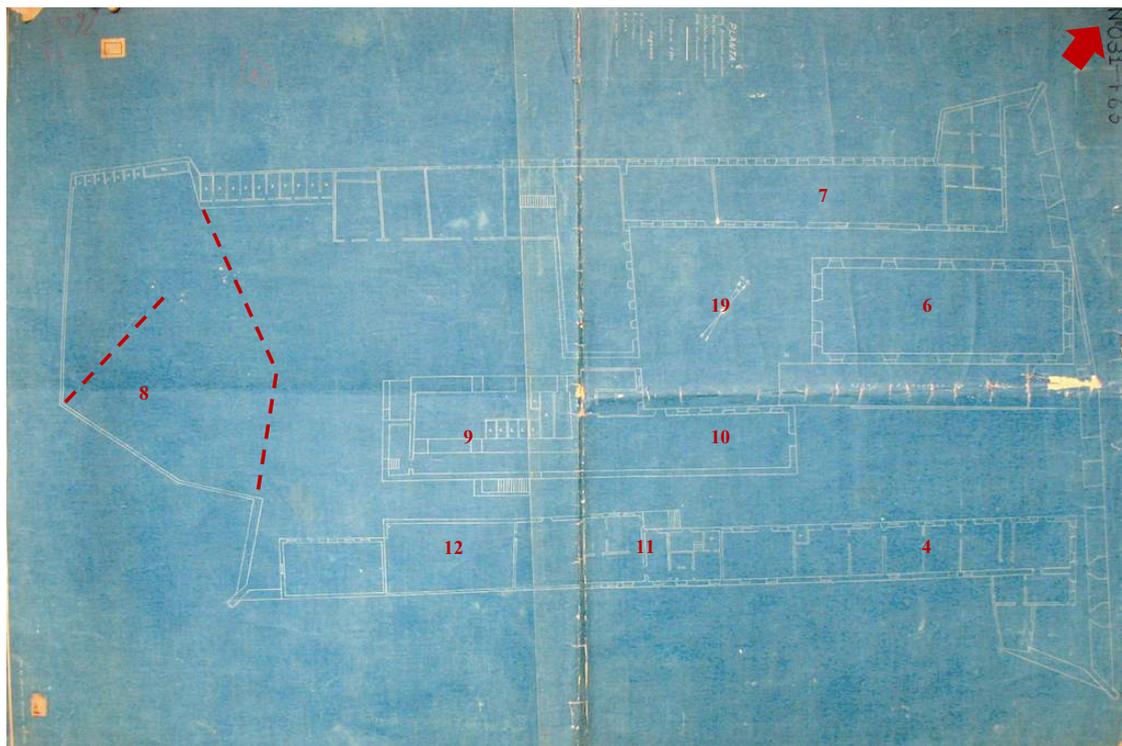


Figura 66: A primeira fotografia indica o meio-baluarto e sua guarita, a SDT (4), o antigo muro e a luminária - sd; a segunda fotografia indica, além das informações anteriores, a Casa D'Armas (6), o portão e o trecho construído sobre o muro - 1907. Fonte: ANS e IMS (adaptados por COSTA/2017)

Em 1910, durante a revolta dos fuzileiros navais, aconteceu o último registro do uso da Fortaleza como "posição defensiva artilhada" (CASTRO, 2009, p. 257), decretando o fim da sua função de fortificação:

Durante a revolta dos fuzileiros navais, um canhão – provavelmente uma peça de campanha – instalado na área (ainda quartel de infantaria) bombardeou a Ilha das Cobras. Um sinal de que a posição já não era mais a mesma foi o fato de esse disparo ter resultado na queda do suporte do mastro da bandeira, que precisou ser reconstruído. (CASTRO, 2009, p. 257)

A "Planta dos primeiros pavimentos das construções existentes no interior da Fortaleza da Conceição", de 1916 (Figura 67), do tenente Joaquim Francisco Duarte, é o primeiro registro encontrado que apresenta a **Área Aterrada (8)**, medida que descaracterizou seu perímetro original e, provavelmente, aterrou o revelim posterior. Observa-se, também, a representação de uma construção no local do atual **Antigo Rancho (12)**, edificando ainda mais a lateral da Fortaleza.



04 - SDT                      07 - CIACAP                      09 - ANTIGA SDT                      11 - POSTO MÉDICO                      19 - TERRAPLENO  
 06 - CASA D' ARMAS                      08 - ÁREA ATERRADA                      10 - ALOJAMENTO - SOLDADOS                      12 - ANTIGO RANCHO

**Figura 67: Planta das construções existentes - 1916, com indicação da posição das edificações/espços livres atuais e a provável projeção das estruturas possivelmente aterradas. Fonte: AHEx (adaptado por COSTA/2017)**

Pelo aspecto formal desenhado na planta e através das fotos do trecho aterrado (Figura 68), é possível afirmar que parte da estrutura de pedra deste revelim foi aproveitada, identificando-se, inclusive, diferentes técnicas construtivas nessa parte da muralha.



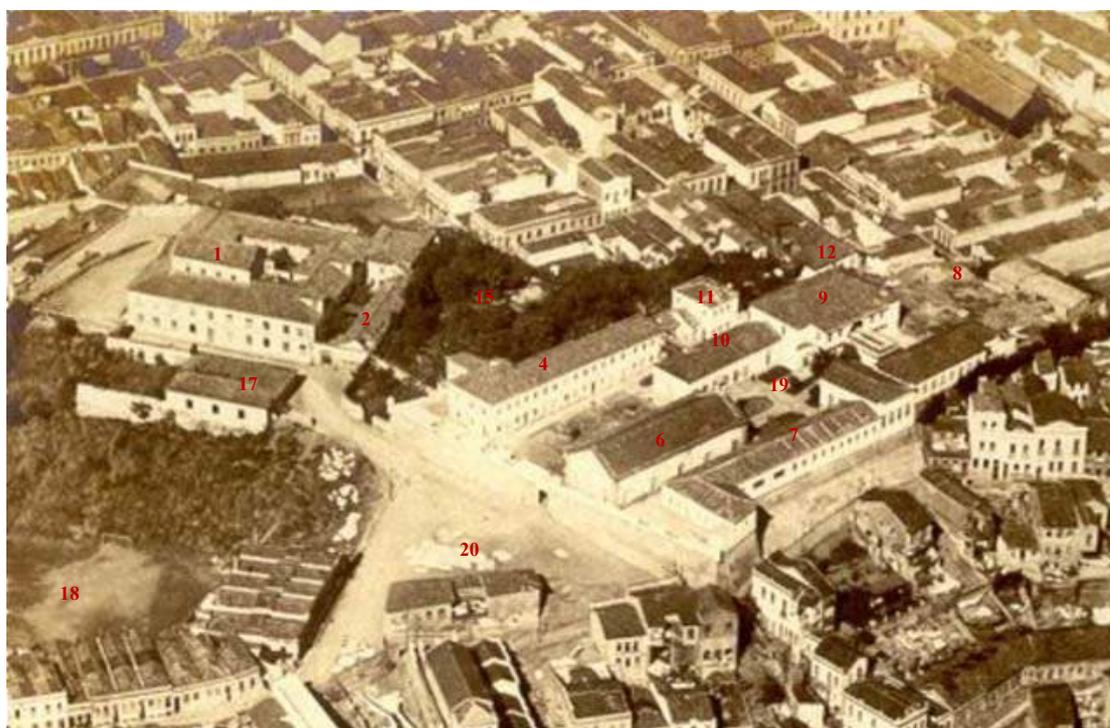
**Figura 68: Fotografia do trecho do perímetro aterrado, com indicação das diferentes técnicas construtivas do trecho original e do trecho aterrado. Fonte: COSTA/2017**

### 1.3.4 - O SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO

Com a transferência da residência do arcebispo Dom Joaquim Arcoverde para o Palácio São Joaquim, na Glória, o **Palácio Episcopal (1)** ficou vazio a partir de 11 de dezembro de 1905, apenas sob os cuidados de um zelador ligado à Diocese. Em 1910, sofreu um incêndio que acelerou seu processo de deterioração. Em 1914, o Major Alfredo Vidal sugeriu a Fortaleza da Conceição como sede para a instalação do SGE, subordinado ao Ministério da Guerra. O serviço tinha como objetivo a criação de uma base de mapeamento segura, que seria responsável por projetar, construir e distribuir os documentos cartográficos necessários à segurança e ao desenvolvimento do país. Em 1915, a 5ª Região Militar, que ocupava a fortificação, foi ordenada a entregar suas dependências e, a partir de 1917, a Fortaleza foi reformada para que seus espaços fossem adequados à nova função. No fim do ano de 1921, as instalações tornaram-se operacionais e, em 1922, o Serviço Geográfico Militar (SGM) foi definitivamente instalado na Fortaleza da Conceição. Com a expansão das atividades realizadas na Fortaleza, verificou-se que suas instalações não eram suficientes para atender às demandas do Serviço Geográfico. Sendo assim, o Major Vidal solicitou que o Ministério da Guerra adquirisse a propriedade do Palácio, cujo espaço seria útil ao Serviço. Após os acordos realizados entre o Ministério e a Diocese, o Palácio foi adquirido na data de 31 de dezembro de 1923. Porém, por motivos financeiros, a União só efetuou o pagamento em 15 de dezembro de 1928 e o Palácio foi entregue ao Serviço Geográfico apenas em 29 de março de 1929 (UCHÔA, 2002, p. 11).

A foto aérea de aproximadamente 1920 é considerada a fotografia mais antiga, até então, e apresenta todo o conjunto edificado sobre o **Terrapleno (19)** da Fortaleza (Figura 69). Dessa imagem, pode-se observar o edifício do **Alojamento - Oficial de dia (2)** com um pavimento, planta longilínea e cobertura em duas águas que se desenvolvia até o **Palácio Episcopal (1)**. No local do atual edifício do **Corpo da Guarda (3)**, havia um muro ligado da Fortaleza ao Palácio, em conformidade com os registros que atestam o espaço como uma cavalaria. O edifício do **CIACAP (7)** possuía apenas um pavimento, com cobertura em telha colonial e projeção mais recuada que a atual em relação à muralha frontal. O edifício da atual **Alojamento - Soldados (10)** também apresentava apenas um pavimento, com uma volumetria retangular. Já o edifício do **Posto Médico (11)** apresentava uma feição de sobrado colonial, com cobertura em quatro águas. A fotografia atesta que o **Pavilhão Externo (17)** perdeu aproximadamente metade da sua área e a cobertura do que restou indica que possivelmente o edifício sofreu adições. Verifica-se, ainda, que a encosta do **Campo de Futebol (18)** já possui uma área plana,

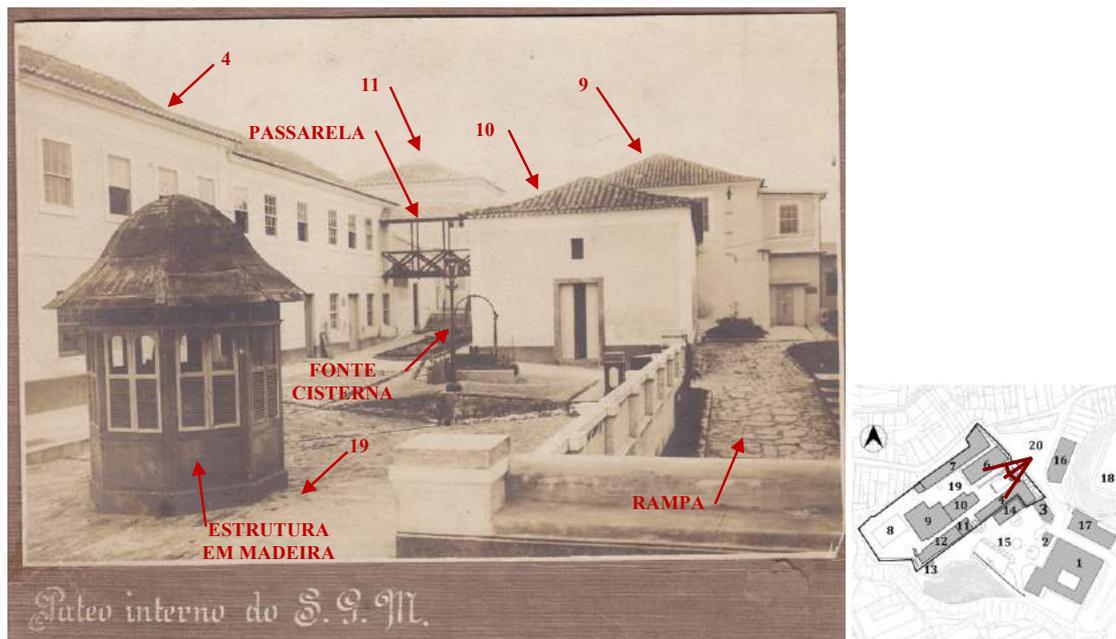
e que o revelim frontal não mais existe, dando lugar a um largo, local atual da **Praça Major Valô (20)**.



|                             |                    |                            |                       |                       |
|-----------------------------|--------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| 01 - PALÁCIO EPISCOPAL      | 06 - CASA D' ARMAS | 09 - ANTIGA SDT            | 12 - ANTIGO RANCHO    | 18 - CAMPO DE FUTEBOL |
| 02 - ALOJ. - OFICIAL DE DIA | 07 - CIACAP        | 10 - ALOJAMENTO - SOLDADOS | 15 - PÁTIO            | 19 - TERRAPLENO       |
| 04 - SDT                    | 08 - ÁREA ATERRADA | 11 - POSTO MÉDICO          | 17 - PAVILHÃO EXTERNO | 20 - PRAÇA MAJOR VALÔ |

**Figura 69: Fotografia aérea do conjunto da Fortaleza da Conceição, com indicação da posição das edificações/espços livres atuais – c.1920. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)**

Uma fotografia, também estimada da década de 1920, apresenta o aspecto do **Terrapleno (19)**, com as edificações recém adaptadas para o SGM (Figura 70). É possível identificar as volumetrias da **SDT (4)**, da **Antiga SDT (9)** e do **Posto Médico (11)** com dois pavimentos, e o edifício do **Alojamento - Soldados (10)** com um pavimento e pé-direito alto, interligado ao edifício da **SDT (4)** por meio de uma passarela. À frente da cisterna, verifica-se a presença da estrutura em madeira. Todas as edificações possuem características da arquitetura colonial, mas com a adição de janelas do tipo guilhotina.



**Figura 70: Fotografia do Terrapleno (19), com indicação da antiga passarela de ligação entre o SDT (4) e o Alojamento - Soldados (10), da Antiga SDT (9), do Posto Médico (11), da posição da cisterna histórica e da rampa de acesso - c.1920. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2018)**

Duas fotografias, provavelmente também da década de 1920, apresentam os aspectos da **Casa D'Armas (6)**. A primeira fotografia mostra a fachada principal da edificação em relação ao seu entorno, com uma legenda indicando que foi o "primeiro edifício adaptado para os serviços do S.G.M.<sup>51</sup>" (Figura 71). Na imagem, é possível verificar um minarete, atualmente inexistente, na cobertura da edificação e canteiros gramados no **Terrapleno (19)**, com as passagens de pedestres em paralelepípedo. Próxima à muralha frontal, ao fundo da imagem, percebe-se a existência de uma estrutura em madeira, atualmente também inexistente.

<sup>51</sup> A sigla S.G.M. da imagem refere-se a "Serviço Geográfico Militar".

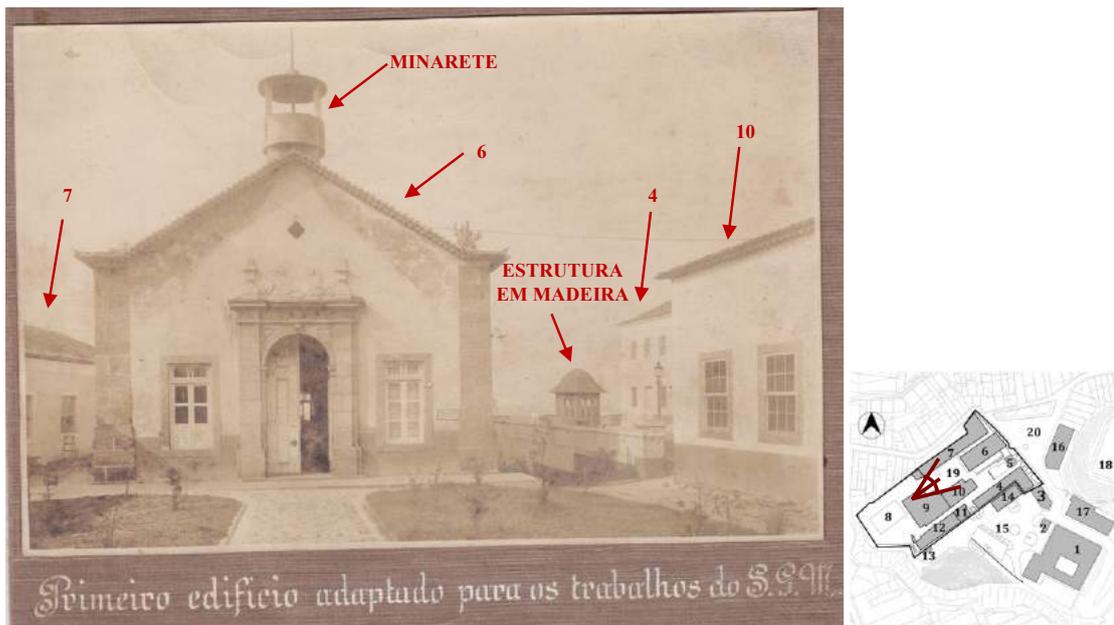


Figura 71: Fotografia da Casa D'Armas (6) e sua relação com o CIACAP (7), o SDT (4), e o Alojamento - Soldados (10) - c.1920. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

A segunda fotografia apresenta a configuração interna da Casa D'Armas (6), com subdivisões em madeira que não alcançam o teto, instaladas para o funcionamento do SGM (Figura 72).

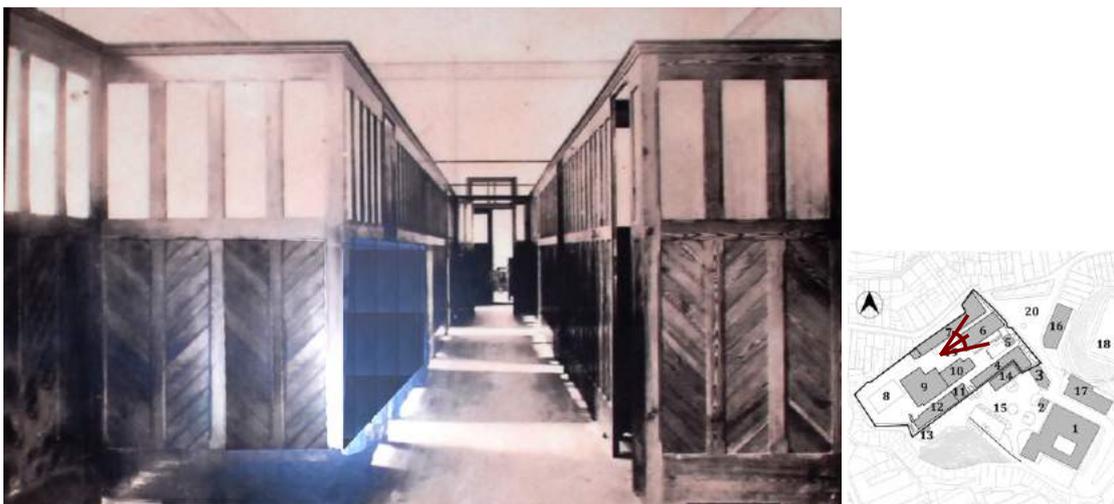


Figura 72: Fotografia das subdivisões internas em madeira da Casa D'Armas (6), para funcionamento do Serviço Geográfico Militar - c.1920. Fonte: Acervo 5º CGEO

Verifica-se, na planta da "Base cadastral" do Morro da Conceição, de 1935 (Figura 73), que a configuração dos edifícios da Fortaleza da Conceição assemelha-se ao que pode ser encontrado na imagem aérea de 1920. É possível identificar que os edifícios da Antiga SDT (9) e do Alojamento - Soldados (10) não estão mais conectados ao edifício do CIACAP (7),

conforme atestam os mapas anteriores. No edifício do **Alojamento - Oficial de dia (2)**, existe a projeção do que seria uma cobertura que o ligava a uma escada externa do **Palácio Episcopal (1)**. A possível cavalaria adjacente à murada do baluarte, situada no local do atual **Corpo da Guarda (3)**, não aparece representada. Também não existem edificações nos locais da **Casa de Força (5)**, do **Antigo Rancho (12)**, do atual **Depósito (13)**, do **Rancho Temporário (14)** e da **Garagem (16)**. O antigo morro do **Campo de Futebol (18)** possui agora um formato de "anfiteatro" definido pelas curvas de nível, o que leva a crer que essa configuração do terreno, que é a atual, decorreu em razão do funcionamento de uma pedreira<sup>52</sup>.



**Figura 73: Pormenor da Base cadastral do Morro da Conceição - 1935, com indicação da posição das edificações/espacos atuais. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 62 (adaptado por COSTA/2017)**

Tanto a base cadastral de 1935 quanto a imagem sem data da cortina frontal da fortificação indicam um volume anexo ao edifício do **CIACAP (7)**. Na imagem, é possível identificar a praça conforme sua configuração atual, sem o revelim frontal e com pavimentação em paralelepípedo (Figura 74).

<sup>52</sup> Coaracy (1988, p. 199) cita a existência de uma pedreira no Morro da Conceição, dentro da propriedade da sesmaria de Manuel de Brito.

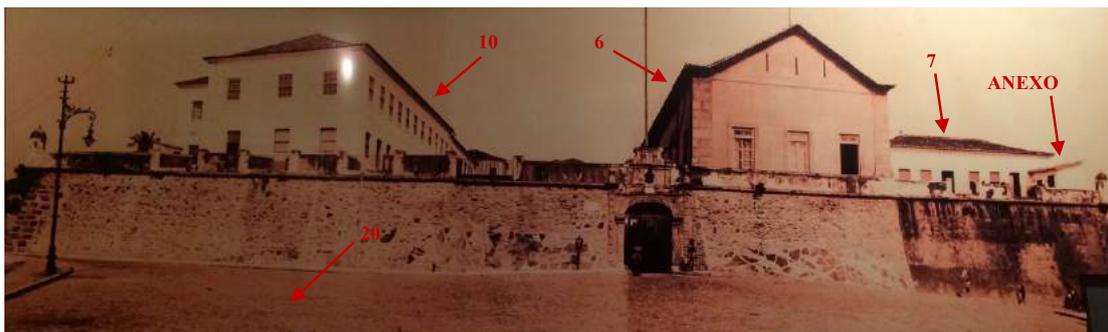


Figura 74: Fotografia da cortina frontal da Fortaleza da Conceição a partir da Praça Major Valô (20), com indicação do SDT (4), da Casa D'Armas (6) e do CIACAP (7) e seu anexo - s/d. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

### 1.3.5 - DO TOMBAMENTO AOS DIAS ATUAIS

Com o funcionamento do SGM, os edifícios passaram a sofrer reformas e adequações para o funcionamento dessas atividades, algumas das quais representaram danos do ponto de vista do patrimônio. Com base no Decreto-Lei nº 25, de novembro de 1937, a Fortaleza da Conceição e o **Palácio Episcopal (1)** foram então tombados pelo IPHAN, em 24 de maio de 1938, tornando-se Patrimônios Históricos Nacionais. A Fortaleza da Conceição foi registrada a partir dos processos nº 101-T e nº 155-T, Inscrição nº 30, Livro Histórico Fl. 08 e Inscrição nº 99, Livro das Belas Artes, Fl. 18. O Palácio foi registrado a partir dos processos nº 101-T e nº 155-T, Inscrição nº 60, Livro Histórico Fl. 12 e Inscrição nº 104, Livro das Belas Artes, Fl. 19. Esses processos não indicam detalhes do que foi preservado no momento, em razão do tombamento ter sido efetuado em conjunto com outras edificações diversas. A foto da fachada com estimativa de data entre as décadas de 1920 e 1940 apresenta a provável feição arquitetônica da Fortaleza da Conceição no momento do seu tombamento (Figura 75).

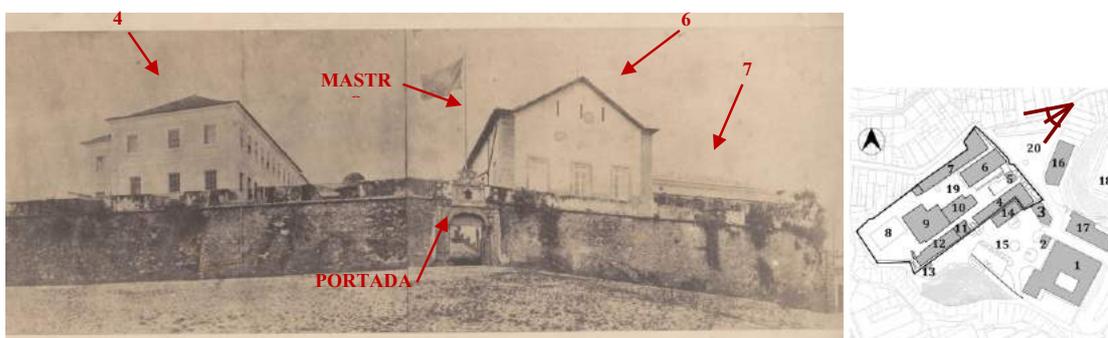


Figura 75: Fotografia da Fachada frontal da Fortaleza e sua provável feição no momento do seu tombamento pelo IPHAN, com indicação do SDT (4), da Casa D'Armas (6), do CIACAP (7), da portada histórica e do antigo mastro com uma bandeira - c.1920-1940. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

A imagem de 1939 retrata a solenidade militar da Festa da Bandeira, realizada no **Terrapleno (19)** entre o edifício da **SDT (4)** e a rampa de acesso à Fortaleza (Figura 76). Percebe-se pela foto que a construção da **Casa de Força (5)** ainda não existia, e o piso apresentava pavimentação em paralelepípedo com desníveis. Nesse momento, o centro da cidade estava no início do seu processo de verticalização, e somente o edifício A Noite destaca-se na paisagem ao fundo.

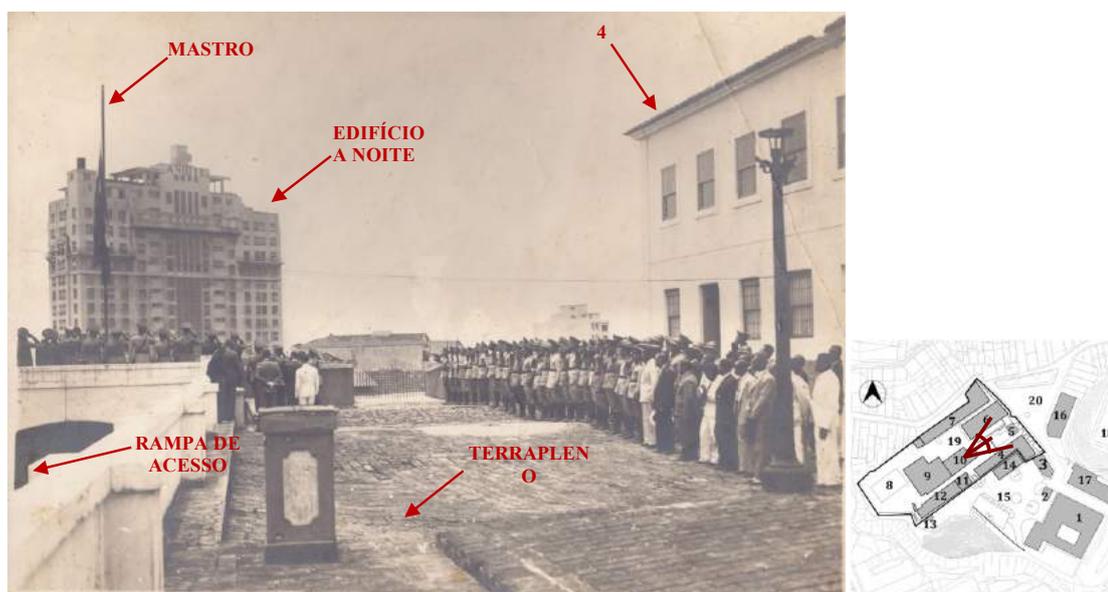


Figura 76: Fotografia da solenidade da Festa da Bandeira, com indicação da posição da SDT (4), do Terrapleno (19), da rampa de acesso, do antigo mastro e do Edifício A Noite - 1939. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

Na foto estimada da década de 1940, é possível identificar as volumetrias de algumas edificações. Na primeira imagem, verifica-se que o **Pavilhão Externo (17)** possuía sua fachada completa, mas somente parte do edifício estava coberto, indicando que o outro trecho passou por um processo de arruinamento (Figura 77).



Figura 77: Fotografia da fachada principal do Pavilhão Externo (17), com indicação do Pavilhão Externo (17) e seu respectivo trecho em ruínas - c.1940. Fonte: ANS (adaptado por COSTA/2017)

Em uma segunda imagem estimada da década de 1940, é possível observar os fundos do **Pavilhão Externo (17)** voltados para a encosta do **Campo de Futebol (18)**, sua volumetria que permitia a visada para o **Palácio Episcopal (1)** e o muro ligado à muralha da Fortaleza e ao Palácio (Figura 78).



Figura 78: Fotografia com a visada para os edifícios do Pavilhão Externo (17), do Alojamento - Oficial de dia (2) e do Palácio Episcopal (1) e para os terrenos da Garagem (16) e do Campo de Futebol (18) - c.1940. Fonte: ANS (adaptado por COSTA/2017)

Na terceira e última imagem de cerca da década de 1940, é possível identificar a existência de um jardim no pátio sobre o **Terrapleno (19)**, a fonte sobre a cisterna, a volumetria do edifício do **Alojamento - Soldados (10)** com um pavimento e sem a passarela, a lateral da **SDT (4)**, a volumetria do edifício do **Posto Médico (11)** a rampa de acesso com piso irregular, e a lateral da **Casa D'Armas (6)** (Figura 79).

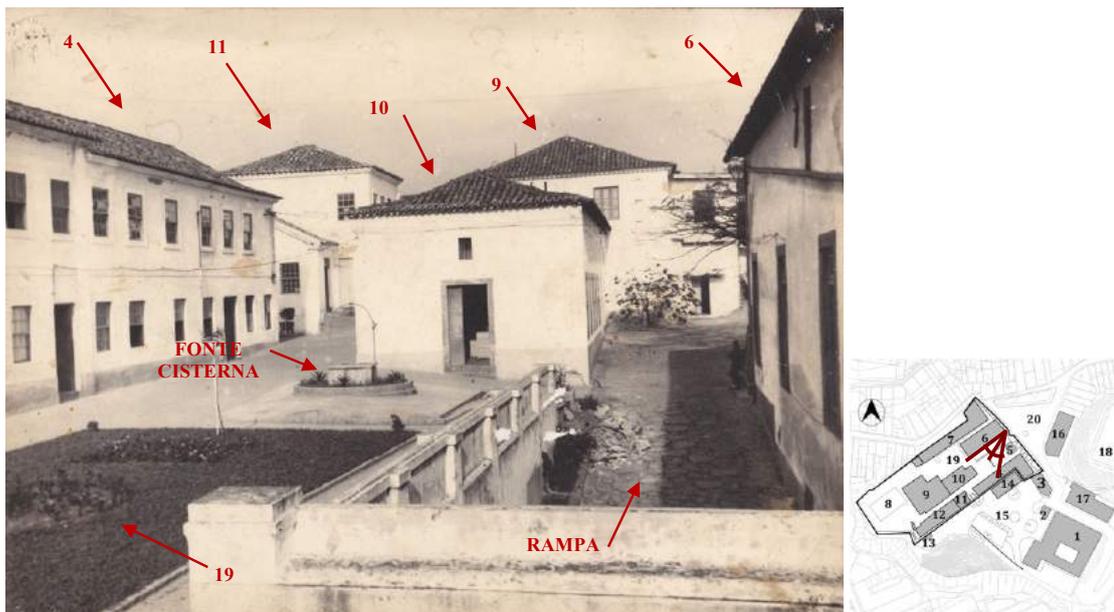


Figura 79: Fotografia de uma área gramada sobre o Terrapleno (19), com indicação do SDT (4), da Casa D'Armas (6), da Antiga SDT (9), do Alojamento - Soldados (10), do Posto Médico (11), da fonte da cisterna e da rampa - c.1940. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

Com a contínua expansão da produção cartográfica, ocorreram reformas no **Palácio Episcopal (1)** entre 27 de novembro de 1943 e 19 de janeiro de 1949, para adequá-lo às funções de sede do SGE (antigo SGM). A edificação recém-restaurada passou a ser sede em 23 de junho de 1949 (UCHÔA, 2002, p. 5). A foto de cerca de 1950 mostra o caráter do **Pátio (15)**, com vegetação densa e a presença de um edifício que atualmente não existe. Ao fundo, é possível visualizar a escada que rasgou a muralha de pedra, passando a ser uma ligação direta com a Fortaleza (Figura 80).

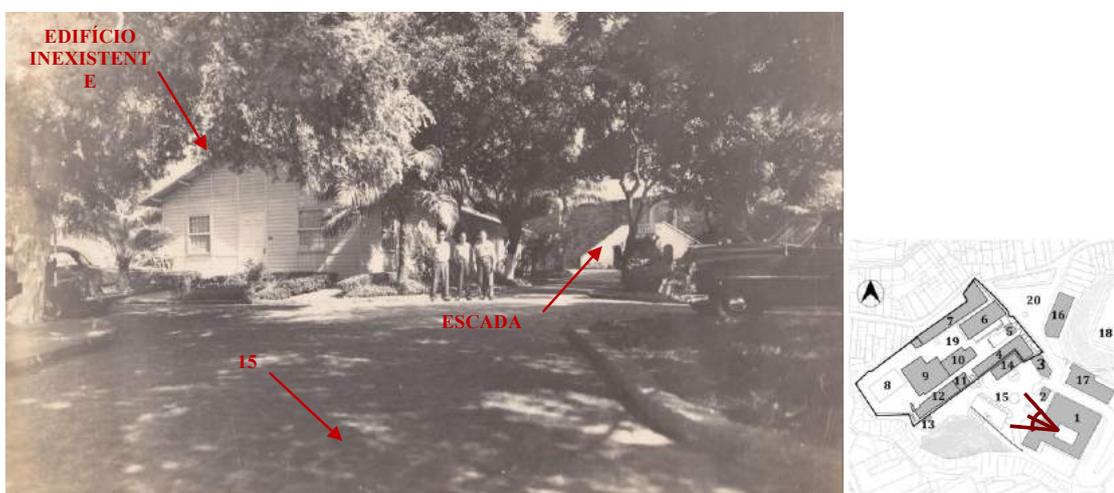
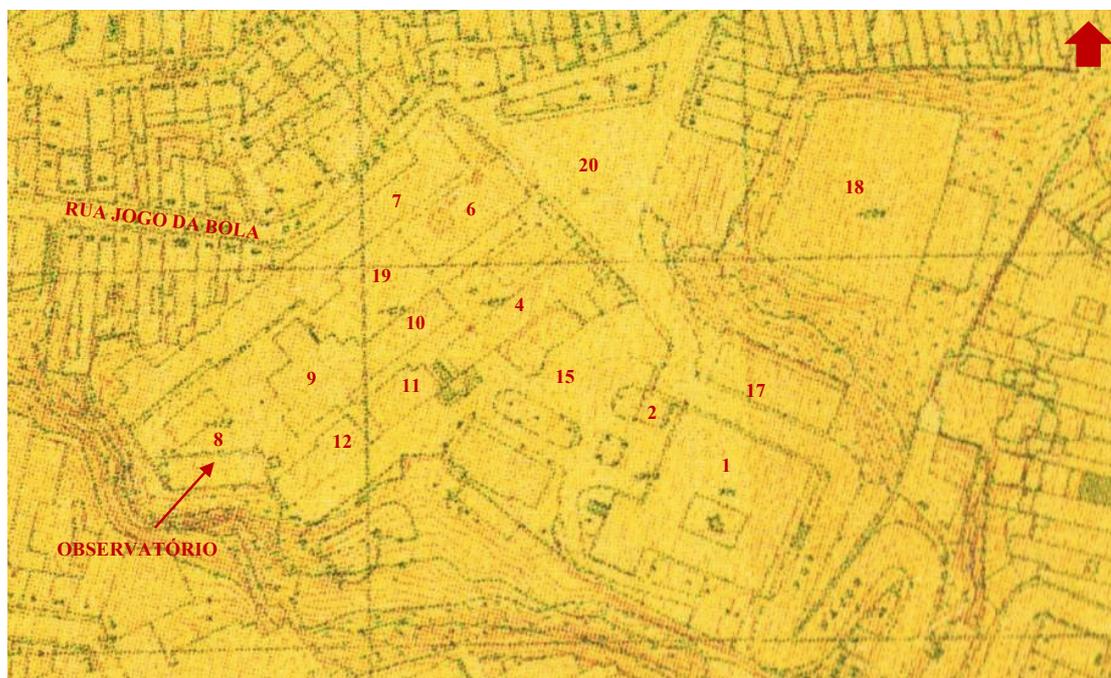


Figura 80: Fotografia do Pátio (15), com indicação de uma edificação atualmente inexistente e da escada de acesso ao Terrapleno (19) - c.1950. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

Na planta cadastral de 1953 (Figura 81), o **Pátio (15)** já não conta com o edifício representado na foto acima. Nessa cadastral, a escada de acesso ao **Terrapleno (19)** aparece representada e parte do perímetro da Fortaleza voltado para a Rua Jogo da Bola apresenta edificações adjacentes.



|                             |                    |                            |                       |                       |
|-----------------------------|--------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| 01 - PALÁCIO EPISCOPAL      | 06 - CASA D' ARMAS | 09 - ANTIGA SDT            | 12 - ANTIGO RANCHO    | 18 - CAMPO DE FUTEBOL |
| 02 - ALOJ. - OFICIAL DE DIA | 07 - CIACAP        | 10 - ALOJAMENTO - SOLDADOS | 15 - PÁTIO            | 19 - TERRAPLENO       |
| 04 - SDT                    | 08 - ÁREA ATERRADA | 11 - POSTO MÉDICO          | 17 - PAVILHÃO EXTERNO | 20 - PRAÇA MAJOR VALÔ |

**Figura 81: Pormenor da Planta cadastral do Morro da Conceição - 1953, com indicação da posição das edificações/espacos atuais, do antigo observatório astronômico e da Rua Jogo da Bola. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 62 (adaptado por COSTA/2017)**

Conforme o relatório "Restauração da 'Casa D'Armas'", em 1958, a direção do SGE solicitou obras de restauração ao IPHAN, à época dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade. O pedido foi autorizado e as obras tinham como objetivo reconstruir o aspecto original da edificação histórica:

[...] em 1958 o Exmo. Sr. General Aureliano Luiz de Farias, atual Diretor do SGE, solicitou da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a proficua direção do Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, os necessários recursos para reintegrar a "Casa de Armas" ao seu aspecto original, no que procedeu com elevado espírito público, propondo-se, inclusive a colaborar como possível fôr nos trabalhos de restauração a serem executados.

Assim é que, autorizada essa restauração pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, Dr. Clovis Salgado, que considerou a urgência requerida para as obras em vista do valôr artístico e histórico dêsse pavilhão, essas obras tiveram início no dia 20 de agosto de 1958, sob a direção do Dr. Renato de Azevedo Duarte Soeiro [...] (ARQUIVO NORONHA SANTOS)

Ainda de acordo com o relatório, as obras foram, então, iniciadas em 20 de agosto de 1958 (Figura 82). Em resumo, a cobertura foi completamente refeita, o reboco de praticamente todas as alvenarias externas foi substituído, janelas tipo guilhotina foram instaladas nos vãos em cantaria, um depósito subterrâneo foi construído com a tecnologia em concreto armado, e o minarete que havia sido instalado foi removido:

- 1) Substituição da estrutura do telhado, com a troca das telhas tipo "francesas" por telhas "Canal". Procedem-se, nesta fase, a suspensão do telhado cerca de 60cm, afim de fazê-lo voltar ao teto primitivo;
- 2) Novo embôço e rebôco nas partes mais danificadas. Praticamente toda a parede externa, principalmente a que fica do lado da Oficina Mecânica, foi substituída. As paredes internas não tiveram necessidade de grandes reparos;
- 3) Substituição das janelas de "2 folhas" por janelas de "Guilhotinas", a fim de deixar o prédio no seu estilo original; e a construção de um trecho em cabo armado subterrâneo, este ultimo para vencer a ligação com a Divisão de Fotogrametria e Oficina de Impressão, bem como para permitir a demanda de energia elétrica para as multiplex, Laboratório Fotográfico da D.C.R., etc. Instalou-se também novos fios para os telefones internos e outras obras complementares tiveram lugar, como origem: pinturas das paredes de divisões, envernizamento dos lambris, construção de uma escada de acesso ao Curao, reparos no piso, etc. (ARQUIVO NORONHA SANTOS)



Figura 82: Fotografia da Casa D'Armas (6) durante as obras de restauração financiadas pelo IPHAN - 1958.  
Fonte: ANS

Duas fotografias de cerca da década de 1960 indicam os edifícios do **Posto Médico (11)** e do **Antigo Rancho (12)** conectados (Figura 83). Além disso, pode-se verificar a existência de uma cobertura em telha sobre a escada da fachada sudeste do edifício da **Antiga SDT (9)**, com estruturas de suporte em arco, tal como a configuração frontal da escada.

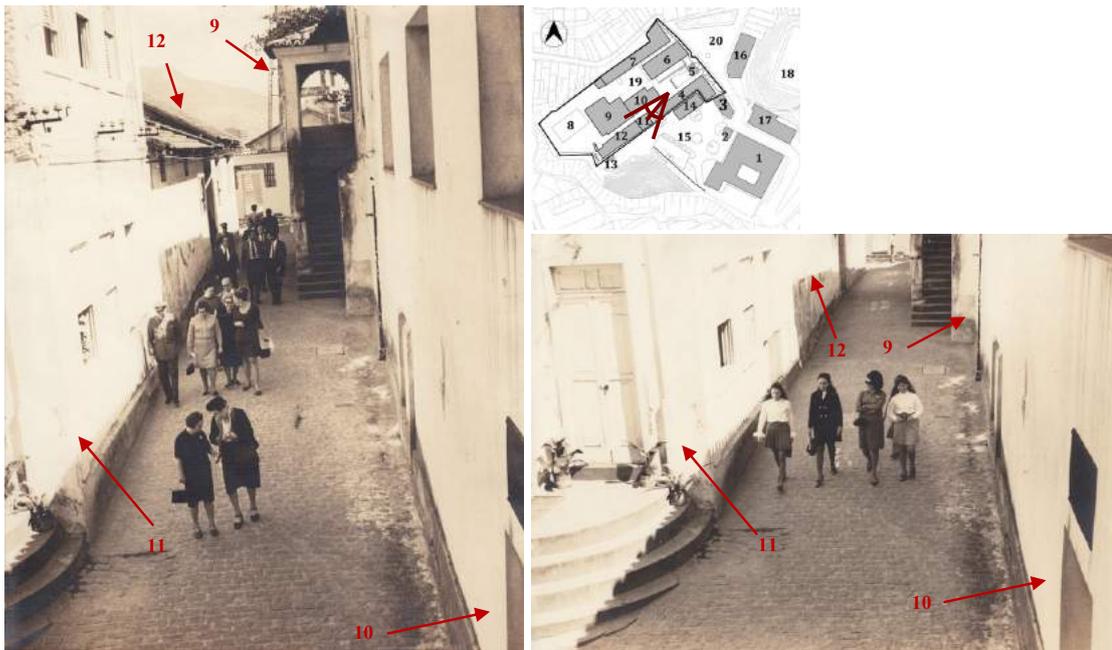


Figura 83: Fotografias com indicação da Antiga SDT (9), do Alojamento - Soldados (10), do Posto Médico (11) e do Antigo Rancho (12) - c.1960. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

A pesquisa iconográfica e as prospecções técnicas realizadas durante as últimas obras de restauração da Fortaleza (2010-2012), apontaram que o edifício da SDT (4) sofreu pelo menos duas ampliações na área do meio-baluarte. A foto com data atribuída para cerca de 1970 mostra uma ampliação sendo realizada no local, além de já mostrar a existência do **Corpo da Guarda** (3) com um pavimento, engastada na muralha. Nessa imagem, cabe ressaltar a existência de um andaime no local do atual **Rancho Temporário** (14), indicando que a edificação ainda não havia sido construída (Figura 84).

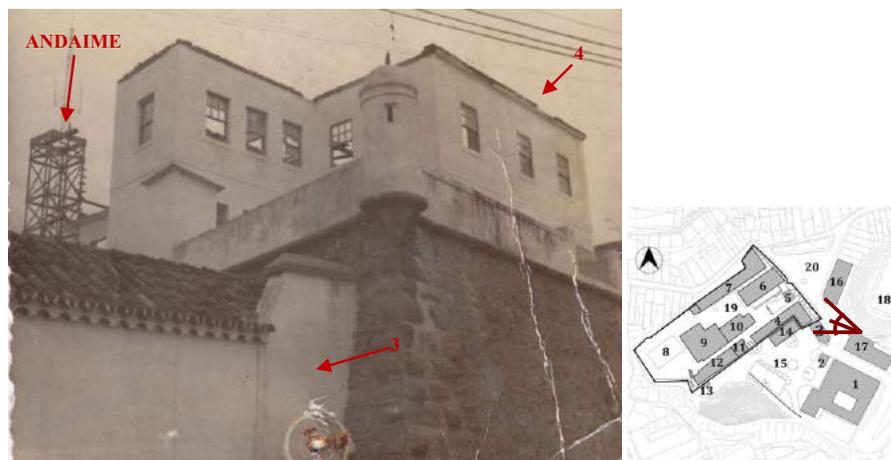
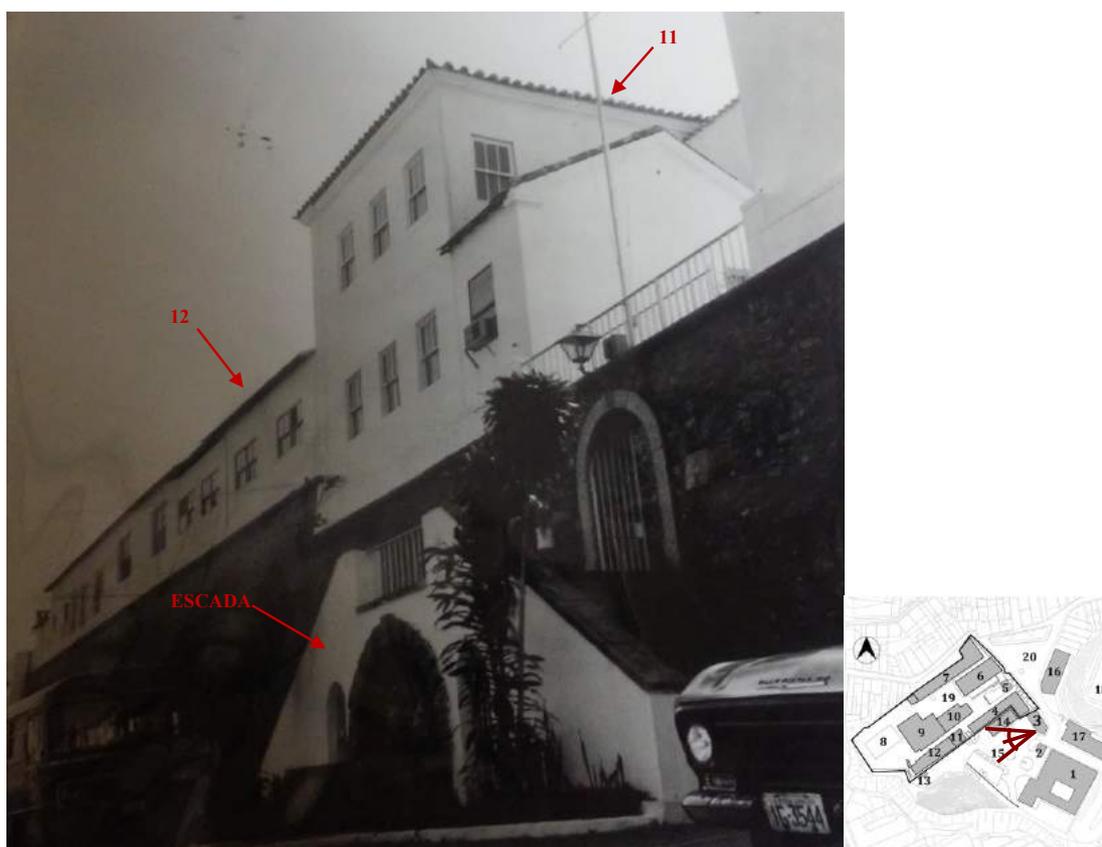


Figura 84: Fotografia do SDT (4) durante obras de ampliação, com indicação do Corpo da Guarda (3) e de um andaime no local do atual Rancho Temporário (14) - c.1970. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

Em 1972, a Diretoria do Serviço Geográfico foi transferida para Brasília/DF e as dependências do quartel passaram a ser ocupadas pelo Centro de Operações Cartográficas (COC). Uma fotografia de 1973 indica a configuração da volumetria do **Posto Médico (11)** com um anexo, e a edificação do **Antigo Rancho (12)** ocupando a parte posterior da lateral muralhada da fortificação. A imagem indica que a configuração da escada não se alterou, desde a década de 1950 (Figura 85).



**Figura 85: Fotografia do Posto Médico (11) e do Rancho Temporário (12) com indicação escada de acesso ao Terraplino (19) - 1973. Fonte: ANS (adaptado por COSTA/2017)**

Outra fotografia de 1973 indica a fachada do edifício do **SDT (4)** ocupando a parte frontal da lateral muralhada, sendo possível verificar que a edificação foi construída sobre as antigas canhoneiras. A pintura na fachada aparenta ser recente, indicando que a foto pode ser do período de conclusão das obras de ampliação. Essa imagem também indica com clareza a existência de uma construção temporária no local do atual **Rancho Temporário (14)**, no mesmo local onde havia um andaime instalado para as obras (Figura 86).

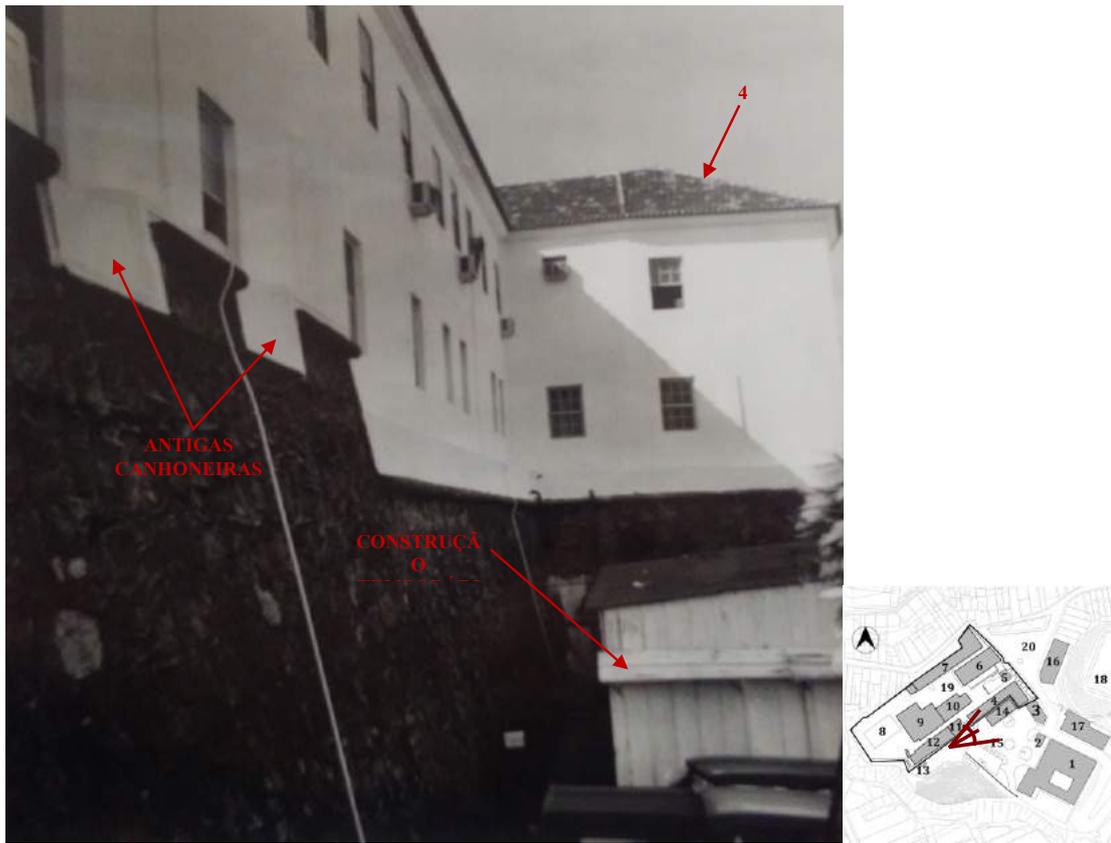


Figura 86: Fotografia do SDT (4) com indicação das antigas canhoneiras e de uma construção no local do atual Rancho Temporário (14) - 1973. Fonte: ANS (adaptado por COSTA/2017)

A construção temporária também pode ser verificada em outra fotografia sem data, posterior à foto de 1973, pois apresenta o edifício da SDT (4) com a segunda ampliação pronta e marcas do tempo na pintura das fachadas (Figura 87).

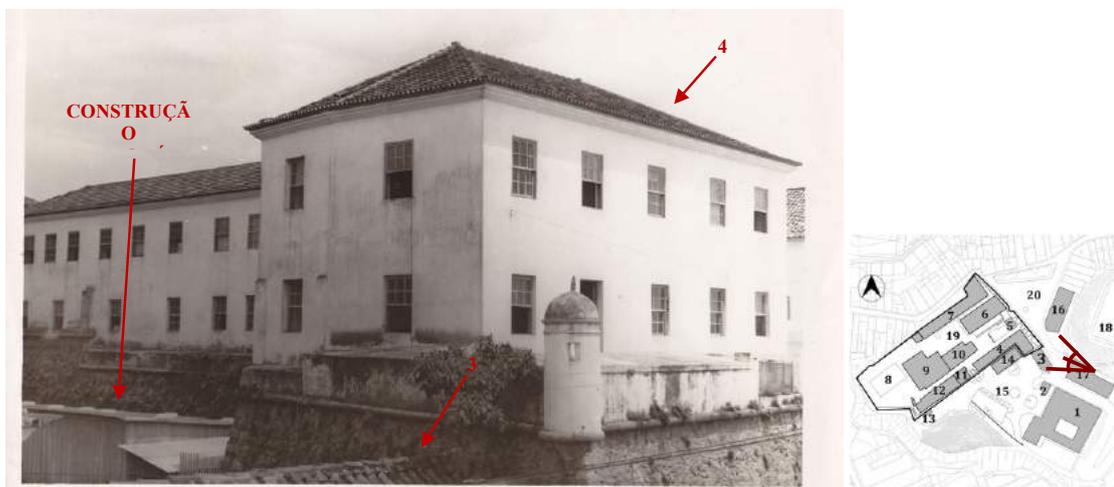


Figura 87: Fotografia do SDT (4) após as obras de ampliação, com indicação de uma construção no local do atual Rancho Temporário (14) - c. Déc. 1970. Fonte: Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

Durante a ditadura militar, em 21 de setembro de 1980, toda a estrutura do COC foi cedida à 5ª Divisão de Levantamento (5ª DL). Uma reportagem do Jornal do Brasil, de 11 de setembro de 1983, dizia em seu título "Exército ocupa no Morro da Conceição terreno particular". A matéria jornalística diz respeito ao local onde hoje está situado o edifício da **Garagem (16)** e menciona que a área particular era, até 1982, utilizada pela comunidade para a realização de jogos de futebol:

[...] o terreno do Morro da Conceição antes do dia 15/09/82 era propriedade legítima de Maria Teresa Fontes Williams, que continua a pagar normalmente seus impostos. Desde 1920, por concessão da família Fontes, ali eram realizados os torneios de futebol do bairro até março de 1982, quando a 5ª Divisão de Levantamentos do Serviço Geográfico do Exército começou a cercar a área de lazer dos moradores. (ARQUIVO NORONHA SANTOS)

A reportagem menciona a construção irregular do edifício no local, cuja volumetria rompeu a visada que existia da Rua Acre até a Fortaleza. De acordo com a matéria, uma vistoria seria realizada e que, caso a irregularidade fosse constatada, a edificação seria demolida, fato que não aconteceu:

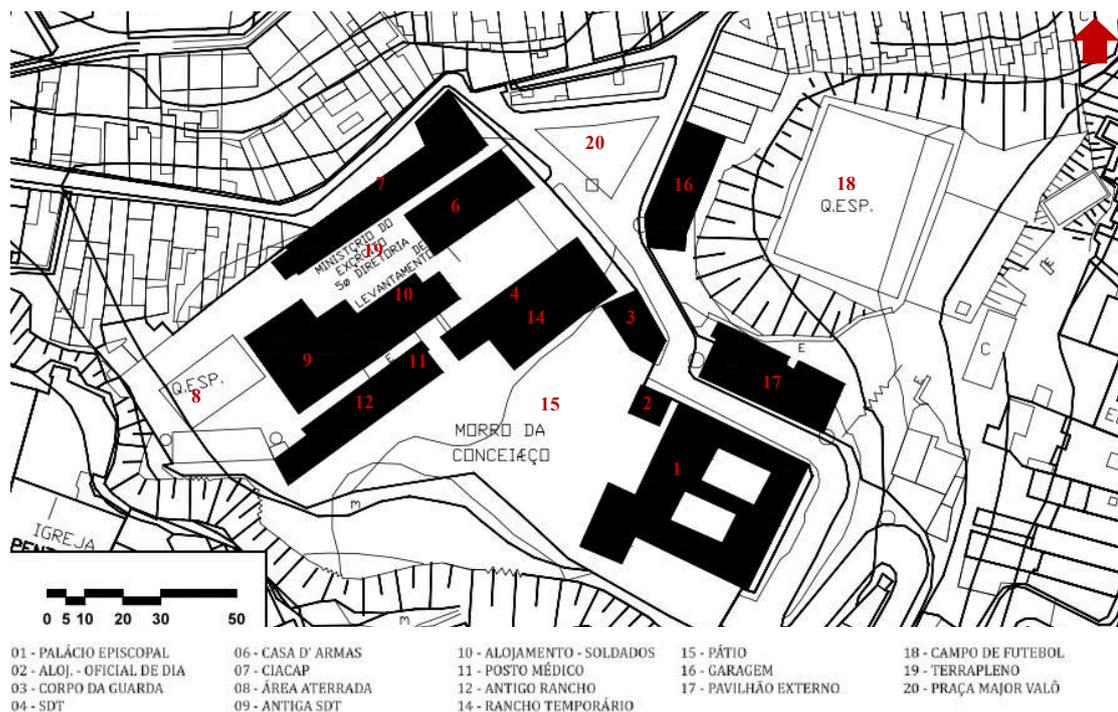
Ao lado da antiga cachoeira do Palácio Episcopal, transformada em prédio da administração da 5ª DL, onde aparelhos de ar-condicionado sobressaem nas janelas coloniais, sobre um secular muro de arrimo, uma das antigas muralhas da fortaleza, o Exército construiu um galpão de 26m por 11m com uma casa anexa.

As duas construções ficam na área protegida pelo Projeto Morro da Conceição, da Subsecretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Secretaria de Cultura do MEC. Na 6ª Diretoria da SPHAN, seu diretor, o arquiteto Glauco Campelo, afirma que não houve nenhuma autorização, necessária para construir na área do sítio histórico protegido.

Glauco lembrou que a Prefeitura, antes de aprovar projetos em áreas de preservação nacional, os envia para o parecer da SPHAN. Nesse caso, a garagem, seu anexo e o muro ao redor do campo de futebol interferiram no entorno da Fortaleza da Conceição:

- Essa garagem de caminhões foi construída em cima da muralha onde antes vocês tinham uma perspectiva da Rua Acre até a Fortaleza, e que era possível antes de o campo de futebol ser fechado - comenda Valter Duarte [...] Segundo a SPHAN, será feita uma vistoria no sítio histórico e, caso sejam comprovadas irregularidades, as construções serão demolidas. (ARQUIVO NORONHA SANTOS)

A "Base Cadastral da Cidade do Rio de Janeiro", realizada pela prefeitura em 1999 (Figura 88), indica a configuração bastante atualizada das edificações do conjunto da Fortaleza da Conceição, com indicação do edifício da **Garagem (16)**, além do **Rancho Temporário (14)** rente à muralha.



**Figura 88: Base cadastral - 1999, com indicação da posição das edificações/espços atuais. Fonte: Prefeitura do Rio (adaptado por COSTA/2017)**

Entre 2010 e 2011, o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS), vinculado ao Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, coordenou o desenvolvimento do projeto “Palácios do Rio”, implantado inicialmente no Palácio Episcopal. Acolhido prontamente pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), o projeto buscava, sob o aspecto turístico, a divulgação e a promoção do acesso ao patrimônio militar do Exército, nesse caso o Palácio e a Fortaleza. A metodologia incluiu levantamentos sobre o bem cultural, diálogos com os moradores, trabalhadores e frequentadores do Morro da Conceição, e a construção de roteiros turísticos (EGREJAS; MATTOS; BARTHOLO, 2017). Além da divulgação pela internet e em encontros acadêmicos, o projeto teve exposição em diversas mídias, tais como TV, Rádio, Jornais, Revistas, etc. Com a ajuda da DPHCEX, folhetos foram impressos em quatro idiomas (Figura 89) para serem distribuídos aos visitantes por meio de agências de turismo, em terminais marítimos e aeroportuários ou pelos guias (EGREJAS, 2012). A iniciativa do projeto "Palácios do Rio" teve como resultado um total de 64 visitas ao local, entre os dias 03/10 e 08/12 de 2011. Além dos roteiros turísticos elaborados, a metodologia do projeto conseguiu se aproximar da comunidade local e promover o aprendizado sobre esse importante sítio para os visitantes (EGREJAS; MATTOS; BARTHOLO, 2017).



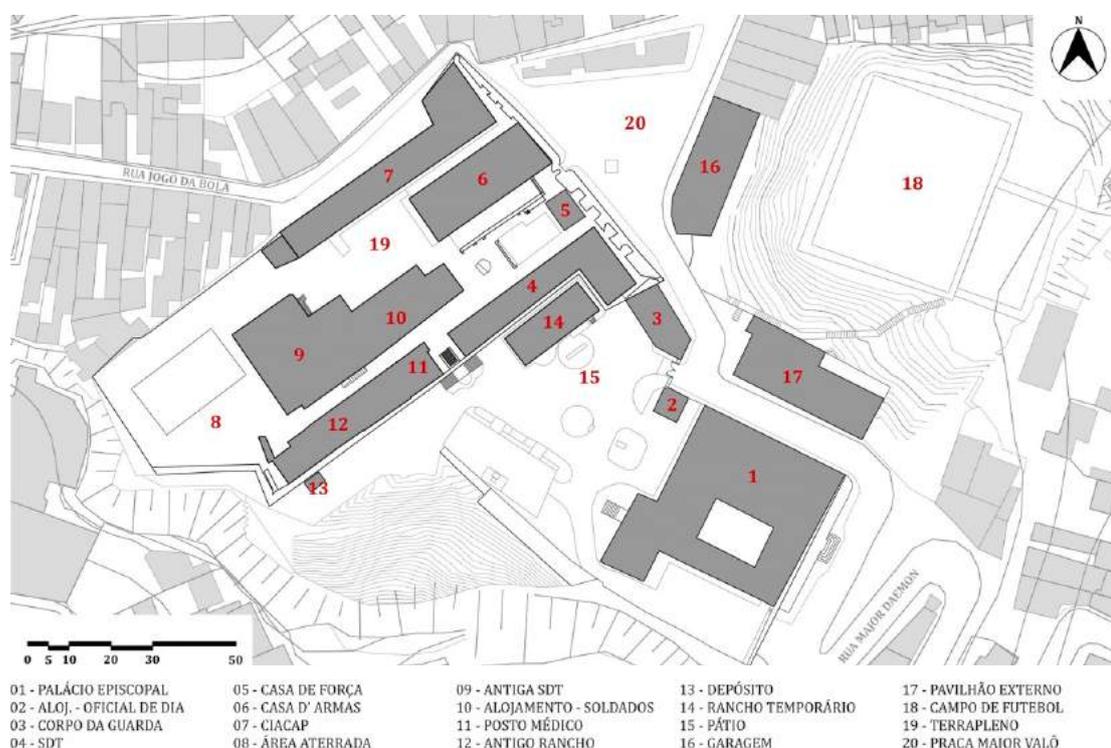
Figura 89: Folheto impresso do projeto Palácio do Rio. Fonte: COSTA/2016

Nesse período, entre 2010 e 2012, parte do conjunto arquitetônico passou por obras de restauração (Figura 90). Um projeto básico que contemplava todo o conjunto arquitetônico foi elaborado, mas não foi executado em sua totalidade. Foram feitas apenas reformas na cobertura e nas alvenarias externas do **Palácio Episcopal (1)**; e obras gerais de restauração no edifício da **SDT (4)**, com retirada das esquadrias, reforma da cobertura, recomposição de piso e das alvenarias internas e externas, e adaptação do espaço para usos voltados às atividades cartográficas do quartel.



Figura 90: Fotografia da fachada principal da Fortaleza da Conceição durante as obras de restauração da SDT (4). Fonte: Leandro Campos/2010

A "Planta de situação da Fortaleza da Conceição", elaborada durante as obras de restauração é o levantamento mais atual do conjunto (Figura 91)<sup>53</sup>. Nesse desenho, é possível verificar a posição da **Casa de Força (5)** e o **Depósito (13)** construído adjacente à muralha histórica, pequenas edificações que ainda não constavam nos registros anteriores.



**Figura 91: Planta de situação - 2012, com indicação da posição das edificações/espaços atuais. Fonte: DMP Arquitetura (adaptado por COSTA/2017)**

Depois de ocupar o quartel por 36 anos, uma portaria do Exército, de 26 de dezembro de 2016, alterou a denominação da 5ª DL para 5º CGEO, mas suas atividades continuaram as mesmas. O atual 5º CGEO foi testemunha da evolução tecnológica das atividades cartográficas, que promoveu, dentre outras mudanças, mais adaptações na arquitetura da Fortaleza e do Palácio, com o objetivo de atender às novas demandas do processo de mapeamento. Visitas *in loco* atestam que a configuração do conjunto não se alterou desde as últimas reformas de 2012 (Figura 92).

<sup>53</sup> O desenho da planta de situação da Fortaleza da Conceição foi desenvolvido pelo escritório DMP Arquitetura durante as obras de restauração, entre 2010 e 2012.

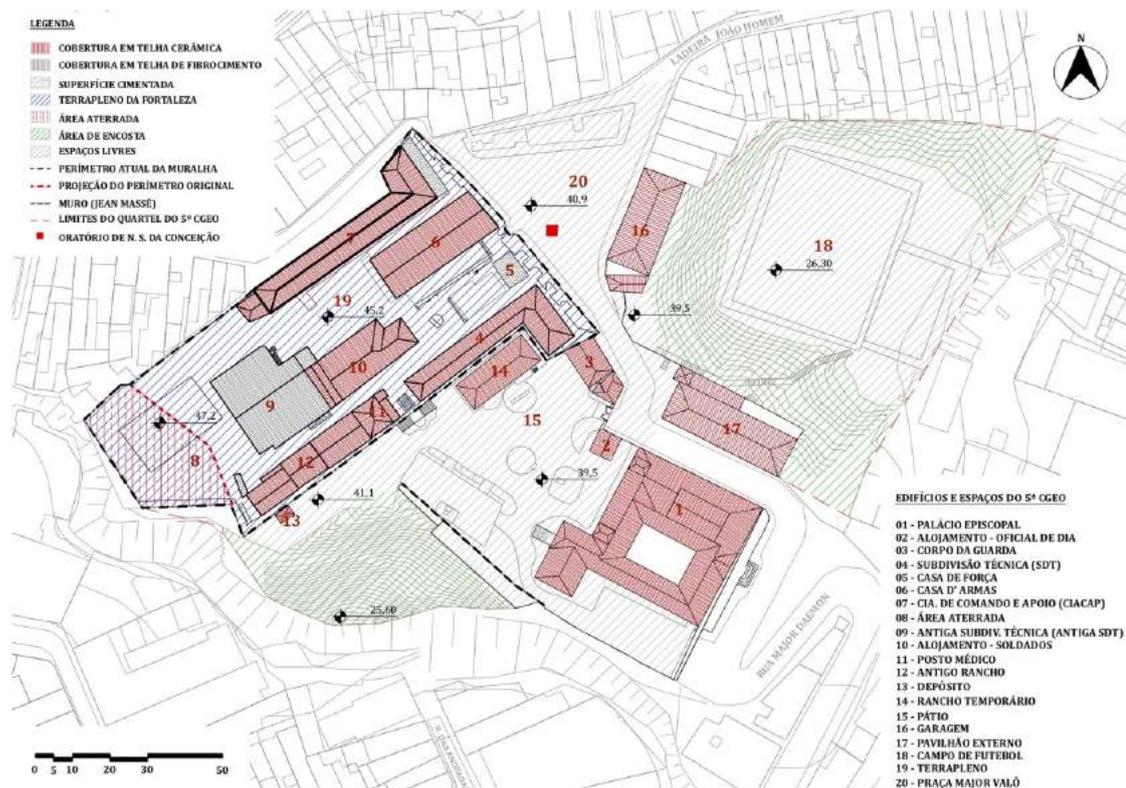


Figura 92: Planta de situação atual do conjunto arquitetônico do 5º CGEO - 2017. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

O desenvolvimento das atividades cartográficas na Fortaleza, desde 1922, resultou na reunião de um acervo de interesse histórico, cultural e científico, sendo relevante para o entendimento da atividade da cartografia brasileira ao longo dos anos (Apêndice I). Esse acervo está, atualmente, exposto em uma galeria dentro do **Palácio Episcopal (1)**.

[...] a 5ª Divisão de Levantamento possui sob sua guarda, instrumentos de geodésia do século XIX, equipamentos de aerofotometria, documentos cartográficos históricos, fotografias em diversos suportes (vidro e acetato), importante acervo de aerofotogrametria, acervo bibliográfico especializado e histórico, relatórios de medições de importantes cartas produzidas ao longo da história do Brasil, entre outros. (CAMPOS, 2011, p. 5)

Além do acervo que está exposto, existem documentos e equipamentos cartográficos que hoje encontram-se desorganizados e depositados em salas vazias. É de interesse do comando do 5º CGEO a sistematização e disponibilização do material para especialistas e para o público em geral.

### 1.3.6 - A EVOLUÇÃO ARQUITETÔNICA EM QUATRO SÉCULOS

O histórico desenvolvido para esta dissertação dividiu a evolução da Fortaleza em cinco fases, indicando as alterações com base nos documentos e informações pesquisadas. A primeira fase apresentou o início da ocupação morro, com o processo de instalação da ermida em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, que deu origem ao nome do morro e da fortificação, até a implantação do **Palácio Episcopal (1)** nessas terras (Quadro 2).

**Quadro 2: Principais eventos e documentos - 1590-1702. Fonte: COSTA/2017**

| QUADRO SINÓPTICO COM PRINCIPAIS EVENTOS E DOCUMENTOS - 1590-1702 |         |   |
|--|---------|---|
| SÉC XVI  | 1590    | Em 1590 a Capela de N. Sr. <sup>a</sup> da Conceição no Morro de S. Bento é doada para os monges beneditinos.   |
| SÉC XVI  | 159-    | Após esta doação D. Maria Dantas ordena a construção de uma capela e um hospício dedicados a N. Sr. <sup>a</sup> da Conceição em um morro próximo ao Morro de São Bento. Esta foi a primeira ocupação neste morro que passou a se denominar Morro da Conceição. |
| SÉC XVII   | c. 16-- | Reconstituição do mapa do Rio de Janeiro em princípio do século XVII.   |
| SÉC XVII   | 1659    | Os Capuchinhos tomam posse da Ermida e do Hospício de N. Sr. <sup>a</sup> da Conceição.   |
| SÉC XVIII  | 1702    | A Ermida e do Hospício de N. Sr. <sup>a</sup> da Conceição são transformados em Palácio Episcopal (1).  |
| SÉC XVIII  | 1702    | Planta digital de simulação do Rio de Janeiro em 1702, com indicação do Palácio Episcopal (1), da Igreja de São Francisco da Prainha (2) e do Reduto da Prainha (3).  |

A segunda fase apresentou o período entre a construção da Fortaleza e o processo de obsolescência do seu uso original de fortificação, até a inserção do seu novo uso voltado para a guarda de armamentos (Quadro 3).

**Quadro 3: Principais eventos e documentos - 1713-1794. Fonte: COSTA/2017**

| QUADRO SINÓPTICO COM PRINCIPAIS EVENTOS E DOCUMENTOS - 1713-1794 |         |  |
|--|---------|--|
| SÉC XVIII  | 1713    | Planta da cidade do Rio de Janeiro, autoria atribuída a Jean Massé.  |
| SÉC XVIII  | 1730    | Planta da Fortaleza de N. S. da Conceição, autoria do Padre Diogo Soares   |
| SÉC XVIII  | 1735    | Relação da artilharia das fortificações do Rio de Janeiro.   |
| SÉC XVIII  | 1750    | Pormenor da Carta Topographica da cidade, autoria de André Vaz Figueira.   |
| SÉC XVIII  | 1765    | Construção da Casa D'Armas (6).  |
| SÉC XVIII  | 1768    | Planta da Fortaleza da Conceição, situada sobre um morro ao norte da cidade, autoria de Jacques. Funck.                    |
| SÉC XVIII  | 1769    | Plano da Cidade do Rio de Janeiro, autoria de João Francisco Roscio.   |
| SÉC XVIII  | 1771    | Planta da Fortaleza da Conceição, autoria de Jacques Funck, autoria de Jacques Funck.                                      |
| SÉC XVIII  | 1771    | Planta da Fachada da Fortaleza da Conceição vista desde a baía e perfil da linha ABCD na planta, autoria de Jacques Funck. |
| SÉC XVIII  | c. 17-- | Planta e Perfis da Fortaleza da Conceição, autoria desconhecida.   |
| SÉC XVIII  | 1794    | Plano da Marinha do Norte da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações.                             |

A terceira fase apresentou o processo de ocupação praticamente completo sobre o o **Terrapleno (19)** da fortificação, culminando com a perda definitiva do seu uso original (Quadro 4).

**Quadro 4: Principais eventos e documentos - 1810-1916. Fonte: COSTA/2017**

| QUADRO SINÓPTICO COM PRINCIPAIS EVENTOS E DOCUMENTOS - 1810-1916 |           |  |
|--|-----------|--|
| SÉC. XIX   | 1810      | A Fortaleza é elevada a Fábrica de Armas.  |
| SÉC. XIX   | 1817      | Pormenor da aquarela de Thomas Ender.  |
| SÉC. XIX   | 1831      | Extinção da Fábrica de Armas e desarmamento da Fortaleza.  |
| SÉC. XIX   | 1832      | A Fortaleza torna-se uma Repartição do Arsenal de Guerra.  |
| SÉC. XIX   | 1860      | Aquarela de Francis Garat.   |
| SÉC. XIX   | 1864-1870 | Após a Guerra do Paraguai (1864-1870) a Fortaleza passa a ser uma Oficina de reparos de armamento.   |
| SÉC. XIX   | 1871      | Pormenor da Planta Cadastral da Cidade do Rio de Janeiro para a Companhia City Improvements, autoria engenheiro Edward Gotto.                                |
| SÉC. XIX   | 1880      | Pormenor da Planta Geral da Fortaleza da Conceição e Oficinas de Reparação de Armas Anexas ao Arsenal de Guerra, autoria do Major Antônio de Sena Madureira. |
| SÉC. XIX   | 1882      | Planta Geral da Fábrica de Armas na Fortaleza da Conceição, autorias do Tenente Coronel Francisco Gomes de Souza e do Major José F. Coelho.                  |
| SÉC. XIX   | 1882      | Planta da Sala das Armas na Fortaleza da Conceição e do Pavimento Superior, autorias do Tenente Coronel Francisco Gomes de Souza e do Major José F. Coelho.  |
| SÉC. XIX   | 1896      | Planta dos Terrenos Adjacentes ao Referido Forte, autoria de Augusto Tasso Fragoso, Antonio Pinto de Almeida e do Tenente Adolpho Lins.                      |
| SÉC. XX  | 1900      | Extinção da Fábrica e da Oficina de Reparos de Armas.  |
| SÉC. XX  | 1900      | Planta do terreno adjacente a Fortaleza da Conceição, autoria de Cassiano Ferreira de Assis.   |
| SÉC. XX  | s/d       | Fotografia indicando o meio-baluarte e sua guarita, a SDT (4), o antigo muro e a luminária.  |
| SÉC. XX  | 1907      | Fotografia indicando o meio-baluarte com um portão de acesso e uma edificação justaposta ao meio-baluarte que possivelmente era a Cavalaria.                 |
| SÉC. XX  | 1916      | Planta dos primeiros pavimentos das construções existentes no interior da Fortaleza da Conceição, autoria de Joaquim Francisco Duarte.                       |

A quarta fase apresentou o momento que a Fortaleza da Conceição passa a ter seu uso atual, voltado para a produção cartográfica, com a instalação do antigo Serviço Geográfico do Exército (SGE); até o seu tombamento pelo IPHAN, em 1938 (Quadro 5).

**Quadro 5: Principais eventos e documentos - 1917-1935. Fonte: COSTA/2017**

| QUADRO SINÓPTICO COM PRINCIPAIS EVENTOS E DOCUMENTOS - 1917-1935 |         |   |
|--|---------|---|
| SÉC. XX  | 1917    | A FNAC passa por reformas para abrigar o SGE.   |
| SÉC. XX  | c. 1920 | Fotografia aérea do conjunto da Fortaleza da Conceição e Palácio Episcopal (1).   |
| SÉC. XX  | c. 1920 | Fotografia onde é possível ver o minarete da Casa D'Armas (6) e sua relação com o CIACAP (7), o SDT (4), e o Alojamento - Soldados (10) |
| SÉC. XX  | c. 1920 | Fotografia das subdivisões internas em madeira da Casa D'Armas (6)  |
| SÉC. XX  | c. 1920 | Fotografia do Terrapleno (19).  |
| SÉC. XX  | 1935    | Pormenor da Base Cadastral do Morro da Conceição.   |
| SÉC. XX  | c. 19-- | Fotografia da cortina frontal da Fortaleza da Conceição a partir da Praça Major Valô (20).  |

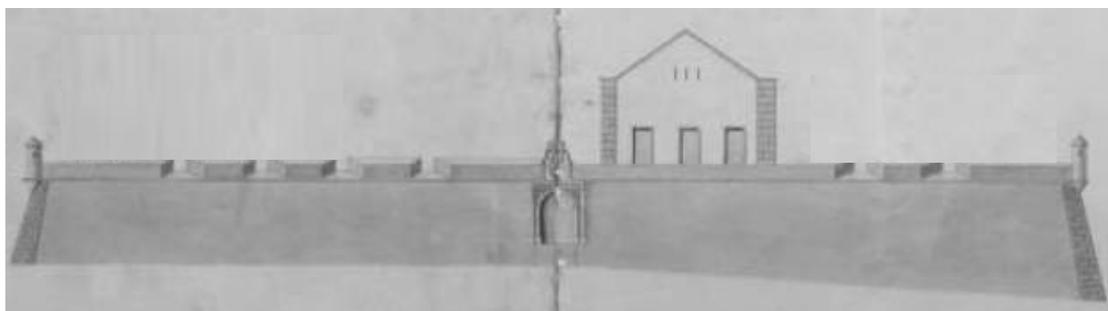
Por fim, a quinta fase apresentou a consolidação da Fortaleza da Conceição com seu uso atual voltado para o serviço cartográfico, indicando suas obras com o propósito de adaptar as instalações da antiga fortificação para o atendimento a este uso, resultando em uma descaracterização volumétrica após seu processo de tombamento (Quadro 6).

**Quadro 6: Principais eventos e documentos - 1938-2012. Fonte: COSTA/2017**

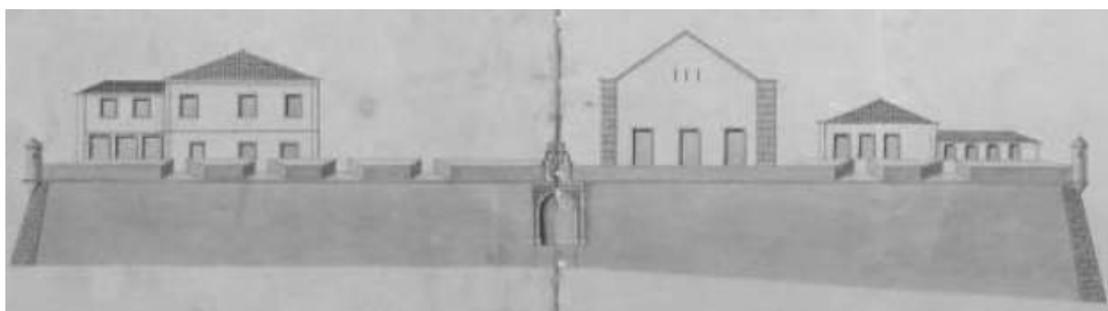
| QUADRO SINÓPTICO COM PRINCIPAIS EVENTOS E DOCUMENTOS - 1938-2012 |             |  |
|--|-------------|--|
| SÉC. XX  | c.1920-1940 | Fotografia da Fachada frontal da Fortaleza e sua provável feição no momento do seu tombamento pelo IPHAN, em 1938.                           |
| SÉC. XX  | 1939        | Fotografia da solenidade da Festa da Bandeira.   |
| SÉC. XX  | c.1940      | Fotografia da fachada principal do Pavilhão Externo (17).  |
| SÉC. XX  | c.1940      | Fachada posterior do Pavilhão Externo (17) e visada do Palácio Episcopal (1) ao fundo.   |
| SÉC. XX  | c.1940      | Fotografia com a visada para os edifícios do Pavilhão Externo (17).  |
| SÉC. XX  | c.1940      | Fotografia de uma área gramada sobre o Terrapleno (19)   |
| SÉC. XX  | c.1950      | Fotografia do Pátio (15).  |
| SÉC. XX  | 1953        | Pormenor da Planta Cadastral do Morro da Conceição.  |
| SÉC. XX  | 1958        | Restauração da Casa D'Armas (6).   |
| SÉC. XX  | 1958        | Fotografia da Casa D'Armas (6) durante as obras de restauração.  |
| SÉC. XX  | c.1960      | Fotografias de uma solenidade, com indicação da Antiga SDT (9), do Alojamento - Soldados (10), do Posto Médico (11) e do Antigo Rancho (12). |
| SÉC. XX  | c.1970      | Fotografia do SDT (4) durante obras de ampliação.  |
| SÉC. XX  | 1973        | Fotografia do Posto Médico (11) e do Rancho Temporário (12) com indicação escada de acesso ao Terrapleno (19).                               |
| SÉC. XX  | 1973        | Fotografia do SDT (4) com indicação das antigas canhoneiras e de uma construção no local do atual Rancho Temporário (14).                    |
| SÉC. XX  | c. 19--     | Fotografia do SDT (4) após as obras de ampliação.  |
| SÉC. XX  | 1999        | Base Cadastral da Cidade do Rio de Janeiro.  |
| SÉC. XXI   | 2010-2012   | Fotografia da fachada principal da FNSC durante as obras de restauro.  |
| SÉC. XXI   | 2012        | Planta de Situação da Fortaleza da Conceição.  |
| SÉC. XXI   | 2017        | Planta de situação atual do conjunto arquitetônico do 5º CGEO.   |

Essa evolução arquitetônica atestada a partir da cartografia e demais documentos históricos pesquisados indica mudanças significativas tanto na volumetria quanto no perímetro da fortificação. Logo no século XVIII, período de construção da Fortaleza, o interior do **Terrapleno (19)** começou a ser edificado e a **Casa D'Armas (6)** destacava-se na composição da cortina frontal, com sua característica colonial que se conservou ao longo dos anos. No século XIX, outras edificações com características coloniais ocuparam o interior do terrapleno, do centro para as laterais. O século XX, além da maior ocupação do interior do terrapleno, trouxe as modificações mais destoantes em relação à configuração original: o aterro do revelim posterior e a remoção do revelim frontal. No século XXI, a configuração atual apresenta

edificações que sofreram sucessivos acréscimos em sua volumetria, com muitas alterações que imitaram as características coloniais típicas da configuração original (Figura 93).



SÉCULO XVIII | Fonte: AHEX (adaptado por COSTA/2017)



SÉCULO XIX | Fonte: AHEX



SÉCULO XX - Fonte: Acervo 5º CGEO



SÉCULO XXI - Fonte: Nayara Gevú/2017

**Figura 93: Imagens representando a evolução histórica das fachadas durante quatro séculos. Fonte: COSTA/2017**

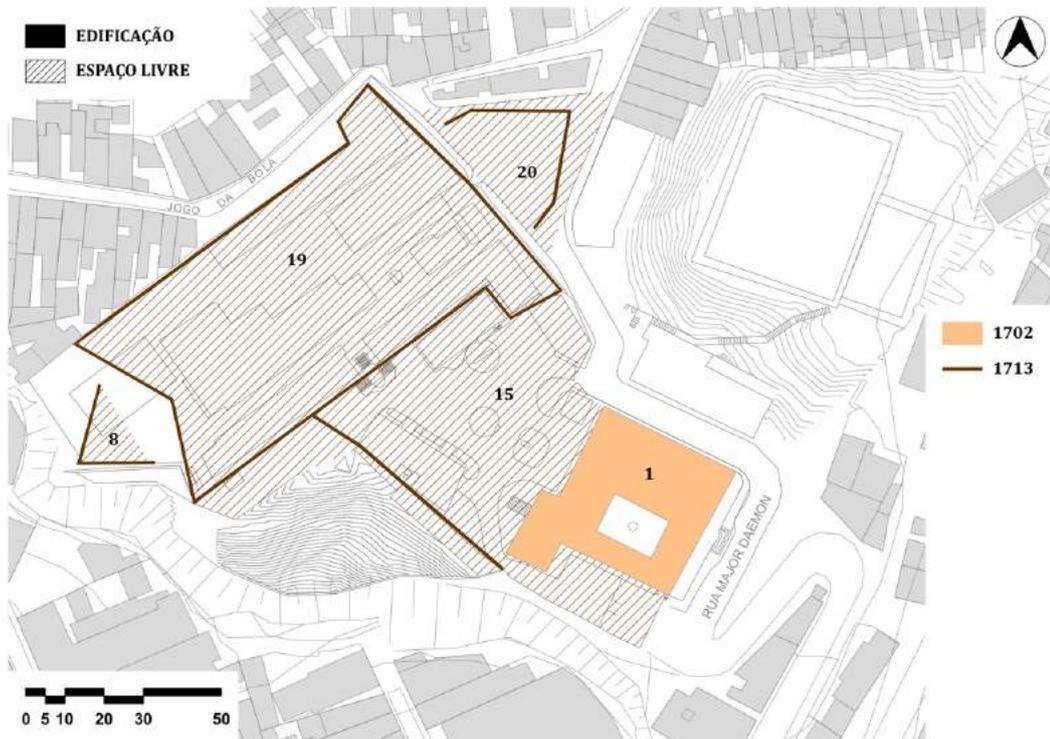
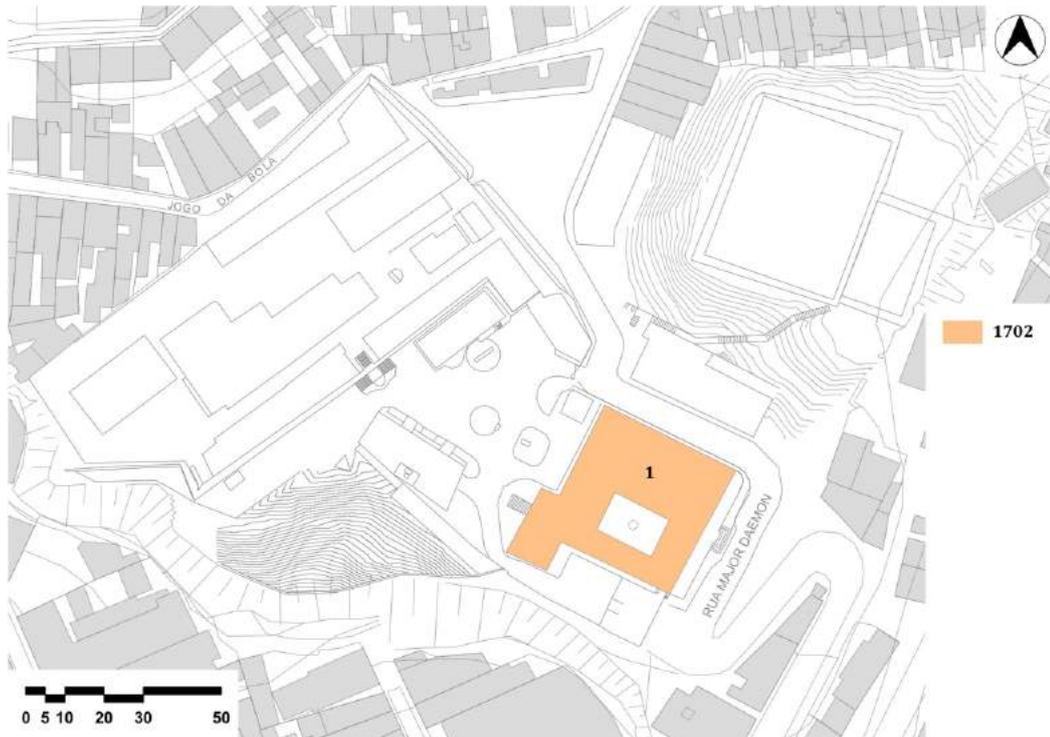
Usando como base plantas de diferentes datas, entre 1702 e 2012 (Quadro 7), foram elaborados mapas evolutivos que indicam a datação das alterações identificadas entre um mapa e outro.

**Quadro 7: Documentos utilizados como base para a produção dos mapas evolutivos - 1702-2012. Fonte: COSTA/2017**

| DOCUMENTOS UTILIZADOS COMO BASE PARA OS MAPAS EVOLUTIVOS - 1702 -2012 |      |  |
|---|------|--|
| SÉC XVIII   | 1702 | Planta digital de simulação do Rio de Janeiro em 1702, com indicação do Palácio Episcopal (1), da Igreja de São Francisco da Prainha (2) e do Reduto da Prainha (3). |
| SÉC XVIII   | 1713 | Planta da cidade do Rio de Janeiro, autoria atribuída a Jean Massé.  |
| SÉC XVIII   | 1730 | Planta da Fortaleza de N. S. da Conceição, autoria do Padre Diogo Soares   |
| SÉC XVIII   | 1768 | Planta da Fortaleza da Conceição, situada sobre um morro ao norte da cidade, autoria de Jacques. Funck.  |
| SÉC XVIII   | 1794 | Plano da Marinha do Norte da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações.   |
| SÉC. XIX  | 1871 | Pormenor da Planta Cadastral da Cidade do Rio de Janeiro para a Companhia City Improvements, autoria engenheiro Edward Gotto.  |
| SÉC. XIX  | 1896 | Planta dos Terrenos Adjacentes ao Referido Forte, autoria de Augusto Tasso Fragoso, Antonio Pinto de Almeida e do Tenente Adolpho Lins.                              |
| SÉC. XX   | 1916 | Planta dos primeiros pavimentos das construções existentes no interior da Fortaleza da Conceição, autoria de Joaquim Francisco Duarte.                               |
| SÉC. XX   | 1935 | Pormenor da Base Cadastral do Morro da Conceição.  |
| SÉC. XX   | 1953 | Pormenor da Planta Cadastral do Morro da Conceição.  |
| SÉC. XX   | 1999 | Base Cadastral da Cidade do Rio de Janeiro.  |
| SÉC. XXI  | 2012 | Planta de Situação da Fortaleza da Conceição.  |

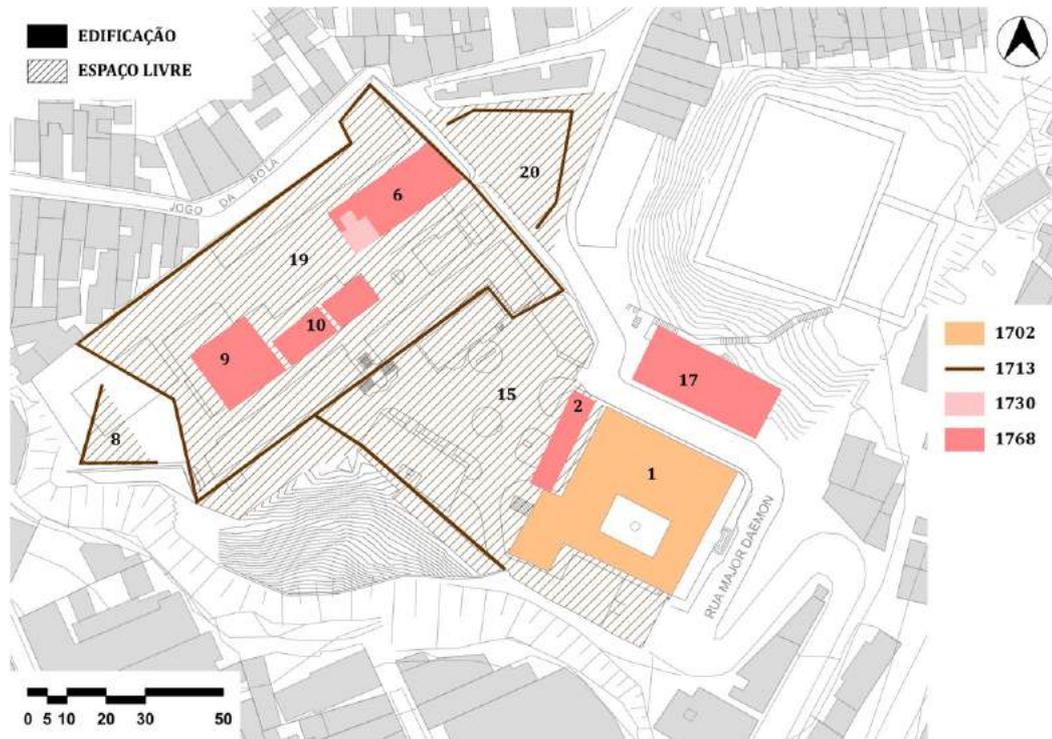
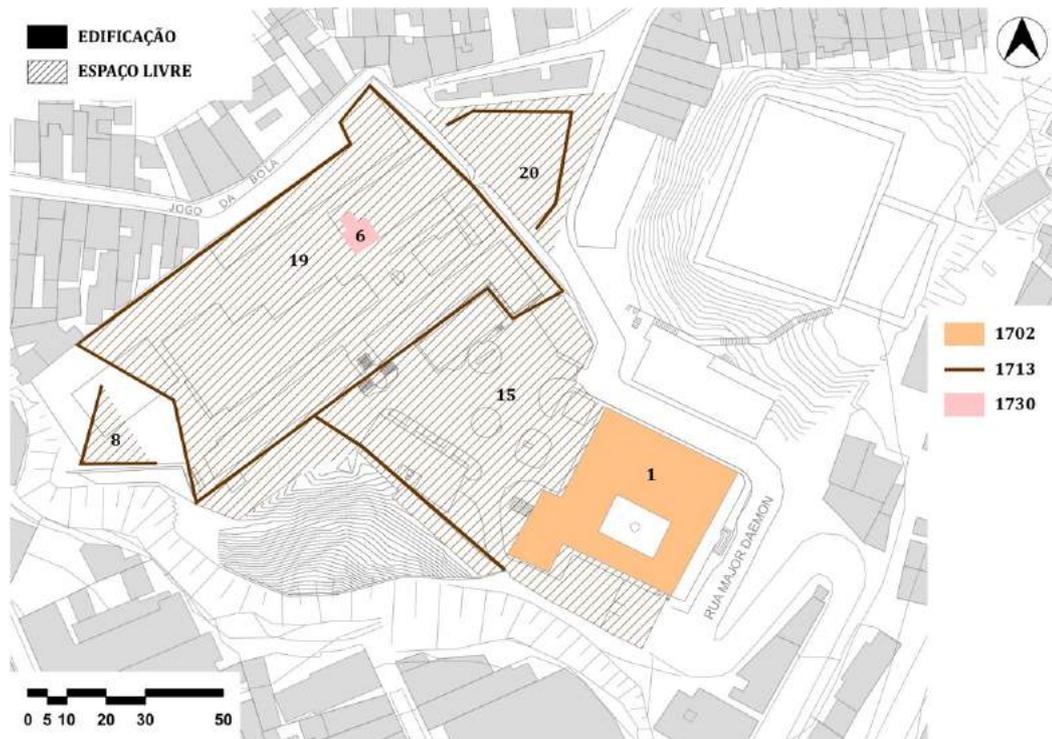
Com a ajuda do programa AutoCad, os mapas históricos foram sobrepostos em escala, utilizando como base a planta de situação da Fortaleza da Conceição, de 2012 (ver Figura 91), que é o levantamento mais atual do conjunto e compreende o resultado final da sobreposição. É válido explicar ao leitor que a datação indicada nas plantas de simulação não diz respeito à exata construção de uma edificação ou de uma relação espacial. Alguns mapas utilizados como base para a produção das simulações apresentam décadas de diferença entre eles, ou seja, as datas indicam em qual documento histórico pesquisado ocorreu a primeira representação das edificações e espaços. É possível que uma determinada edificação tenha sido construída dentro do espaço de tempo entre o documento que apareceu representada pela primeira vez e o documento anterior em que não era representada.

A elaboração desses mapas evolutivos tem como finalidade facilitar o entendimento de como as alterações no conjunto arquitetônico, que possui uma escala ampliada, foram acontecendo ao longo dos anos (Figura 94, (Figura 95, Figura 96, Figura 97, Figura 98 e Figura 99).



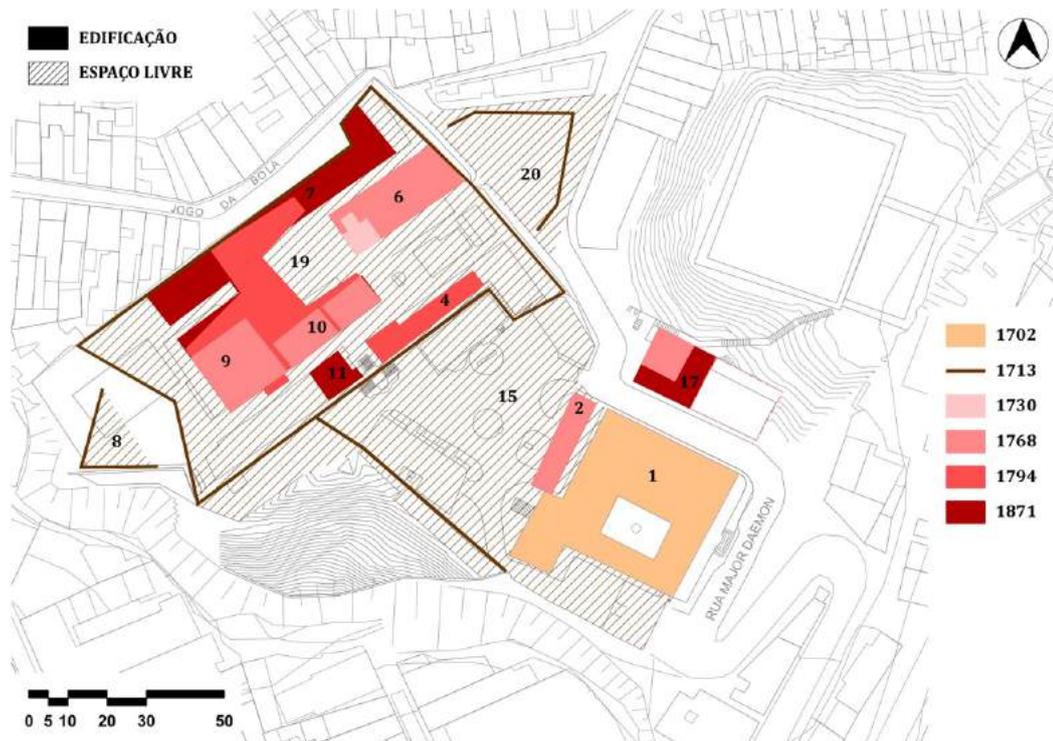
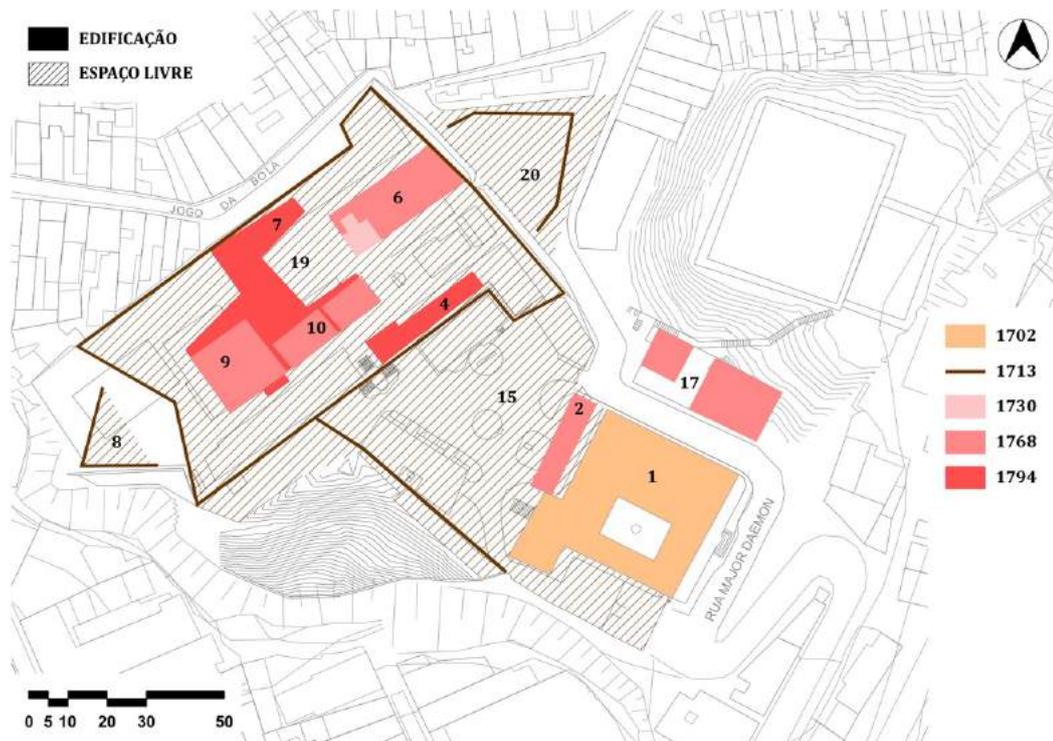
01 - PALÁCIO EPISCOPAL    08 - ÁREA ATERRADA    15 - PÁTIO    19 - TERRAPLENO    20 - PRAÇA MAJOR VALÔ

Figura 94: Marcação das edificações/espacios livres das plantas de 1702 e 1713. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012



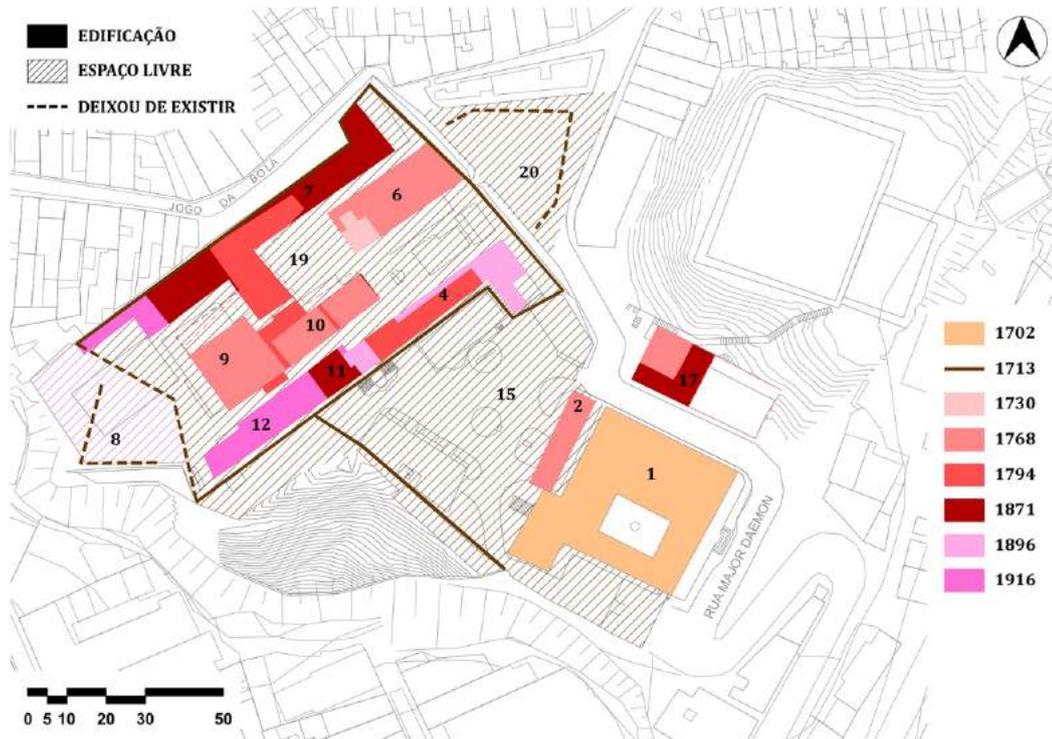
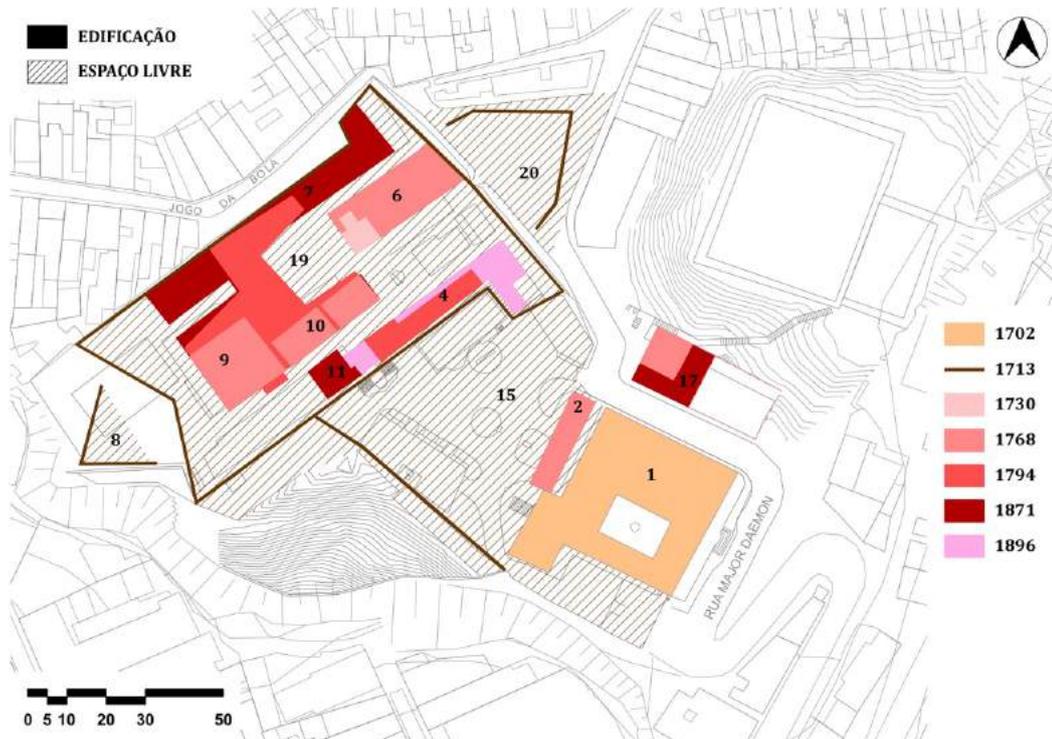
- |                             |                    |                            |                       |                       |
|-----------------------------|--------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| 01 - PALÁCIO EPISCOPAL      | 06 - CASA D' ARMAS | 09 - ANTIGA SDT            | 15 - PÁTIO            | 19 - TERRAPLENO       |
| 02 - ALOJ. - OFICIAL DE DIA | 08 - ÁREA ATERRADA | 10 - ALOJAMENTO - SOLDADOS | 17 - PAVILHÃO EXTERNO | 20 - PRAÇA MAJOR VALÔ |

**Figura 95: Marcação das edificações/espaços livres das plantas de 1730 e 1768. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012**



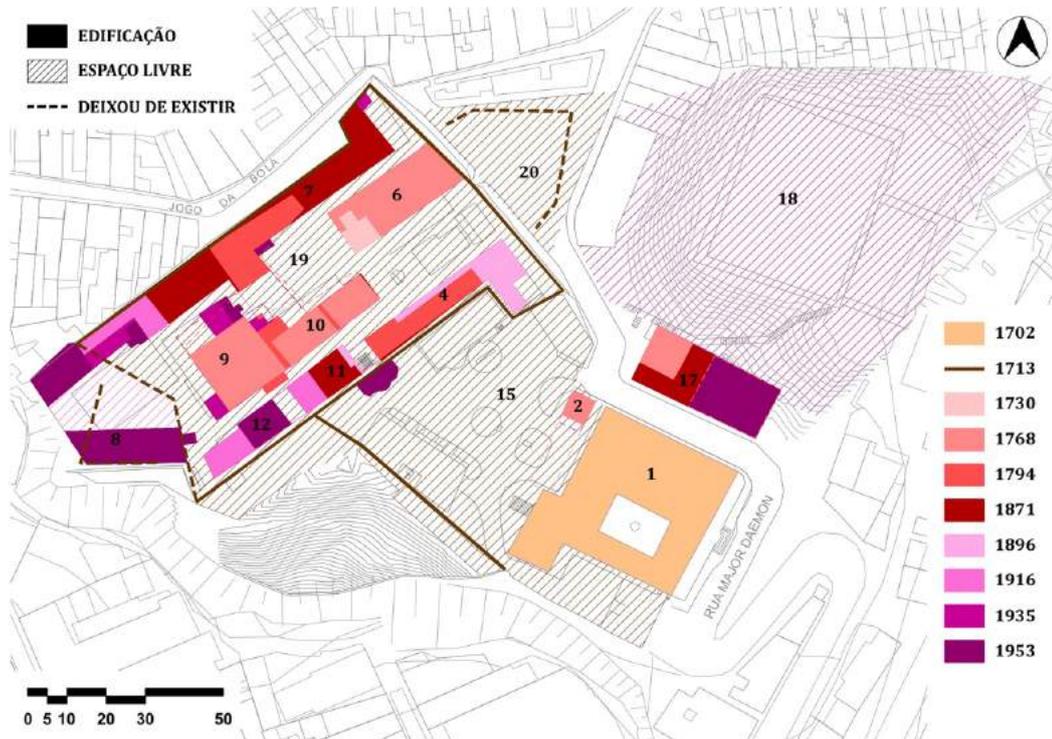
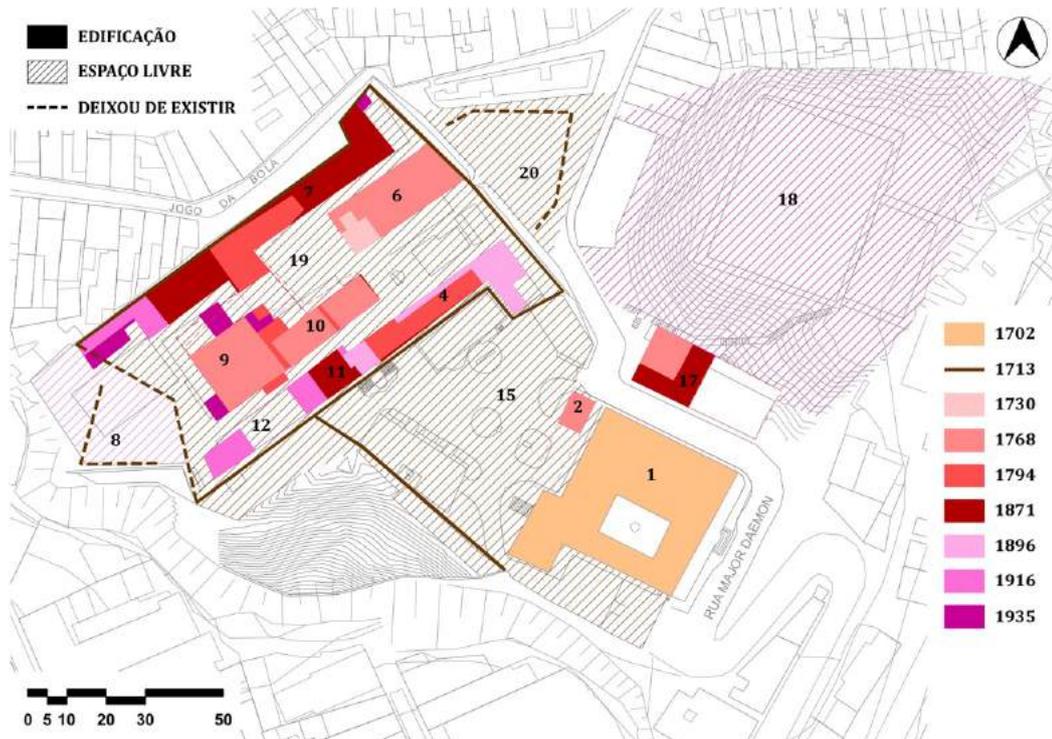
- |                             |                    |                           |                       |                       |
|-----------------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------|
| 01 - PALÁCIO EPISCOPAL      | 06 - CASA D' ARMAS | 09 - ANTIGA SDT           | 15 - PÁTIO            | 19 - TERRAPLENO       |
| 02 - ALOJ. - OFICIAL DE DIA | 07 - CIACAP        | 10 - ALOJAMENTO - SOLDADO | 17 - PAVILHÃO EXTERNO | 20 - PRAÇA MAJOR VALÓ |
| 04 - SDT                    | 08 - ÁREA ATERRADA | 11 - POSTO MÉDICO         |                       |                       |

Figura 96: Marcação das edificações/espaços livres das plantas de 1794 e 1871. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012



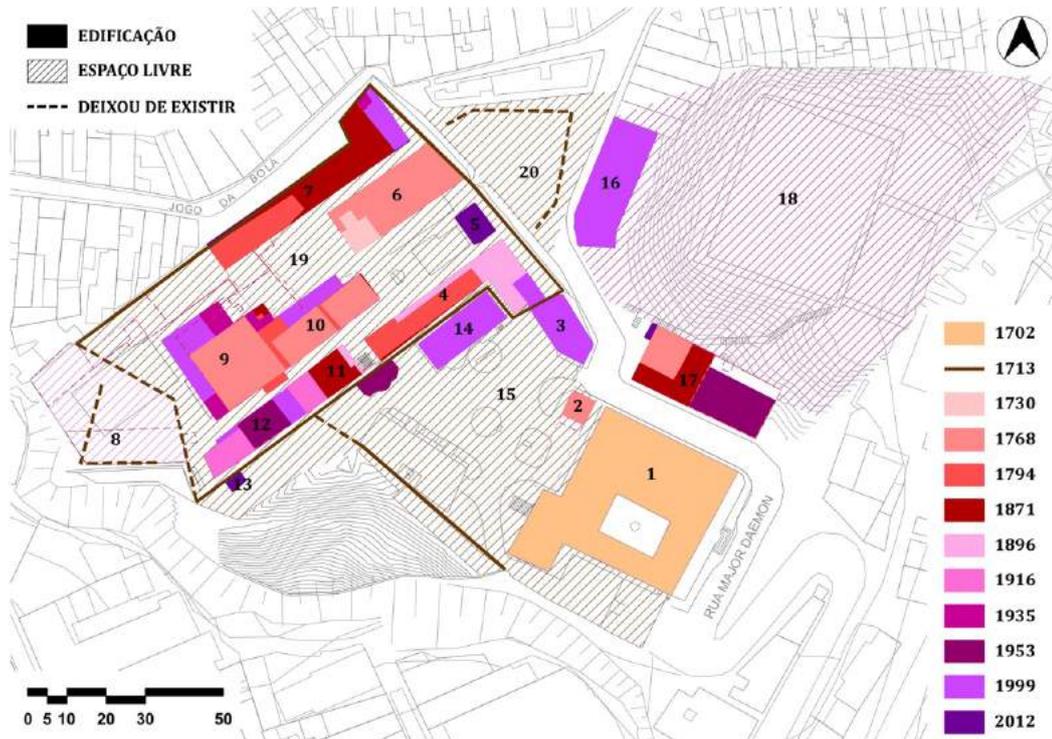
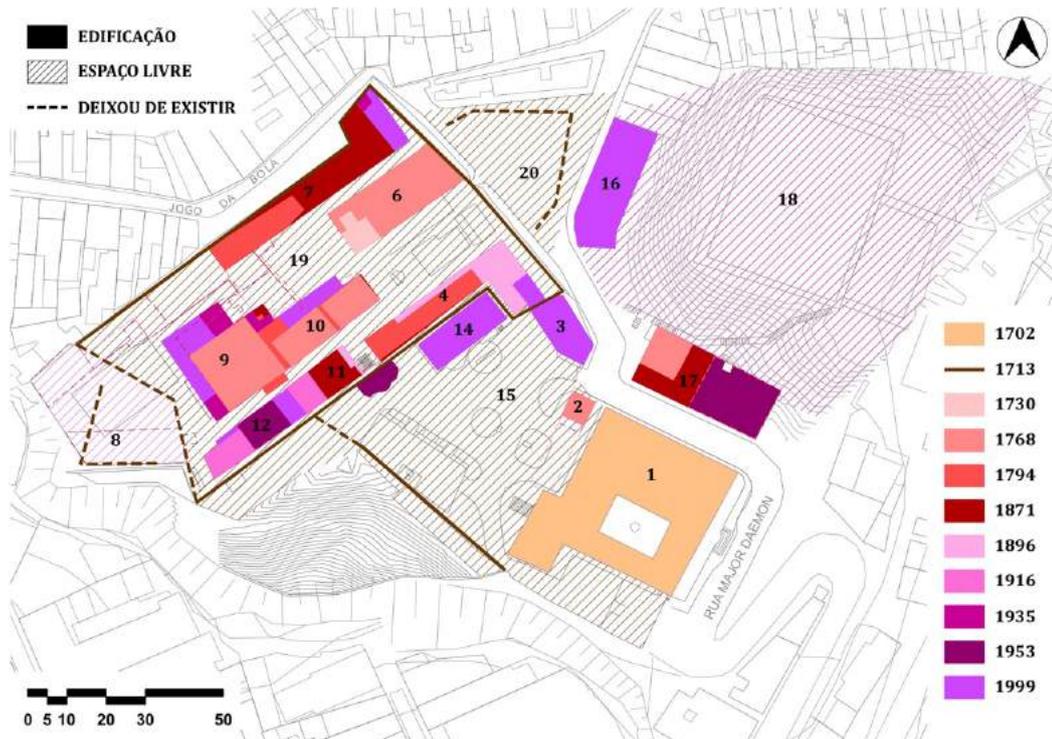
- |                             |                    |                            |                       |                       |
|-----------------------------|--------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| 01 - PALÁCIO EPISCOPAL      | 06 - CASA D' ARMAS | 09 - ANTIGA SDT            | 12 - ANTIGO RANCHO    | 18 - CAMPO DE FUTEBOL |
| 02 - ALOJ. - OFICIAL DE DIA | 07 - CIACAP        | 10 - ALOJAMENTO - SOLDADOS | 15 - PÁTIO            | 19 - TERRAPLENO       |
| 04 - SDT                    | 08 - ÁREA ATERRADA | 11 - POSTO MÉDICO          | 17 - PAVILHÃO EXTERNO | 20 - PRAÇA MAJOR VALÓ |

Figura 97: Marcação das edificações/espços livres das plantas de 1896 e 1916. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012



- |                             |                    |                            |                       |                       |
|-----------------------------|--------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| 01 - PALÁCIO EPISCOPAL      | 06 - CASA D' ARMAS | 09 - ANTIGA SDT            | 12 - ANTIGO RANCHO    | 18 - CAMPO DE FUTEBOL |
| 02 - ALOJ. - OFICIAL DE DIA | 07 - CIACAP        | 10 - ALOJAMENTO - SOLDADOS | 15 - PÁTIO            | 19 - TERRAPLENO       |
| 04 - SDT                    | 08 - ÁREA ATERRADA | 11 - POSTO MÉDICO          | 17 - PAVILHÃO EXTERNO | 20 - PRAÇA MAJOR VALÓ |

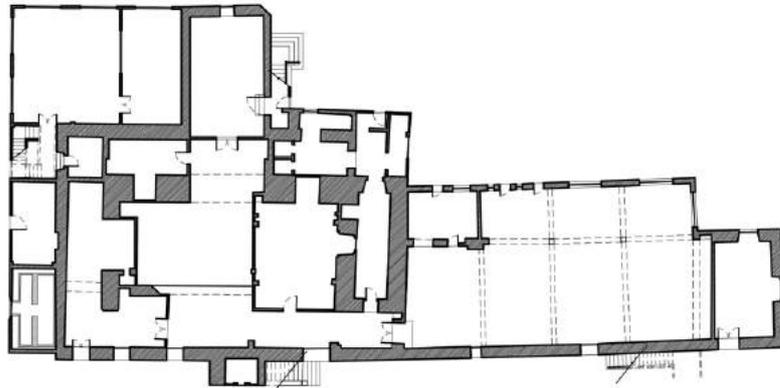
Figura 98: Marcação das edificações/espços livres das plantas de 1935 e 1953. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012



- |                             |                    |                            |                        |                       |
|-----------------------------|--------------------|----------------------------|------------------------|-----------------------|
| 01 - PALACIO EPISCOPAL      | 05 - CASA DE FORÇA | 09 - ANTIGA SDT            | 13 - DEPOSITO          | 17 - PAVILHAO EXTERNO |
| 02 - ALOJ. - OFICIAL DE DIA | 06 - CASA D' ARMAS | 10 - ALOJAMENTO - SOLDADOS | 14 - RANCHO TEMPORÁRIO | 18 - CAMPO DE FUTEBOL |
| 03 - CORPO DA GUARDA        | 07 - CIACAP        | 11 - POSTO MÉDICO          | 15 - PÁTIO             | 19 - TERRAPLENO       |
| 04 - SDT                    | 08 - ÁREA ATERRADA | 12 - ANTIGO RANCHO         | 16 - GARAGEM           | 20 - PRAÇA MAJOR VALÓ |

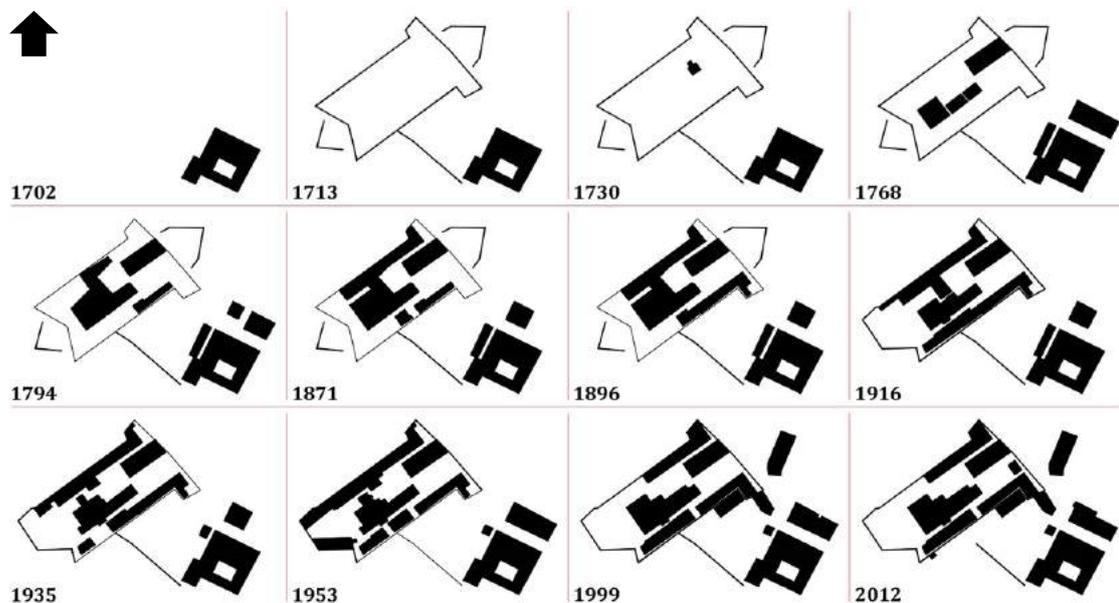
Figura 99: Marcação das edificações/espacios livres das plantas de 1999 e 2012. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

Para auxiliar a produção dos mapas, fotos antigas foram utilizadas, assim como o levantamento cadastral de algumas edificações (Figura 100).



**Figura 100: Levantamento cadastral do primeiro pavimento da Antiga SDT (9), com as paredes mais antigas (mais grossas) e as paredes mais recentes (mais finas). Fonte: DMP Arquitetura**

Os mapas funcionaram como a síntese das descobertas advindas do histórico, que apresenta a evolução arquitetônica do conjunto durante quatro séculos. No comparativo entre cada mapa sobreposto (Figura 101), é possível verificar o processo de edificação massivo sobre o terrapleno da Fortaleza, além da supressão dos revelins e da alteração do perímetro original da muralha fortificada, cujo resultado evidencia a descaracterização do desenho inicial da Fortaleza da Conceição.



**Figura 101: Comparativo em figura e fundo da evolução volumétrica em ordem cronológica do conjunto da Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017**

A sobreposição dos mapas permitiu a identificação temporal das principais modificações ocorridas nos edifícios e espaços livres (Quadro 8).

**Quadro 8: Representação inicial das edificações e do caráter dos espaços livres nos documentos históricos em ordem cronológica. Fonte: COSTA/2017**

| REPRESENTAÇÃO INICIAL DAS EDIFICAÇÕES/ESPAÇOS LIVRES NOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS |      |  |   |
|--|------|--|---|
| EDIFICAÇÃO   | DATA | CARACTERÍSTICAS INICIAIS   | CARACTERÍSTICAS ATUAIS  |
| Palácio Episcopal (1)  | 1702 | Não integrado ao conjunto.   | Integrado ao conjunto.  |
| Pátio (15)   | 1713 | Terreno pertencente ao Palácio Episcopal, sem ligação com a Fortaleza.                                     | Pátio de ligação entre o Palácio Episcopal e a Fortaleza.                                 |
| Terraplano (19)  |      | Praça de Armas não edificada.  | Praça de Armas bastante edificada.  |
| Praça Major Valô (20)  |      | Existência do revelim frontal.   | Existência de um largo público.   |
| Casa D'Armas (6)   | 1730 | Pequena construção de planta quadrada com um pavimento.  | Construção com planta retangular e um pavimento.  |
| Aloj. Oficial de dia (2)   | 1768 | Edificação retangular longilínea ligada ao Palácio Episcopal com um pavimento.                             | Pequena construção com planta retangular e dois pavimentos.                               |
| Antiga SDT (9)   |      | Construção com planta quadrada.  | Construção com planta irregular e três pavimentos.  |
| Alojamento - Soldados (10)   |      | Construção com planta retangular com um pavimento.   | Construção com planta retangular com dois pavimentos.                                     |
| Pavilhão Externo (17)  |      | Construções com planta quadrada com um pavimento.  | Construção com planta retangular com dois pavimentos.                                     |
| SDT (4)  | 1794 | Construção com planta retangular rente à muralha sudeste com um pavimento.                                 | Construção com planta retangular longilínea rente à muralha sudeste com dois pavimentos.  |
| CIACAP (7)   |      | Construção com planta retangular rente à muralha noroeste com um pavimento.                                | Construção com planta retangular longilínea rente à muralha noroeste com dois pavimentos. |
| Posto Médico (11)  | 1871 | Construção com planta quadrada rente à muralha sudeste.  | Construção com planta quadrada e dois pavimentos rente à muralha sudeste.                 |
| Antigo Rancho (12)   | 1916 | Construções com planta retangular rente à muralha sudeste.   | Construção com planta retangular longilínea rente à muralha sudeste.                      |
| Área Aterrada (8)  |      | Existência do revelim posterior.   | Área com aterro que comporta uma quadra esportiva.  |
| Campo de Futebol (18)  | 1935 | Espaço decorrente, possivelmente, de uma pedreira.   | Campo de futebol e quadra esportiva.  |
| Corpo da guarda (3)  | 1999 | Pequena construção primitiva ligada ao meio-baluarte. Edificação ligada ao meio-baluarte com um pavimento. | Construção com planta irregular e dois pavimentos.  |
| Rancho Temporário (14)   |      | Edificação com planta retangular e um pavimento.   | Edificação com planta retangular e um pavimento.  |
| Garagem (16)   |      | Edificação com planta retangular, volumetria alta e um pavimento.  | Edificação com planta retangular, volumetria alta e um pavimento.                         |
| Casa de Força (5)  | 2012 | Construção com planta retangular semi-enterrada.   | Construção com planta retangular semi-enterrada.  |
| Depósito (13)  |      | Pequena edificação com planta quadrada e um pavimento.   | Pequena edificação com planta quadrada e um pavimento.                                    |

Essas informações fornecidas através dos mapas, em conjunto com as linhas teóricas que serão apontadas no próximo capítulo, serão utilizadas como subsídio para as decisões projetuais que serão apresentadas no capítulo final.

## **CAPÍTULO II - A FORTALEZA DA CONCEIÇÃO: VALORES E NOVOS USOS**

---

Este capítulo tem como objetivo discutir sobre as questões relativas à identificação de valores e às adaptações para inserção de novos usos no patrimônio cultural edificado. Estas questões aplicadas à Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição permitem a compreensão do valor histórico atribuído a este monumento e a importância da inserção de novos usos no patrimônio arquitetônico colonial militar no Brasil. São identificados os fatores que favorecem seu uso cultural, os condicionantes para a viabilidade do programa do uso turístico e o potencial que a arquitetura militar tem em relação a este uso; apontando as condições e características da Fortaleza da Conceição dentro dessa lógica. Por fim, a título de ilustração, a autora faz uma análise das características turísticos-culturais de três fortificações, situadas nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro, no Brasil, e de Cartagena das Índias, na Colômbia.

## 2.1 - VALORES ATRIBUÍDOS E POSTURAS TEÓRICAS DE RESTAURO

A Fortaleza da Conceição foi tombada em maio de 1938<sup>54</sup>, sendo registrada nos Livros Histórico e de Belas Artes, o que comprova o reconhecimento, naquela ocasião, dos valores histórico e artístico.

O valor histórico da Fortaleza da Conceição ainda hoje, se sobrepõe a qualquer outro valor que possa lhe ser atribuído, constituindo-se como um exemplar da arquitetura colonial militar brasileira. Sua arquitetura representa o que que Alois Riegl<sup>55</sup> em sua obra “O culto moderno dos monumentos”, publicada em 1903<sup>56</sup>, determina como valor histórico: "um estado particular, de alguma forma único, no desenvolvimento de um domínio humano", o que é para este autor o que confere ao monumento seu valor histórico (RIEGL, 2006, p. 76). O valor histórico da Fortaleza como um importante artefato da arquitetura militar brasileira foi atribuído a partir do seu processo de tombamento, na medida em que foi realizado em 1938, ou seja, faz parte do grupo dos primeiros monumentos tombados pelo IPHAN. Destaca-se o fato da Fortaleza integrar o grupo dos 43 exemplares da arquitetura militar tombados até o final de 1969 (FONSECA, 1997, p. 125). No contexto histórico em que a Fortaleza foi tombada fica evidente a importância do valor histórico desta edificação. Segundo Fonseca<sup>57</sup> (1997, p. 108), já estava presente no projeto de Mário de Andrade o interesse "em preservar como obras de arte histórica, aquelas que, independente do seu valor artístico, constituem documentos para história política", na categoria de obras nas quais "se passaram nelas fatos significativos da nossa história".

No que se refere à atribuição de valor artístico no processo de tombamento da Fortaleza da Conceição, há que se definir o que se considerava valor de arte nos monumentos no Brasil em 1938. O valor de arte que era atribuído aos monumentos brasileiros era proveniente da atribuição de valor excepcional ao monumento. Rodrigo de Melo Franco (Apud FONSECA, 1997, p. 120) advertia, entretanto:

---

<sup>54</sup> Ver subitem "1.3.5 - Do tombamento aos dias atuais".

<sup>55</sup> Alois Riegl (1858-1905) foi um historiador de arte austríaco.

<sup>56</sup> Nesta dissertação, foi utilizada a tradução publicada em 2006, conforme a bibliografia.

<sup>57</sup> Maria Cecília Londres Fonseca (1946-) é uma socióloga brasileira. Em 1997, escreveu o livro "O patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil", com conceitos sobre o patrimônio cultural brasileiro.

[...] que o valor de excepcionalidade dos bens culturais brasileiros não deve ser aferido na comparação com expressões culturais de outros países, sobretudo com aquelas obras já consagradas e convertidas em parâmetros universais de beleza. Considerava ser preciso que essa avaliação se fizesse dentre das séries de obras produzidas no Brasil, e no que se referem à identidade nacional [...] o valor das obras para a nação.

De acordo com a classificação de Riegl (2006, p. 108), podemos considerar que foi atribuído à Fortaleza da Conceição, o que este autor denomina valor de arte relativo, ou seja, uma obra de arte de gerações passadas que possui especificidades e pode ser apreciada mesmo tendo sofrido alterações no que se refere ao seu partido arquitetônico.

As notas históricas do Arquivo Noronha Santos indicam a relação da Fortaleza da Conceição com a história política do Rio de Janeiro, além de uma breve descrição arquitetônica sobre seu estado:

Construída logo após a invasão de Duguay-Trouin, numa das quatro colinas que balizavam a cidade nascente, suas obras prolongaram-se por vários anos, já que 1715 é a data que aparece no portão principal e o seu primeiro comandante foi nomeado somente em 1735. Novas obras foram ali realizadas sob o governo do Conde de Cunha, quando da transferência para essa fortaleza do depósito de armas, que se localizava então na Rua Direita.

Com plano retangular, o recinto é protegido por muros, com quatro ângulos fortificados, encimados por guaritas, existindo numa das faces da muralha o portão de entrada, emoldurado por portaria de cantaria, nobre e singela.

Ao centro, prejudicada por algumas construções mais recentes edificadas sobre as muralhas e o terraplano, sobreleva-se ao topo das cortinas, a antiga capela, com cunhais de cantaria, descaracterizada interiormente. (ARQUIVO NORONHA SANTOS, 2017)

Além da sua importância como documento histórico, a Fortaleza possui valor artístico. Segundo Lyra, as características singulares da sua arquitetura já extinta contribuem para essa visão:

A riqueza e originalidade plástica desses elementos acrescenta aos fortes um outro valor, o artístico. Não podem mais ser lidos apenas como documentos da História, mas também como obras de Arte. (LYRA, 2005, p. 217)

A arquitetura colonial militar, com seus elementos, tais como baluartes, muralhas, guaritas, terraplenos entre outros, é considerada uma das grandes séries do patrimônio material nacional. Apesar da construção de algumas edificações espúrias, é reconhecida ainda a presença marcante de elementos que caracterizam a antiga Fortaleza. Destacam-se as antigas muralhas, as guaritas, a portada, o perímetro do terraplano bem como a percepção de seus ângulos fortificados e a edificação da **Casa D'Armas (6)**. Destaca-se ainda a presença de ruínas históricas, tais como o antigo muro de defesa que cercava os limites da cidade, e locais com

potencial arqueológico, como a área do baluarte que protegia a retaguarda da Fortaleza. Logo, permitiu-se nesta dissertação atribuir o valor de antiguidade às ruínas presentes no monumento. De acordo com Riegl (2006, p. 69), o valor de antiguidade reflete o tempo decorrido desde a construção do monumento até o observador contemporâneo, o que justifica o tratamento especial para as áreas de ruínas: “Um tanto de pedras informes não é suficiente para transmitir ao espectador um valor de antiguidade” (RIEGL, 2006, p. 74).

Em sua tese "Casa vazia, ruína anuncia: a questão do uso na preservação de monumento", Cyro Lyra<sup>58</sup> (2005) aborda a importância da destinação do uso como fator de proteção para os edifícios históricos, e suas considerações sobre o tema nortearam a produção deste capítulo. Lyra explica que o processo de arruinamento de uma edificação se deve, em geral, à sua perda de uso, e os que se mantiveram preservados, ao contrário, devem essa longevidade à sua utilização contínua:

A maioria das ruínas tem *histórias* de vida semelhantes: foram edifícios que, em um certo momento, ficaram ociosos. Perdendo sua função, entraram em processo de decadência física, que os levaram à morte, tornando-se ruínas, testemunhos materiais de arquiteturas mortas e não mais restauráveis. Por outro lado, grande parte dos edifícios centenários que chegam até os nossos dias devem sua longevidade à conservação e manutenção decorrentes da continuidade de sua utilização. (LYRA, 2005, p. 145, grifo do autor)

O autor esclarece, no entanto, que a imagem atual de um edifício antigo não necessariamente corresponde ao seu caráter original. Com frequência, o aspecto atual das edificações resulta de uma série de "adaptações que foram sendo realizadas para que ele continuasse a servir" Em geral, as adaptações eram feitas para o edifício servir à função, resultando em alterações físicas nocivas ao patrimônio cultural:

Enquanto a noção de valor histórico não se incorporou à construção das nacionalidades, as modificações eram feitas em nome exclusivamente da reutilização do edifício, acarretando frequentemente perdas irreversíveis. (LYRA, 2005, p. 145)

Ainda de acordo com sua tese (2005, p. 177-178), nem sempre a nova função é bem destinada, ou seja, “uma das principais causas de destruição foi sempre a falta de conservação causada pelo mau uso”, sendo os próprios usuários responsáveis por essa destruição. O autor atribui a readaptação como condição, em geral, para sobrevivência do edifício, principalmente em obras cujo uso original desaparece, como é o caso das fortificações. "A obsolescência conduz ao abandono, à degradação e à ruína". Segundo o autor, felizmente muitas edificações

---

<sup>58</sup> Cyro Corrêa Lyra (1938-) é um arquiteto brasileiro e membro honorário do ICOMOS.

que se tornaram obsoletas foram reaproveitadas para novos usos, ou seja, livraram-se da sua possível ruína, demolição ou mutilação. "Novas necessidades significam novos programas que por sua vez exigem novas soluções arquitetônicas" (LYRA, 2005, p.180). Ele questiona como é possível um edifício ser adaptado sem que essas soluções comprometam o próprio bem, e responde à questão ao indicar que cada monumento é diferente entre si, pertencendo a uma família que possui um caráter:

Até que ponto um edifício de valor cultural pode ser adaptado sem se descaracterizar irremediavelmente? Inicialmente é necessário observar que os monumentos se diferenciam pelo que pode chamar de caráter, ou seja, o conjunto de aspectos definidores da família arquitetônica a que pertence. (LYRA, 2005, p. 183)

Para Lyra (2005, p. 189), "cada edifício pertence, portanto, a uma família arquitetônica em que cada membro tem traços comuns que identificam uma linha vocacional", e cada um possui uma história e relação específicas com suas respectivas comunidades, sendo este fator, em geral, um condicionante para a escolha do novo uso. Mas "a função original marca definitivamente o edifício, conferindo-lhe um caráter". Vale destacar que, dentre as famílias classificadas pelo autor, as fortificações são edifícios que não nasceram "monumentos" mas tiveram esse reconhecimento posteriormente (LYRA, 2005, p. 186).

Em 2010, Claudia dos Reis e Cunha<sup>59</sup> escreveu a tese de doutorado "Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan", com um debate sobre os conceitos teóricos e ações práticas no campo da preservação dos bens culturais brasileiros. Dentre outras análises, Cunha exemplifica e critica casos de restauração da arquitetura brasileira nos primeiros anos do IPHAN, cujos técnicos ligados ao modernismo buscavam a unidade de estilo através da recomposição das características originais dos bens, numa linha teórica semelhante à defendida por Viollet Le-Duc<sup>60</sup> (2006). Le-Duc defendia uma atuação racionalista e intervencionista. Ele escreveu, entre 1854 e 1868, o verbete "Restauração", a partir dos seus conhecimentos sobre as arquiteturas clássica e medieval, cujas teorias sobre o restauro influenciaram o pensamento europeu durante o século XIX. De acordo com o autor, a concepção formal de uma edificação estava ligada à sua função original e que "o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, é satisfazer tão bem todas as necessidades que exige essa destinação, que não haja modo de fazer modificações". Le-Duc

---

<sup>59</sup> Claudia dos Reis e Cunha é uma arquiteta brasileira.

<sup>60</sup> Viollet-le-Duc (1814-1879) foi um arquiteto francês.

(2006, p. 65) justificava a intervenção ao defender que o edifício fosse adaptado para as necessidades contemporâneas dos indivíduos, preservando, dessa forma, sua existência. Dentro desse contexto, o autor defendia que o restaurador se colocasse na posição de criador do monumento, intervindo tal como ele interviria e até mesmo completando ou corrigindo o monumento, com técnicas construtivas que fossem idênticas às técnicas originais:

[...] o melhor a fazer é colocar-se no lugar do arquiteto primitivo e supor aquilo que ele faria se, voltando ao mundo, fossem a ele colocados os programas que nos são propostos. Mas compreende-se, então, que é preciso deter todos os recursos que possuíam esses mestres antigos, que é preciso proceder como eles mesmos procediam. (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p. 65)

O autor destaca em toda a sua obra conceitos até hoje relevantes: a importância de um pleno conhecimento e estudo sobre o monumento, que seja anterior a qualquer intervenção; a preparação para eventuais problemas por parte do arquiteto que esteja envolvido na obra de restauração; e o respeito às informações documentais, uma vez que "decidir sobre uma disposição *a priori* sem se cercar de todas as informações que devem comandá-la, é cair na hipótese, e nada é tão perigoso quanto a hipótese em trabalhos de restauração" (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p.69). De acordo com Cunha (2010, p. 82-83), os técnicos do IPHAN na primeira fase seguiam os preceitos de Viollet-le-Duc:

Na escolha dos bens a serem inscritos nos livros de tomo da instituição, bem como na maior parte das intervenções empreendidas pelo SPHAN durante a fase heróica, prevaleceu a busca pela pureza estilística [...], requerendo dos monumentos a proximidade com os modelos previamente determinados a partir das teses que caracterizavam a formação e desenvolvimento da arquitetura brasileira, não deixando espaço para as especificidades de cada sítio visitado, os quais deveriam se encaixar nesse quadro geral pré-estabelecido. A valorização dos bens encontrados se dava, então, na exata medida em que se aproximassem ou se afastassem do "tipo" idealizado. (CUNHA, 2010, p. 82-83)

Segundo Pavan<sup>61</sup> (2013, p. 48-49) "a adaptação de uso na preservação do patrimônio edificado depende de um adequado projeto de arquitetura", e que "o projeto de intervenção e adaptação de uso, na realidade é, em primazia, um projeto de preservação e restauração", quando trata-se de edificações preservadas, ou seja, que possuem valor patrimonial. De acordo com a autora, a forma de intervir também está ligada consciência e o respeito sobre o patrimônio cultural, e todo projeto deve estar baseado nas normas de preservação:

A conscientização e o respeito em relação ao patrimônio cultural edificado não estão ligados apenas aos valores a ele atribuídos, mas também à forma de intervir, pois

---

<sup>61</sup> Juliana Pavan é uma arquiteta brasileira. Em 2013 escreveu a dissertação de mestrado "A adaptação de uso dos lugares de memória arquitetônicos como fator de preservação: Rua do Ouvidor e adjacências".

qualquer projeto de intervenção em edifícios de reconhecido valor patrimonial deve estar baseado em teorias e normas de preservação e restauração do patrimônio cultural arquitetônico. (PAVAN, 2013, p. 50)

Sendo assim, não faz sentido restaurar os monumentos para que depois sejam abandonados, pois edifícios vazios não se conservam. É preciso promover o reconhecimento do seu valor de forma que ele volte a fazer parte do cotidiano da comunidade que o cerca. É através do uso adequado que ele se conserva. No âmbito da substância, enquanto Riegl (2006) pensava a preservação histórica no início do século XX, a Fortaleza da Conceição perdia sua função original, passando por intervenções que visavam atender a nova destinação de uso cartográfico. Essa destruição promovida pelos usuários foi uma constante ao longo da evolução arquitetônica da Fortaleza, uma vez que as adaptações a novos usos resultaram em alterações significativas das características originais do conjunto (Figura 102).



**Figura 102: Fotografia das alterações espúrias executadas na fonte da cisterna histórica, para atendimento das necessidades contemporâneas. Fonte: COSTA/2017**

Seu foi tombamento foi efetuado durante o regime político do Estado Novo, no momento de criação do IPHAN, em que a linha intervencionista de pensamento dos técnicos buscava a identidade nacional. Posteriormente, as obras de restauração executadas na Fortaleza seguiram essa linha, e muitos dos seus espaços foram criados de acordo com a linguagem da arquitetura colonial, considerada a verdadeira expressão da arquitetura nacional. Algumas dessas intervenções se caracterizam por representar falsos históricos, de acordo com a teoria de Cesare Brandi<sup>62</sup> (2004).

---

<sup>62</sup> Cesare Brandi (1906-1988) foi um teórico italiano crítico que dedicou sua carreira à história da arte, à estética e à restauração. (BRANDI, 2004)

Em 1963, Brandi publica o livro "Teoria da Restauração", estabelecendo diretrizes e metodologias em que o restauro é visto como uma ação voltada para a obra de arte, reconhecida através das instâncias estética e histórica. Segundo Brandi "entende-se por restauração qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana" (BRANDI, 2004, p. 25), ou seja, a ação de restauração tem como objetivo "dar novamente eficiência" como um meio para sua preservação. Em relação ao restabelecimento da funcionalidade, segundo o autor, não é o edifício que deve adaptar-se ao uso, mas o contrário. O autor define que "a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas para o futuro". A consistência física representa a manifestação da imagem, e afirma que "restaura-se somente a matéria da obra de arte", pois é a matéria que se degrada e que "para que essa consistência material possa durar o maior tempo possível, deverão ser feitos todos os esforços e pesquisas (BRANDI, 2004, p. 30-31). A intervenção deve sempre buscar restabelecer a "unidade potencial" sem que incorra em falsificações.

A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo. (BRANDI, 2004, p. 33)

O conceito de "falso artístico" ou "falso histórico" diz respeito à reconstituição que, de forma dolosa, se pretende ser autêntica, fazendo com que a réplica seja considerada original (Figura 103). Sendo assim, mesmo "que se busque com a restauração a unidade potencial da obra [...], não se deve com isso sacrificar a veracidade do monumento, seja através de uma falsificação artística, seja de uma falsificação histórica" (CUNHA, 2004).



**Figura 103: Fotografia do Corpo da Guarda (3) e do Rancho Temporário (14), edificações mais recentes que imitam o estilo colonial e comprometem a leitura da muralha antiga. Fonte: Leandro Campos/2011**

Levando a discussão teórica para o contexto urbano da Fortaleza da Conceição, é importante remeter às teorias românticas não-intervencionistas de John Ruskin<sup>63</sup> (2008), cujo pensamento norteia as linhas teóricas sobre preservação do patrimônio desde o século XIX até os dias atuais. Em relação ao contexto urbano, ele reconhece as arquiteturas mais modestas como monumentos, tais como as casas construídas pelos "nossos pais" e que nos foram deixadas de herança. Em seu pensamento, reforça a necessidade de uma arquitetura durável e que seja preservada, pois essa arquitetura também faz parte da história e da memória dos homens, não somente os monumentos isolados. Essa visão do autor introduz o valor do conjunto no campo da preservação:

Até hoje, a atração de suas mais belas cidades reside não na riqueza isolada de seus palácios, mas na decoração requintada e cuidadosa das menores moradias de seus períodos de maior esplendor. (RUSKIN, 2008, p.60)

Para Ruskin, preservar a arquitetura é uma forma de permanência dos sentimentos e valores, possibilitando a sobrevivência das tradições do passado. De acordo com o autor, a glória de um edifício reside em seu tempo diante da humanidade, na sua história e nas marcas do tempo que carrega, impregnadas de história e memória pelos homens do passado:

Pois, de fato, a maior glória de um edifício não está em suas pedras, ou em seu ouro. Sua glória está em sua Idade, e naquela profunda sensação de ressonância, de vigilância severa, de misteriosa compaixão, até mesmo de aprovação ou condenação, que sentimos em paredes que há tempos são banhadas pelas ondas passageiras da humanidade. (RUSKIN, 2008, p. 68)

---

<sup>63</sup> John Ruskin (1819-1900) foi um escritor e crítico de arte britânico. Em 1849 publicou o livro "As Sete Lâmpadas da Arquitetura", com teorias sobre preservação do patrimônio.

Em relação a sua teoria não-intervencionista, Ruskin considera que a restauração se constitui como a mais nociva forma de destruição do monumento, tornando sua parte restaurada uma falsidade, deixando de ser um documento histórico autêntico. O autor diz que em razão das novas necessidades contemporâneas, os monumentos sofrem perdas que afetam sua originalidade e seus valores. A linha teórica de Ruskin é completamente oposta à de Viollet Le-Duc. A oposição entre as posturas destes dois autores influencia até hoje os debates no campo teórico do Restauro.

Em 1884, Camillo Boito<sup>64</sup> (2008) apresenta, na Itália, um pensamento crítico conhecido como "restauro científico" ou "restauro filológico" através do texto "Os restauradores", que representou uma postura crítica e conciliadora entre as duas linhas teóricas anteriores: o restauro estilístico de Le-Duc e a conservação de Ruskin. O conceito de "restauração científica" era pautado pelas evidências documentais com métodos arqueológicos, históricos ou filológicos. Na obra, Boito considera os monumentos como documentos históricos, cuja autenticidade deveria ser preservada, inclusive as marcas do tempo. Por outro lado, defendia a restauração como uma ação necessária para a preservação desses monumentos, que não deveriam ser condenados às ruínas, como defendia Ruskin. O autor considera que a intervenção pode atender às necessidades do presente, desde que respeitando sua materialidade original. Boito critica o pensamento de Le-Duc e desconsidera que o arquiteto se coloque no lugar do mentor do projeto, pois corre o risco de falsificar o monumento ou passar às gerações futuras a aparência que lhe agrada, em detrimento do caráter original da edificação. O autor indica como premissas de restauração a "reversibilidade e a distinguibilidade das intervenções contemporâneas nos monumentos do passado" (CUNHA, 2004), e a mínima intervenção, ou seja, só intervir se for necessário.

Na primeira metade do século XX, os estudos de Gustavo Giovanoni<sup>65</sup> contribuíram significativamente para o campo do "restauro urbano". Ele buscou responder a problemática do embate entre a cidade moderna e a cidade antiga, e defendia o conceito de "restauro científico" de Boito. O autor destacou que as cidades históricas são "tecidos vivos" ao mesmo tempo que

---

<sup>64</sup> Camillo Boito (1836-1914) foi um professor, arquiteto, historiador e crítico do campo da restauração, nascido na Itália.

<sup>65</sup> Gustavo Giovanoni (1873-1947) foi um arquiteto e engenheiro italiano.

são monumentos, e que todo o fragmento urbano antigo deve ser integrado a um plano diretor, de forma que seu valor uso seja legitimado:

[...] tal é o duplo postulado que permite a síntese das figuras reverencial e museal da conservação urbana sobre a qual Giovanonni funda uma doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano. Pode-se resumi-la em três grandes princípios. Em primeiro lugar, todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor (piano regolatore) local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente. Nesse sentido, seu valor de uso é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, por um trabalho de articulação humano, "pela manutenção do caráter social da população". (CHOAY, 2001, p. 200)

O segundo princípio de Giovanonni mencionado por Françoise Choay<sup>66</sup> (2001) diz que o "monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere", e que seu isolamento ou destacamento consiste em uma mutilação do monumento. A ambiência do entorno é resultado da "dialética da 'arquitetura maior' e de seu entorno". Por fim, o terceiro princípio é consonante com a teoria sobre "os procedimentos de preservação e restauração dos monumentos" de Boito, em que o objetivo é o respeito da escala e da morfologia dos tecidos urbanos, respeitando o ambiente e o espírito histórico dos lugares (CHOAY, 2001, p. 200-201).

Seguindo a linha de pensamento de Giovanonni, a Carta de Atenas, de 1933, buscou a conservação dos monumentos em conjunto com seus contextos urbanos. Do ponto de vista do uso, a carta recomendou a contínua utilização dos edifícios como meio para sua sobrevivência, através de destinação de usos que sejam compatíveis com seu caráter histórico ou artístico:

A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico ou artístico. (CARTA DE ATENAS, 1931)

Em 1931, foi realizado o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) que deu origem a Carta de Atenas, documento que se constituiu como importante base teórica sobre a questão da preservação do patrimônio. Com texto elaborado por arquitetos ligados ao movimento moderno, foram propostas diretrizes e fórmulas urbanísticas que deveriam ser aplicadas internacionalmente, a fim de melhorar a estrutura das cidades.

Com influência do pensamento de Brandi, a Carta de Veneza foi redigida, em 1964, como um documento que revisa os princípios indicados na Carta de Atenas (1933), em razão das dificuldades de aplicabilidade dos procedimentos do "restauro científico". Essa

---

<sup>66</sup> Françoise Choay (1925-) é uma historiadora e arquiteta francesa.

contraposição ficou conhecida como "restauro crítico", que pregava a "impossibilidade de se atuar em restauração com regras pré-fixadas e enquadradas em categorias pré-definidas" (CARVALHO, 2005). De acordo com o documento, a destinação de uma nova função é desejável e contribui para a conservação dos monumentos, mas é a destinação que deve submeter-se à edificação:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes. (CARTA DE VENEZA, 1964)

Em consonância com o restauro arqueológico defendido por Boito, a Carta de Veneza também considera a arqueologia como elemento fundamental para a conservação do monumento como documento autêntico, respeitando sempre o material original:

Artigo 9ª - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento" (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2-3).

A carta defende, ainda, que as marcas do tempo podem ser consideradas, mas que intervenções de "pouco interesse" podem ser removidas em casos excepcionais, ou seja, quando o que se quer revelar possui "grande valor histórico, arqueológico, ou estético" e apresenta bom estado de conservação para tal.

Em 1975, o manifesto de Amsterdã abordou o conceito de conservação integrada sobre a preservação do patrimônio europeu, como uma crítica à proteção de bens isolados sem considerar o patrimônio ambiental urbano. De acordo com o manifesto, a conservação integrada parte da premissa da ação em conjunto das técnicas de restauração e da busca por funções que sejam apropriadas. A restauração dos centros urbanos deve ter caráter social, de forma a evitar a *gentrificação* dos seus habitantes. O documento deixa claro que é importante a conservação do ambiente como um todo, pois os próprios bens culturais individuais que se pretendem preservar podem perder seu caráter se o seu entorno for alterado:

Durante muito tempo só se protegeram e restauraram os monumentos mais importantes, sem levar em conta o ambiente em que se inserem. Ora, eles podem perder uma grande parte de seu caráter se esse ambiente é alterado. Por outro lado, os conjuntos, mesmo que não disponham de edificações excepcionais, podem oferecer

uma qualidade de atmosfera produzida por obras de arte diversas e articuladas. É preciso conservar tanto esses conjuntos quanto aqueles. (MANIFESTO DE AMSTERDÃ, 1975, p.2)

A partir da década de 80, as APACs foram criadas<sup>67</sup>, no Rio de Janeiro, com base na Carta de Veneza (1964), que incluía os conceitos de preservação urbana preconizados por pensadores como Ruskin, Boito, Giovanonni e Brandi. Visando a preservação do seu conjunto, o Morro da Conceição foi incluído na subárea da APAC - SAGAS.

A Fortaleza da Conceição não é um monumento isolado, ela faz parte de um contexto carregado de histórias e memórias do passado. Sua obra nesse sítio contribuiu para a construção de uma ambiência harmônica, com uma característica arquitetônica singular dentro da cidade do Rio de Janeiro, refletida em seu casario. A urbanização da área aconteceu ao redor da Fortaleza, cujas técnicas construtivas foram replicadas no entorno, através do revestimento de pisos ou ruas em pé-de-moleque e calçadas e muros em pedras (Figura 104).



**Figura 104: Imagem com exemplos de padrões construtivos encontrados no Morro da Conceição, cujas técnicas foram rebatidas a partir da Fortaleza da Conceição. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000 (adaptado por COSTA/2018).**

Inserir efetivamente a Fortaleza da Conceição ao seu entorno através de usos e espaços que sejam de interesse da comunidade local é uma forma de reforçar a memória dessa comunidade, ao mesmo tempo que promove o tão necessário reconhecimento do valor histórico desse monumento para a cidade.

---

<sup>67</sup> Ver subitem "1.1.3 - As propostas de intervenção e as leis de proteção".

## **2.2 - ADAPTAÇÃO DE USO NA ARQUITETURA MILITAR DE INTERESSE HISTÓRICO**

Em sua tese, Lyra (2005) dedica um dos seus capítulos à renovação de uso na arquitetura oficial, sendo uma parte destinada exclusivamente à Arquitetura Militar. Segundo o autor, a motivação do tombamento pelo IPHAN de dezenas de exemplares de fortes aconteceu em razão da singularidade dessa arquitetura que deixou de existir, tornando-se um patrimônio disponível para reutilização após a perda da sua função original, de defesa:

Sua singular importância reside no fato de pertencerem a uma arquitetura que deixou de ser produzida, datando de 1914, seu último exemplar - o forte de Copacabana. Tornou-se, portanto, uma família extinta e um patrimônio em disponibilidade para a reutilização, já que desapareceu sua função original. (LYRA, 2005, p. 216)

De acordo com Lyra (2005, p. 216-217), uma minoria dos fortes que foram tombados mantém funções militares, ou seja, abrigam departamentos de uso do Exército e alguns foram transformados em Museus militares. Com o crescimento do turismo e, conseqüentemente, novas alternativas de reutilização do espaço, grande parte das fortificações passou a abrigar espaços culturais militares com abertura para visitação, tal como o Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, e a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói.

Nesta tipologia de edifícios a voca o para o turismo  , portanto, evidente, revelando-se as fortifica es como locais de grande interesse, pela conjuga o de alguns aspectos indutores, peculiares a essa arquitetura e ausentes em outras famílias arquitetônicas. São fatores favoráveis específicos dessa categoria. (LYRA, 2005, p. 217)

Lyra elenca três fatores que favorecem o uso cultural das fortalezas: (1) sua localiza o privilegiada, já que a maioria das fortifica es está situada próxima ao mar ou em outras áreas de paisagem privilegiada, que por si só já se constituem como atra o; (2) a singularidade da sua linguagem arquitetônica, com elementos encontrados exclusivamente na sua tipologia, tais como, muralhas, baluartes e terraplenos; (3) e seu potencial interpretativo, em razão do interesse pelos motivos que determinaram sua constru o, as dificuldades de execu o desses projetos, a convivência primitiva com a popula o indígena, etc. (LYRA, 2005, p. 218).

As atividades turísticas nos fortes, segundo Lyra, ainda carecem de estudo "do seu potencial interpretativo", ou seja, tanto sua riqueza arquitetônica quanto sua história ficam em segundo plano. A museologia se concentra em "datas e feitos", às vezes até mesmo inventados. "Pelo que conhecemos, a experiência de adapta o dos principais exemplares da nossa Arquitetura Militar ao uso turístico ainda não produziu uma única experiência exemplar". Não

significa que o uso cultural não seja indicado, mas essa informação indica a necessidade de um projeto que seja original, criativo e inovador, pois o padrão museológico tradicional está fadado ao fracasso. Para Lyra, a perspectiva é de melhora "substancial na qualidade das intervenções", uma vez que existe uma "consciência generalizada entre as autoridades militares de que a maioria dos fortes antigos encontrará no uso turístico um novo futuro". De um lado, os monumentos ociosos, do outro, um turismo em expansão. Por suas arquiteturas singulares, os projetos para as fortificações não podem seguir um padrão, e cada potencial de uso deve ser analisado individualmente (LYRA, 2005, p. 218- 219).

Para a viabilidade de um programa que consiga adaptar as fortificações ao uso turístico, segundo o autor, cinco condicionantes devem ser equacionados: (1) se a localização geográfica tem potencial turístico; (2) se a acessibilidade permite a viabilidade desse uso; (3) se a fortificação está inserida em um circuito turístico consagrado; (4) se existe motivação para visitação desses locais, ou seja, se o turismo pode ser uma saída ou se existem valores capazes de atrair os turistas; (5) e se existe disponibilidade de espaço para abrigar o uso que se quer dar (LYRA, 2005, p. 219-220).

Em relação à disponibilidade de espaço para o uso cultural, Lyra destaca a importância de se identificar o potencial de cada tipologia da Arquitetura Militar, que foi dividida em quatro grupos: (1) os fortins, que são "caracterizados pela irregularidade de traçado e pela disponibilidade reduzida de espaços cobertos, reunidos em uma única edificação"; (2) os fortes de porte médio, que também possuem traçado irregular, "com uma implantação orgânica, ou seja, adaptada às condições topográficas do sítio"; (3) os fortes abaluartados, "cujas características principais são a regularidade geométrica do traçado com uma distribuição rígida e simétrica das edificações dentro do recinto envolvido pelas muralhas"; (4) e os fortes construídos em concreto armado, que são "dotados de espaços cobertos semi-enterrados" (LYRA, 2005, 220-221).

De acordo com o autor, deve-se questionar até que ponto as experiências de destinação do uso turístico às fortificações têm sido eficientes. Em razão do tombamento ter sido em função do significado histórico que essa arquitetura tem para o país, a transmissão dessa história deve ser repassada, situação que, segundo Lyra, em muitos casos não acontece:

Reconhecida vocação para o uso turístico dos monumentos de arquitetura militar, pelas Forças Armadas, e realizadas diversas experiências dessa nova destinação, devemos indagar até que ponto essa prática tem contribuído para o reconhecimento e

valorização do significado histórico dessas obras. Afinal, o significado para a história do país foi a motivação principal de seu tombamento. Nesse sentido o resgate de todos os aspectos relevantes da história do monumento e da região em que se situa e a transmissão do conhecimento resgatado para o visitante, são compromissos que devem ser cumpridos. Entretanto, temos constatado em muitos casos a inexistência do trabalho interpretativo do monumento. (LYRA, 2005, p. 221-222)

Com o objetivo de incentivar o uso turístico-cultural nas fortificações brasileiras, foi realizado em abril de 2017 o "Seminário Internacional Fortificações Brasileiras – Patrimônio Mundial: estudos para análise de modelos de gestão e valorização turístico-cultural", no Forte das Cinco Pontas, em Recife/PE. Reunindo gestores de fortificações e agentes públicos do Brasil, da América Latina e da Europa, foram discutidos modelos de gestão com foco na atividade turística (IPHAN, 2017), culminando com a assinatura de uma carta de compromisso que considera as fortificações como bens de valor histórico, arqueológico, arquitetônico paisagístico e ambiental. O documento tem como objetivo a promoção da candidatura do "Conjunto de fortificações do Brasil", formado por dezenove fortificações localizadas em dez estados (Figura 105), que demonstram o esforço da ocupação do território nacional em todas as suas regiões (CARTA DE RECIFE, 2017, p.1).



**Figura 105: Mapa do Brasil com a localização das 19 fortificações do "Conjunto de fortificações do Brasil".  
Fonte: COSTA/2017**

A carta incentiva ainda o estabelecimento de parcerias público-privadas, considerando que ações devem ser empreendidas em cada fortificação no sentido de condicionar o reconhecimento de todo o conjunto como Patrimônio Mundial. Sendo assim, foram estabelecidas dez diretrizes (CARTA DE RECIFE, 2017, p.1):

- 1 - Promover o uso sustentável para assegurar a preservação do bem, garantindo sua conservação e manutenção;
- 2 - Fomentar a gestão do conhecimento para preservar a memória e estimular o turismo cultural;
- 3 - Implementar estratégias de comunicação para a valorização e divulgação das Fortificações;
- 4 - Promover a interpretação do Patrimônio para ampliar a compreensão sobre o bem cultural e proporcionar meios de qualificar a experiência da visita;
- 5 - Estimular iniciativas de educação patrimonial que favoreçam a apropriação das Fortificações a partir do conceito ampliado de Patrimônio Cultural;
- 6 - Promover a certificação das Fortificações como destinos patrimoniais no desenvolvimento do Turismo Cultural no Brasil;
- 7 - Empreender iniciativas de Qualificação para o Turismo Cultural tomando como base de referência as Fortificações;
- 8 - Estimular a gestão compartilhada das Fortificações de forma a propiciar a participação da população nesse processo;
- 9 - Identificar e promover formas inovadoras de fomento entre entidades públicas e privadas na gestão das Fortificações;
- 10 - Promover a integração do "Conjunto de Fortificações do Brasil" e o respeito às especificidades de cada componente, de modo a estabelecer uma matriz de responsabilidades para a sua Governança. (CARTA DE RECIFE, 2017, p. 1-2)

Integrando a "Lista Indicativa" brasileira a Patrimônio Mundial da UNESCO, o "Conjunto de Fortificações" apresenta o sistema de defesa que serviu como delimitador das fronteiras marítimas e fluviais do território nacional. A seleção dos monumentos tem como objetivo ressaltar a importância desses pontos de implantação para a formação do maior país da América-Latina, contando com representantes erguidos desde o período colonial (IPHAN, 2017):

Construídas pelos europeus, as Fortificações do Brasil tiveram suas origens em um processo de ocupação do território de modo particular, diferenciado das outras potências coloniais. Baseava-se em um esforço descentralizado, oriundo de ações dos próprios moradores das diferentes capitanias que formariam o Brasil, sem uma maior intervenção da metrópole. Isso resultou na construção de centenas de fortificações, espalhadas por todo o território nacional, edificadas para atender mais a interesses locais do que os da metrópole. (IPHAN, 2017)

A iniciativa de inscrever as 19 fortificações brasileiras como Patrimônio Mundial desencadeou um debate sobre a gestão desse tipo de patrimônio no país. Realizado anualmente ao redor do mundo, o ICOFORT<sup>68</sup> promoveu, em novembro, o "Encontro Internacional de Fortificações e Patrimônio Militar - ICOFORT RIO 2017", no forte Duque de Caxias, no Rio

---

<sup>68</sup> O International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage (ICOFORT) é um comitê do International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), órgão consultivo vinculado à UNESCO.

de Janeiro/RJ. O evento teve como tema "Gestão, Inovação e Turismo em Fortificações", cujo objetivo consistiu em auxiliar os gestores, instituições, empresas e pesquisadores nas ações de preservação do patrimônio militar, além de incentivar o turismo como forma de uso sustentável para os monumentos. A realização desses eventos e a assinatura da carta reforçam a disposição de abertura do seu patrimônio por parte das Forças Armadas. É cedo para afirmar se o conjunto de diretrizes será capaz de auxiliar na preservação e divulgação da memória dos bens culturais, e se o esforço prometido pelo poder público será mantido. Por outro lado, a iniciativa reconhece as fortificações como elementos de estabelecimento da própria cultura nacional.

Da forma como sua atratividade cultural se apresenta hoje, a Fortaleza da Conceição não conseguiu reunir os requisitos para entrar na lista de fortificações do conjunto. Entretanto, sua relevância histórica e as peculiaridades que fazem parte do seu contexto são capazes de tornar fortificação protagonista do seu espaço novamente, através de um projeto que seja criativo, conforme alertou Lyra (2005).

## 2.3 - EXEMPLOS DE INSERÇÃO DE USO NA ARQUITETURA MILITAR PRESERVADA

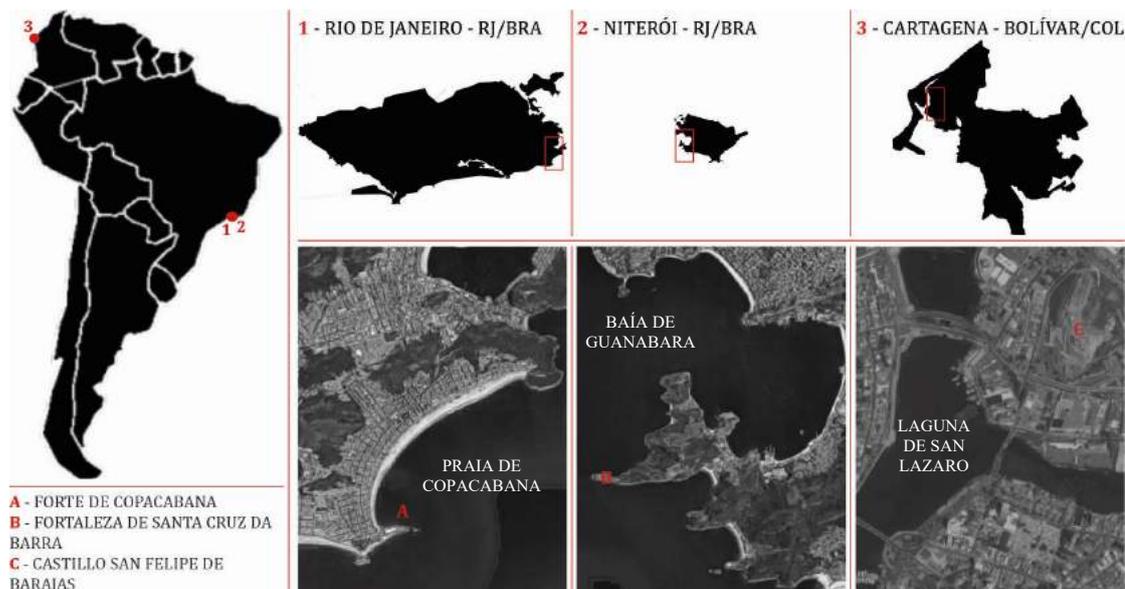
A perda da função de defesa das fortificações foi responsável pela obsolescência dessa tipologia, sendo esta uma problemática ainda enfrentada pelos gestores militares. Com isso, a inserção do uso cultural nessas dependências foi a estratégia utilizada tanto para garantir a posse desse tipo de patrimônio como para sua conservação física:

A evolução dos sistemas de armas dos navios e o surgimento da aviação acabaram gerando a obsolescência das fortificações em sua missão de defesa da costa e das cidades. Sabiamente, o Exército, desde 1990, voltou-se para a questão da revitalização e do uso turístico-cultural dessas instalações militares, ocupando a maioria delas com organizações militares diversas, assegurando a sua posse e conservação, ao mesmo tempo que as abria para a visitação pública. (SANTOS JÚNIOR, 2010)

Conforme os condicionantes para inserção do uso cultural em fortificações listados por Lyra (2005)<sup>69</sup>, os fatores turístico-culturais de três fortificações foram estudados: o Forte de Copacabana, no Rio, e a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, em Niterói, Brasil; e o Castillo San Felipe de Barajas, em Cartagena das Índias, Colômbia (Figura 106). O Forte de Copacabana foi estudado em razão da sua capacidade de atrair visitantes através de outro uso que não seja o cultural: o gastronômico. O Forte, um dos pontos turísticos mais visitados da cidade, comporta em suas dependências a tradicional Confeitaria Colombo. A existência do café funciona como um atrativo turístico independente ao uso cultural. A Fortaleza de Santa Cruz da Barra foi escolhida por causa de uma característica em comum com a Fortaleza da Conceição: o percurso turístico é controlado em função da existência de um quartel que desempenha funções militares restritas, além do uso cultural. Por fim, o Castillo San Felipe de Barajas, em Cartagena das Índias, foi referenciado em razão da linguagem das intervenções utilizadas no projeto de adaptação para o uso turístico no patrimônio militar, com materiais clássicos como o ferro e a madeira, que se adaptam ao ambiente fortificado de forma harmoniosa.

---

<sup>69</sup> Ver subcapítulo "2.2 - Adaptação de uso na Arquitetura Militar de interesse histórico".

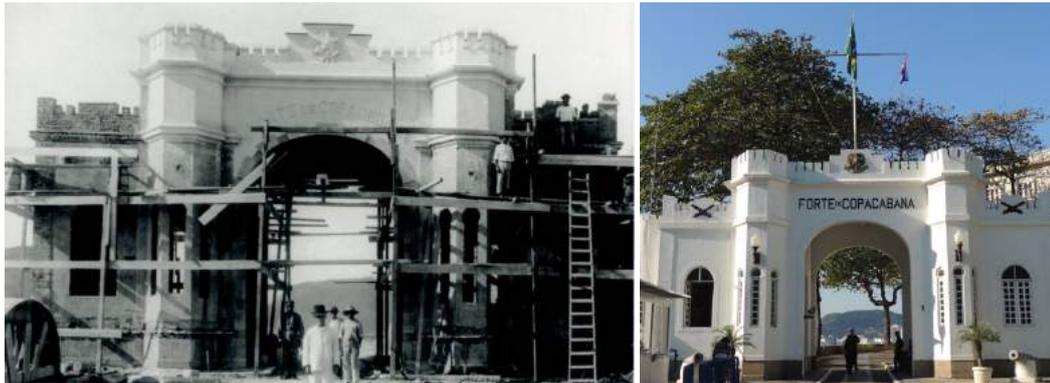


**Figura 106: Mapas com as localizações do Forte de Copacabana, da Fortaleza de Santa Cruz da Barra e do Castillo San Felipe de Barajas. Fonte: COSTA/2017 sobre imagens de satélite do Google/2016**

Além de uma breve descrição histórica, o estudo das fortificações, a seguir, procurou identificar o contexto da localização geográfica; as condições de acesso ao bem cultural; a dinâmica de funcionamento para o visitante; o percurso turístico adotado; as estratégias de atração do público; e as intervenções projetuais realizadas para o suporte turístico.

### **2.3.1 - FORTE DE COPACABANA - RIO DE JANEIRO**

Com o objetivo de compor o sistema defensivo da cidade do Rio de Janeiro e proteger a Baía de Guanabara, o Forte de Copacabana (Figura 107) foi o último exemplar dessa arquitetura produzido no Brasil, em 1914 (LYRA, 2005, p. 2016). Após perder sua função bélica, em 1987, o espaço passou a abrigar o Museu Histórico do Exército (MHE). Além do Museu, o complexo possui lojas, cafés, dois espaços para exposições temporárias e o setor da fortificação, com um percurso interno próprio e a cúpula dos canhões externamente. O Conjunto Histórico do Forte de Copacabana e o seu acervo móvel e integrado são tombados pelo IPHAN, através do processo N° 1307-T-90, no Livro Histórico; N° 593; Vol. 2; F.098; datado em 31/03/2011. Além disso, possui tombamento pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), através do processo N° E-18/000.399/89.



**Figura 107: Comparação entre as fotografias da construção do Pórtico do Forte de Copacabana - s/d e o estado atual do Pórtico. Fonte: O Globo e Nayara Gevú/2017**

Situado em um vértice entre as enseadas das praias de Copacabana e Ipanema, o Forte conta com uma das localizações geográficas mais privilegiadas não somente do Rio de Janeiro, mas também do Brasil (Figura 108). Além da sua singularidade arquitetônica, o Forte está inserido no circuito turístico-cultural da Zona Sul, um dos maiores polos turísticos do país. Com isso, recebe grande quantidade de visitantes estrangeiros e brasileiros durante o ano todo, com uma estimativa de cerca de 80.000 por mês e 2.500 por fim semana (LAURITZEN, 2016).



**Figura 108: Fotografias indicando a localização geográfica do Forte de Copacabana, a partir do alto e a partir da própria fortificação. Fonte: Gabriel Heusi/2016 e COSTA/2017**

O Forte localiza-se na Praça Coronel Eugênio Franco nº 1, próximo ao Posto 6 da praia de Copacabana, e nos arredores da pedra do Arpoador. As opções de transporte público incluem diversas linhas de ônibus municipais e intermunicipais; além do metrô, através das estações de Cantagalo, em Copacabana, e General Osório, em Ipanema. O acesso por meio de carro é complicado pois o Forte não conta com estacionamento para visitantes, e o entorno não possui vagas suficientes para suprir a demanda.

O MHE, a Fortificação e as Exposições funcionam de terça a domingo, além de feriados, das 10h às 18h00, com fechamento da bilheteria às 19h00. O valor inteiro do ingresso custa

R\$6,00, e tem a opção de meia-entrada para estudantes das redes públicas e privada, idosos acima de 60 anos, e professores das três esferas públicas. Possuem isenção militares das Forças Armadas e seus dependentes, idosos maiores de 80 anos, grupos agendados e crianças menores de 10 anos. Ao entrar, o visitante pode percorrer os espaços sem obrigação de seguir um percurso específico, podendo escolher aonde prefere ir primeiro. Entretanto, existe uma sugestão de roteiro, organizado de acordo com sequência dos ambientes (Figura 109).

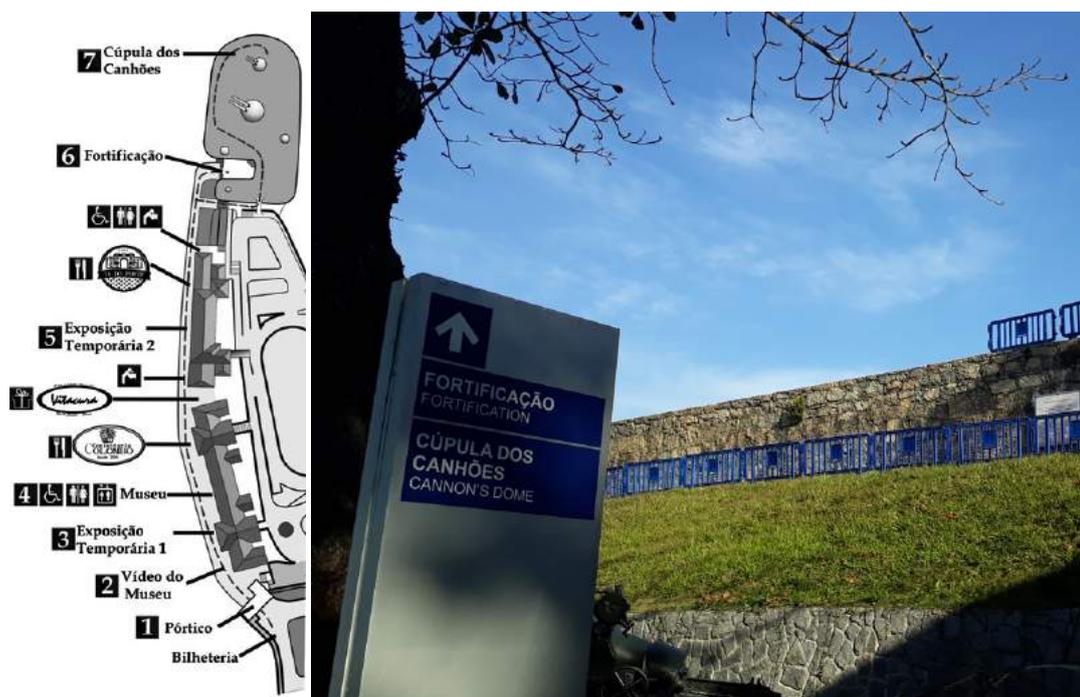


Figura 109: Esquema do percurso cultural e fotografia da identidade visual da sinalização. Fonte: Forte de Copacabana (site) e COSTA/2017

A visita inicia-se ao cruzar o Pórtico, seguindo pela Alameda Octávio Correia, que proporciona ao visitante toda a vista da orla de Copacabana. O primeiro ponto de parada é a Sala de Vídeo do Museu, com a primeira Sala de Exposição Temporária logo em seguida. O Museu de exposições vem logo na sequência, e demanda do visitante um tempo maior de visitação. Após o Museu, o circuito segue pela Confeitaria Colombo, pela loja de souvenir Vitacura, pela segunda Sala de Exposição Temporária, e pelo Café 18 do Forte. No setor da Fortificação, é possível percorrer um circuito interno delimitado, com espaços e maquinários originais que contam a história da fortificação (Figura 110). O passeio termina com o acesso à Cúpula dos Canhões. Além do percurso, existe um laboratório para trabalhos de preservação e restauração de obras e peças históricas (LAURITZEN, 2016).



**Figura 110: Fotografias dos espaços e maquinário que são parte do circuito interno do Forte de Copacabana. Fonte: Nayara Gevú/2017**

Além dos fatores turísticos e de localização privilegiada, são elementos de atração à visitação a existência dos cafés. Muitos cariocas e turistas visitam o Forte apenas para degustar o cardápio da filial da tradicional Confeitaria Colombo, que tem uma origem histórica que remete à memória da cidade. Além disso, a experiência gastronômica proporciona ao visitante a contemplação da privilegiada vista que do local. Por esse motivo, a Alameda, a Cúpula dos Canhões, os Cafés e a Loja funcionam de terça a domingo e feriados, das 10h às 20h, duas horas a mais que os espaços culturais, a fim de atender a essa demanda padrão de visitantes, turistas ou não (Figura 111).



**Figura 111: Fotografias das mesas da Confeitaria Colombo e do espaço da Cúpula dos Canhões, no Forte de Copacabana. Fonte: Nayara Gevú/2017**

A Alameda Octávio Corrêa possui rampas fixas, caminhos para cadeirantes e sanitários adaptados. É possível acessar os salões do MHE através de rampas e pelo elevador. Já o acesso à Fortificação e à Cúpula dos Canhões também pode ser feito por meio de rampas removíveis (Figura 112). Existem cadeiras de rodas disponíveis para empréstimo, devendo ser solicitadas na recepção do Forte, localizada no Pórtico.



**Figura 112: Fotografias do caminho para cadeirante e da uma rampa de acesso, no Forte de Copacabana. Fonte: Nayara Gevú/2017**

Em relação ao mobiliário, o Forte possui bancos de madeira e concreto, postes antigos baixos e lixeiras do tipo padrão (Figura 113), além das placas de sinalização do percurso cultural com visual contemporâneo.



**Figura 113: Fotografias das lixeiras do tipo padrão e mobiliário da Alameda, no Forte de Copacabana. Fonte: Nayara Gevú/2017**

As intervenções de suporte ao uso turístico reforçam a contemporaneidade dos materiais, tais como as rampas, escadas, corrimãos e guarda-corpos. A localização da bilheteria interfere de forma negativa na fachada histórica do Pórtico (Figura 114). Como é uma estrutura móvel, seria possível realocá-la em outro ponto da praça de acesso, sem prejuízo da sua função e sem interferir na paisagem histórica da fortificação.

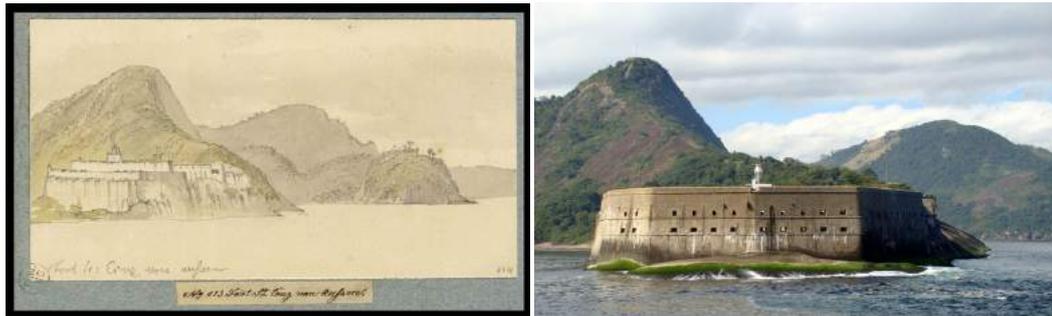


**Figura 114:** Fotografias da bilheteria próxima ao Pórtico e da ponte de acesso à Cupula dos Canhões, no Forte de Copacabana. Fonte: Nayara Gevú/2017

Por ter sido o último exemplar construído, em 1914, o conjunto fortificado apresenta-se preservado e em bom estado de manutenção. Por sua localização privilegiada em uma área nobre da cidade, que recebe muita atenção por parte do poder público e da iniciativa privada, o Forte conta com uma frequência de visitação alta que é impulsionada pelas estratégias de visitação que correspondem à demanda, com a instalação da confeitaria e do MHE.

### **2.3.2 - FORTALEZA DE SANTA CRUZ DA BARRA - NITERÓI**

Constituindo-se como parte integrante do sistema de defesa da entrada da Baía de Guanabara, a origem da Fortaleza remonta ao século XVI, com a instalação de uma bateria francesa no local. Em 1602, já no período colonial, passou a ter a denominação de Fortaleza de Santa Cruz da Barra (Figura 115), constituindo-se como um dos exemplares da Arquitetura Militar luso-brasileira. Atualmente, mantém-se guarnecida com arsenal bélico e, desde 2005, desempenha as funções do quartel general da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército (AD/1), cujo histórico remonta à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. O Conjunto da Fortaleza da Santa Cruz é tombado pelo IPHAN, através do processo N° 0207-T-39, no Livro Belas Artes, N° 274; Vol. 1; F. 047; datado em 04/10/1939. Consta, ainda, no Livro Histórico; N° 122; Vol. 1; F. 022; também datado em 04/10/1939. Em 2010, foi eleita como uma das Sete Maravilhas da cidade de Niterói, através de votação popular e faz parte da lista do "Conjunto de Fortificações" indicado a Patrimônio Mundial.



**Figura 115: Comparação entre a aquarela de Thomas Ender - séc. XIX e a fotografia com a vista da Fortaleza de Santa Cruz - 2010. Fonte: Acervo Digital/Biblioteca Nacional e Rafael Soares/2010**

Assim como acontece com o Forte de Copacabana, a Fortaleza possui uma das vistas mais privilegiadas do município de Niterói, situando-se na margem leste da entrada da Baía de Guanabara, cuja distância mínima para a outra margem, no Rio de Janeiro, é de aproximadamente 1,5km (Figura 116). Além da sua arquitetura monumental, essa posição geográfica é um dos motivos de atração tanto de turistas, como de pesquisadores. O conjunto da Fortaleza atrai uma média de dois mil visitantes por mês e é o segundo ponto turístico mais visitado da cidade.



**Figura 116: Fotografias indicando a localização geográfica da Fortaleza de Santa Cruz, a partir do alto e da própria fortificação. Fonte: COSTA/2017**

A Fortaleza está situada na Estrada General Eurico Gaspar Dutra, s/n, no bairro Jurujuba, e seu acesso é realizado através de uma estrada estreita e sinuosa, inclusive com um trecho em que é obrigatório o uso da buzina. Logo no início dessa estrada existe um sinal de trânsito que organiza o fluxo de trânsito, pois a via permite a passagem de veículos em apenas um sentido por vez (Figura 117). Mesmo com um sistema de vias complicado tanto no entorno do bairro quanto na estrada de acesso, o transporte mais comum é feito por meio de carros particulares, já que a Fortaleza conta com vagas para os visitantes. Existe apenas uma linha

municipal de ônibus que chega ao local, com horários específicos, mas, pela dificuldade do trajeto, é comum que o itinerário não seja concluído até a Fortaleza.



**Figura 117: Fotografias do sinal de trânsito e trajeto do trecho controlado da estrada de acesso à Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: COSTA/2017 e Google Maps/2017**

A visitação turística funciona de terça a domingo, com saídas a cada 30 minutos dentro do intervalo de 10h às 17h00. O ingresso inteiro custa R\$6,00, existindo a opção de meia-entrada para pessoas até 21 anos de idade, estudantes, militares de outras Forças e seus familiares diretos. São isentos do valor do ingresso crianças até 12 anos, idosos a partir de 60 anos, militares do Exército e seus familiares diretos; pessoas com necessidades especiais; estudantes e professores da rede pública de ensino e antigos combatentes da 2ª Guerra Mundial. Sempre guiado por um militar, responsável por contar a história da Fortaleza, o percurso turístico é pré-determinado e dura aproximadamente 45 minutos. Alguns pontos do conjunto possuem restrições em razão das funções militares que possuem, sendo proibido, inclusive, o registro fotográfico de alguns espaços. Um segundo militar auxilia as atividades desempenhadas pelo guia, sendo responsável por impor restrições de acesso e tempo em cada ponto de parada, além de impedir que dois grupos distintos se misturem (Figura 118).

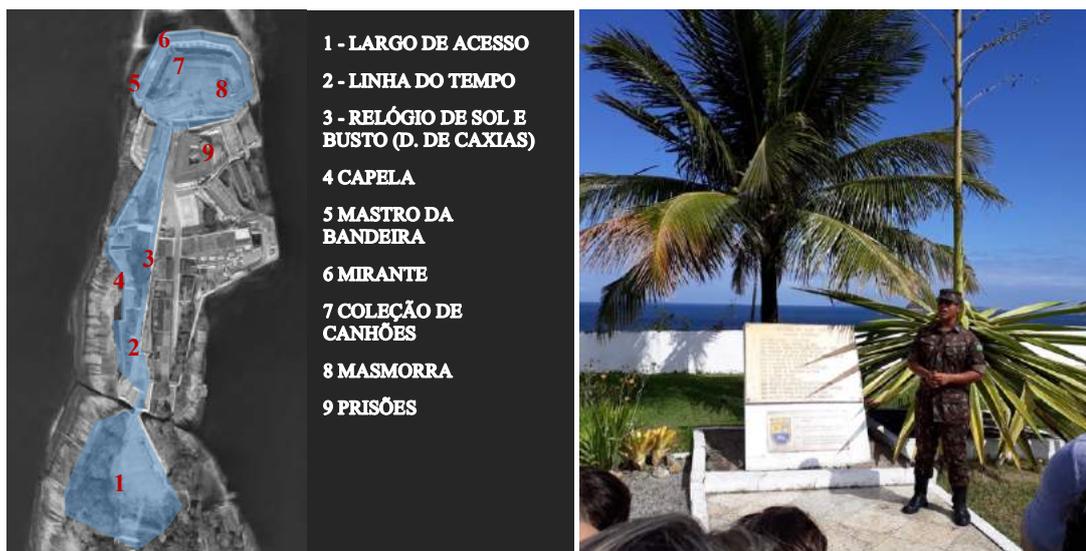


Figura 118: Imagem de satélite com a sequência dos pontos do percurso, com hachura em azul indicando as áreas de visitação permitidas e fotografia do guia ao lado do totem com a linha do tempo da Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: Google Maps (adaptado por COSTA/2017) e COSTA/2017

O salão de festas, o estacionamento e a bilheteria estão localizados em um largo que possui canhões dispostos para a Baía de Guanabara. Após a entrada pelo pórtico de acesso, o primeiro ponto de parada é uma placa com duas linhas do tempo, a primeira indicando o histórico da Fortaleza e a segunda o histórico da AD/1. Na sequência, o grupo é encaminhado ao Relógio de Sol, feito em pedra de Lioz, em 1820, e ao largo com a imagem de Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro (Figura 119).



Figura 119: Fotografias do relógio de Sol e da imagem do busto de Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro, na Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: COSTA/2017

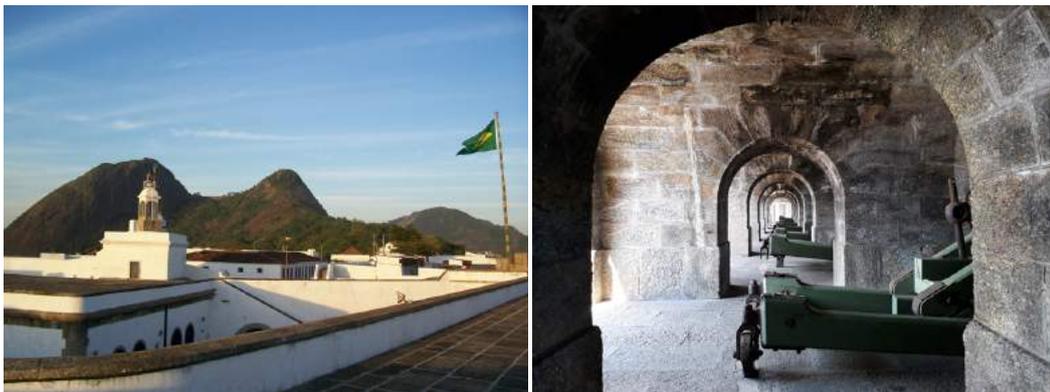
A Capela de Santa Bárbara é o terceiro ponto de parada. Datada de 1612, é a segunda igreja mais antiga de Niterói, sendo a Igreja de São Lourenço dos Índios, do século XVI, a mais antiga da cidade. Dentro da Capela, o guia conta como lenda local a origem da expressão "um olho no padre e outro na missa". Segundo o relato oral, a frase teria surgido pois os militares

eram obrigados a abandonar seus postos para assistirem à missa e, com isso, o padre a celebrava prestando atenção aos navios que chegavam pela Baía de Guanabara, através de uma janela na lateral do altar (Figura 120).



**Figura 120: Fotografias do interior da Capela e da janela lateral ao altar, na Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: COSTA/2017**

Em seguida, o visitante é levado ao trecho fortificado mais próximo à margem carioca da Baía de Guanabara. Na parte superior encontram-se o mastro da bandeira, de grandes dimensões, e um mirante com vista para toda a Baía. Localizado abaixo desse setor, encontra-se o conjunto de canhões. Toda a área destaca-se pelo trabalho de revestimento em cantaria de pisos, paredes e muretas (Figura 121).



**Figura 121: Fotografias da área superior da Fortaleza de Santa Cruz, com vista para o mastro; e da parte inferior da fortificação, com os canhões históricos. Fonte: COSTA/2017**

Por fim, o grupo é levado à antiga masmorra e, em seguida, às celas das prisões, onde o guia conclui o histórico da fortificação e encaminha os visitantes de volta para o largo de acesso.

Com muitas escadas e desníveis em razão da sua forma arquitetônica, a Fortaleza não é acessível para quem possui restrições de locomoção, tais como cadeirantes ou pessoas com

carrinho de bebê. Os espaços dos canhões históricos, por exemplo, só podem ser acessados por meio de escada (Figura 122).



**Figura 122: Fotografias dos desníveis no largo de acesso e do trecho acessado somente por escadaria, na Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: COSTA/2017**

Em razão do percurso controlado e dinâmico dentro da área fortificada, não existem espaços de permanência e nem mobiliário para tal. Em geral, as áreas históricas que fazem parte do circuito turístico apresentam boas condições de manutenção, mas algumas intervenções de projeto comprometem a paisagem do conjunto, tais como trechos concretados e postes com fiação exposta, que servem à área de uso restrito do quartel (Figura 123).



**Figura 123: Fotografias da rampa em concreto sobre piso em cantaria e da fiação exposta dos postes, na Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: COSTA/2017**

A Fortaleza de Santa Cruz se assemelha à Fortaleza da Conceição em dois aspectos: possui seu terrapleno bastante edificado, com construções de diferentes estilos que foram sendo adicionadas ao longo de mais de 400 anos de existência; e também é um quartel militar que desempenha funções de caráter restrito, com a circulação em seu interior claramente delimitada durante o percurso e rigorosamente controlada pelos militares (Figura 124). Essa ação é necessária em função das atividades militares que são desempenhadas no quartel.



**Figura 124:** Fotografia do pórtico de entrada sendo acessado por veículo militar e imagem de satélite do conjunto edificado da Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: COSTA/2017 e Google Maps/2017

Essa experiência da Fortaleza de Santa Cruz da Barra, o segundo monumento mais visitado da cidade de Niterói, indica que é possível a coexistência entre os usos cultural e de quartel militar.

### **2.3.3 - CASTILLO SAN FELIPE DE BARAJAS - CARTAGENA DAS ÍNDIAS**

A colina de San Lázaro, local de implantação do Castelo, foi escolhida em função da sua posição estratégica e da necessidade da Coroa Espanhola em melhorar o sistema de defesa da cidade, alvo de diversas invasões por parte de inimigos e piratas. Sua construção remonta ao século XVII, com uma tipologia completamente diferente da atual. A fortificação foi ampliada em meados do século XVIII, resultando em seu aspecto atual (Figura 125). O Castelo faz parte da lista de Patrimônio da Humanidade da UNESCO, assim como o centro histórico da cidade de Cartagena das Índias e seu conjunto de fortificações. Além disso, é considerada uma das sete maravilhas da Colômbia e faz parte do patrimônio histórico e cultural da Colômbia<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> Informações colhidas oralmente durante a visita, através das placas de placas explicativas e através do site Fortificaciones: Cartagena de Índias. Disponível em: <<http://fortificacionescartagena.com/>>.



**Figura 125: Fotografia com as características arquitetônicas do Castillo San Felipe Barajas. Fonte: COSTA/2017**

O Castelo está localizado na colina de San Lázaro, próximo ao centro histórico de Cartagena das Índias e possui 40 (quarenta) metros de altura em seu ponto mais alto. Essa implantação proporciona ao visitante a vista da cidade, da Baía de Cartagena e do mar do Caribe (Figura 126).



**Figura 126: Fotografia da vista da cidade de Cartagena das Índias, a partir do Castillo San Felipe Barajas. Fonte: COSTA/2017**

Inserida em um tecido urbanizado (Figura 127), a fortificação está a 15 minutos do Aeroporto Internacional Rafael Núñez, a 20 minutos do Terminal de Transportes de Cartagena e a 10 minutos da Torre do Relógio, importante marco histórico da cidade amurallada de Cartagena, que concentra o centro histórico de Cartagena. O local é um dos pontos turísticos mais visitados da Colômbia, atraindo turistas do mundo inteiro.



O percurso turístico conta com diversas áreas de canhoneiras e túneis que interligam distintos pontos da fortificação. A bandeira da colômbia, de grandes proporções, é um dos locais de maior interesse dos turistas (Figura 129).



**Figura 129:** Imagem de satélite com os pontos do percurso turístico do Castillo San Felipe Barajas e fotografia de uma das ladeiras do percurso repleta de turistas. Fonte: Google Maps/2017 (adaptado por COSTA/2017) e COSTA/2017

Na parte mais alta do Castelo existe uma loja de *souvenirs* que vende produtos turísticos relativos ao Castelo e à história da colômbia. Geralmente esse é o ponto final do passeio. A padrão do mobiliário e das placas de sinalização busca uma integração com a fortificação (Figura 130), com materiais utilizados na época da sua construção, como o ferro (lixeiras) e madeira talhada (placas de sinalização).



**Figura 130:** Fotografia do padrão de mobiliário das lixeiras e da sinalização turística do Castillo San Felipe Barajas. Fonte: COSTA/2017

As intervenções para suporte da atividade turística apresentam o mesmo padrão: elementos em ferro, tais como grades e corrimãos, e estruturas em madeira pintadas de vermelho, tais como escadas e guardacorpos. Seguindo o conceito teórico de distinguibilidade, esses elementos de adaptação ao uso turístico se destacam na paisagem do Castelo (Figura 131), principalmente em razão da cor escolhida, reforçando a ideia de diferenciar o antigo do novo.



**Figura 131: Fotografia das adaptações executadas no Castillo San Felipe Barajas para fins de uso turístico. Fonte: COSTA/2017**

O Castelo apresenta alguns pontos em comum com a Fortaleza da Conceição: a acessibilidade e as camadas do tempo (Figura 132). Para a visita do complexo, é necessário subir cerca de quarenta metros de altura, através das ladeiras que formam o percurso da fortificação. Além disso, a paisagem atual do Castelo é resultado de sucessivas alterações que ocorreram ao longo dos anos.



**Figura 132: Fotografia do nível a ser vencido pelo visitante do Castillo San Felipe Barajas e seu aspecto atual, resultado de ampliações ao longo dos anos. Fonte: COSTA/2017**

Seguindo a mesma metodologia de estudo dos exemplos de fortificações deste item, serão dispostos, a seguir, os condicionantes para a inserção do uso cultural na Fortaleza da Conceição, considerando seu contexto de localização geográfica; suas condições de acesso; sua dinâmica atual de funcionamento para o visitante; seu percurso turístico em vigor; suas estratégias de atração do público; e suas intervenções projetuais de suporte turístico.

## 2.4 - INSERÇÃO DE USO NA FORTALEZA DA CONCEIÇÃO

De acordo com as classificações de fortes apresentadas por Lyra (2005, p. 221), a Fortaleza da Conceição pode ser considerada como uma fortificação abaluartada, mas embora o traçado do seu perímetro possua certa simetria, as edificações sobre o seu **Terrapleno (19)** não obedecem a uma distribuição rígida e simétrica. Por essa razão, pode ser considerado também como uma fortificação de porte médio pois apresenta uma disposição com edificações aleatórias e espaçadas dentro do seu perímetro murado, "circunstâncias que permitem grande diversidade de soluções para um novo uso" (LYRA, 2005, p. 221). Atualmente, a Fortaleza da Conceição conta com um programa voltado prioritariamente para o desempenho de atividades cartográficas do quartel (Figura 133), dispondo de alguns espaços voltados para o uso cultural, além de espaços subutilizados.



Figura 133: Fotografias de uma sala adaptada para o uso cartográfico e do atual Museu Cartográfico, localizados no Palácio Episcopal (1). Fonte: Leandro Campos/2011 e COSTA/2017

Inserida no alto do morro, seu afastamento para o mar trouxe uma característica que a difere da maioria das fortificações: ficou envolvida por um centro urbano denso. Sua linguagem arquitetônica é exclusiva e destaca-se na ambiência do seu entorno, onde é um marco. Carece da exploração do seu potencial interpretativo, que apresenta grande relevância para a história da cidade. Mesmo que tenha perdido sua relação de proximidade com o mar após os aterros da área portuária, a Fortaleza da Conceição localiza-se em uma área de paisagem privilegiada, com vista para o centro da cidade e para a Baía de Guanabara (Figura 134).



**Figura 134: Fotografia da vista da Baía de Guanabara a partir da Fortaleza da Conceição. Fonte: Nayara Gevú/2017**

A partir do início deste século, a área do Morro da Conceição se tornou um polo cultural, recebendo certa atenção do poder público e a consequente expansão das atividades de turismo. Alguns pontos foram destacados como marcos de atração na área, tais como a Pedra do Sal, o Cais do Valongo, os Jardins Suspensos do Valongo e os museus da Praça Mauá. Entretanto, a Fortaleza é um marco arquitetônico que ainda não faz parte efetiva desse circuito turístico. Sua própria arquitetura e paisagem são fatores de motivação à visita, mas necessita de uma revisão do seu programa e de uma proposta que consiga atrair o interesse dos visitantes. Além disso, a acessibilidade ao conjunto é um fator de inibição à visita por estar situado no cume do morro, tendo um difícil acesso de pedestres e veículos por meio de ladeiras e escadarias íngremes (Figura 135).



**Figura 135: Fotografia dos acessos ao Morro da Conceição por meio de ladeiras e escadarias íngremes. Fonte: COSTA/2017**

Um dos problemas da gestão atual diz respeito ao acesso controlado do público, já que uso principal da Fortaleza não é cultural, mas sim um quartel militar que possui atividades de caráter restrito, o que torna sua visita, que é gratuita, mais burocrática. Além da necessidade de prévio agendamento por telefone, a visita é, até então, realizada somente no horário da manhã. A existência do Museu Cartográfico no **Palácio Episcopal (1)** é o principal atrativo turístico (Figura 136), mas conta com uma frequência de visita mínima, sendo fundamental uma melhor divulgação e disponibilização do acervo cartográfico para impulsionar essa visita. De acordo com os militares, a falta de verba para treinamento de pessoal capacitado prejudica a visita (FRANCO, 2017).



Figura 136: Imagem com os pontos do percurso turístico atual e fotografia do atual acesso de visitantes, através do Palácio Episcopal (1). Fonte: COSTA/2017 e Nayara Gevú/2017

Durante o percurso, o visitante é conduzido por um militar designado para esta função ou por um guia civil, mas o conjunto não apresenta um circuito claramente definido, contando com pouca sinalização, pouca divulgação do seu histórico e poucos equipamentos de suporte. Os banheiros e bebedouros destinados aos visitantes estão localizados no **Palácio Episcopal (1)**. Além do Museu, existe um espaço cultural no subsolo da **Casa D'Armas (6)**, com uma linguagem visual modesta (Figura 137).



**Figura 137: Fotografias da identidade visual das exposições do Palácio Episcopal (1) e do subsolo da Casa D'Armas (6). Fonte: Nayara Gevú/2017**

De acordo com o percurso atual, o desnível entre o **Pátio (15)** e o **Terrapleno (19)** só pode ser acessado por meio de uma escada, o que torna inviável o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais. Considerando que a construção de uma rampa ou elevador rente à muralha comprometeriam a leitura visual desse importante elemento, o problema poderia ser resolvido com a transferência do acesso ao terrapleno pela portada histórica, adaptando a rampa existente aos padrões de acessibilidade (Figura 138).



**Figura 138: Fotografias da escada de acesso ao Terrapleno (19) e da rampa de acesso pela portada histórica. Fonte: Nayara Gevú/2017**

Em razão dos novos usos inseridos, a fortificação sofreu uma série de adaptações ao longo dos anos, algumas delas sendo hoje parte da leitura da sua paisagem. Entretanto, alterações espúrias modificaram sua configuração original, com áreas aterradas, descaracterização interna e externa dos espaços físicos e inserção de edificações e acréscimos que imitam o estilo colonial. Essas intervenções comprometeram a leitura visual de importantes

elementos que são relevantes para a identidade da fortificação, como as muralhas e os meio-baluartes, por exemplo. Muitos espaços da Fortaleza da Conceição são utilizados como depósitos de documentos cartográficos e filmes aerofotográficos do Brasil, e algumas edificações subutilizadas apresentam sinais de degradação que culminaram em interdições das suas estruturas, sendo a falta de uso ou o uso inapropriado os agentes responsáveis por essa situação.

A conclusão dos estudos sobre adaptação de uso, nos três exemplos de fortificações anteriores<sup>72</sup>, tem como objetivo destacar as problemáticas que podem ser rebatidas na Fortaleza da Conceição, e as respectivas soluções de projeto adotadas em cada fortificação (Quadro 9).

**Quadro 9: Referências para a solução de problemáticas encontradas na Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017**

| REFERÊNCIAS PARA A SOLUÇÃO DE PROBLEMÁTICAS DA FORTALEZA DA CONCEIÇÃO |   |  |
|---|---|--|
| FORTIFICAÇÃO  | PROBLEMÁTICA EM COMUM   | SOLUÇÃO APRESENTADA  |
| <b>FORTE DE COPACABANA</b>  | Atrair maior visitação além do uso cultural                     | Inserção do uso gastronômico   |
| <b>FORTALEZA DE SANTA CRUZ DA BARRA</b>                               | Visitação turística em um quartel militar com funções restritas | Delimitação da área de visitação turística nos pontos de maior interesse |
| <b>CASTILLO SAN FELIPE DE BARAJAS</b>                                 | Linguagem das intervenções para adaptação ao uso turístico      | Uso de materiais como madeira e ferro nas intervenções projetuais        |

Objetivando a compreensão de como essas questões podem se refletir na visitação dos monumentos, o estudo serve como referência para as futuras ações de projeto do Capítulo III, necessárias para a divulgação do objeto de estudo deste trabalho.

---

<sup>72</sup> Ver subcapítulo "Exemplos de inserção de uso na Arquitetura Militar preservada".



### **CAPÍTULO III - O PROJETO DE INTERVENÇÃO**

---

Considerando o histórico desenvolvido no capítulo I e as problemáticas discutidas no capítulo II, este capítulo final tem como objetivo indicar as diretrizes projetuais gerais para o conjunto, a proposta paisagística para os espaços livres do seu entorno imediato, e a proposta volumétrica para cada edificação, uma vez que cada caso precisou ser analisado em razão das suas diferentes características reveladas através dos mapas de evolução<sup>73</sup>. O projeto de intervenção a ser proposto tem como objetivo tornar o valor histórico mais evidente e que possa ser usufruído, principalmente, pelo público local. Considera, também, a apreciação do patrimônio cultural pelo visitante de fora, a partir da disposição do Exército em abrir as instalações da antiga Fortaleza para visitação, condição que favoreceu o nascimento da proposta de intervenção.

---

<sup>73</sup> Ver subitem "1.3.6 - A evolução arquitetônica em quatro séculos".

### 3.1 - DIRETRIZES PROJETUAIS

As diretrizes gerais contemplam todo o conjunto arquitetônico do quartel e partem da premissa da apropriação do espaço por parte da população. A principal diretriz consiste em transformar o **Pátio (15)** em uma grande praça pública, justificada pela indicação da inserção de um plano inclinado que ligaria o Morro da Conceição à base da cidade, em direção ao centro. Com isso, o **Pátio (15)** deixaria de ser um espaço privado para relacionar-se diretamente com a **Praça Major Valô (20)**. Com uma intervenção paisagística nesses dois espaços que tomou como partido a permanência da vegetação original, a proposta cria uma nova área de lazer para o local e uma nova rota de acesso ao morro, tendo a Fortaleza da Conceição como protagonista (Figura 139).

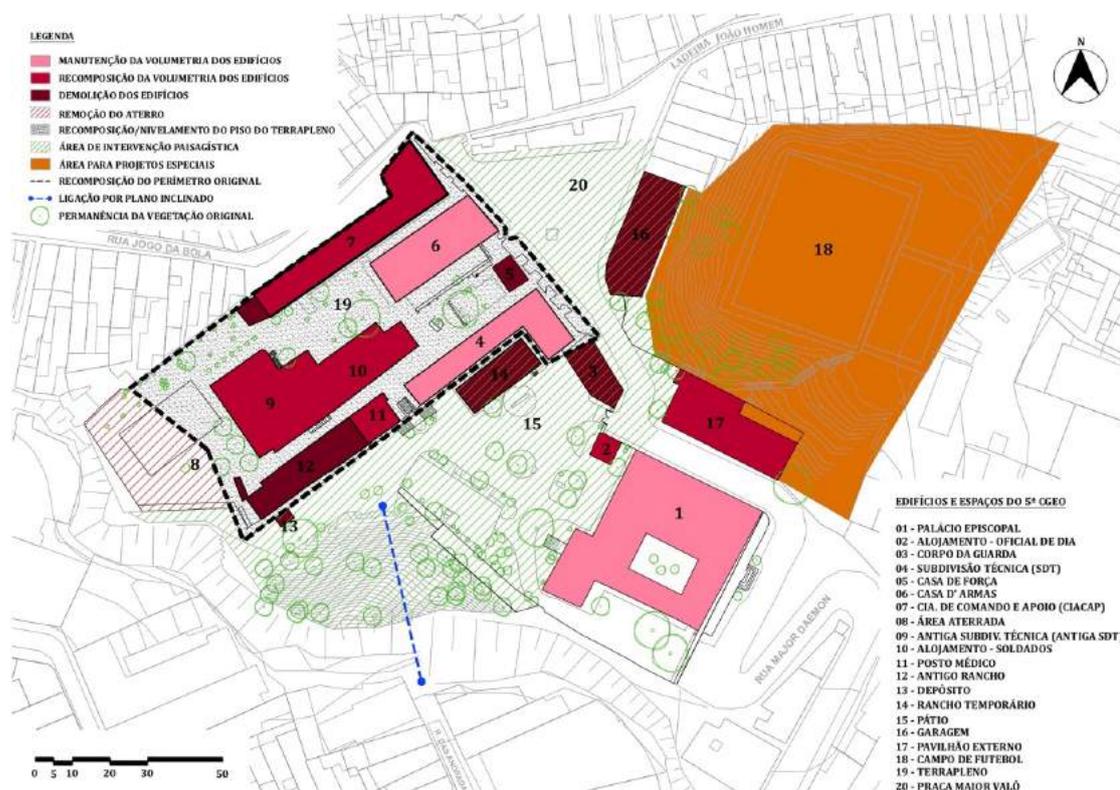


Figura 139: Mapa com as diretrizes gerais do projeto de intervenção sobre a planta de situação atual da Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

Considerando as diversas camadas de tempo da Fortaleza da Conceição, a proposta buscou a recomposição do seu perímetro fortificado original, com a eliminação do aterro executado em seu trecho posterior; e a eliminação das intervenções espúrias realizadas nas

edificações ao longo dos anos, com a recomposição volumétrica ou demolição de algumas edificações, conforme o artigo 11º da Carta de Veneza:

Artigo 11º - As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento de valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender do autor do projeto. (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 3)

Os elementos construtivos a serem revelados têm grande valor histórico e arqueológico dentro da tipologia arquitetônica da fortificação, e os acréscimos a serem removidos constituem-se como intervenções que prejudicaram a leitura dessa paisagem histórica.

### **3.1.1 - RECOMPOSIÇÃO DO PERÍMETRO ORIGINAL**

A recomposição do perímetro original é, do ponto de vista desta intervenção, uma medida primordial no sentido de buscar a essência da antiga Fortaleza da Conceição. Em conformidade com o que recomenda o artigo 9º da Carta de Veneza (1964), a investigação arqueológica é fundamental durante a execução de qualquer intervenção na Fortaleza, por se tratar de um sítio histórico de relevância para a formação da cidade.

Em 2010, durante as obras de restauração, uma proposta para um levantamento geofísico por meio de GPR<sup>74</sup> chegou a ser enviada, mas o estudo não chegou a ser contratado. Entretanto, as informações da presente pesquisa histórica indicam que alguns pontos podem ser considerados estratégicos, revelando a possível existência de remanescentes de estruturas históricas (Figura 140): a **Praça Major Valô (20)**, com parte da estrutura do revelim frontal (A); a parte frontal da **Casa D'Armas (6)**, com as fundações da primeira edificação construída sobre a Praça de Armas (B); o trecho central do **Terrapleno (19)**, com as estruturas onde os edifícios da **Antiga SDT (9)**, do **Alojamento - Soldados (10)** e da **CIACAP (7)** se conectavam até o século XX (C); todo o trecho da **Área Aterrada (8)**, com o revelim posterior aterrado (D); e o trecho do **Pátio (15)**, com a continuação, até a muralha, do muro de defesa histórico (E). Somente essa investigação poderia confirmar se as suspeitas sobre a existência desses

---

<sup>74</sup> O método Ground Penetrating Radar (GPR), traduzido como Radar de Penetração no Solo, é uma técnica de investigação que detecta anomalias no solo e nas paredes, por exemplo. Na Arqueologia, possibilita a investigação de alterações de padrão, tais como estruturas arquitetônicas, esqueletos enterrados ou vão emparedados (NAJJAR, 2005, p. 21)

remanescentes estão corretas. De acordo com informações colhidas durante as visitas técnicas, a quadra esportiva localizada sobre o aterro é pouco utilizada pelos militares, fazendo parte de um espaço externo subutilizado, com estruturas e pisos arruinados. Sendo assim, propõe-se que seja transferida para o espaço do **Campo de Futebol (18)**.

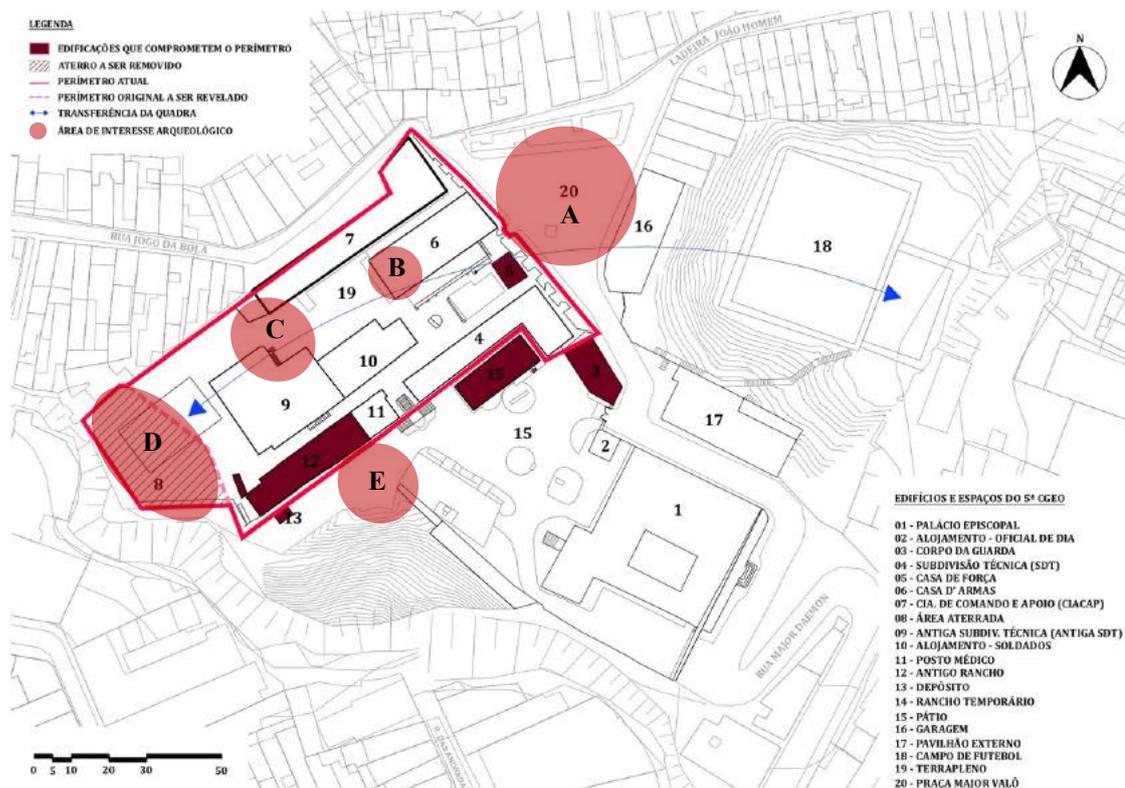


Figura 140: Mapa dos pontos de interesse arqueológico sobre a planta de situação atual da Fortaleza da Conceição, com seta indicando a transferência da quadra da Área Aterrada (8) para o Campo de Futebol (18).  
Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

### 3.1.2 - RECOMPOSIÇÃO DA VOLUMETRIA

A Carta de Veneza (1964) defende que as marcas do tempo podem ser consideradas, mas que intervenções de "pouco interesse" podem ser removidas em casos excepcionais, ou seja, quando o que se quer revelar possui "grande valor histórico, arqueológico, ou estético". Após a investigação da evolução de cada espaço e edificação do conjunto, a proposta buscou identificar aquelas que **mantém as características** de valor histórico; aquelas que preservam características de valor histórico, mas que tiveram alguma **adição volumétrica incompatível** que compromete a leitura do conjunto; e aquelas que foram construídas após o seu tombamento,

representando **construções espúrias** que comprometem a paisagem da fortificação (Figura 141).

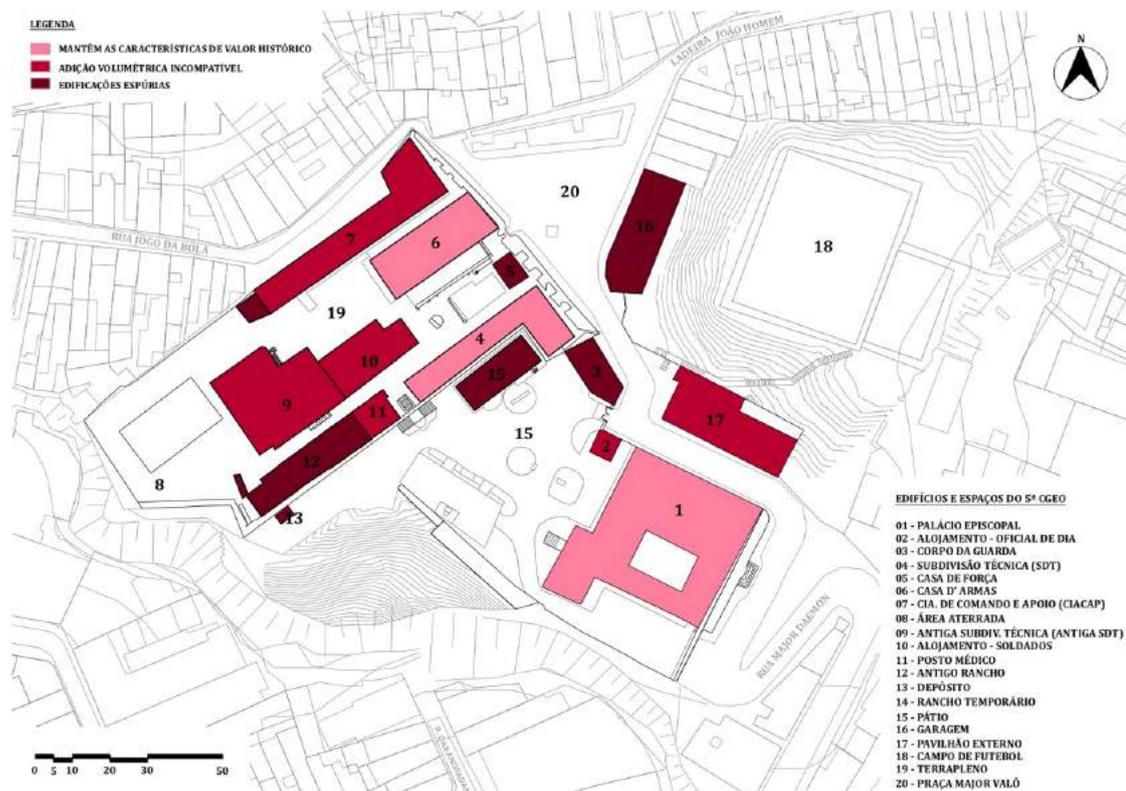


Figura 141: Mapa de classificação da volumetria sobre a planta de situação atual da Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

Dessa forma, são considerados como bens que "mantém as características de valor histórico": o **Palácio Episcopal (1)**, a **SDT (4)**, e a **Casa D'Armas (6)**. Para essas edificações, a proposta não indica alteração volumétrica. São considerados trechos com "adição volumétrica incompatível": o segundo pavimento do **Alojamento - Oficial de dia (2)**; o segundo pavimento do **CIACAP (7)**, diversas adições volumétricas da **Antiga SDT (9)**, o segundo pavimento do **Alojamento - Soldados (10)**; as adições volumétricas do **Posto Médico (11)**; e o segundo pavimento do **Pavilhão Externo (17)**. Para esse grupo, a proposta indica a remoção dos trechos incompatíveis. Por fim, são consideradas "construções espúrias": o **Corpo da Guarda (3)**; a **Casa de Força (5)**; o **Antigo Rancho (12)**; o **Depósito (13)**; a **Rancho Temporário (14)**; e a **Garagem (16)**. A proposta indica a completa demolição dessas edificações (Figura 142).

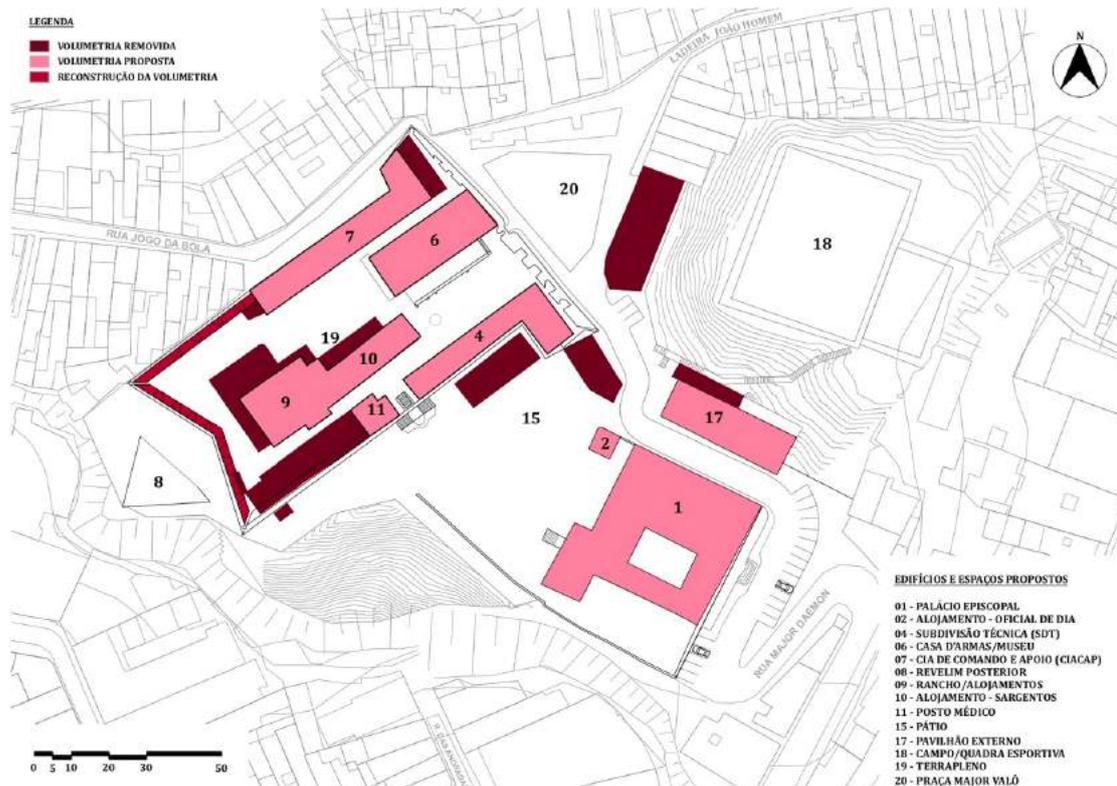


Figura 142: Mapa da volumetria proposta sobre a planta de situação proposta para a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

Para as antigas canhoneiras que foram perdidas após o aterramento do revelim posterior, a proposta inclui o reestabelecimento da sua volumetria utilizando ripas de madeira (Figura 143), material que pode ser distinguido e reversível, conforme os conceitos de Boito, Giovanonni e da Carta de Veneza.

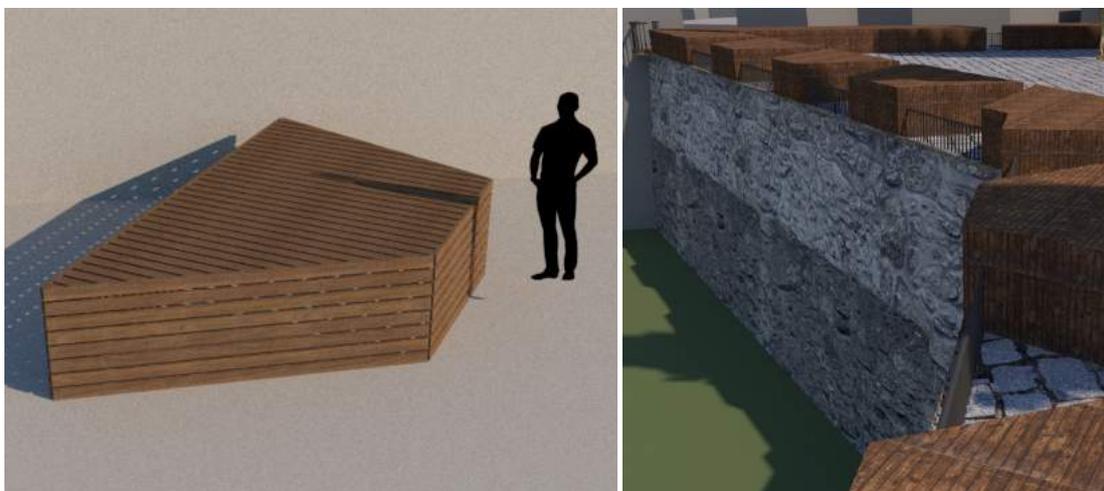


Figura 143: Imagens do padrão proposto para a reconstrução da volumetria em ripas de madeira e do conjunto das canhoneiras. Fonte: COSTA/2017

A ideia de reestabelecer a volumetria das canhoneiras surgiu a partir da necessidade de ser criado um guardacorpo para a lacuna que seria gerada após a remoção do aterro. Integrandose à área de ruínas possivelmente revelada, a intenção é deixar clara a intervenção atual, indicar ao visitante com clareza a forma daquela estrutura existiu e já não existe mais, permitindo o melhor entendimento da antiga configuração da fortificação.

### 3.1.3 - REORGANIZAÇÃO DOS ACESSOS E FLUXOS

Uma das principais diretrizes do projeto é a abertura do **Pátio (15)**, que favorece a população ao fornecer uma opção de mobilidade, visando a resolução da questão de acessibilidade, problema enfrentado por outras fortificações também. A viabilidade dessa proposta, no entanto, depende do esforço das instâncias públicas no sentido de priorizar a questão social. Por se tratar de um quartel com funções militares de caráter restrito, a abertura do **Pátio (15)** exige uma reformulação dos fluxos e acessos, bem como a definição dessas áreas restritas aos militares; áreas que sejam abertas ao público, mas controladas pelos militares; e as áreas públicas (Figura 145).

Em relação à restrição das áreas, atualmente, o visitante pode circular pelo **Palácio Episcopal (1)**, pelo **Pátio (15)** e pelo **Terraplano (19)** sempre na companhia de um guia. Com a proposta, o **Pátio (15)** passa a ser uma área livre de permanência e ligação, após a instalação do sistema de plano inclinado; assim como a área da **Garagem (16)**, que passa a contar com um estacionamento definido. O **Campo de Futebol (18)** passa a ser uma área controlada, uma vez que a proposta inclui que o espaço possa ser compartilhado com os moradores do morro, durante os fins de semana ou eventos excepcionais. O **Terraplano (19)** e as possíveis ruínas da **Área Aterrada (8)** continuam a ser uma área controlada de visitação, com um trecho destinado à circulação exclusiva dos militares em função da reorganização dos usos, assim como o trecho de fundos e lateral ao **Palácio Episcopal (1)**. Atualmente, o conjunto conta com cinco acessos. A acesso principal ao conjunto é realizado pela porta principal do **Palácio Episcopal (1)**. Existe, ainda, um acesso de uso exclusivo dos militares, realizado pelo portão lateral situado entre o **Alojamento - Oficial de dia (2)** e o **Corpo da Guarda (3)**. A **Garagem (16)**, o **Pavilhão Externo (17)** e o **Campo de Futebol (18)** possuem acessos independentes, restrito aos militares e protegidos por sentinelas posicionados na área externa do conjunto (Figura 144).

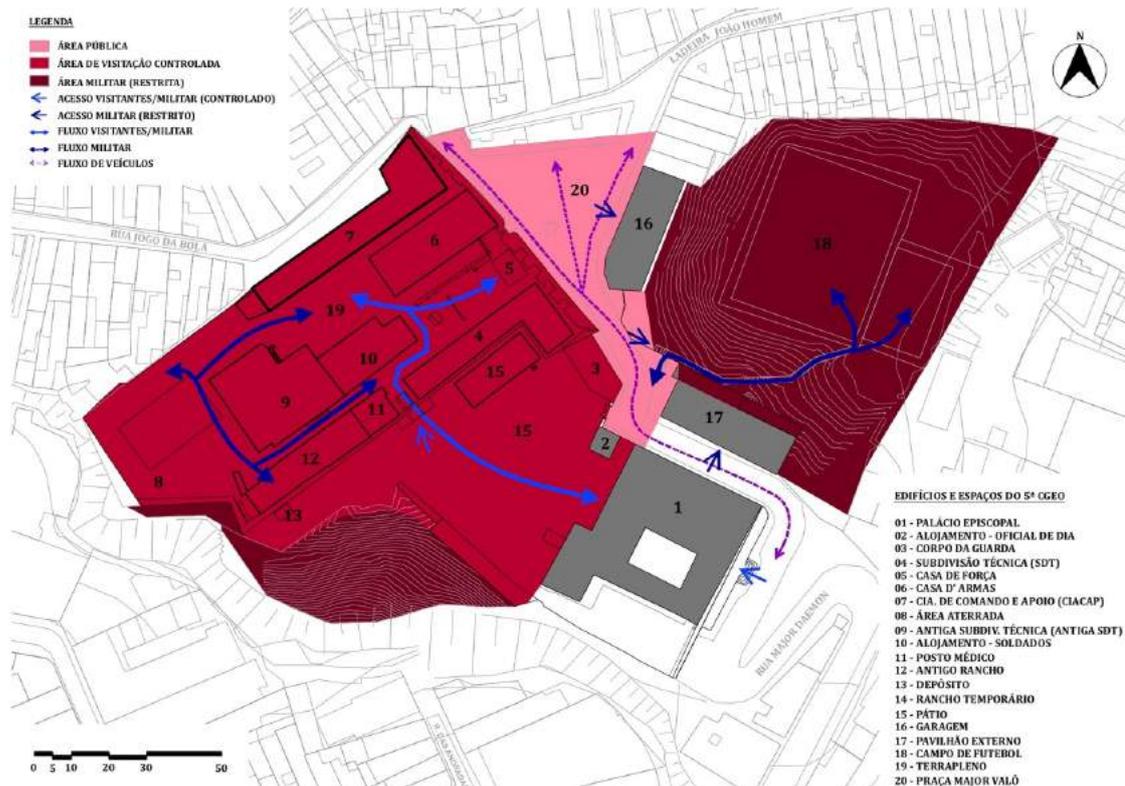


Figura 144: Mapa do diagrama de fluxos atual sobre a planta de situação atual a Fortaleza da Conceição.  
 Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

Com a proposta, os acessos são redefinidos, com a criação de mais um. Contando com a disposição dos sentinelas, o acesso ao **Pavilhão Externo (17)** continua sendo restrito. O acesso pelo **Palácio Episcopal (1)** passa a ser destinado aos pesquisadores do acervo cartográfico, localizado no edifício após a reorganização dos usos desta proposta. O acesso ao **Campo de Futebol (18)** passa a ser controlado. O acesso à **Garagem (16)** deixa de existir em virtude da demolição deste edifício. Voltados para o **Pátio (15)** o acesso ao **Terrapleno (19)** torna-se exclusivo dos militares, assim como o acesso à fachada de fundos do **Palácio Episcopal (1)**, podendo ser controlados por um único sentinela localizado no pátio. Por fim, a portada histórica, voltada para a **Praça Major Valô (20)** e atualmente inutilizada, passa a ser o acesso principal dos visitantes da fortificação (Figura 145).

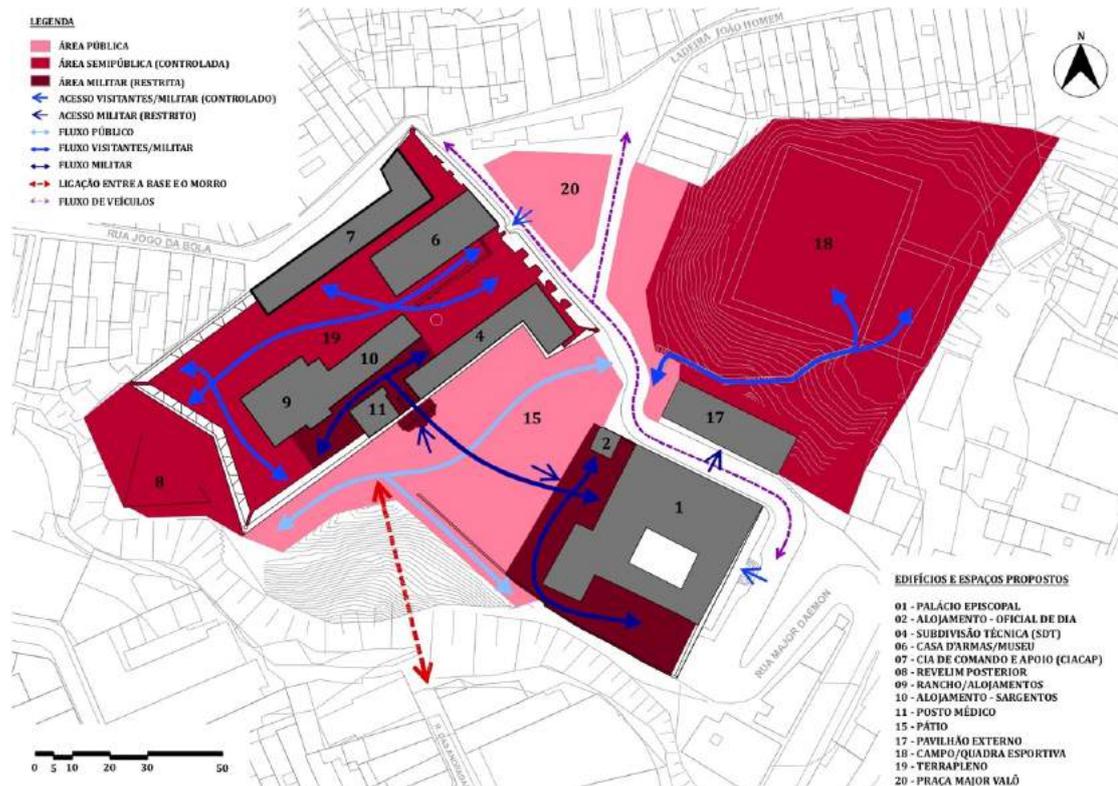


Figura 145: Mapa do diagrama de fluxos proposto sobre a planta de situação proposta para a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

### 3.1.4 - REORGANIZAÇÃO DOS USOS

Ainda no século XIX, a teoria de Le-Duc (2006) considerou que a melhor forma de conservar um edifício consistia em encontrar-lhe uma destinação, e defendia que a edificação poderia ser adaptada para o atendimento das necessidades contemporâneas dos seus usuários.

A Fortaleza ainda conta seu uso militar, um quartel do Exército, embora suas atividades tenham sido alteradas de forma significativa ao longo dos anos, fator que contribuiu para sua preservação. A fortificação não mais desempenha (e praticamente não desempenhou<sup>75</sup>) o papel de defesa projetado para ela e, sendo assim, novos usos foram destinados à fortificação. Abriga em suas dependências, desde 1922, atividades militares de produção cartográfica, que exigiram adaptações em seus espaços para o atendimento desta finalidade, seguindo a lógica de adaptar o edifício ao uso. Com o desenvolvimento tecnológico, muitos equipamentos, oficinas e laboratórios tornaram-se obsoletos, gerando espaços descaracterizados e ociosos. O edifício do

<sup>75</sup> Ver subitem "1.3.2 - Da construção da Fortaleza".

**Antigo Rancho (12)** encontra-se sem uso, assim como os edifícios da **Casa D'Armas (6)** e da **Antiga SDT (9)**, edificações que estão interditadas atualmente por causa dos riscos de desabamento das suas estruturas (Figura 146).



Figura 146: Mapa do uso efetivo atual sobre a planta de situação atual da Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

No século XX, a Carta de Atenas (1931) recomendou que o uso deveria adaptar-se ao edifício, mesma linha defendida por Brandi (2004) e pela Carta de Veneza (1964). Seguindo essa lógica de pensamento, a proposta consiste em readequar e reorganizar os espaços para a continuação dos usos atuais, atendendo às demandas das atividades de cartografia desenvolvidas no quartel e destinando usos compatíveis para os espaços subutilizados. Além do uso cartográfico atual, o projeto tem como objetivo impulsionar a visitação do monumento histórico transferindo o Museu Cartográfico do **Palácio Episcopal (1)** para uma Galeria Cartográfica a ser inserida na **Casa D'Armas (6)**. No espaço que ficaria vago, no Palácio, com a transferência do atual museu, seria inserido um Centro de Pesquisa Cartográfica, abrigando os mapas do acervo para consulta de pesquisadores, em consonância com a intenção de disponibilização do material para o público (Figura 147).

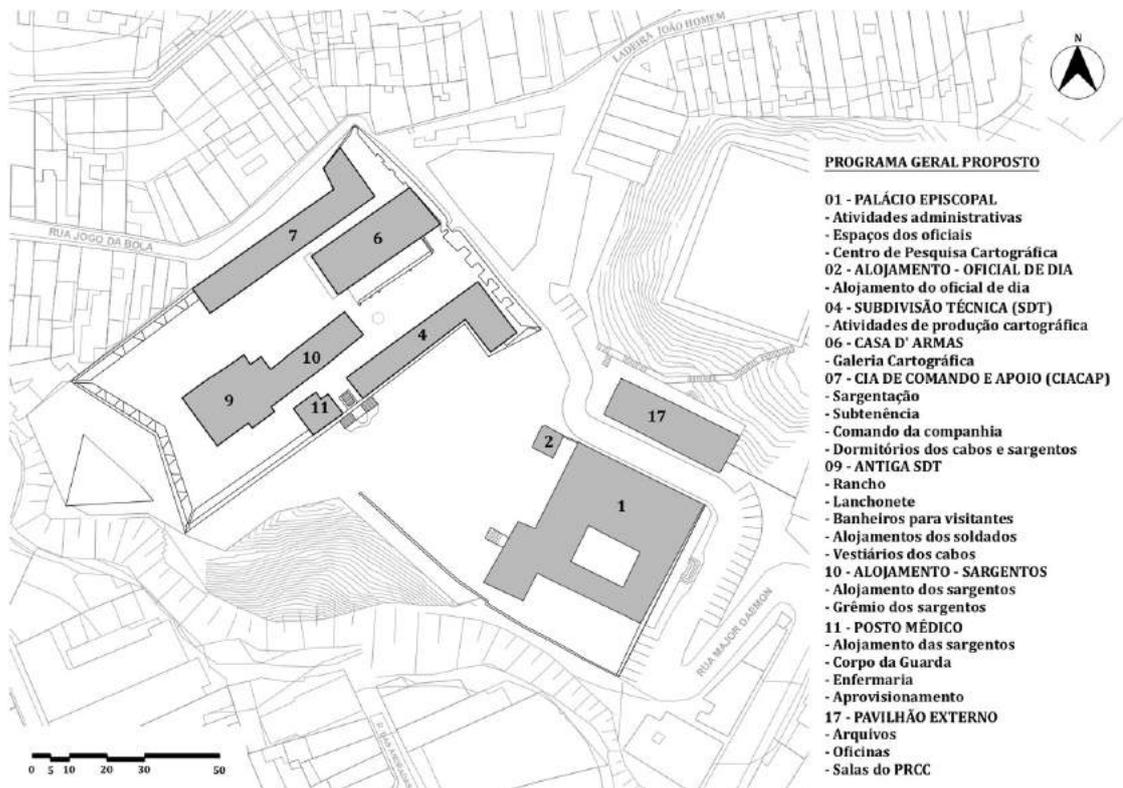


Figura 147: Mapa com o programa proposto sobre a planta de situação proposta para a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

### 3.1.5 - LIGAÇÃO ENTRE A BASE E O TOPO DO MORRO DA CONCEIÇÃO

Durante os trabalhos do proRIO, foi gerado um mapa de classificação do ambiente urbano com indicação dos pontos de interesse para fins de projeto, através de operações integradas (Figura 148). Dentro dessa classificação, os "projetos especiais" abrangem as áreas "de uso público potencial que atingem áreas privadas cuja localização, características paisagísticas e topográficas permitem a integração entre a base e o topo do Morro" (SIGAUD; PINHO, 2000, p. 69). A área **Campo de Futebol (18)**, por suas características, foi incluída nessa classificação.

## Mapa de Intenções



Figura 148: Mapa de intenções do Morro - proRIO, 2000. Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 69

Com a proposta de transformação do **Pátio (15)** em espaço público, foram identificados quatro pontos que se encaixariam nessa classificação e possibilitam a integração direta com a Fortaleza: o ponto **A** que possui acesso direto pela propriedade da fortificação, e os pontos **B**, **C** e **D** que passam por lotes privados (Figura 149).

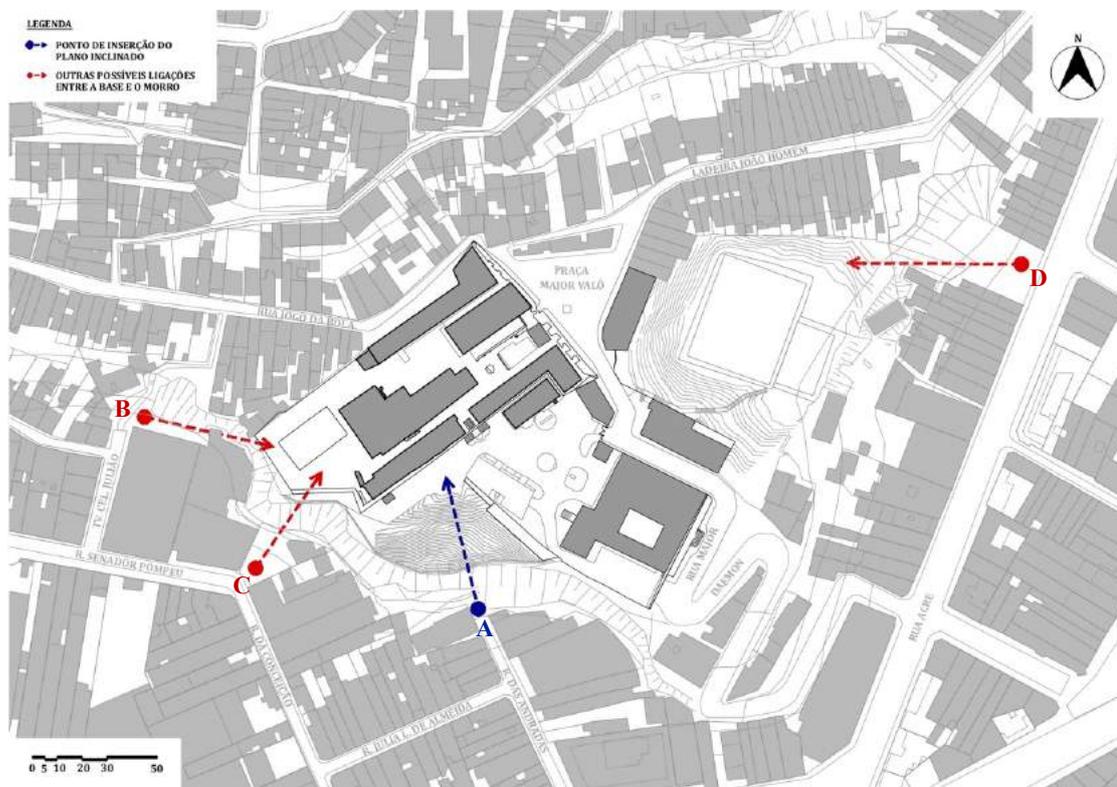


Figura 149: Mapa com os pontos que permitem a ligação entre o Morro da Conceição e sua base sobre a planta de situação atual da Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

O ponto **A**, com acesso pela Rua das Andradas, possibilita uma ligação direta com o **Pátio (15)** e foi o ponto considerado pelo projeto por se apresentar como a conexão mais direta, além de ser a opção menos burocrática, tendo em vista que a encosta a ser cortada pelo plano inclinado é de propriedade do Exército (Figura 150).



Figura 150: Fotografia da visada para o Pátio (15) a partir do ponto A. Fonte: COSTA/2017

Os outros três pontos são uma sugestão de acesso (Figura 151), mas não serão considerados nessa proposta. O ponto **B**, com acesso pela Travessa Coronel Julião e o ponto **C**, com acesso pela Rua Senador Pompeu, possibilitam a ligação com a **Área Aterrada (8)**; e o ponto **D**, com acesso pela Rua Acre, permite a ligação direta com o **Campo de futebol (18)**, sendo, inclusive, um dos pontos identificados no mapa do proRIO.



Figura 151: Fotografias com as visadas para a Área Aterrada (8) a partir dos pontos B e C, respectivamente, e da visada para o Campo de Futebol (18) a partir do ponto D. Fonte: COSTA/2017

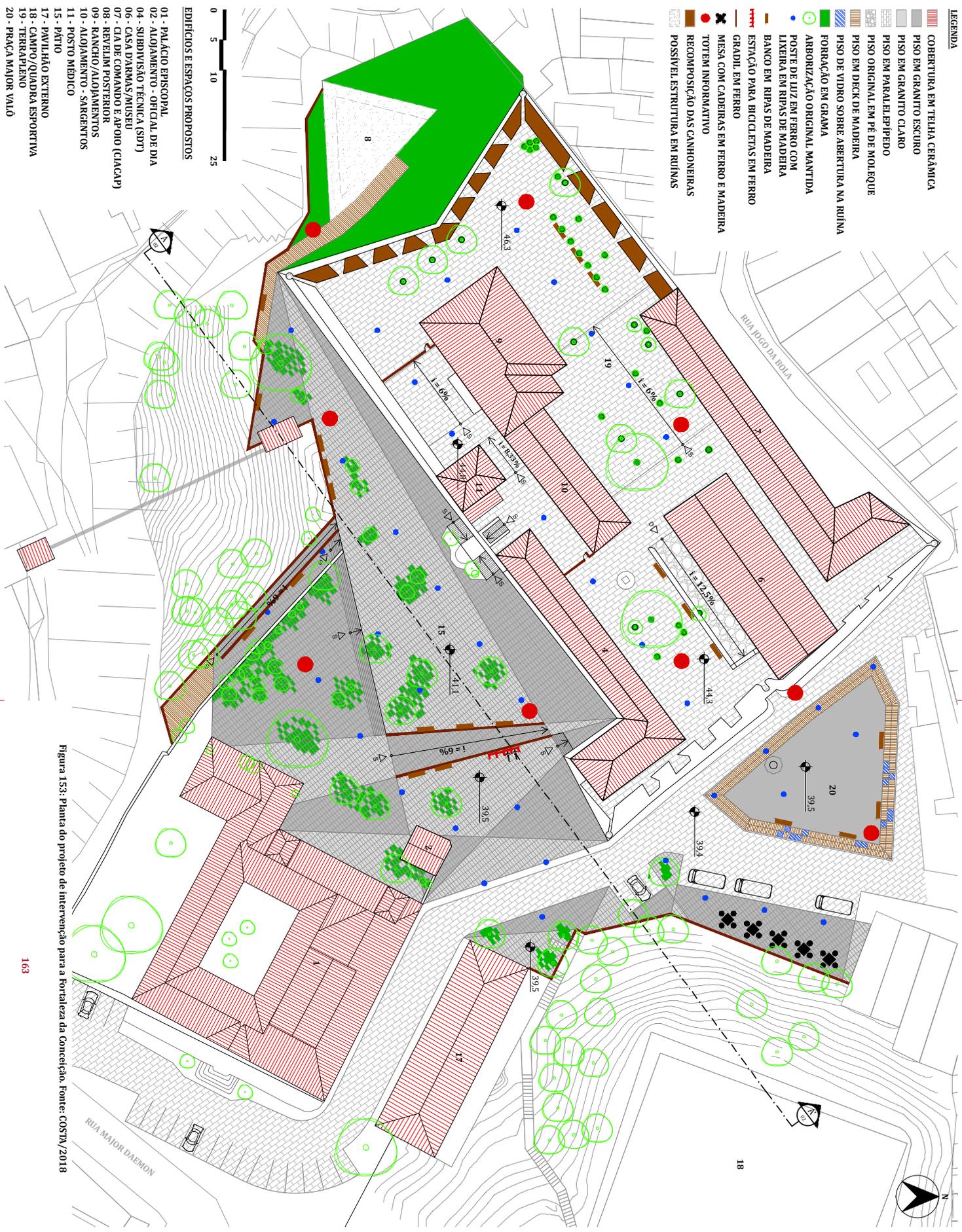
### 3.2 - O PROJETO DE INTERVENÇÃO PARA A FORTALEZA DA CONCEIÇÃO

Segundo Lyra, a maioria das experiências anteriores de destinação em fortificações de um uso voltado apenas para o caráter econômico não se mostrou eficiente (2005, p. 218). Por esse motivo, o projeto considerou a função social da intervenção e pretendeu atender, prioritariamente, às demandas locais. Resolver a questão da acessibilidade e dotar o morro de um novo espaço livre público foram prioridades da intervenção, em razão da carência da população em opções de lazer e mobilidade urbana (Figura 152).



Figura 152: Perspectiva geral do projeto de intervenção. Fonte: COSTA/2017

O resultado do projeto de intervenção contempla as propostas paisagísticas para o espaço livre da **Área Aterrada (8)**; do **Pátio (15)**, do **Terraplano (19)** e da **Praça Major Valô (20)**; além das propostas volumétricas para os edifícios do conjunto, considerando recomposições e demolições, sempre embasados pela pesquisa histórica e posturas teóricas sobre a preservação do patrimônio (Figura 153). A inserção do plano inclinado e a transformação do **Pátio (15)** em espaço livre público criam uma rota nova rota de acesso ao Morro da Conceição, que torna a Fortaleza da Conceição a protagonista desse novo espaço de circulação e permanência (Figura 154). Essa premissa de projeto constitui-se como o diferencial para a proposta do conjunto, tendo potencial para atrair, além da comunidade local, as pessoas do entorno imediato e turistas de forma geral.



**LEGENDA**

- COBERTURA EM TELHA CERÂMICA
- PISO EM GRANITO ESCURO
- PISO EM GRANITO CLARO
- PISO EM PARALELEPÍPEDO
- PISO ORIGINAL EM PÉ DE MOLEQUE
- PISO EM DECK DE MADEIRA
- PISO DE VIDRO SOBRE ABERTURA NA RUÍNA
- FORRAÇÃO EM GRAMA
- ARBORIZAÇÃO ORIGINAL MANTIDA
- POSTE DE LUZ EM FERRO COM LIXEIRA EM RIPAS DE MADEIRA
- BANCO EM RIPAS DE MADEIRA
- ESTAÇÃO PARA BICICLETAS EM FERRO
- GRADIL EM FERRO
- MESA COM CADERAS EM FERRO E MADEIRA
- TOTEM INFORMATIVO
- RECOMPOSIÇÃO DAS CANNONEIRAS
- POSSÍVEL ESTRUTURA EM RUÍNAS

**EDIFÍCIOS E ESPAÇOS PROPOSTOS**

- 01 - PALÁCIO EPISCOPAL
- 02 - ALOJAMENTO - OFICIAL DE DIA
- 04 - SUBDIVISÃO TÉCNICA (SDT)
- 06 - CASA DARMAS/MISEU
- 07 - CIA DE COMANDO E APOIO (CIACAP)
- 08 - REVELIM POSTERIOR
- 09 - RANCHO/ALOJAMENTOS
- 10 - ALOJAMENTO - SARGENTOS
- 11 - POSTO MÉDICO
- 15 - PÁTIO
- 17 - PAVILÃO EXTERNO
- 18 - CAMPO/QUADRA ESPORTIVA
- 19 - TERRAPLENO
- 20 - PRAÇA MAIOR VALÓ



Figura 153: Planta do projeto de intervenção para a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2018



**EDIFÍCIOS E ESPAÇOS PROPOSTOS**

- 04 - SUBDIVISÃO TÉCNICA (SDT)
- 09 - RANCHO/AJOJAMENTOS
- 10 - AJOJAMENTO - SARGENTOS
- 11 - POSTO MÉDICO

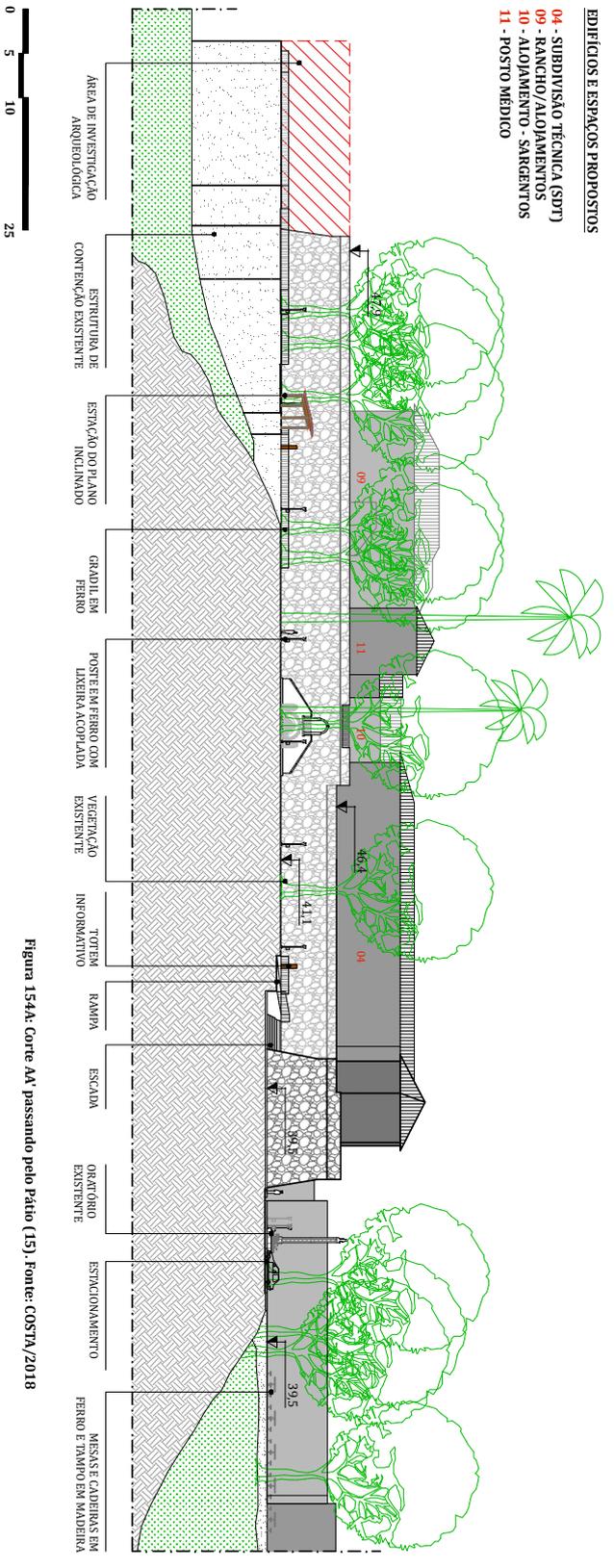


Figura 154A: Corte A-A' passando pelo Pátio (15). Fonte: COSTA/2018

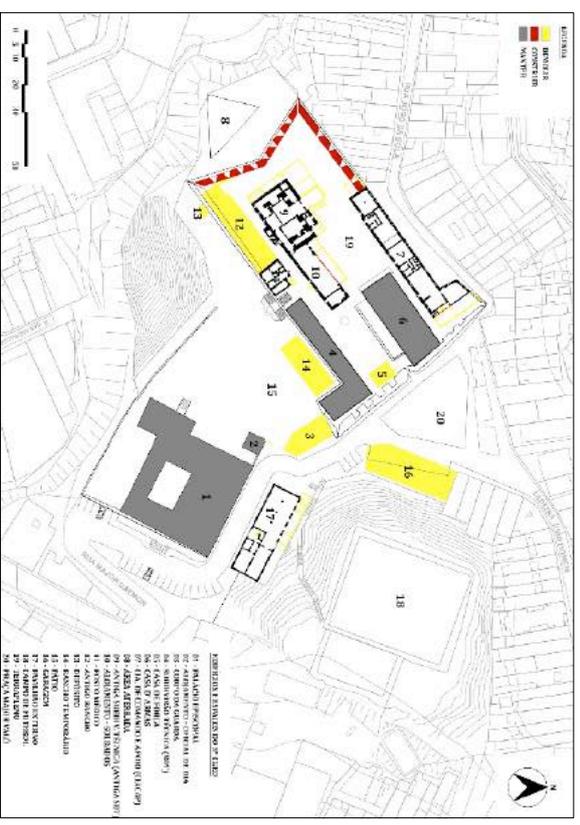


Figura: Proposta de demolir e construir para a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2018



### 3.2.1 - VOLUMETRIA

O resultado da volumetria do projeto proporciona que os elementos constituintes da tipologia arquitetônica da Fortaleza da Conceição ganhem destaque. A demolição das edificações permitiu revelar o perímetro fortificado, recriando pontos de visadas históricas que foram perdidas ao longo do tempo. Além disso, a retirada do aterro devolve o perímetro original da fortificação, ao mesmo tempo que permite revelar um importante vestígio histórico de formação da cidade (Figura 155).

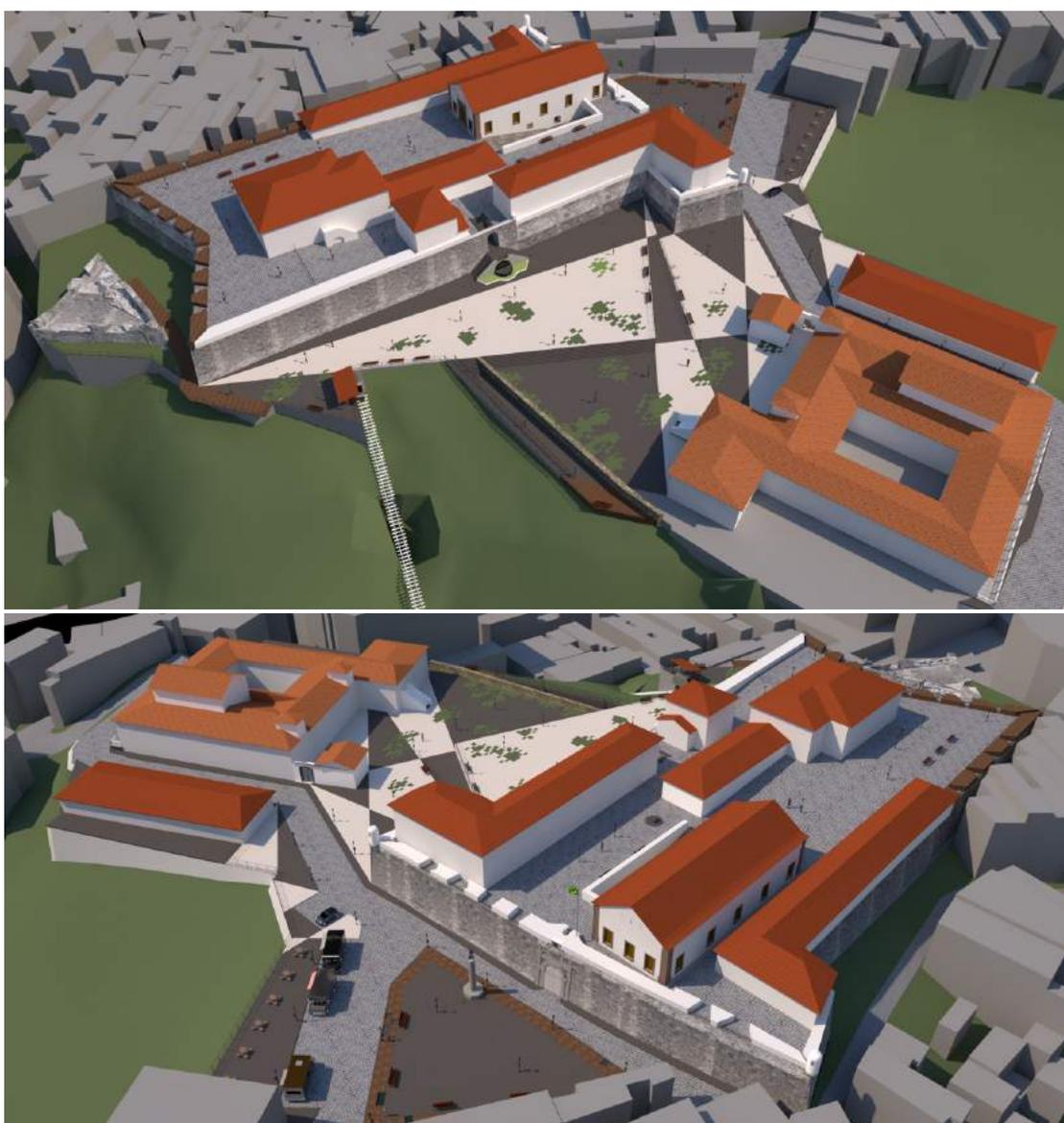


Figura 155: Imagens da volumetria proposta para o conjunto arquitetônico da Fortaleza da Conceição (representação sem as árvores). Fonte: COSTA/2017

### 3.2.2 - REFERÊNCIAS PROJETUAIS

Com a premissa de manter as árvores existentes, a ideia para incorporá-las ao paisagismo seguiu como referência a paginação executada no piso da Praça Mauá durante as obras do Porto Maravilha. Tal como acontece no exemplo da praça, para cada gola de árvore existente no **Pátio (15)**, a presente proposta mesclou o mesmo padrão de piso em pedra com grama, criando um jogo de cheios e vazios que se espalha organicamente pela paginação (Figura 156).



Figura 156: Referência da paginação com piso em pedra e grama - Praça Mauá; e proposta para o piso do Pátio (15). Fonte: Felipe Fittipaldi, Veja Rio/2016 e COSTA/2018

Previendo a possibilidade de serem encontrados vestígios arqueológicos do antigo revelim frontal na **Praça Major Valô (20)**, a proposta considerou trechos de abertura no piso, protegidos por vidro. A medida possibilita que as possíveis antigas estruturas sejam apreciadas por quem passa pela praça, revelando a história ali enterrada. Um exemplo desse tratamento pode ser observado na Igreja de Santo Antônio do Pobres, bem cultural situado no centro do Rio de Janeiro (Figura 157).

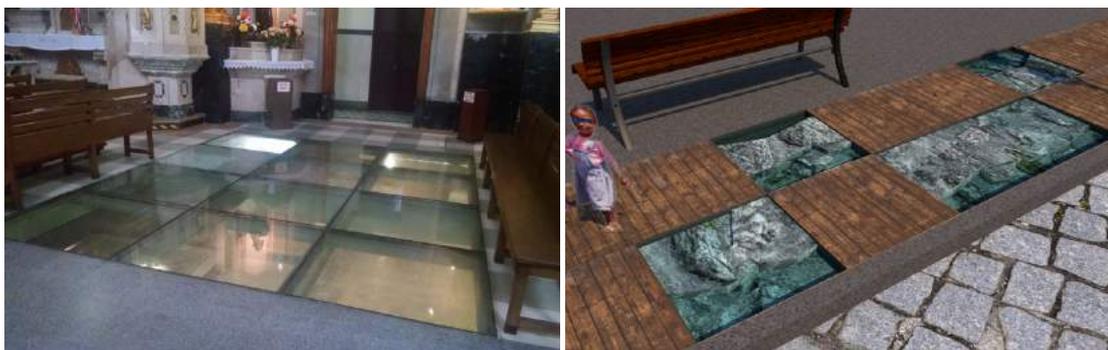


Figura 157: Fotografia da referência do piso em vidro para visualização dos vestígios arqueológicos - Igreja de Santo Antônio do Pobres; e proposta para o piso da Praça Major Valô (20). Fonte: COSTA/2015 e COSTA/2018

### 3.2.3 - MOBILIÁRIO PROPOSTO

Todo o mobiliário inserido nos espaços livres segue o mesmo padrão, tendo como referência a linguagem utilizada no Castillo San Felipe de Barajas<sup>76</sup>, com o uso de ferro e madeira. Dentro do contexto de uma fortificação, esses materiais são uma opção harmônica, mas cada desenho proposto permite atestar a marca de tempo da intervenção nova.

A proposta para os bancos em ripas de madeira com estrutura em ferro busca remeter à ambiência proporcionada pelos bancos de praças antigos, do início do século XIX, mas com um *design* limpo, possível de ser identificado como um elemento contemporâneo (Figura 158).

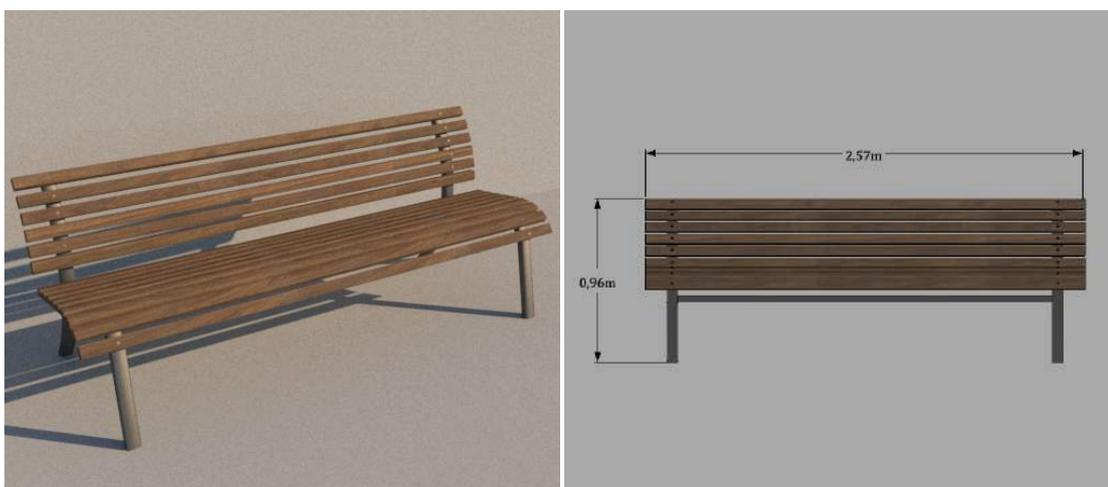
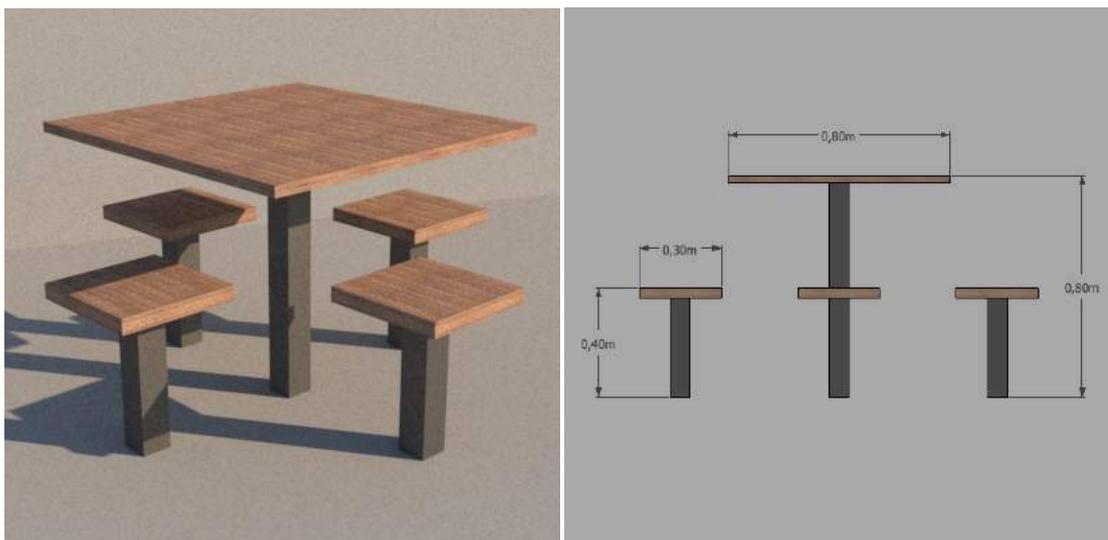


Figura 158: Imagens com a proposta para os bancos em ripas de madeira com estrutura em ferro. Fonte: COSTA/2018

Seguindo a mesma lógica projetual, as mesas e bancos propostos para a Praça Major Valô também apresentam estrutura em ferro e tampos em madeira (Figura 159).

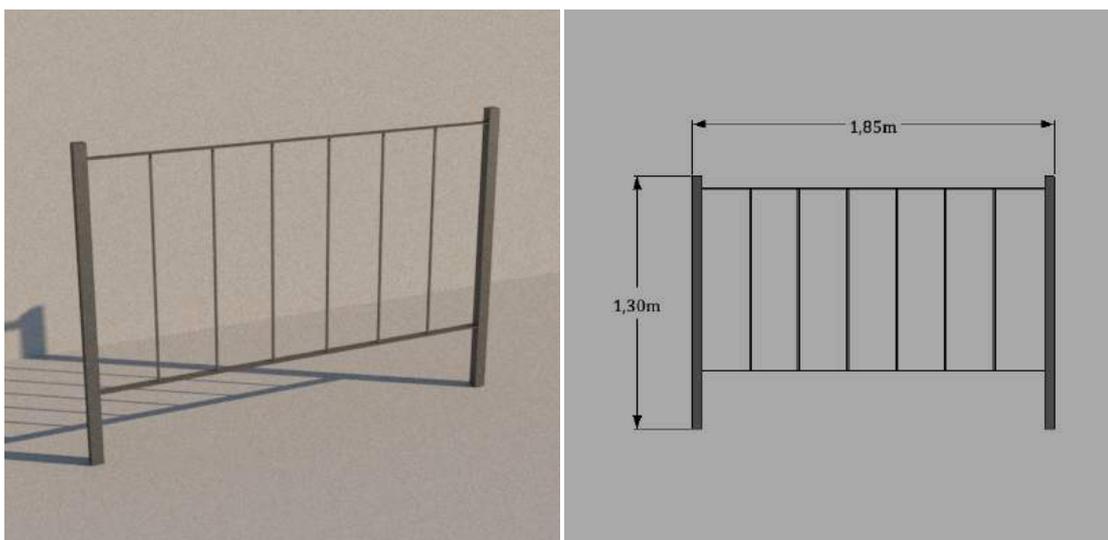
---

<sup>76</sup> Ver subitem "2.3.3 - Castillo San Felipe de Barajas - Cartagena das Índias".



**Figura 159: Imagens com a proposta para as mesas com estrutura em ferro e tampo em madeira. Fonte: COSTA/2018**

Também utilizando o ferro como material, os guardacorpos apresentam um desenho simples, com o objetivo de não se destacarem na composição paisagística que tem a fortificação como protagonista (Figura 160).



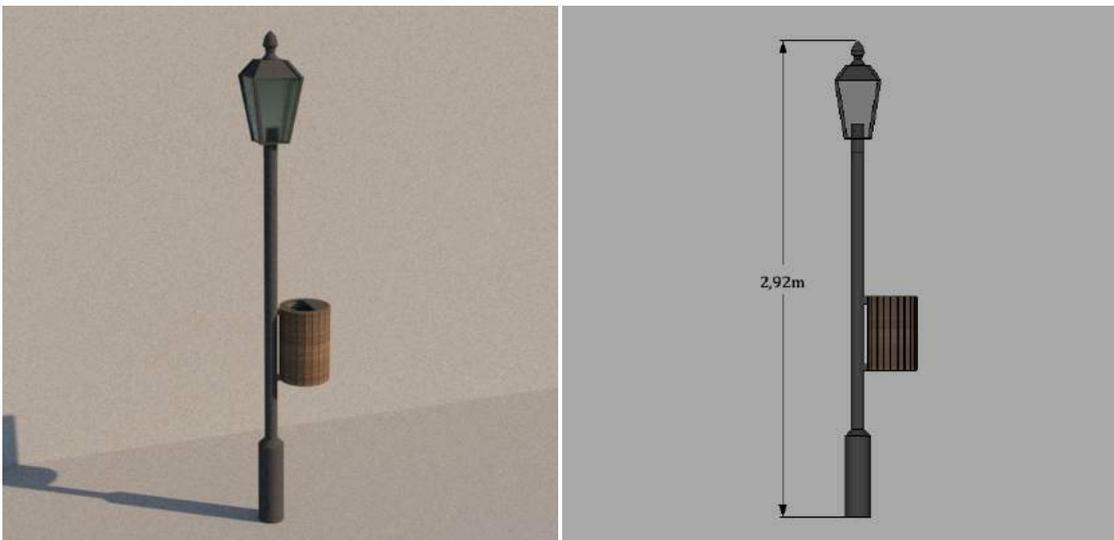
**Figura 160: Imagens com a proposta os guardacorpos em ferro. Fonte: COSTA/2018**

A pesquisa iconográfica permitiu identificar o padrão de luminária utilizado no período de instalação do SGM. Conforme duas imagens da década de 1920, as luminárias possuíam um padrão baixo, com uma altura aproximada que não supera 3m (Figura 161).



**Figura 161: Fotografias do período de instalação do antigo SGM, onde é possível identificar o padrão das luminárias - c. 1920. Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2018)**

Dessa forma, a proposta para as luminárias de todos os espaços livres segue esse padrão, mas com um desenho mais limpo, sem os detalhes característicos das luminárias da época. As lixeiras acopladas seguem o padrão dos bancos propostos, com estrutura em ferro e acabamento em ripas de madeira. A composição tem como objetivo que as luminárias sejam identificadas como uma intervenção atual, e não uma cópia do que existiu no passado. (Figura 162).



**Figura 162: Imagens com a proposta para as luminárias em ferro e lixeiras acopladas em ferro e ripas de madeiras. Fonte: COSTA/2018**

Seguindo a mesma linguagem das demais peças propostas para o mobiliário, os totens para sinalização turística apresentam uma composição com estrutura em ferro, ripas de madeira como base e painel informativo em madeira bruta. A identidade visual contempla que sejam especificados o nome do ponto histórico, a posição dentro do conjunto, e a disponibilização de informações iconográficas e texto histórico (Figura 163).

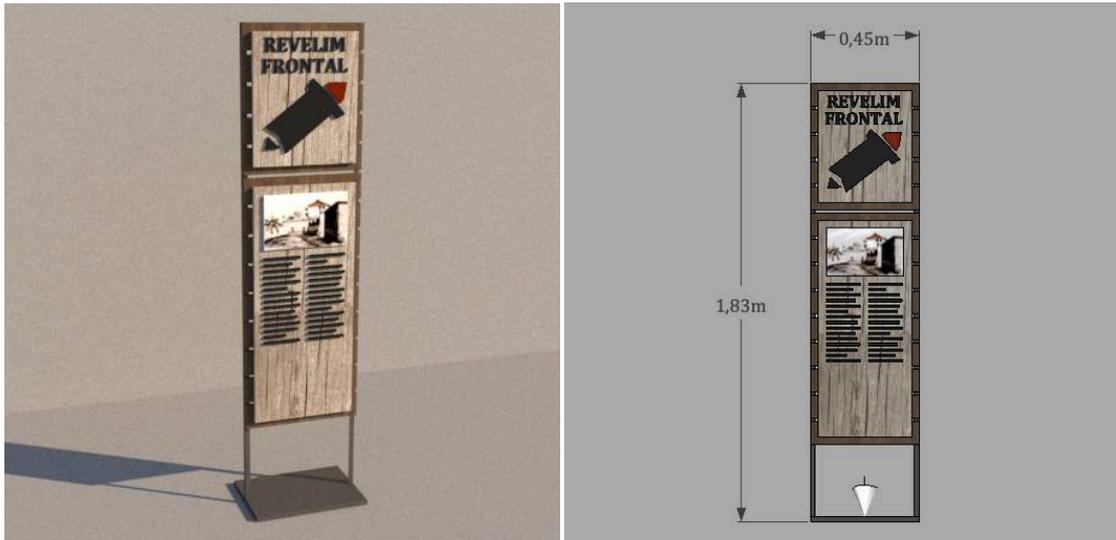


Figura 163: Imagens com a proposta para totens de sinalização turística em estrutura de ferro, ripas de madeira e painel em madeira bruta. Fonte: COSTA/2018

O projeto paisagístico prevê a instalação de um bicicletário no **Pátio (15)**, seguindo a tendência de incentivo ao uso da bicicleta como meio de transporte, costume praticado por muitos moradores locais. Com estrutura em ferro, o desenho também segue uma linguagem simples e compatível com a proposta para os guardacorpos, de forma que não se destaque na composição paisagística (Figura 164).

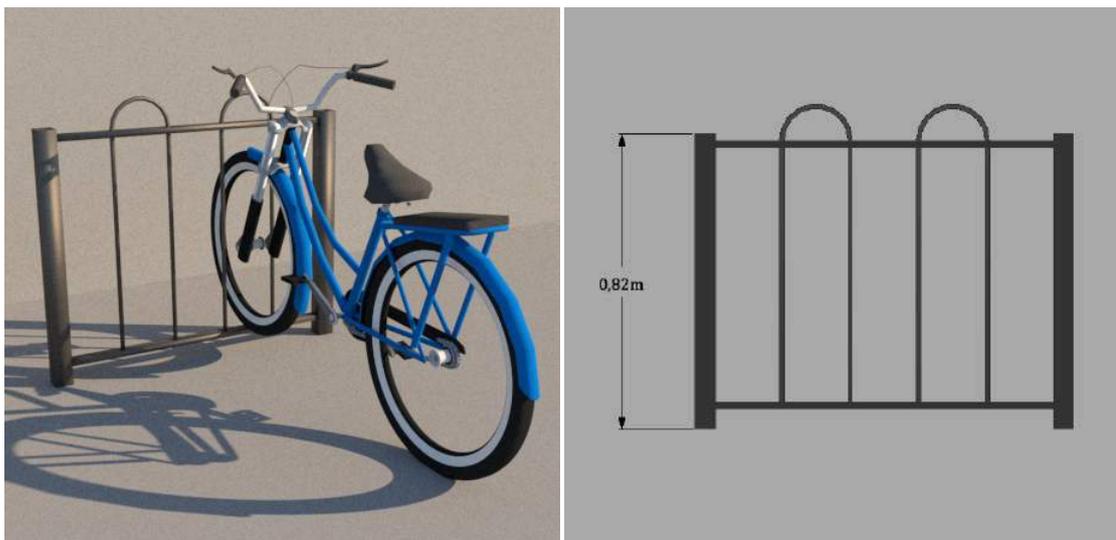


Figura 164: Imagens com a proposta para o módulo do bicicletário em ferro. Fonte: COSTA/2018

### 3.2.4 - PROPOSTA DE PERCURSO TURÍSTICO

Partindo da possibilidade da rota direta por meio do plano inclinado, e considerando uma sinalização turística, o presente projeto indica um percurso turístico público nos espaços livres do **Pátio (15)** e da **Praça Major Valô (20)**; e um percurso controlado por todo o **Terraplano (19)**, de forma que os principais pontos de interesse histórico tenham a visita permitida. Essa situação acontece, por exemplo, na Fortaleza de Santa Cruz da Barra, que é um ponto turístico de grande visitação ao mesmo tempo que exerce as funções restritas de um quartel militar do Exército Brasileiro (Figura 165).

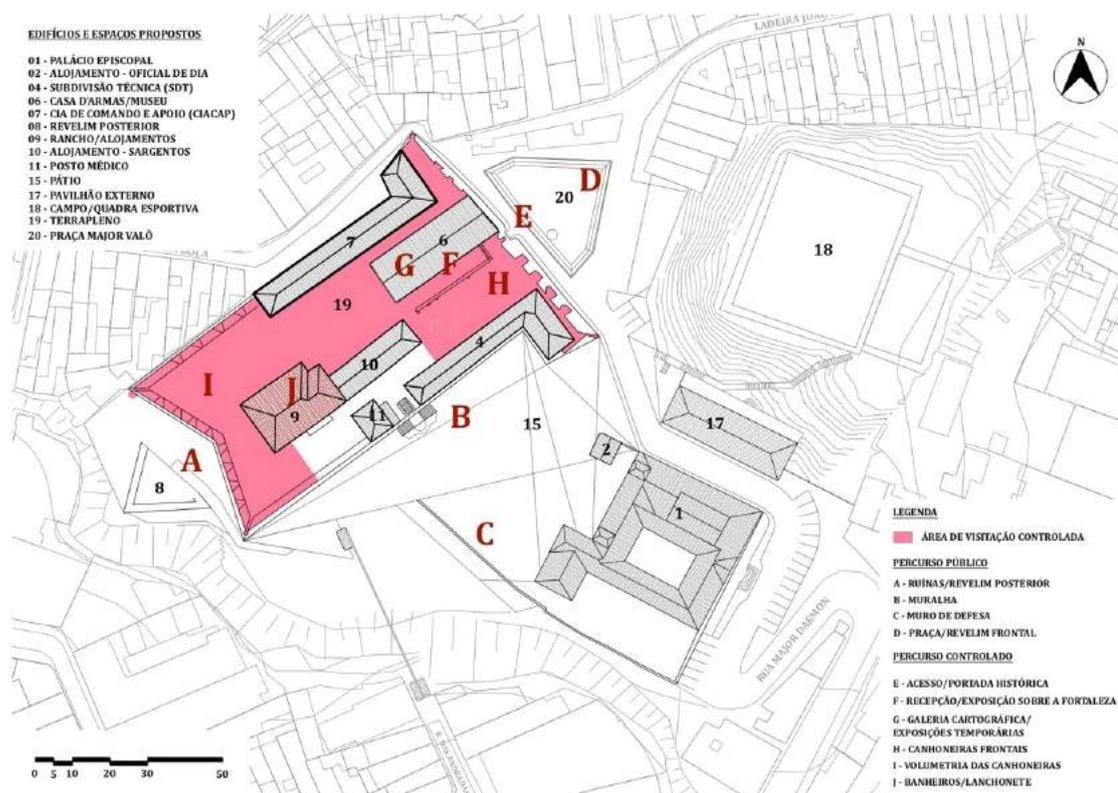


Figura 165: Mapa com o percurso turístico proposto sobre a planta de situação proposta para a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

A proposta para o percurso turístico público inicia-se na área arqueológica com as prováveis ruínas do antigo revelim posterior (A). A ideia para este local é manter a ruína em evidência, destacando-se em uma área gramada, com possibilidade de acesso por meio de um deck em madeira. Assim como nos pontos seguintes, a presença do totem de sinalização é importante para a divulgação e promoção do patrimônio em questão, que se apresenta como um dos principais objetivos deste trabalho (Figura 166).



Figura 166: Perspectiva da possível área de ruínas do antigo revelim posterior - Ponto (A). Fonte: COSTA/2017

Na sequência do percurso público, o visitante recebe informações sobre o perímetro fortificado (B), importante elemento da tipologia arquitetônica militar, revelado através da proposta volumétrica para o conjunto (Figura 167).



Figura 167: Perspectiva da cortina lateral da Fortaleza da Conceição - Ponto (B). Fonte: COSTA/2017

No **Pátio (15)**, situa-se o muro de defesa que consta na planta da cidade de 1713. Atualmente, esse elemento histórico não possui a divulgação merecida, permanecendo desconhecido pela maioria da população. No contexto do percurso turístico proposto e da

própria intervenção, o Muro de Defesa torna-se um elemento de destaque com a criação da nova rota de acesso ao morro (C), com a instalação do plano inclinado (Figura 168).



**Figura 168: Perspectiva do antigo Muro de Defesa da cidade - Ponto (C). Fonte: COSTA/2017**

Por fim, o percurso turístico público chega à nova Praça Major Valô, com um desenho que reproduz a projeção do antigo revelim frontal (D). A previsão de aberturas para visualização das possíveis ruínas arqueológicas também se constitui como um fator de promoção e divulgação da história do monumento (Figura 169).



**Figura 169: Perspectiva da nova Praça Major Valô, com o piso reproduzindo a projeção do revelim e ponto de abertura para visualização dos vestígios arqueológicos - Ponto (D). Fonte: COSTA/2017**

O percurso turístico controlado considera a transferência do acesso principal para a portada histórica (E). Além de reestabelecer o acesso original da fortificação, a medida resolve a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ao interior do **Terrapleno (19)**, pois esse acesso conta com uma rampa.

Após acessar a fortificação, o visitante seria conduzido ao subsolo da **Casa D'Armas (6)**, onde seria localizada a recepção aos visitantes, com uma maquete física da Fortaleza (F). A existência de uma maquete, não somente em fortificações, costuma atrair a atenção do público e facilita o entendimento do local visitado. O subsolo possui, ainda, uma masmorra, onde três participantes da Inconfidência ficaram presos<sup>77</sup>, e uma sala, onde é previsto um espaço para exposição de elementos que contem o histórico da Fortaleza (Figura 170).



**Figura 170: Perspectiva do subsolo da Casa D'Armas (6), com a recepção à fortificação, uma maquete física e salas para exposição do histórico da fortificação - Ponto (F). Fonte: COSTA/2017**

Em seguida, no pavimento térreo, o visitante teria acesso à galeria de exposições, com a disponibilização do acervo cartográfico existente (G). De todo o conjunto arquitetônico da Fortaleza, a **Casa D'Armas (6)** é a edificação que mais conservou seu aspecto original externo, mantendo as características originais da arquitetura colonial, sendo o local mais atrativo para a instalação do uso cultural (Figura 171).

---

<sup>77</sup> Ver subitem "1.3.2 - Da construção da Fortaleza à Fábrica de Armas".



**Figura 171: Perspectiva da Casa D'Armas - Ponto (G). Fonte: COSTA/2017**

A visita segue em direção à parte frontal do terraplano, com a vista para a Baía de Guanabara e o mastro com a bandeira nacional (H). Daquele ponto, prossegue para a parte posterior da Fortaleza, na área com a recomposição volumétrica das antigas canhoneiras (I). Essa intervenção foi executada em razão da necessidade de proteção por meio de guardacorpo, por causa da retirada do aterro do local (Figura 172). Por fim, de acordo com a proposta, toda a parte de apoio aos visitantes (banheiros, bebedouros e uma nova lanchonete) foi realocada para o edifício do novo Rancho (J).



**Figura 172: Perspectiva da área de recomposição volumétrica das antigas canhoneiras - Ponto (H). Fonte: COSTA/2017**

### 3.3 - PROPOSTAS PAISAGÍSTICAS PARA OS ESPAÇOS LIVRES

Vera Tângari<sup>78</sup> (2005) define que os espaços livres são "pregnantes" das transformações culturais da sociedade, ou seja, absorvem as camadas de tempo e guardam as diferentes fases de mutação da paisagem urbana, como é o caso dos espaços livres aqui tratados. A Fortaleza é um complexo patrimonial que se constitui como um marco arquitetônico na paisagem que, com sua escala de ocupação monumental, destaca-se no tecido urbano. Com o intuito de suprir a carência de espaços de lazer do morro, foram elaboradas diretrizes para os espaços livres do 5º CGEO e para a praça pública. Os espaços foram inseridos em três setores, em razão das características distintas de cada um (Figura 173). O setor 1, como espaço livre público, possui características de integração, circulação e permanência; o setor 2 possui grande valor histórico e o setor 3 se configura como um ponto estratégico para o contexto do Morro da Conceição.

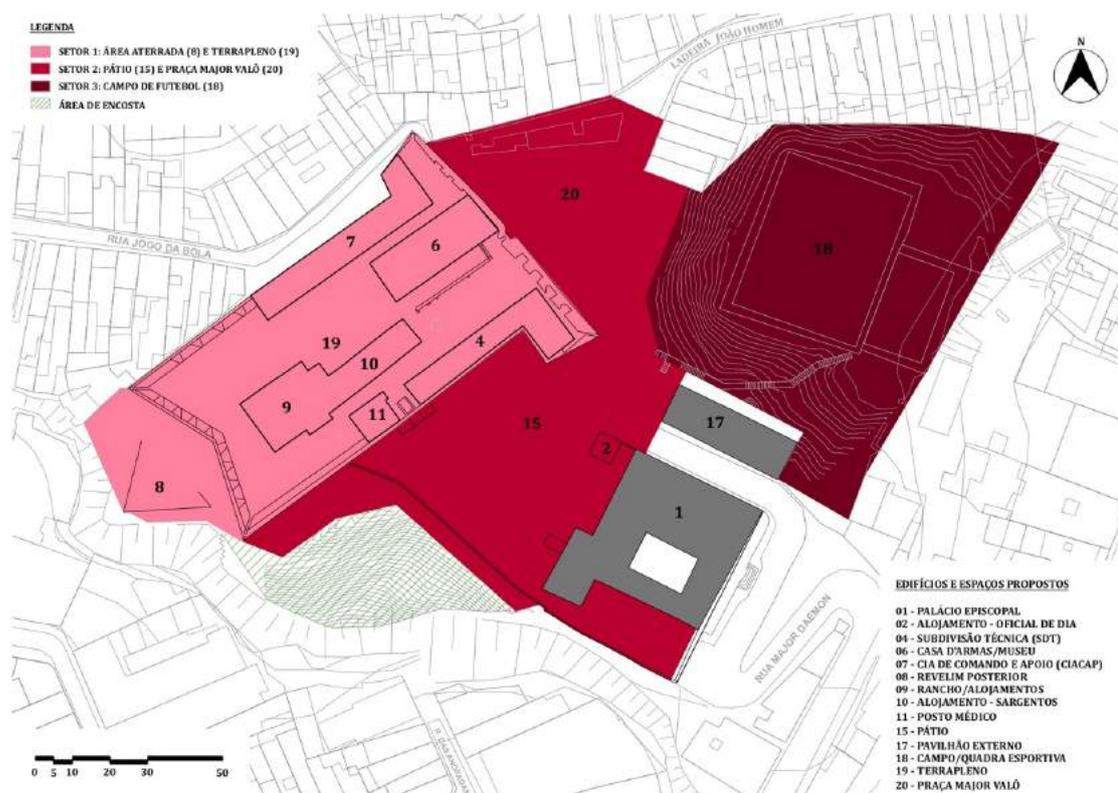


Figura 173: Mapa de setorização dos espaços livres adjacentes sobre a planta de situação proposta para a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

<sup>78</sup> Vera Tângari (1958-) é uma arquiteta brasileira com experiência no campo do paisagismo e desenho urbano.

O **setor 1** compreende a **Área Aterrada (8)** e o **Terrapleno (19)**, cuja proposta determina a remoção do aterro executado e a reconfiguração do perímetro original da Fortaleza. O **setor 2** compreende o **Pátio (15)** e a **Praça Major Valô (20)**, cuja proposta inclui a abertura do Pátio como um espaço livre público, relacionando os agentes de transformação e analisando suas características dicotômicas de forma comparativa. O **setor 3** compreende o espaço do **Campo de Futebol (18)**, cuja relevância da proposta tem caráter social, propondo que o espaço seja aberto aos fins de semana para lazer dos moradores e indicando seu espaço com um ponto estratégico para a comunidade do Morro da Conceição.

Como linha de atuação geral para todos os espaços, a proposta considera preservar a vegetação original de cada espaço. Para as áreas de ruínas do muro de defesa e das possíveis descobertas nas áreas dos revelins posterior e frontal, a proposta considera seu valor de antiguidade, permitindo que as ruínas possam ser reveladas e apreciadas como tal, sem pretender recuperar ou restaurar sua arquitetura original, conforme a teoria de Ruskin.

### 3.3.1 - ÁREA ATERRADA (8) E TERRAPLENO (19)

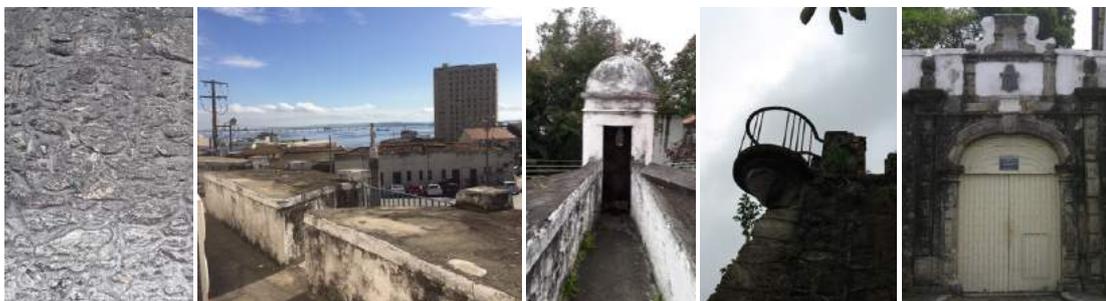
Esses dois espaços, embora tenham localização unida (Figura 174), representam momentos distintos. O perímetro fortificado original do **Terrapleno (19)** remonta à construção da Fortaleza, a partir de 1713 (ver Figura 45). A **Área Aterrada (8)**, no entanto, aparece representada no levantamento da Fortaleza da Conceição, de 1916 (ver Figura 67).



Figura 174: Esquema de localização dos espaços livres do setor 1, com indicação das visadas das imagens seguintes. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

O **Terrapleno (19)** abriga, atualmente, oito das quinze edificações do conjunto. Considera-se, nesta análise, além dos espaços livres dessa antiga praça de armas, todo o

perímetro fortificado e seus elementos constituintes, tais como: canhoneiras, guaritas e a portada histórica (Figura 175).



**Figura 175: Fotografias da textura da muralha, das canhoneiras, de uma das duas guaritas preservadas, da base de uma guarita que não mais existe e da portada histórica. Fonte: COSTA/2017**

A portada histórica da Fortaleza apresenta as características originais, entretanto, não é utilizada como acesso atualmente e sua conservação apresenta sinais de degradação, que atrapalham seu funcionamento. De forma geral, a pavimentação do terrapleno encontra-se descaracterizada e desnivelada (Figura 176). Possui trechos com a pavimentação original, em pé-de-moleque, e trechos em paralelepípedo, material já instalado no período do seu tombamento (ver Figura 76). De forma geral, apresenta intervenções inadequadas, com trechos cimentados.



**Figura 176: Fotografias da portada histórica e do piso em pé-de-moleque da rampa de acesso à Fortaleza da Conceição. Fonte: Nayara Gevú/2017**

Originalmente, a Fortaleza possuía canhoneiras frontais, posteriores e na lateral noroeste, voltada para a Baía de Guanabara (ver Figura 53); além de uma guarita em cada um dos seus quatro ângulos principais (ver Figura 49). Todas as canhoneiras e uma das guaritas do trecho posterior foram removidas há, pelo menos, cem anos, conforme o levantamento de 1916. A outra guarita posterior não existe, mas sua base ainda se mantém preservada. As guaritas

frontais apresentam as características originais, mas o aspecto das canhoneiras foi alterado com a inserção de grades e estruturas de acabamentos em suas bocas de saída (Figura 177).



Figura 177: Fotografia da uma das guaritas e uma das canhoneiras; e ilustração de Francis Garat, 1860, com a mesma visada. Fonte: Nayara Gevú/2017 (adaptado por COSTA/2017) e Acervo 5º CGEO

A **Área Aterrada (8)** abriga uma quadra esportiva e, sobre a projeção do ângulo do antigo revelim, um observatório astronômico em ruínas (Figura 178), datado entre 1935 e 1953, pois a edificação aparece representada na cadastral de 1953 (ver Figura 81).



Figura 178: Fotografia do local original do revelim posterior, com o observatório astronômico em ruínas; e fotografia antiga do observatório, c. 19\_\_. Fonte: Nayara Gevú/2017 e Acervo 5º CGEO

Atualmente, todo o espaço da **Área Aterrada (8)** é subutilizado, inclusive a quadra esportiva, pois o local rente à encosta não favorece atividades esportivas com bola (Figura 179).



**Figura 179: Fotografias da quadra esportiva e do trecho em ruínas da Área Aterrada (8). Fonte: Nayara Gevú/2017**

A **Área Aterrada (8)** constitui-se como uma das intervenções que causaram mais danos à paisagem da fortificação, pois alterou seu perímetro fortificado original e aterrou seu revelim posterior, elementos de valor fundamental para a arquitetura militar colonial. Para o local, é prevista a transferência da quadra esportiva para o setor 3 (ver Figura 140) e a remoção do aterro, a fim de revelar as possíveis ruínas do antigo revelim. A proposta não inclui a reconstrução das guaritas posteriores, que foram removidas há pelo menos 100 anos. Entretanto, prevê o resgate da volumetria das canhoneiras com uma linguagem atual<sup>79</sup>, cujo material se destaca da composição original e ostenta a marca do tempo, conforme a recomendação do artigo 9º da Carta de Veneza (Figura 180).

---

<sup>79</sup> Ver subitem "3.1.2 - Recomposição da volumetria".



**Figura 180: Perspectiva da proposta para a Área Aterrada (8), com a previsão da ruína do revelim posterior.**  
Fonte: COSTA/2017

Em consonância com o artigo 9º da Carta de Veneza (1964), a proposta indica que para todo o trecho do piso do **Terrapleno (19)** o acompanhamento arqueológico é necessário, a fim de localizar pontos com pavimentação original, que devem ser recuperados, sempre que possível. Nos demais trechos, é proposta a pavimentação em paralelepípedo, cujo material faz parte da paisagem da fortaleza, pelo menos, desde o início do século XX e sua técnica aparece replicada em todo o Morro da Conceição. Em relação à volumetria, o **Terrapleno (19)** passaria a abrigar cinco edificações após a demolição dos acréscimos espúrios do **CIACAP (7)**, **Antiga SDT (9)**, **Alojamento - Soldados (10)** e **Posto Médico (11)**; e da completa demolição da **Casa de Força (5)** e do **Antigo Rancho (12)** (Figura 181).



Figura 181: Perspectiva da proposta para o Terrapleno (19). Fonte: COSTA/2017

### 3.3.2 - PÁTIO (15) E PRAÇA MAJOR VALÔ (20)

Embora estejam próximos (Figura 182), os dois espaços não se relacionam. O **Pátio (15)** era um terreno pertencente ao **Palácio Episcopal (1)** até a década de 1920. A **Praça Major Valô (20)**, conforme a iconografia indica, tem sua configuração triangular formada em razão da existência do antigo revelim frontal.

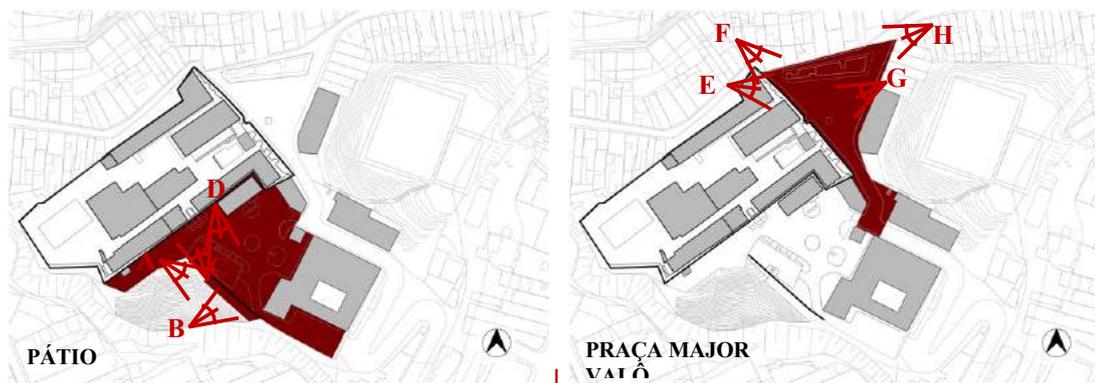


Figura 182: Esquema de localização dos espaços livres do setor 2, com indicação das visadas das imagens seguintes. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

O espaço do **Pátio (15)**, ao longo dos anos, teve o acréscimo de quatro edifícios: **Alojamento - Oficial de dia (2)**, **Corpo da Guarda (3)**, **Depósito (13)** e **Rancho Temporário (14)**. Em sua parte posterior, estão situados os remanescentes do antigo muro de defesa da

cidade. A estrutura histórica apresenta um acréscimo com data de execução desconhecida, podendo ser visualmente identificado (Figura 183).



Figura 183: Fotografias do muro projetado por Massé, com indicação dos trechos original e de acréscimo; e a diferença entre as técnicas construtivas. Fonte: COSTA/2017

O espaço cumpre, atualmente, a função de interlocução entre o **Palácio Episcopal (1)** e o **Terrapleno (19)** da Fortaleza da Conceição, através de uma escada que é representada a partir da planta cadastral de 1953 (ver Figura 81). Possui remanescentes de um antigo posto de combustíveis em processo de deterioração, um pátio de formatura para solenidades dos militares, e variadas espécies vegetais que formam uma massa densa (Figura 184).



Figura 184: Fotografias da escada de acesso ao Terrapleno (19) e da massa arbórea existente. Fonte: COSTA/2017

A **Praça Major Valô (20)** é um dos espaços livres públicos mais importantes do Morro da Conceição. Abriga o oratório em homenagem a Nossa Senhora da Conceição e é ponto de celebrações esporádicas da comunidade. Atualmente funciona, prioritariamente, como estacionamento de veículos (Figura 185).



Figura 185: Fotografias da Praça Major Valô (2), com a presença de veículos estacionados em seu perímetro. Fonte: COSTA/2017

Originalmente localizado na praça, é possível que remanescentes estruturais do revelim frontal também estejam aterrados, sendo indicada a pesquisa arqueológica nesse ponto (ver Figura 140). A partir da planta cadastral de 1935 (ver Figura 73), verifica-se um loteamento dentro do perímetro triangular da praça, que se mantém até os dias atuais (Figura 186).



Figura 186: Fotos atuais da Praça Major Valô, com a cortina frontal e a indicação do loteamento verificado na planta de 1935. Fonte: COSTA/2017

Os espaços livres apresentam características dicotômicas: enquanto a **Praça Major Valô (20)** é um espaço de circulação, uso público, transitoriedade, e sem vegetação; o **Pátio (15)** é um espaço privado, uso institucional, de permanência e com vegetação densa (Quadro 10).

Quadro 10: Análise da relação entre o Pátio (15) e a Praça Major Valô (20). Fonte: COSTA/2017

| ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL |  |  |  |
|---|--|--|--|
| CLASSIFICAÇÃO   | PRAÇA MAJOR VALÔ (20)  | PÁTIO (15)   |  |
| Nível hierárquico   | Vizinhança   | Urbano   |  |
| Tipo  | Ruas e praça pública   | Praça interna de uso institucional   |  |
| Função  | Circulação/ transitoriedade  | Permanência/continuidade   |  |
| Programa atual  | Estacionamento, circulação   | Pátio de formatura, espaços de permanência, acesso, estacionamento, circulação   |  |
| Relação funcional   | Forte relação com o entorno; praça aberta com visadas livres   | Forte relação com o entorno; espaço livre de integração  |  |
| Relação formal  | O desenho atual (sem vegetação e com mobiliário insuficiente) favorece o uso da praça como estacionamento; espaço de trânsito de veículo e pessoas | O desenho atual (com muita vegetação) favorece o caráter de permanência; cumpre sua função de integração dos bens culturais  |  |
| Tratamento  | Vegetação  | Sem vegetação  | Grande quantidade  |
|   | Pavimentação   | Paralelepípedo (padrão do morro)   | Paralelepípedo (padrão do morro)   |
|   | Equipamentos e mobiliário  | Os postes de luz e sinalização são basicamente os únicos elementos e apresentam mais de um padrão, não dialogando com o espaço   | Carece de iluminação adequada e possui poucos bancos   |
|   | Infraestrutura   | A rede elétrica atrapalha a leitura da paisagem  | Carece de sinalização turística adequada e apresenta alguns elementos obsoletos, tais como uma antena e uma bomba de gasolina                      |
|   | Ambiente   | Muita incidência solar em virtude da ausência total de vegetação, níveis sonoros adequados na maior parte do tempo, sendo rompidos apenas pelo trânsito esporádico de veículos | A vegetação alta e com copas densas favorece a ambiência com clima e níveis sonoros adequados, caracterizando um espaço confortável de permanência |
| Usuários  | Caracterizam-se pela transitoriedade e são, em sua maioria, moradores e militares; alguns turistas visitam o espaço                                | Em geral militares em horário de descanso e/ou seguindo ritos característicos do quartel; poucos turistas visitam o espaço   |  |

A **Praça Major Valô (20)** tem como principal problemática o fluxo intenso de veículos, e o uso do seu espaço aberto como um grande estacionamento. O **Pátio (15)** apresenta como problemáticas a indefinição dos fluxos e dos setores de atendimento ao programa desse espaço, bem como carece de mobiliário e apresenta uma solução paisagística modesta (Quadro 11).

Quadro 11: Problemáticas x Potencialidades do setor 2. Fonte: COSTA/2017

| PROBLEMÁTICAS X POTENCIALIDADES |  |   |
|---------------------------------|--|---|
| CLASSIFICAÇÃO                   | PRAÇA MAJOR VALÔ (20)  | PÁTIO (15)  |
| Problemática                    | Fluxo intenso de veículos, falta de mobiliário e atrativos à visitação | Indefinição dos fluxos e setores, falta de mobiliário |
| Potencialidades                 | Área de visitação e integração com a Fortaleza da Conceição            | Local de permanência, circulação e visitação          |

O **Pátio (15)** cumpre sua função de integração entre a Fortaleza e o Palácio Episcopal. Seu caráter de integração é impulsionado com proposta de inserção do plano inclinado, que cria um espaço público de circulação e permanência, favorecido pela existência da vegetação densa

do local, com espécies vegetais que datam de séculos anteriores. Na **Praça Major Valô (20)**, a visada para a cortina frontal da Fortaleza foi considerada como fator principal para a definição das ações nesse espaço, mantendo sua relação histórica de espaço aberto com visada livre. Na proposta, o local é indicado com um ponto de interesse arqueológico (Quadro 12).

**Quadro 12: Diretrizes projetuais para o setor 2. Fonte: COSTA/2017**

| RELAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS - DIRETRIZES PROJETUAIS |   |  |   |
|--|---|--|---|
| CLASSIFICAÇÃO                                    | PRAÇA MAJOR VALÔ (20)   | PÁTIO (15)   |   |
| <b>Função</b>                                    | Visitação, circulação   | Visitação, circulação, integração, permanência                                       |   |
| <b>Programa</b>                                  | Eventos/celebrações; manter o oratório  | Plano inclinado; espaços de permanência  |   |
| <b>Relação funcional</b>                         | Manter a relação com o entorno; praça pública; visadas livres para a cortina frontal da Fortaleza | Ligação entre a base e o topo do Morro; praça pública; visadas livres para a muralha |   |
| <b>Relação formal</b>                            | Recompor o desenho do revelim; limitar o espaço dos veículos                                      | Oferta de mobilidade urbana; espaço paisagístico de lazer                            |   |
| <b>Tratamento</b>                                | <b>Vegetação</b>  | Sem vegetação  | Manter a vegetação alta   |
|  | <b>Pavimentação</b>   | Projeção do revelim em granito; manter paralelepípedo nas caixas de rolamento        | Desenho paisagístico com dois tons de granito; composição de piso com vegetação baixa |
|  | <b>Equipamentos e mobiliário</b>  | Postes de luz baixos; inserir mobiliário urbano                                      | Postes de luz baixos; inserir mobiliário urbano                                       |
|  | <b>Infraestrutura</b>   | Sinalização turística; rede elétrica subterrânea                                     | Sinalização turística; rede elétrica subterrânea                                      |
|  | <b>Ambiente</b>   | Continuidade do caráter histórico: praça aberta com visada livre para a Fortaleza    | Integração por meio da mobilidade urbana; resgate da unidade da muralha da Fortaleza  |
| <b>Usuários</b>                                  | Atrair moradores e turistas   | Atrair moradores e turistas  |   |

Ao criar a rota de acesso entre a cidade e o morro, o desenho paisagístico propõe um conceito que remete ao caráter de **integração** do espaço (Figura 187).



**Figura 187: Perspectiva da proposta para paisagística para o Pátio (15). Fonte: COSTA/2017**

Os remanescentes do antigo muro de defesa da cidade são um testemunho de grande valor histórico para a cidade do Rio de Janeiro. A inserção do plano inclinado favorece, também, a percepção deste elemento por parte dos usuários, pois o muro localiza-se defronte à encosta escolhida para o sistema (Figura 188). Em relação aos acréscimos executados sobre o muro, a pesquisa não permitiu identificar sua datação exata. Por esse motivo, sua remoção não é indicada neste momento, em conformidade com o artigo 9º da Carta de Veneza (1964) que afirma que a restauração "termina onde começa a hipótese". Ou seja, por suas características construtivas, o acréscimo está inserido de forma harmoniosa com o conjunto, constituindo-se como uma marca do tempo a ser preservada.



**Figura 188: Perspectiva da proposta para o Pátio (15), com a estação do plano inclinado. Fonte: COSTA/2017**

Na **Praça Major Valô (20)**, o desenho paisagístico para o espaço prevê a recomposição do piso no formato do antigo revelim. Se as suspeitas sobre a existência dos remanescentes forem confirmadas após a investigação arqueológica, a proposta considera a exposição das estruturas (Figura 189).



Figura 189: Perspectiva da proposta para a Praça Major Valô (20), com a projeção no piso do antigo revelim.  
Fonte: COSTA/2017

### 3.3.3 - CAMPO DE FUTEBOL (18)

A área é delimitada pela **Garagem (16)**, pelo **Pavilhão Externo (17)**, pelos fundos das casas da Ladeira João Homem e pelos fundos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que está localizado na Rua Acre (Figura 190).



Figura 190: Plantas de localização do espaço livre do setor 3, com indicação das visadas das imagens seguintes. Fonte: COSTA/2017 sobre Planta de situação, DMP Arquitetura/2012

Historicamente, conforme a pesquisa apontou<sup>80</sup>, a área do campo era utilizada pela comunidade para jogos e campeonatos de futebol. O espaço sempre foi uma área aberta, com visada livre para a parte baixa da cidade (Figura 191).

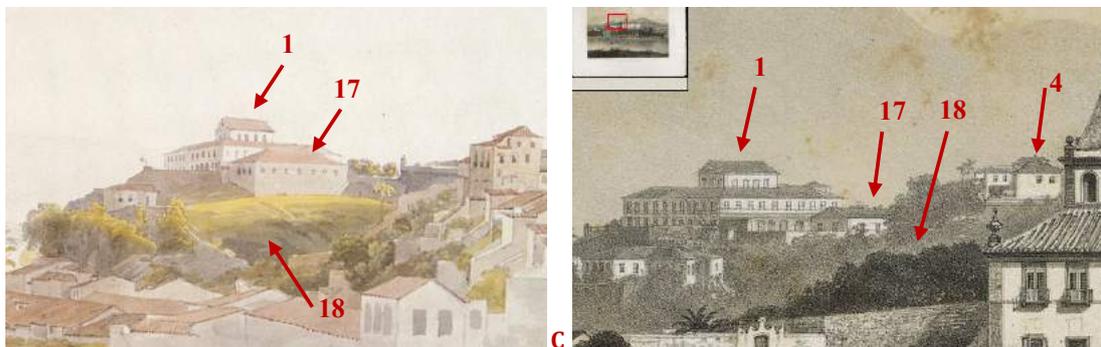


Figura 191: Pormenores das ilustrações de Thomas Ender - 1817 e Victor Frond - 1861, com as visadas livres para a Fortaleza da Conceição. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural e CARDOSO, 1987

Atualmente, o espaço possui acesso restrito e compreende um campo de futebol gramado, utilizado para jogos semanais dos militares, e uma quadra esportiva desativada. O setor, que possui grandes proporções e massa vegetal densa (Figura 192), é considerado uma área para "projetos especiais" para o Morro da Conceição, conforme o "Mapa de intenções" do proRIO (ver Figura 148).



Figura 192: Fotografias com a vista dos fundos do casario da ladeira João Homem e vista para o campo a partir da vegetação densa - 2012. Fonte: Leandro Campos/2012

A proposta segue a linha de pensamento do proRIO ao considerar o setor 3 como um ponto estratégico, cujo espaço tem capacidade para receber os mais variados tipos de projetos. Dessa forma, esta dissertação não buscou indicar uma intervenção para o local, pois em razão

<sup>80</sup> Ver subitem "1.3.5 - Do tombamento aos dias atuais".

das suas características, tal desenvolvimento demandaria maior tempo e atenção. Esse trabalho se propôs, apenas, a classificar o local como uma "área para projetos especiais" (ver Figura 139), que sirva novamente aos interesses da comunidade local e respeite a relação histórica que possui com seu entorno, ou seja, uma grande área verde livre que permite a visualização da paisagem do morro e da Fortaleza da Conceição.

Com a recomposição do perímetro original, foi proposta a transferência da quadra esportiva para o local. Recomenda-se o compartilhamento do espaço com a comunidade, considerando-se que a área já foi utilizada pelos moradores até o seu fechamento por parte dos militares<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> Ver subitem "1.3.5 - Do tombamento aos dias atuais".

### **3.4 - PROPOSTAS VOLUMÉTRICAS PARA AS EDIFICAÇÕES**

A partir da investigação iconográfica dos edifícios pertencentes ao quartel do 5º CGEO, este subcapítulo apresenta, separadamente, de cada um. A metodologia indica, em sequência: (1) a localização atual em comparação com uma informação cartográfica histórica, (2) o comparativo entre as características arquitetônicas atuais e históricas, (3) os usos atuais, (4) a proposta volumétrica para a edificação, (4) e os usos propostos.

Como linha teórica geral de intervenção para as edificações, a proposta não indica nenhuma adição volumétrica, apenas a remoção de acréscimos volumétricos que descaracterizaram o conjunto. Em consonância com o artigo 11º da Carta de Veneza (1964), as propostas têm como objetivo mitigar os impactos que as intervenções inadequadas causaram à paisagem da Fortaleza ao impedir a apreciação de elementos de grande valor histórico, como, por exemplo, o perímetro fortificado.

Com base na discussão da importância do uso para a conservação das edificações<sup>82</sup>, esta proposta considera fundamental a destinação de uso para as edificações da **Casa D'Armas (6)** e da **Antiga SDT (9)**, que estão interditadas e correm o risco de desabamento. Para essas edificações, a linha teórica proposta entende que a função deve ser adaptar ao edifício, conceitos defendidos por diversos teóricos e cartas patrimoniais.

#### **3.4.1 - PALÁCIO EPISCOPAL (1)**

O edifício tem seu acesso e sua fachada principal voltados para a Rua Major Daemon. Sendo uma das primeiras edificações que ocuparam o morro, também possui tombamento individual pelo IPHAN, inscrita nos livros Histórico e de Belas Artes. Sua configuração atual já era identificada quando a fortaleza foi construída, de acordo com a planta de 1713 (Figura 193).

---

<sup>82</sup> Ver subcapítulo "2.2 - Adaptação de uso na Arquitetura Militar de interesse histórico".



**Figura 193: Localização do Palácio Episcopal (1) e pormenor da Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro - 1713. Fonte: COSTA/2017 e AHU (adaptado por COSTA/2017)**

Possui dois pavimentos que são resultado de sucessivas ampliações em sua arquitetura ao longo dos anos. A destinação de uso para atendimento às atividades do quartel contribuiu para a preservação do edifício, que passou, até o início do século XX, por um período de abandono (Figura 194).



**Figura 194: Fotografia do estado atual do Palácio Episcopal (1); e foto do início séc. XX, com o edifício abandonado. Fonte: Nayara Gevú/2017 e ANS**

O Palácio abriga, atualmente, as atividades administrativas e culturais da Fortaleza, além dos espaços de uso dos oficiais militares. Suas características internas indicam que diversas adequações foram realizadas para atender às mudanças de uso dos seus ambientes. Alguns espaços nobres do estão ocupados por usos incompatíveis, como depósitos e vestiários, e as alterações realizadas comprometeram a edificação, do ponto de vista do patrimônio (Quadro 13).

Quadro 13: Programa atual do Palácio Episcopal (1). Fonte: COSTA/2017

| PROGRAMA ATUAL - PALÁCIO EPISCOPAL (1) |                                       |
|--|---------------------------------------|
| 1º pavimento                           | Administração                         |
|  | Tesouraria                            |
|  | Conformidade de gestão                |
|  | Vestiário de oficiais                 |
|  | Biblioteca                            |
|  | Mapoteca                              |
|  | Reserva técnica do Museu Cartográfico |
|  | Almoxarifado                          |
|  | Sala de Relações Públicas             |
|  | Antigo Rancho dos oficiais            |
| 2º pavimento                           | Copa                                  |
|  | Vestiários dos oficiais               |
|  | Seção de pessoal                      |
|  | Seção de informática                  |
|  | Banheiros                             |
|  | Museu                                 |
|  | Sala da Chefia                        |
|  | Sala da Subchefia                     |
|  | Seção de informática                  |
|  | Sala de reuniões                      |

Esta proposta indica apenas uma mudança para o programa do Palácio Episcopal: para fins de pesquisa, o Palácio passaria a ser o polo de consulta aos documentos e mapas cartográficos. A existência da biblioteca e da mapoteca reforça esse caráter de pesquisa do edifício. Sendo assim, propõe-se a transferência do acervo do atual Museu para a **Casa D'Armas (6)** e, em seu espaço, a criação da sala de pesquisa cartográfica (Figura 195).

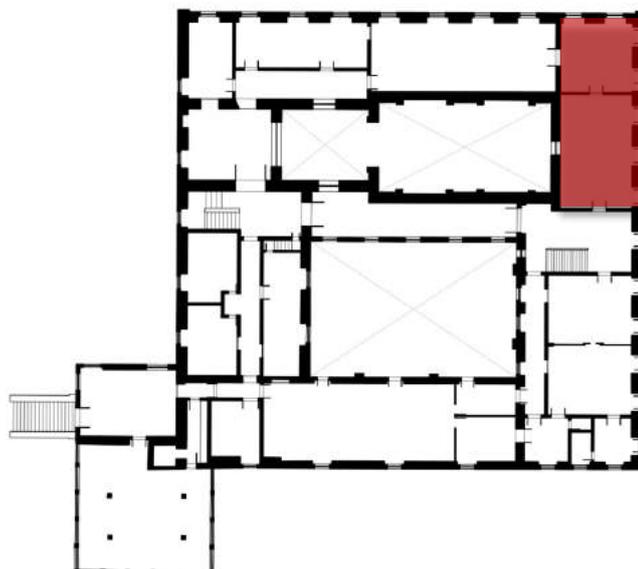


Figura 195: Planta do segundo pavimento do Palácio Episcopal (1), com o espaço atual do Museu Cartográfico a ser transformado em sala de pesquisa cartográfica. Fonte: DMP Arquitetura (adaptado por COSTA/2018)

### 3.4.2 - ALOJAMENTO - OFICIAL DE DIA (2)

O edifício tem, atualmente, três acessos voltados para o **Pátio (15)**, e situa-se próximo ao **Palácio Episcopal (1)** e ao portão de acesso lateral. Na planta cadastral de 1871, a edificação aparece com sua configuração longilínea, ligada ao Palácio (Figura 196).

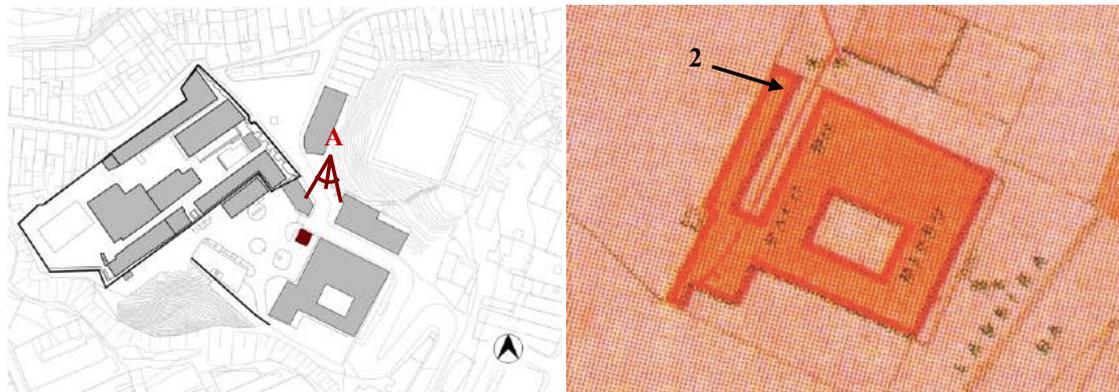


Figura 196: Localização do Alojamento - Oficial de dia (2) e pormenor da cadastral de 1871, com indicação do edifício. Fonte: COSTA/2017 e SIGAUD; PINHO, 2000, p. 62 (adaptado por COSTA/2017)

A edificação possui características coloniais com, atualmente, dois pavimentos. Seguindo o estilo colonial, o pavimento superior é uma construção mais recente, conforme atestam as espessuras das paredes e as fotografias antigas, No croqui sem data e sem autoria, que faz parte do acervo do Arquivo Noronha Santos, é possível perceber que a edificação não comprometia a visada para o **Palácio Episcopal (1)** (Figura 197).



Figura 197: Fotografia do estado atual do Alojamento - Oficial de dia (2) e croqui indicando a construção com apenas um pavimento. Fonte: COSTA/2017 e ANS

O primeiro pavimento, que está sem uso, possui um quarto com banheiro e duas salas, provenientes de uma central telefônica desativada. O pavimento superior abriga o quarto com banheiro referente ao alojamento do oficial de dia (Quadro 14).

**Quadro 14: Programa atual do Alojamento - Oficial de dia (2), com marcação em vermelho dos espaços subutilizados. Fonte: COSTA/2017**

| PROGRAMA ATUAL - ALOJAMENTO - OFICIAL DE DIA (2) |  |
|--|--|
| <b>1º pavimento</b>                              | Quarto   |
|  | Banheiro   |
|  | Cômodo   |
|  | Cômodo   |
| <b>2º pavimento</b>                              | Alojamento - Oficial de dia<br>Banheiro (Oficial de dia) |

A presente proposta considera que a edificação, com dois pavimentos, compromete a leitura visual do conjunto e sua relação com o **Palácio Episcopal (1)**, sendo proposta a sua recomposição volumétrica para um pavimento e telhado em duas águas, característica original da edificação (Figura 198).



**Figura 198: Perspectiva da volumetria proposta para o Alojamento - Oficial de dia (2), com apenas um pavimento. Fonte: COSTA/2017**

Em relação ao uso, propõe-se a transferência do atual alojamento do segundo pavimento para o primeiro, mantendo o uso atual da edificação (Quadro 15).

Quadro 15: Programa proposto para o Alojamento - Oficial de dia (2). Fonte: COSTA/2017

| PROGRAMA PROPOSTO - ALOJAMENTO - OFICIAL DE DIA (2) |  |
|---|--|
| 1º pavimento  | Alojamento - Oficial de dia<br>Banheiro (Oficial de dia) |

### 3.4.3 - CORPO DA GUARDA (3)

O edifício localiza-se engastado junto à muralha da Fortaleza, com seus acessos voltados para o **Pátio (15)**. Não é possível afirmar o momento exato da sua construção, mas a edificação é indicada na foto com estimativa da década de 1960, com apenas um pavimento (Figura 199).



Figura 199: Localização do Corpo da Guarda (3) e pormenor da foto de c. 1960, com indicação do edifício.  
Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

Atualmente, a edificação possui dois pavimentos com características que também imitam o estilo colonial. Detalhes da fachada, elementos construtivos (vigas de concreto) e aspectos figurativos (cercaduras das janelas) apontam que o pavimento superior foi construído ainda mais recentemente (Figura 200).



**Figura 200: Fotografia do estado atual do Corpo da Guarda (3) e fotografia de 1907, com a edificação atual ainda não construída. Fonte: COSTA/2017 e IMS**

Localiza-se, no primeiro pavimento, o espaço para o corpo da guarda e um espaço ocioso previsto para receber a cozinha do **Rancho Temporário (14)**. No segundo pavimento, localiza-se o grêmio dos subtenentes e sargentos e um vestiário masculino (Quadro 16).

**Quadro 16: Programa atual do Corpo da Guarda (3), com marcação em vermelho do espaço subutilizado. Fonte: COSTA/2017**

| PROGRAMA ATUAL - CORPO DA GUARDA (3) |   |
|--------------------------------------|---|
| <b>1º pavimento</b>                  | Cozinha do Rancho Temporário (previsto) |
|                                      | Corpo da Guarda                         |
| <b>2º pavimento</b>                  | Grêmio dos subtenentes/sargentos        |
|                                      | Vestiário masculino                     |

Uma das premissas gerais do projeto consiste em recompor a paisagem visual da muralha da Fortaleza. Sendo assim, propõe-se a completa demolição desta edificação, a fim de permitir a visada desse importante elemento construtivo da Arquitetura Militar (Figura 201). Além disso, é uma construção que foi executada após o tombamento da Fortaleza (1938) e representa um falso histórico da arquitetura colonial.



Figura 201: Perspectiva do meio-baluarte revelado após a demolição do Corpo da Guarda (3). Fonte: COSTA/2017

Em relação aos usos, a proposta prevê a transferência de toda a estrutura do rancho para o edifício da **Antiga SDT (9)**, incluindo sua cozinha que seria instalada no Corpo da Guarda. Tanto o grêmio dos subtenentes/sargentos quanto o seu respectivo vestiário também seriam transferidos para a Antiga SDT, mas em seu segundo pavimento.

#### 3.4.4 - SUBDIVISÃO TÉCNICA - SDT (4)

A edificação está implantada rente a uma lateral da muralha, ocupando praticamente metade da sua extensão, com seus acessos voltados para o **Terraplino (19)**. Uma parte da edificação é representada na planta de 1794 (Figura 202), e a aquarela de Francis Garat, de 1860, indica o avanço da edificação em relação à fachada frontal (ver Figura 59).

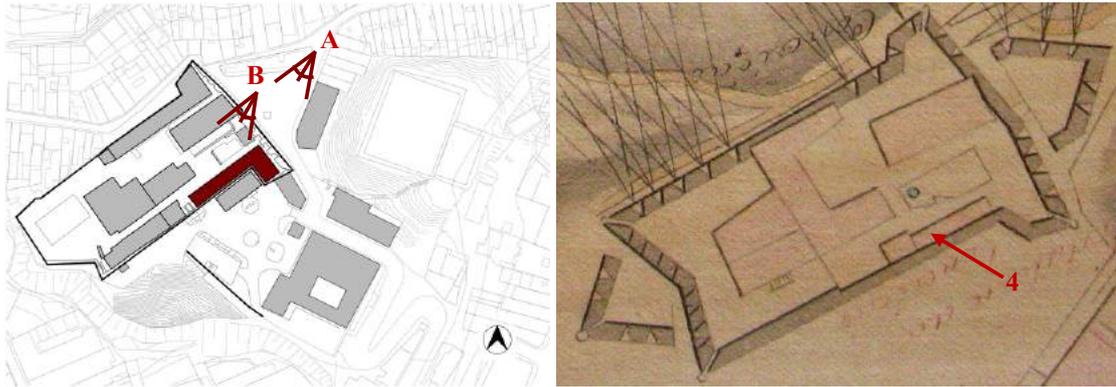


Figura 202: Localização da SDT (4) e pormenor do Plano da Marinha - 1794, com indicação do edifício. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

Conforme o histórico apontou, a edificação passou por obras de restauração entre os anos de 2010 e 2012<sup>83</sup>. Do ponto de vista figurativo, alguns elementos coloniais foram recompostos, tal como cantarias e beirais (Figura 203).



Figura 203: Fotografia do estado atual do SDT (4) e fotografia de c. 1920, indicando a volumetria sem o acréscimo. Fonte: Nayara Gevú/2017 e Acervo 5º CGEO

Atualmente, o segundo pavimento do SDT (4) é ligado segundo pavimento do Alojamento - Soldados (10) através da existência de uma passarela em concreto (Figura 204).

<sup>83</sup> Ver subitem "1.3.5 - Do tombamento aos dias atuais".



Figura 204: Fotografia da passarela existente entre o SDT (4) e o Alojamento - Soldados (10); e fotografia de c. 1940, sem a existência da passarela. Fonte: Nayara Gevú/2017 e Acervo 5º CGEO

As obras de restauração deste edifício tiveram como objetivo a adaptação dos espaços do edifício para os usos da Subdivisão Técnica, setor responsável por abrigar as principais atividades de produção cartográfica do 5º CGEO (Quadro 17).

Quadro 17: Programa atual da SDT (4), a ser mantido pela proposta. Fonte: COSTA/2017

| PROGRAMA ATUAL - SDT (4) |                       |
|--------------------------|-----------------------|
| 1º pavimento             | Seção de Aquisição    |
|                          | Sala de Capacitação   |
|                          | Depósito              |
| 2º pavimento             | Gerência de dados     |
|                          | Café/Copa             |
|                          | Secretaria da SDT     |
|                          | Seção de edição       |
|                          | Seção de vetorização  |
|                          | Seção de levantamento |
|                          | Artes gráficas        |
|                          | Mapoteca              |

Em razão das recentes obras na edificação, o projeto prevê a continuidade dos seus usos, indicando apenas a remoção da passarela (Figura 205). Além de ser um elemento espúrio dentro do conjunto, essa ligação da passaria perderia o sentido pois é prevista a demolição do segundo pavimento do Alojamento - Soldados (10) <sup>84</sup>.

<sup>84</sup> Ver subitem "Alojamento - Soldados (10)".



B

Figura 205: Perspectiva da volumetria proposta para o SDT (4). Fonte: COSTA/2017

### 3.4.5 - CASA DE FORÇA (5)

A construção encontra-se semienterrada na parte central e frontal do **Terrapleno (19)**, junto à cisterna histórica, e rente às canhoneiras (Figura 206). A data da sua construção é indefinida, mas a volumetria não consta sequer na planta cadastral de 1999.

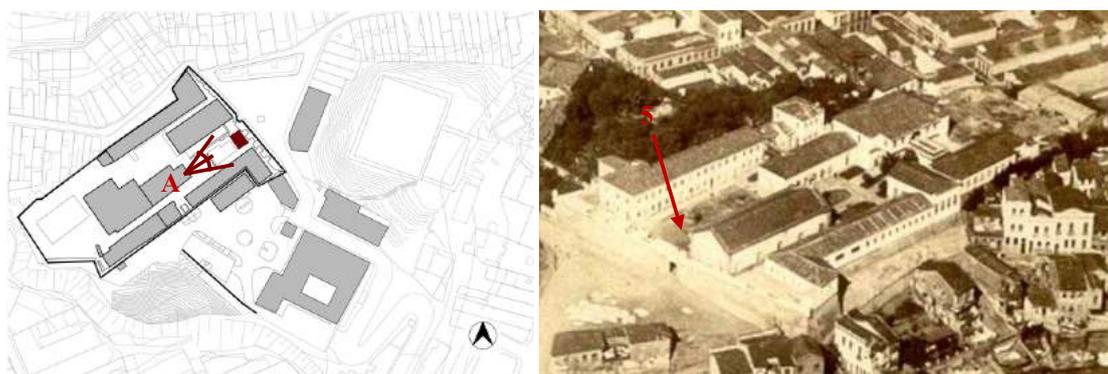


Figura 206: Localização da Casa de Força (5) e pormenor da foto de c. 1920, indicando o local sem a estrutura. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

A localização central desses equipamentos sobre o **Terrapleno (19)** é desnecessária, já que existem outras possibilidades de locação e sua volumetria compromete a fluidez do espaço e a visibilidade em direção ao Morro e à cidade (Figura 207). Além disso, os equipamentos instalados são ultrapassados e superdimensionados.



Figura 207: Fotografia atual, com a Casa de Força (5) no centro do Terrapleno (19); e foto de 1939, com a área livre durante a Festa da Bandeira. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO

Propõe-se a transferência da **Casa de Força (5)** para o trecho posterior do **CIACAP (7)** e a demolição deste volume, a fim de permitir a visada livre do **Terrapleno (19)** em direção ao morro e à cidade (Figura 208). Também faz parte da proposta para o local o retorno do mastro e da bandeira do Brasil, elemento que pode ser verificado em diversos registros históricos, além de ser comum em outras fortificações.

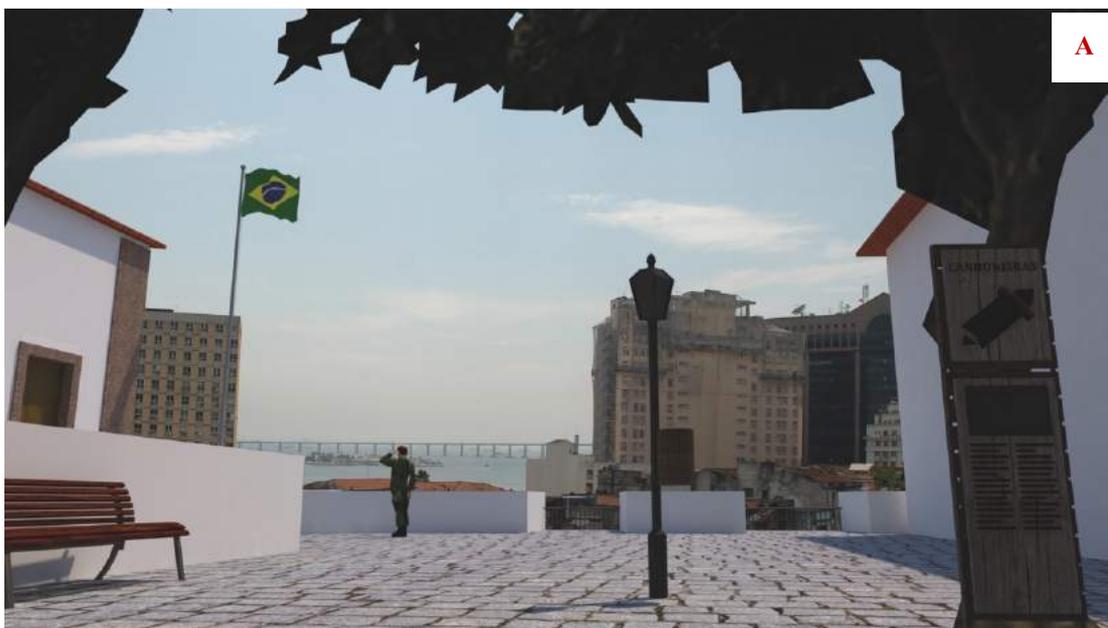


Figura 208: Perspectiva da visada livre para a cidade após a demolição da Casa de Força (5). Fonte: COSTA/2017

### 3.4.6 - CASA D'ARMAS (6)

A edificação está implantada junto ao centro da muralha frontal da Fortaleza, com sua fachada de fundos voltada para a **Praça Major Valô (20)** e sua portada histórica direcionada para o centro do **Terraplano (19)**. O edifício é representado com sua volumetria semelhante à atual na planta de 1768 (Figura 209), mas a planta de 1730 indica a existência de uma construção menor no local, que teria sido a primeira sobre o terraplano, sendo um ponto de interesse arqueológico a ser investigado (ver Figura 47).

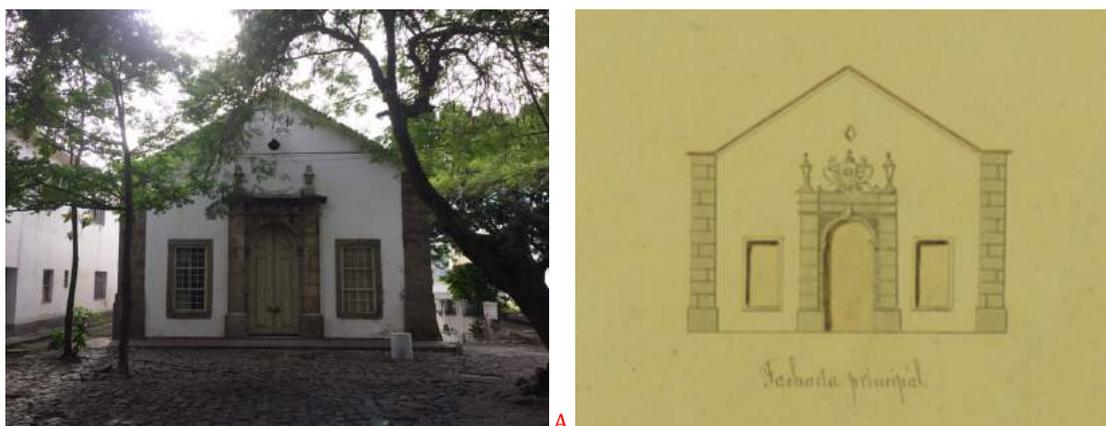


**Figura 209: Localização da Casa D'Armas (6) e pormenor da Planta da Fortaleza da Conceição - 1768, com indicação da edificação. Fonte: COSTA/2017 e Col. Mário de Andrade - IEB/USP (adaptado por COSTA/2017)**

As quatro fachadas da **Casa D'Armas (6)** apresentam pintura à base de cal e esquadrias do tipo guilhotina, instaladas durante as obras do IPHAN, em 1959<sup>85</sup>. Todo o perímetro da cobertura, em telha cerâmica do tipo colonial, possui acabamento em beira-seveira. O edifício apresenta os vãos, cunhais, rodapés externos e portada principal em cantaria de pedra gnaiss. A fachada principal apresenta um óculo centralizado e duas janelas do tipo guilhotina, além do portal e cunhais em cantaria. A portada histórica da edificação conta com duas folhas de abrir de madeira com grandes proporções, e a parte superior do portal adornado com um elemento em massa (Figura 210).

---

<sup>85</sup> Ver subitem "1.3.5 - Do tombamento aos dias atuais".



**Figura 210: Fotografia do estado atual da Casa D'Armas (6) e pormenor do desenho de 1882, indicando a conservação das características antigas. Fonte: Nayara Gevú/2017 e AHEX**

A volumetria apresenta características de galpão, e originalmente possuía a planta livre (ver Figura 64). A configuração atual é resultado de um programa que foi desenvolvido para o atendimento das atividades cartográficas, com a subdivisão do seu espaço interno em diversas salas. Com a evolução tecnológica, os espaços e alguns equipamentos foram inutilizados e a edificação perdeu seu uso (Quadro 18).

**Quadro 18: Programa atual da Casa D'Armas (6), com marcação em vermelho dos espaços subutilizados. Fonte: COSTA/2017**

| PROGRAMA ATUAL - CASA D'ARMAS (6) |                   |
|-----------------------------------|-------------------|
| <b>Subsolo</b>                    | Circulação        |
|                                   | Masmorra          |
|                                   | Sala de exposição |
|                                   | Hall de exposição |
| <b>1º pavimento</b>               | Hall              |
|                                   | 9 salas           |
|                                   | Circulação        |
|                                   | Banheiro          |
| <b>2º pavimento</b>               | 4 salas           |
|                                   | Circulação        |

Atualmente, a Casa D'Armas encontra-se completamente descaracterizada internamente (Figura 211), com dois pavimentos resultantes das sucessivas adaptações. Além desses dois pavimentos, possui um subsolo que é interligado aos demais níveis por meio de uma escada executada com técnicas construtivas mais recentes. O subsolo é o único espaço da edificação ainda utilizado. Visitas *in loco* atestaram que o grau de deterioração da edificação aumentou consideravelmente de 2012 até o presente momento. Em razão da sua falta de uso e consequente falta de manutenção, a edificação encontra-se interditada com risco de ruir a qualquer momento.



**Figura 211: Fotografia de 2010, com as subdivisões internas em alvenaria; e fotografia de c. 1920, com as subdivisões internas em madeira. Fonte: Leandro Campos/2010 e Acervo 5º CGEO**

Sendo a edificação do conjunto que mais conservou a unidade da arquitetura setecentista, a **Casa D'Armas (6)** se apresenta como ponto de grande interesse histórico, cultural e arqueológico. O presente projeto de intervenção tem como uma das principais diretrizes a destinação deste edifício para fins culturais, com a transferência do atual Museu Cartográfico para suas dependências, criando uma Galeria de Cartográfica (Quadro 19). Sua configuração original em forma de galpão torna o espaço compatível com o uso expositivo a ser destinado, de forma que as adaptações necessárias causem pouco impacto no patrimônio físico, ou seja, o uso se adapta ao edifício, conforme a recomendação da Carta de Veneza (1931).

**Quadro 19: Programa proposto para a Casa D'Armas (6). Fonte: COSTA/2017**

| <b>PROGRAMA PROPOSTO - CASA D'ARMAS (6)</b> |                             |
|---|-----------------------------|
| <b>Subsolo</b>                              | Hall de exposição/Recepção  |
|   | Sala de exposição/Fortaleza |
|   | Escada/Circulação           |
| <b>1º pavimento</b>                         | Sala de exposição           |
|   | Escada                      |
| <b>Mezanino</b>                             | Espaço expositivo           |

Com a finalidade de reestabelecer sua configuração antiga, a proposta buscou criar um espaço amplo com a remoção da laje e das subdivisões internas, utilizando a madeira para os pisos, passarelas e tesouras da cobertura. Através da criação do mezanino, o espaço da galeria torna-se mais amplo que o atual, permitindo uma área para exposições ou outros usos temporários. Recomenda-se que os equipamentos obsoletos armazenados em alguns edifícios do conjunto da Fortaleza sejam expostos nesse novo espaço, de forma a enriquecer o acervo existente e contribuir para a história da cartografia brasileira (Figura 212).



B

**Figura 212: Perspectiva da proposta para o interior da Casa D'Armas (6), considerando o acervo existente. Fonte: COSTA/2017**

Para o subsolo, a proposta indica que os espaços sejam destinados à divulgação do histórico da Fortaleza da Conceição, com a exposição de elementos que contem a história da fortificação. Seguindo a mesma lógica do primeiro pavimento, propõe-se a caiação das paredes. Para manter uma harmonia com o contexto imediato, propõe-se piso em lajota de pedra para todo o subsolo (Figura 213).



**Figura 213: Perspectiva do projeto para o espaço expositivo do subsolo, com proposta de acervo que remonte ao histórico da Fortaleza. Fonte: COSTA/2017**

Com uma linguagem formal atual, a proposta de criação da galeria de exposições se apresenta como uma opção sustentável em razão da existência do acervo cartográfico e da necessidade de destinação de um uso para a **Casa D'Armas (6)**. Essa destinação de uso isolada, entretanto, estaria condenada a ser mais uma experiência sem sucesso, uma vez que já existe um Museu Cartográfico na Fortaleza que atualmente não conta com uma frequência de visitação satisfatória. Porém, em conjunto com a intervenção nos espaços livres adjacentes e da transformação do **Palácio Episcopal (1)**<sup>86</sup> em um polo de pesquisa cartográfica, essa divulgação pode ser impulsionada.

### 3.4.7 - COMPANHIA DE COMANDO E APOIO - CIACAP (7)

O edifício localiza-se rente à muralha da Fortaleza da Conceição, com seus acessos voltados para o **Terrapleno (19)**. As edificações foram representadas, inicialmente, no projeto de Jaques Funck, de 1771 (Figura 214). Naquele momento, existiam dois blocos, sendo um deles interligado à edificação da **Antiga SDT (9)**.



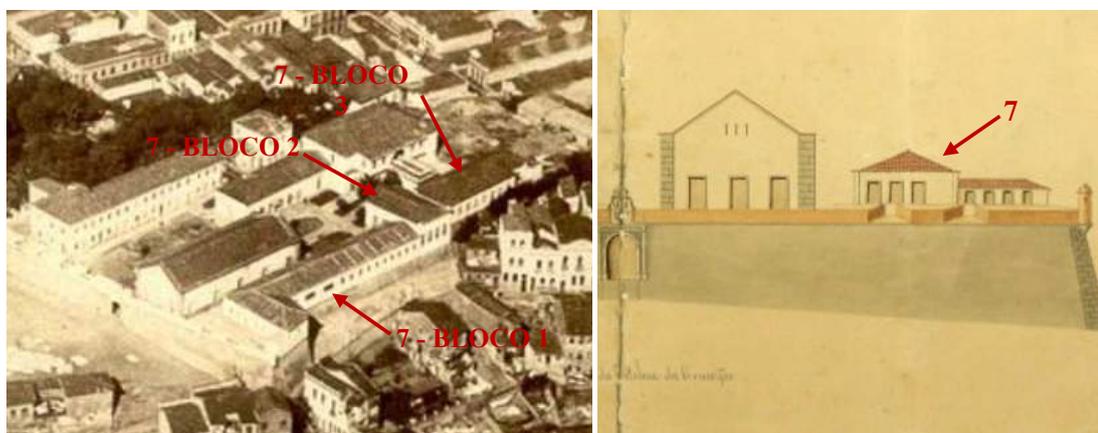
Figura 214: Localização da CIACAP (7) e pormenor da Planta da Fortaleza de Conceição - 1771, com indicação dos blocos do edifício. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

A volumetria do edifício é resultado de diversas ampliações que foram sendo realizadas ao longo dos anos, conforme indicam os mapas de evolução arquitetônica do conjunto. Na fotografia de cerca de 1920, é possível identificar três padrões volumétricos distintos: bloco 1, bloco 2 e bloco 3. A simulação de 1999 indica que o bloco 3 foi removido, e um acréscimo foi executado em sua fachada nordeste. O bloco 2 perdeu o trecho que avançava em direção ao **Terrapleno (19)**, como atesta a simulação de 1935. Originalmente, o **CIACAP (7)** possuía

---

<sup>86</sup> Ver subitem "3.4.1 - Palácio Episcopal (1)".

apenas um pavimento, com cobertura em telha colonial e projeção mais recuada em relação ao meio-baluarto frontal, conforme indicam a fotografia de cerca de 1920 e o pormenor da "Planta da Sala de Armas", de 1882 (Figura 215).



**Figura 215: Pormenor da fotografia de c. 1920, com indicação dos blocos do edifício e pormenor da Planta da Sala de Armas, de 1882, com indicação do CIACAP (7). Fonte: Acervo 5º CGEO e AHEX (adaptado por COSTA/2017)**

Atualmente, a edificação conta com dois pavimentos e volumetria avançada em relação à cortina frontal (Figura 216).



**Figura 216: Fotografia com a volumetria do CIACAP (7) em dois pavimentos; e fotografia s/d, com a volumetria em um pavimento. Fonte: Nayara Gevú/2017 e Acervo 5º CGEO**

A fachada externa, voltada para a rua Jôgo da Bola, apresenta a maioria dos vãos do primeiro pavimento, tanto do bloco 1 quanto do bloco 2, em conformidade com a fotografia de cerca de 1920 (Figura 217).



**Figura 217: Fotografia da fachada externa do CIACAP (7), com dois pavimentos; e fotografia s/d, com apenas um pavimento. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO**

Do ponto de vista do uso, o primeiro pavimento, em geral, encontra-se subutilizado, com grandes espaços mal aproveitados e depósitos de máquinas obsoletas, que fazem parte do acervo cartográfico do 5º CGEO. Funcionam, no segundo pavimento, as atividades da Companhia de Comando e Apoio do quartel (Quadro 20).

**Quadro 20: Programa atual do CIACAP (7), com marcação em vermelho dos espaços subutilizados. Fonte: COSTA/2017**

| PROGRAMA ATUAL - CIACAP (7) |                                 |
|-----------------------------|---------------------------------|
| <b>1º pavimento</b>         | Aprovisionamento                |
|                             | Chefia do Rancho                |
|                             | Academia                        |
|                             | Depósito de filmes              |
|                             | Alojamento - Soldados engajados |
|                             | Depósito (máquinas obsoletas)   |
|                             | Vestário - Cabos                |
| <b>2º pavimento</b>         | Sala de Sargentação             |
|                             | Sala do comandante da companhia |
|                             | Banheiros                       |
|                             | 3ª Seção                        |
|                             | Sala de meios                   |
|                             | Subtenência                     |
|                             | Dormitório - Cabos e Sargentos  |
|                             | Alojamento                      |

A volumetria do edifício com dois pavimentos compromete a leitura visual do conjunto, além de alterar sua relação com a **Casa D'Armas (6)**. Sendo assim, a proposta prevê sua recomposição volumétrica para um pavimento, com fachada frontal mais afastada das canhoneiras, remoção do segundo pavimento e recomposição da cobertura (Figura 218).



Figura 218: Perspectiva da volumetria proposta para o CIACAP (7). Fonte: COSTA/2017

Os usos do primeiro pavimento seriam remanejados para outras edificações, principalmente para a **Antiga SDT (9)**, e toda a estrutura que funciona no segundo pavimento passaria a funcionar no primeiro (Quadro 21).

Quadro 21: Programa proposto para o CIACAP (7). Fonte: COSTA/2017

| PROGRAMA PROPOSTO - CIACAP (7) |                                 |
|--------------------------------|---------------------------------|
| 1º pavimento                   | Sala de Sargentação             |
|                                | Sala do comandante da companhia |
|                                | Banheiros                       |
|                                | 3ª Seção                        |
|                                | Sala de meios                   |
|                                | Subtenência                     |
|                                | Dormitório - Cabos e Sargentos  |
|                                | Alojamento - Sargentos          |

### 3.4.8 - ANTIGA SDT (9)

Localizada no centro do trecho posterior do **Terrapleno (19)**, a edificação é, inicialmente, representada na planta de 1750 (Figura 219). De acordo com a presente pesquisa histórica, ainda no século XVIII, essa foi a segunda edificação construída no interior da praça de armas, em conjunto com o **Alojamento - Soldados (10)**.



Figura 219: Localização da Antiga SDT (9) e pormenor da Carta Topographica = 1750, com indicação do edifício. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

A edificação, com três pavimentos, é uma das maiores do conjunto atualmente. De acordo com a imagem de cerca de 1920, possuía dois pavimentos e cobertura em quatro águas. Embora muito descaracterizado internamente, o edifício possui algumas paredes grossas e estruturas de grandes proporções, indicando que são remanescentes do período setecentista. A simulação de 1794 indica a edificação conectada ao edifício do **Alojamento - Soldados (10)**. A simulação de 1916 indica que o edifício se desconectou do edifício do **CIACAP (7)**. A partir de 1935, as simulações indicam sucessivos acréscimos, principalmente a de 1999. Externamente, a fachada sudeste ainda possui a escada histórica e os vãos superiores em conformidade com os desenhos de 1882 (Figura 220).



Figura 220: Fotografia atual da Antiga SDT (9) e pormenor da fachada representada na Planta da Sala de Armas - 1882. Fonte: COSTA/2017 e AHEX (adaptado por COSTA/2017)

No entanto, as demais fachadas se encontram muito descaracterizadas após sucessivas adições executadas posteriores ao tombamento da Fortaleza. Com o intuito de adaptar a edificação a outros usos, diferentes elementos construtivos foram inseridos na estrutura histórica, tais como vigas, pilares e lajes em concreto armado (Figura 221).



**Figura 221: Fotografias das fachadas descaracterizadas da Antiga SDT (9). Fonte: Nayara Gevú/2017**

Em decorrência de danos à sua estrutura, o edifício encontra-se completamente interditado desde, pelo menos, 2010. Essa situação contribui para o agravamento do seu processo de deterioração. Sua atual cobertura de Fibrocimento em duas águas compromete a ambiência do conjunto. Sendo assim, propõe-se para a edificação sua completa restauração e sua recomposição volumétrica com dois pavimentos e cobertura em quatro águas, eliminando as adições e elementos espúrios (Figura 222).



**Figura 222: Perspectiva da volumetria proposta para a Antiga SDT (9). Fonte: COSTA/2017**

A destinação de novo uso é fundamental para a conservação dessa edificação, conforme seu próprio histórico comprova. A edificação tem capacidade de comportar alguns dos usos das edificações ou pavimentos que devem ser demolidos (Quadro 22).

Quadro 22: Programa proposto para a Antiga SDT (9). Fonte: COSTA/2017

| PROGRAMA PROPOSTO - ANTIGA SDT (9) |                                      | EDIFÍCIO DE ORIGEM         |
|------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------|
| 1º pavimento                       | Rancho/lanchonete para visitantes    | Rancho (14)                |
|                                    | Cozinha do Rancho                    | Corpo da Guarda (3)        |
|                                    | Chefia do Rancho                     | CIACAP (7)                 |
|                                    | Frigorífico                          | -                          |
|                                    | Serviços Gerais                      | Rancho (14)                |
|                                    | Banheiros/bebedouros para visitantes | Palácio Episcopal (1)      |
| 2º pavimento                       | Alojamento - Soldados/Recrutas       | Alojamento - Soldados (10) |
|                                    | Alojamento - Soldados engajados      | CIACAP (7)                 |
|                                    | Vestiário - Cabos                    | CIACAP (7)                 |

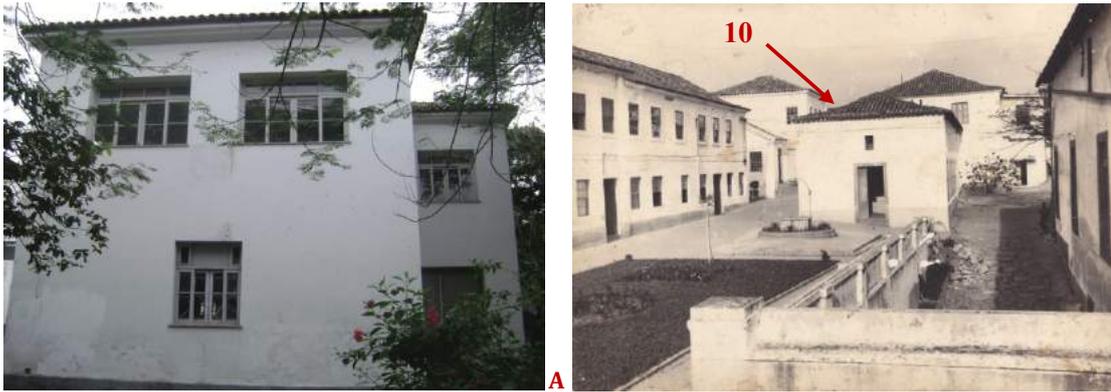
### 3.4.9 - ALOJAMENTO - SOLDADOS (10)

A edificação localiza-se no centro do **Terraplano (19)**. Sua construção é representada na planta de 1750, ainda como uma edificação destacada do edifício da **Antiga SDT (9)** (Figura 223).



Figura 223: Localização do Alojamento - Soldados (10) e pormenor da Carta Topographica - 1750, com indicação do edifício. COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

A edificação apresenta, atualmente, dois pavimentos e uma adição volumétrica na sua fachada noroeste (Figura 224), identificada na simulação a partir de 1999. Aparece ligada fisicamente ao edifício da SDT na simulação de 1794. Assim como a edificação da **Antiga SDT (9)**, a simulação de 1916 indica a separação do edifício do **CIACAP (7)**.



**Figura 224: Fotografia do Alojamento - Soldados (10), com a volumetria em dois pavimentos e adição volumétrica lateral; e foto de c. 1940, com a volumetria em um pavimento e sem a adição volumétrica lateral. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)**

Em relação ao programa atual do edifício, o pavimento térreo encontra-se sem uso, e o pavimento superior é ocupado pelo alojamento dos soldados. (Quadro 23).

**Quadro 23: Programa atual do Alojamento - Soldados (10), com marcação em vermelho do espaço subutilizado. Fonte: COSTA/2017**

| PROGRAMA ATUAL - ALOJAMENTO - SOLDADOS (10) |                         |
|---|-------------------------|
| 1º pavimento                                | Sem uso                 |
| 2º pavimento                                | Alojamento dos soldados |
|   | Banheiros               |

A volumetria com dois pavimentos representa uma intervenção inadequada, posterior ao tombamento e que compromete o conjunto. Sendo assim, é proposta a demolição do segundo pavimento e da volumetria lateral indicada a partir da planta de 1999 (Figura 225).



**Figura 225: Perspectiva da volumetria proposta para o Alojamento - Soldados (10), com apenas um pavimento. Fonte: COSTA/2017**

O programa proposto destina para a edificação os espaços relativos aos sargentos, o alojamento e o grêmio, além da academia (Quadro 24).

**Quadro 24: Programa proposto para o Alojamento - Soldados (10). Fonte: COSTA/2017**

| PROGRAMA PROPOSTO - ALOJAMENTO - SOLDADOS (10) |                        | EDIFÍCIO DE ORIGEM  |
|--|------------------------|---------------------|
| 1º pavimento                                   | Alojamento - Sargentos | Posto Médico (11)   |
|  | Grêmio - Sargentos     | Corpo da Guarda (3) |
|  | Academia               | CIACAP (7)          |

### 3.4.10 - POSTO MÉDICO (11)

A edificação está implantada sobre o alinhamento lateral da muralha e próxima à escada de acesso ao **Terrapleno (19)**. Sua representação inicial remonta à Planta Cadastral de 1871 (Figura 226).



**Figura 226: Localização do Posto Médico (11) e pormenor da Planta Cadastral - 1871, com indicação do edifício. Fonte: COSTA/2017 e SIGAUD; PINHO, 2000, p. 61 (adaptado por COSTA/2017)**

A edificação apresenta a planta similar a original. Com dois pavimentos, apenas sua fachada sudeste remonta à feição do sobrado que as fotografias antigas apontam (Figura 227). A simulação de 1896 indica que a edificação era conectada ao edifício da **SDT (4)**. A simulação de 1916 indica a construção do **Antigo Rancho (12)** em sua lateral. A simulação de 1953 indica a separação do edifício da **SDT (4)**. A imagem atual indica a existência de um acréscimo posterior, para abrigar a escada de acesso ao segundo pavimento, além de indicar a marca da antiga volumetria representada na foto de cerca de 1940.



**Figura 227: Foto atual do Posto Médico (11), com o acréscimo da escada e a marca da volumetria anterior; e pormenor da foto de c. 1940, sem o acréscimo. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)**

O edifício abriga, em seu primeiro pavimento, o alojamento das sargentos, um posto médico e um consultório odontológico desativado. No segundo pavimento, encontra-se o alojamento dos sargentos (Quadro 25).

**Quadro 25: Programa atual do Posto Médico (11), com marcação em vermelho dos espaços subutilizados. Fonte: COSTA/2017**

| PROGRAMA ATUAL - POSTO MÉDICO (11) |                                       |
|------------------------------------|---------------------------------------|
| 1º pavimento                       | Alojamento das sargentos              |
|                                    | Enfermaria                            |
|                                    | Consultório odontológico (desativado) |
| 2º pavimento                       | Academia                              |
|                                    | Banheiro                              |

A proposta para essa edificação consiste em remover o acréscimo da escada de acesso ao segundo pavimento, recompondo a volumetria da foto de cerca de 1940 (Figura 228).



Figura 228: Perspectiva da volumetria proposta para o Posto Médico (11). Fonte: COSTA/2017

A proposta de uso inclui, para o primeiro pavimento, o setor de Aprovisionamento no local do consultório odontológico desativado. Para o segundo pavimento, inclui o Corpo da Guarda, por sua localização próxima ao acesso militar restrito (Quadro 26).

Quadro 26: Programa proposto para o Posto Médico (11). Fonte: COSTA/2017

| PROGRAMA PROPOSTO - POSTO MÉDICO (11) |                          | EDIFÍCIO DE ORIGEM  |
|---------------------------------------|--------------------------|---------------------|
| 1º pavimento                          | Alojamento das sargentos | -                   |
|                                       | Enfermaria               | -                   |
|                                       | Aprovisionamento         | CIACAP (7)          |
| 2º pavimento                          | Corpo da Guarda          | Corpo da Guarda (3) |
|                                       | Banheiro                 | -                   |

### 3.4.11 - ANTIGO RANCHO (12)

Assim como o **Posto Médico (11)**, este edifício está implantado rente ao alinhamento da muralha, sendo constituído por dois blocos. É representado a partir da planta de 1916 (Figura 229).



Figura 229: Localização do Antigo Rancho (12) e pormenor da Planta das construções existentes - 1916, com indicação do edifício. Fonte: COSTA/2017 e AHEX (adaptado por COSTA/2017)

Atualmente, a edificação apresenta um pavimento, sendo resultado de sucessivas alterações volumétricas e com fachadas muito descaracterizadas (Figura 230). Atualmente, todo o edifício encontra-se sem uso. Em virtude de um incêndio ocorrido em sua cozinha, as atividades do rancho foram transferidas para o edifício do **Rancho Temporário (14)**.

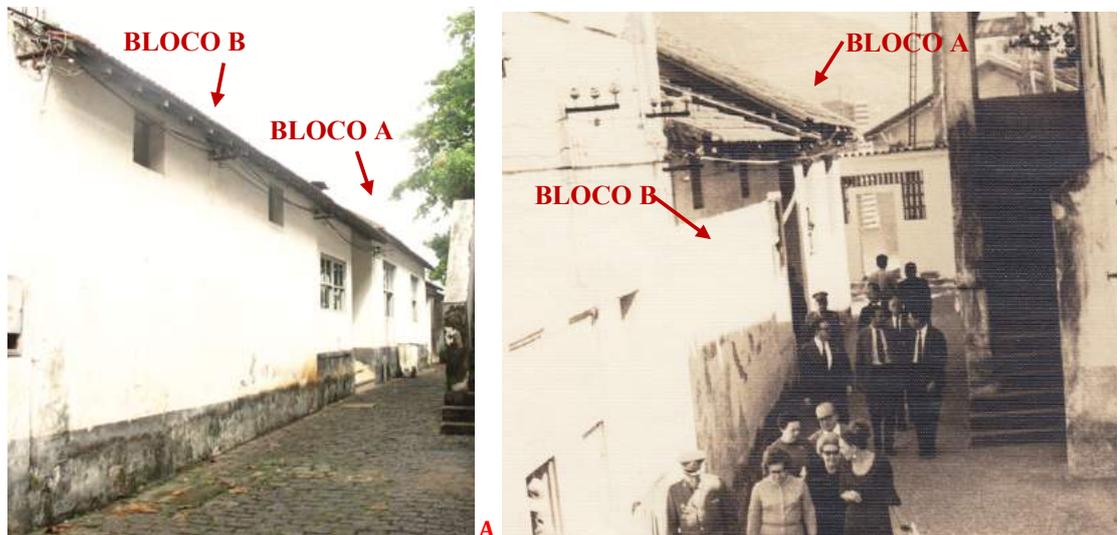
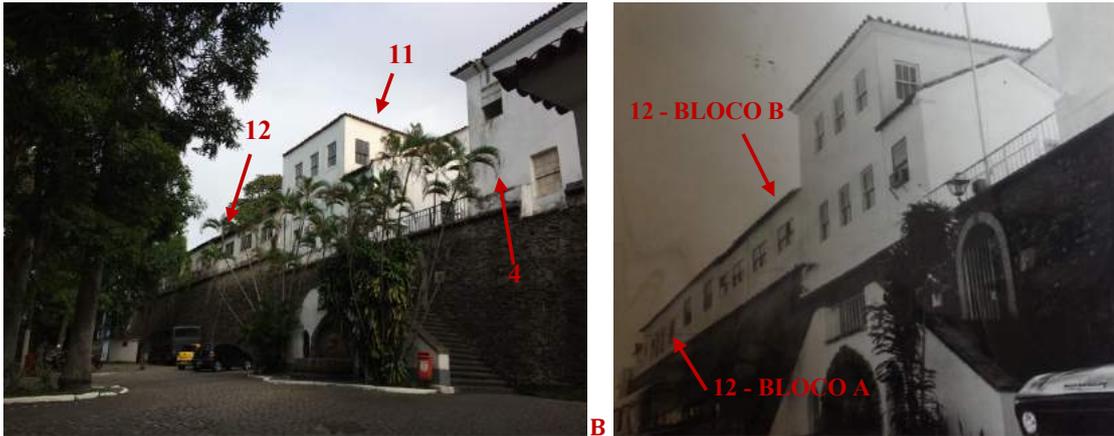


Figura 230: Foto atual do Antigo Rancho (12) e foto de c. 1960, com indicação dos blocos A e B. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

A simulação de 1935 indica a perda volumétrica do bloco B e a simulação de 1953 apresenta um ganho volumétrico quase completo ao que foi perdido. A simulação de 1999 indica o bloco B completo novamente (Figura 231).



**Figura 231: Fotografia atual do Antigo Rancho (12) e fotografia de 1973. Fonte: Nayara Gevú/2017 e ANS (adaptado por COSTA/2017)**

Sua construção rente ao alinhamento da muralha prejudica a sua percepção. De acordo com o artigo 11º da Carta de Veneza (1964), propõe-se a completa demolição desta edificação, de forma a revelar a muralha da Fortaleza, elemento de grande valor histórico (Figura 232). Além disso, de acordo com a proposta, a edificação espúria localiza-se na visada direta de quem acessar o Morro pelo plano inclinado.



**Figura 232: Perspectiva da muralha com a proposta de demolição do Antigo Rancho (12). Fonte: COSTA/2017**

### 3.4.12 - DEPÓSITO (13)

A edificação está implantada junto à parte posterior da muralha e sua construção é recente, sendo representada no levantamento da Fortaleza da Conceição elaborado em 2012 (Figura 233).

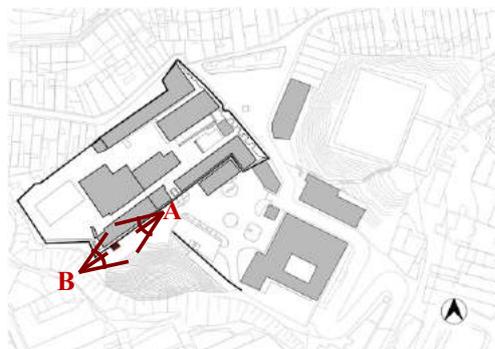


Figura 233: Localização do Depósito (13), com as visadas das imagens seguintes. Fonte: COSTA/2017

A pequena edificação apresenta uma planta quadrada de aproximadamente 12m<sup>2</sup>, com cobertura em quatro águas e características que imitam a arquitetura colonial portuguesa, com cobertura em quatro águas (Figura 234). Abriga um depósito subutilizado.



Figura 234: Fotografias atuais indicando as características das fachadas do Depósito (13), que imitam a arquitetura colonial. Fonte: COSTA/2017

Construída após o tombamento da fortaleza, a edificação também compromete a leitura visual da muralha. Assim como o **Antigo Rancho (12)**, esta edificação compromete a visada da muralha a partir do trajeto proposto para o plano inclinado. Propõe-se sua completa demolição (Figura 235), em consonância com o artigo 18º do Decreto-Lei Nº 25:

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe

impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto. (BRASIL, 1937, p. 5-6)



Figura 235: Perspectiva da proposta após a demolição do Depósito (13). Fonte: COSTA/2017

### 3.4.13 - RANCHO TEMPORÁRIO (14)

A edificação está implantada junto à muralha e ao meio-baluarte (Figura 236). Sua construção é posterior a 1970 conforme apontou a pesquisa iconográfica, sendo representada a partir da planta cadastral de 1999 (ver Figura 88).



Figura 236: Localização do Rancho Temporário (14) e a fachada da edificação com características que imitam o estilo colonial. Fonte: COSTA/2017

A edificação, também construída rente à muralha, possui um pavimento e características que imitam a arquitetura colonial portuguesa (Figura 237).



Figura 237: Fotografia atual do Rancho Temporário (14) e fotografia de 1973, sem a existência da construção atual. Fonte: COSTA/2017 e ANS

Abriga, provisoriamente, o rancho dos militares e o departamento de serviço gerais do quartel (Quadro 27).

Quadro 27: Programa atual do Rancho Temporário (14). Fonte: COSTA/2017

| PROGRAMA ATUAL - RANCHO TEMPORÁRIO (14) |                                 |
|---|---------------------------------|
| 1º pavimento                            | Rancho dos militares            |
|   | Departamento de serviços gerais |

Sua implantação inadequada compromete a leitura da muralha histórica e do meio-baluarte. Assim como o **Depósito (13)**, foi construída após o tombamento da Fortaleza imitando a arquitetura colonial portuguesa, também em desacordo com o artigo 18º do Decreto-Lei Nº 25. Propõe-se sua completa demolição, de forma a revelar os elementos essenciais da fortificação (Figura 238).



Figura 238: Perspectiva da muralha com a proposta de demolição do Rancho Temporário (14). Fonte: COSTA/2017

### 3.4.14 - GARAGEM (16)

A edificação está implantada entre o **Campo de Futebol (18)** e a **Praça Major Valô (20)** (Figura 239). Sua construção remonta à década de 1980, conforme apontou o histórico<sup>87</sup>, sendo representada a partir da cadastral de 1999 (ver Figura 88).



Figura 239: Localização da Garagem (16) e pormenor da foto de c. 1920, com indicação do local ainda descampado. Fonte: COSTA/2017 e Acervo 5º CGEO (adaptado por COSTA/2017)

A edificação conta com apenas um pavimento, mas possui a volumetria mais alta em razão da cobertura. Internamente apresenta uma configuração de galpão. Algumas das suas

<sup>87</sup> Ver subitem "1.3.5 - Do tombamento aos dias atuais".

características também buscam imitar a arquitetura colonial portuguesa. Abriga, atualmente, a garagem das viaturas do quartel (Figura 240).



**Figura 240: Fotografias da Garagem (16), indicando a volumetria externa e o espaço interno. Fonte: COSTA/2017 e Landro Campos/2011**

A volumetria da edificação prejudica a paisagem do entorno do Morro da Conceição. De acordo com o "Mapa de intenções" do proRIO (ver Figura 148), o terreno desta edificação está inserido como área de "projetos especiais" em razão da sua localização estratégica, tal como o **Campo de Futebol (18)**. Além disso, o mapa com a "Classificação patrimonial das fachadas" indica a edificação como "destoante" (Figura 241).



**Figura 241: Mapa de Classificação patrimonial das fachadas - 2000, com indicação da Garagem (16) classificada como "destoante". Fonte: SIGAUD; PINHO, 2000, p. 43 (adaptado por COSTA/2017)**

Além do impacto causado ao entorno, a edificação compromete a relação visual com a Fortaleza da Conceição que, antes da sua construção, poderia ser visualizada a partir da Rua Acre, inclusive, e o meio-baluarte ser apreciado a partir da Ladeira João Homem (Figura 242).



Figura 242: Foto atual, com a volumetria que compromete a leitura da muralha, e ilustração de 1860, sem a edificação. Fonte: COSTA/2017 e Acervo Col. Geyer (adaptado por COSTA/2017)

Sendo assim, propõe-se a demolição completa desta edificação, de forma a integrar o espaço livre resultante ao projeto paisagístico da **Praça Major Valô (20)** e permitir a antiga visada da Fortaleza (Figura 243).



Figura 243: Perspectiva da cortina frontal com a proposta de demolição da **Garagem (16)**. Fonte: COSTA/2017

Usando como referência o Forte de Copacabana<sup>88</sup> e visando atrair a visitação das pessoas que frequentam o entorno imediato do morro, a proposta prevê o uso gastronômico na área livre após a demolição da **Garagem (16)**, com a previsão de um largo com mesas voltadas para um estacionamento de *Food Trucks* (Figura 244).

<sup>88</sup> Ver subitem "2.3.1 - Forte de Copacabana - Rio de Janeiro".



Figura 244: Perspectiva da proposta para a área de estacionamento de *Food Trucks*, após a demolição da Garagem (16). Fonte: COSTA/2017

### 3.4.15 - PAVILHÃO EXTERNO (17)

A edificação localiza-se entre o **Campo de Futebol (18)** e o **Palácio Episcopal (1)**. A planta de 1768, de Funck, indica uma construção em sua posição atual (Figura 245).



Figura 245: Localização do Pavilhão Externo (17) e pormenor da Planta da Fortaleza da Conceição - 1768, com indicação do edifício. Fonte: COSTA/2017 e Col. Mário de Andrade - IEB/USP (adaptado por COSTA/2017)

A edificação possui dois pavimentos, sendo o pavimento superior um acréscimo executado posteriormente, conforme atesta a pesquisa iconográfica (Figura 246). Com características que imitam a arquitetura colonial portuguesa, sua configuração original é imprecisa. A simulação de 1768 representa uma volumetria que completa o terreno, mas a simulação de 1794 indica volumetrias separadas. A simulação de 1871 indica uma perda

volumétrica que corresponde a mais que a metade da edificação. A simulação de 1953 indica a volumetria completa novamente. E a simulação de 2012 apresenta uma perda volumétrica em sua fachada dos fundos.



**Figura 246: Foto atual, com a volumetria em dois pavimentos; e foto de c. 1960, com um pavimento. Fonte: COSTA/2017 e ANS**

O edifício abriga, em seu primeiro pavimento, as atividades do Programa Rio Criança Cidadã (PRCC)<sup>89</sup>, além de um depósito de materiais cartográficos e um almoxarifado. Em seu pavimento superior, abriga o vestiário dos sargentos (Quadro 28).

**Quadro 28: Programa atual do Pavilhão Externo (17), com marcação em vermelho dos espaços subutilizados. Fonte: COSTA/2017**

| PROGRAMA ATUAL - PAVILHÃO EXTERNO (17) |                              |
|--|------------------------------|
| 1º pavimento                           | Arquivo - Documentos antigos |
|  | Oficina Silk-screen          |
|  | Depósito                     |
|  | Arquivo Morto                |
| 2º pavimento                           | Seção de compras/licitações  |
|  | Salas do PRCC                |

O corredor formado entre o **Pavilhão Externo (17)** e o **Palácio Episcopal (1)** permitia visadas para o meio-baluarte da Fortaleza, favorecendo a percepção visual do conjunto murado (Figura 247).

<sup>89</sup> O Programa Rio Criança Cidadã (PRCC) é um programa de educação integral, destinado aos jovens estudantes das escolas públicas, através do convênio entre o Governo Federal, através do Comando Militar do Leste e os governos do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio, entidades Filantrópicas e Particulares, desenvolvendo as atividades em 17 unidades do Exército.



**Figura 247: Fotografia do corredor entre o Palácio Episcopal (1) e o Pavilhão Externo (17) e fotografia s/d com a relação entre os edifícios. Fonte: COSTA/2017 e ANS (adaptado por COSTA/2017)**

A volumetria atual representa uma intervenção inadequada, pois rompeu com essa relação hierárquica. Sendo assim, propõe-se a demolição do segundo pavimento da edificação (Figura 248).



**Figura 248: Perspectiva da volumetria proposta para o Pavilhão Externo (17). Fonte: COSTA/2017**

A proposta volumétrica visa restituir a antiga relação entre o Palácio Episcopal e o Pavilhão Externo, permitindo novamente a visada pra o meio baluarte da fortificação (Figura 249).



**Figura 249: Perspectiva da proposta após a demolição do primeiro pavimento, com a relação entre o Palácio Episcopal (1) e o Pavilhão Externo (17). Fonte: COSTA/2017**

A proposta mantém os usos atuais, introduzindo o depósito de filmes, vindo do CIACAP (7), e transferindo o vestiário dos sargentos para o Alojamento - Soldados (10) (Quadro 29).

**Quadro 29: Programa proposto para o Pavilhão Externo (17). Fonte: COSTA/2017**

| PROGRAMA PROPOSTO - PAVILHÃO EXTERNO (17) |                              | EDIFÍCIO DE ORIGEM |
|---|------------------------------|--------------------|
| 1º pavimento                              | Arquivo - Documentos antigos | -                  |
|   | Oficina Silk-screen          | -                  |
|   | Depósito de filmes           | CIACAP (7)         |
|   | Arquivo Morto                | -                  |
|   | Seção de compras/licitações  | -                  |
|   | Salas do PRCC                | -                  |

A evolução arquitetônica da Fortaleza carrega marcas de diferentes períodos e que hoje fazem parte da sua identidade. Considerando essa questão, o resultado final do projeto de intervenção não pretende voltar às características históricas de determinada época, pelo contrário, afirma a marca da intervenção atual através de um resultado que não se iguala a nenhum outro período (Figura 250).

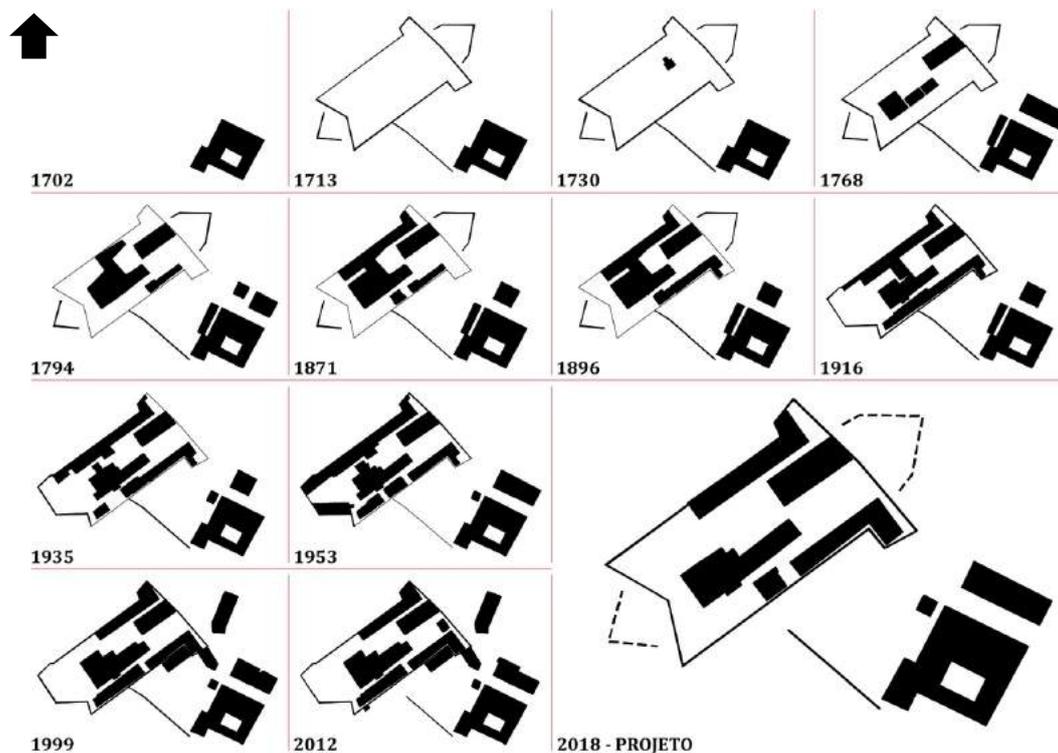


Figura 250: Comparativo da evolução volumétrica do conjunto por data, considerando o resultado do projeto de intervenção para a Fortaleza da Conceição. Fonte: COSTA/2017

Dessa forma, o projeto buscou eliminar as intervenções espúrias e reconstituir a essência volumétrica da antiga Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, com a finalidade de destacar, justamente, as camadas temporais relevantes para o entendimento da evolução dessa arquitetura secular. Simplesmente demolir edificações não faria sentido se o que foi revelado não pudesse ser plenamente apreciado, conforme diretriz da Carta de Veneza (1964).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Quando digo às pessoas qual é o objeto de estudo da minha dissertação, quase a totalidade delas desconhece que existe uma fortificação de mais de 300 anos inserida no tecido urbano do centro do Rio de Janeiro. Muitos desconhecem, inclusive, a existência de um morro tão próximo à Avenida Rio Branco, que é uma das mais importantes vias da cidade. Esse desinteresse se reflete na quantidade limitada de fontes bibliográficas disponíveis sobre o objeto, contrapondo-se ao vasto número de documentos e informações históricas que pude ter acesso. Motivada pelo interesse em promover a divulgação desse relevante marco histórico da cidade, decidi debruçar-me sobre a Fortaleza da Conceição a fim de produzir uma fonte bibliográfica direta sobre o tema.

Com essa situação posta, busquei, primeiramente, criar um documento que pudesse compilar o máximo de dados coletados durante a pesquisa histórica, elaborando um histórico detalhado que contemplasse as mais diversas fases da Fortaleza, seguindo uma ordem cronológica de eventos. De posse do histórico pronto, percebi a necessidade de criar mapas evolutivos indicando as diversas alterações que foram sendo executadas na Fortaleza ao longo dos anos. Os mapas funcionaram como a síntese das descobertas advindas do histórico. Sem eles, a leitura dessas alterações seria de difícil compreensão em razão da escala do objeto, que conta com muitos edifícios e espaços livres. De forma a embasar cada ação de projeto, esta dissertação contém uma investigação minuciosa desses documentos históricos, auxiliada pelas descobertas do primeiro capítulo.

Em razão da grandiosidade e da complexidade histórica do conjunto arquitetônico da Fortaleza da Conceição, era evidente que o tempo seria escasso para a elaboração de um projeto arquitetônico detalhado de todo o conjunto. Sendo assim, como ideia inicial, tive a intenção de produzir apenas um projeto de um Museu Cartográfico, a ser inserido na Casa D'Armas (6). Porém, cada vez que me debruçava mais sobre os documentos históricos, entendia que seria impossível, para mim, abordar apenas uma edificação isolada diante do potencial social que o objeto possui dentro do seu contexto urbano. O projeto estaria condenado a ser apenas mais uma tentativa de inserção cultural em uma fortificação atualmente pouco visitada, tal como esclarece Lyra (2005) em sua tese sobre o assunto. Sendo assim, ficou claro que os espaços livres do conjunto me importariam no momento de decidir quais usos seriam capazes de aproximar o objeto às pessoas.

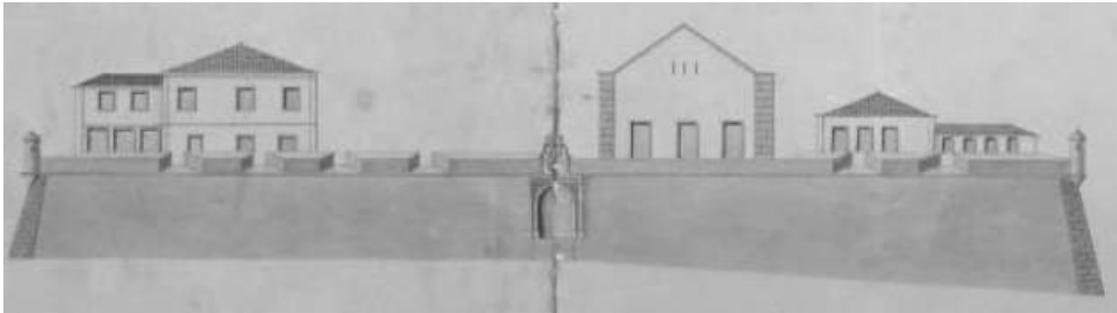
A destinação de uso foi uma das problemáticas a serem encaradas neste trabalho. Quais usos devem ser inseridos em fortalezas que se tornaram obsoletas após a perda da sua função de defesa? No caso da Fortaleza da Conceição, como atrair a visitação das pessoas a um local ainda desconhecido, de difícil acesso e com um uso militar restrito? Em relação ao uso dos espaços livres, a solução encontrada para resolver esse problema residiu justamente na escala do objeto de estudo, que conta com grandes áreas livres que foram disponibilizadas como áreas de lazer para a população local, carente desse tipo de atividade que é um direito fundamental garantido pela nossa Constituição. Por esse motivo, a mais ousada e mais importante diretriz adotada neste projeto de intervenção foi a transformação do Pátio (15), espaço atualmente restrito, em uma nova área pública de lazer, além da requalificação da Praça Major Valô (20), que prioriza o pedestre, não mais o carro. A abertura desse espaço justifica-se pela inserção do plano inclinado, modal de transporte que visa melhorar a acessibilidade ao Morro da Conceição, de topografia acidentada, e transforma o espaço em uma rota direta de acesso da parte baixa da cidade para o alto do morro. Esse conjunto de diretrizes toma um partido claro: se dispõe a atender, primeiramente, os interesses daqueles que vivem o dia-a-dia desse marco arquitetônico e que são representados por sua monumentalidade. Em relação ao uso dos edifícios do conjunto, o desenvolvimento do trabalho deixou evidente a urgência de intervenção em duas das edificações mais antigas e de grande valor patrimonial: a Casa D'Armas (6) e a Antiga SDT (9). Interditadas atualmente e, conseqüentemente, sem destinação de uso, os edifícios sofrem um grave processo de deterioração, correndo riscos de desabamento. Sendo assim, dentro do contexto geral do projeto, são destinados usos compatíveis às edificações, tal como recomenda a Carta de Atenas (1931) e diversas linhas teóricas de restauro aqui estudadas. Sendo assim, a Antiga SDT (9) comportaria usos destinados a atender o funcionamento do quartel, tal como o novo rancho dos militares; e a Casa D'Armas passaria a receber o Museu Cartográfico, para exposição do relevante acervo sob guarda do 5º CGEO. Contando com uma área de exposição maior que o espaço do atual museu da Fortaleza, a proposta inclui a possibilidade de serem realizadas exposições temporárias, tornando possível uma parceria com os próprios artistas residentes do morro, aproximando ainda mais a Fortaleza da sua comunidade local.

Pretendendo promover o reconhecimento do valor histórico e artístico do monumento, as discussões sobre as diversas linhas teóricas de restauro foram fundamentais para embasar as diretrizes do projeto, sejam elas gerais, dos espaços livres ou das edificações. O que as grossas pedras marcadas pelo tempo nos dizem sobre a Fortaleza da Conceição? Referendada pela Carta de Veneza (1964), a proposta geral considerou suas diversas camadas do tempo e removeu as

intervenções de pouco interesse que comprometiam a sua leitura, incluindo a demolição total de algumas edificações espúrias. Além de apresentarem bom estado de conservação, os importantes elementos históricos da tipologia arquitetônica da fortificação a serem revelados possuem grande valor histórico e arqueológico, em consonância com as diretrizes da supracitada carta. Com a necessidade de recomposição de trechos históricos da fortificação, a proposta seguiu os princípios teóricos de Boito (2008), considerando a materialidade original como um documento histórico, a distinguibilidade das intervenções de projeto, e o uso de materiais diversos, obedecendo as formas primitivas.

Conforme mencionado anteriormente, a pesquisa para este trabalho forneceu uma vasta quantidade de documentos e informações históricas. Parte desse material não pôde ser inserido neste documento final em razão do tempo, do foco, e da necessidade de um maior aprofundamento dos estudos referentes a cada informação. Essa condição torna possível a produção, futuramente, de um livro ou de uma tese de doutorado a partir da complementação dessa dissertação. Além disso, constituem-se como ganchos para futuros trabalhos o desenvolvimento de algumas diretrizes que não puderam ser melhor exploradas, tais como: o estudo de viabilidade do plano inclinado; o desenvolvimento de um projeto para a Casa D'Armas; o projeto de identidade visual para o percurso turístico; e um estudo aprofundado sobre os potenciais arqueológicos da fortificação.

Diante desta explanação conclusiva, este trabalho não tem a pretensão de esgotar ou esclarecer os assuntos aqui discutidos, uma vez que no campo da ciência nada pode ser admitido como verdade absoluta. Pelo contrário, fornece subsídios e cria novas questões a serem discutidas e/ou esclarecidas ao longo do tempo. Ao tentar promover o protagonismo desse marco histórico dentro do seu contexto, o trabalho buscou cumprir uma função social maior, inserindo a comunidade local como protagonista do seu espaço de direito. Afirmando suas diferentes camadas temporais (Figura 251), a resultante das análises e propostas de intervenção busca trazer a Fortaleza da Conceição de volta para o mapa da cidade do Rio de Janeiro, reforçando sua posição de destaque de outrora.



SÉCULO XIX | Fonte: AHEX



SÉCULO XX - Fonte: Acervo 5º CGEO



SÉCULO XXI - Fonte: Nayara Gevú/2017



PROJETO 2018 - Fonte: COSTA/2017

Figura 251: Imagens com a evolução histórica das fachadas em comparação com a volumetria proposta.  
Fonte: COSTA/2017

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ALMEIDA, Eduardo de Castro. **Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar**. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional, vol. XXXIX, 1917. 681p.

Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_039\\_1917.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_039_1917.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

ANTUNES, Claudia. **Utopia Carioca**. Folha de São Paulo. São Paulo, SP, 2011.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il0307201104.htm>>.

Acesso em: 22 out. 2015.

BARKI, J.; MIYAMOTO, James. **Waterfront no Rio de Janeiro. Oportunidades e Impertinências**. Arqtextos (São Paulo), v. 190.03, p. 1, 2016.

BARRETO, Aníbal. **Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. 368p.

BARROS, M. T. G. M. . **Imaginários urbanos e a região portuária do Rio de Janeiro: um olhar sobre os processos anteriores à reforma de 2010**. MOSAICO (RIO DE JANEIRO), v. 5, p. 66, 2014.

BOITO, Camillo. (1884). **Os restauradores**. 3. ed. Trad. Paulo e Beatriz M. Köhl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. 64p. (Col. Artes & Ofícios)

BRANDI, Cesare. (1963). **Teoria da restauração**. 1. ed. Trad.: Beatriz M. Köhl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004. 264p. (Col. Artes & Ofícios)

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em:

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 135, de 13 de março de 2013. **Dispõe sobre a delimitação e diretrizes para a área de entorno de bens tombados federais.** Brasília, DF, 2013. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/>>. Acesso em: 22 out. 2015.

CAMPOS, Leandro. **Projeto básico de restauração da "Capela" da Fortaleza da Conceição - Morro da Conceição - Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: 2011.

CANDIDA, Simone. **Canhões são encontrados durante obras na Área Portuária.** Jornal O Globo. Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em:  
<<https://oglobo.globo.com/rio/canhoes-sao-encontrados-durante-obras-na-zona-portuaria-4341481>>. Acesso em: 25 out. 2015.

CARDOSO, E. D. . **História dos Bairros - Saúde, Gambôa, Santo Cristo.** 01. ed. Rio de Janeiro: Index, 1987. v. 01. 159p.

CARVALHO, Claudia Suely Rodrigues de. **Preservação da Arquitetura Moderna: Edifícios de Escritórios Construídos no Rio de Janeiro entre 1930 e 1960.** Tese de Doutorado, São Paulo, FAU/USP, 2005.

**CARTA DE ATENAS**, 1931. Sociedade das Nações. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

**CARTA DE ATENAS**, 1933. CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

**CARTA DE VENEZA**, 1964. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

**CARTA DO RECIFE**, 2017. Seminário Internacional sobre fortificações brasileiras - Patrimônio Mundial. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/3280.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Muralhas de Pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006**. Volume I. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, 441p.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia . **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 34, p. 1-15, 2012.

COARACY, Vivaldo. **Memórias da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. Col. Rio 4 Séculos.

CORRÊA-MARTINS, F.J. . **Análise comparativa do projeto e das plantas das fortificações do Rio de Janeiro atribuídas ao Brigadeiro João Massé**. In: 2º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2014, Tiradentes. Anais do 2º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica (on line), 2014.

CRUZ, J. de Sousa Pereira. **Acontecimentos da Fortaleza da Conceição do Rio de Janeiro**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XXV, Vol. 25, 1862, p. 453- 458. Disponível em: < <http://fortalezas.org/midias/arquivos/2538.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

CUNHA, Claudia dos Reis e. **A atualidade do pensamento de Cesare Brandi**. Resenhas Online, São Paulo, ano 03, n. 032.03, Vitruvius, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/03.032/3181>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

EGREJAS, Marisa. **O Projeto Palácios do Rio**. 2012. (Relatório de pesquisa).

EGREJAS, MARISA; MATTOS, F.; BARTHOLO, ROBERTO. **Experiências dialogais na construção de circuitos de visitação envolvendo bens patrimonializados sob a guarda do exército brasileiro.** In: Simpósio Científico do ICOMOS Brasil, 2017, Belo Horizonte. Simpósio Científico do ICOMOS Brasil, 2017.

FERREZ, Gilberto. **As Cidades de Salvador e Rio de Janeiro no Século XVIII: álbum iconográfico comemorativo do bicentenário da transferência da sede do governo do Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1963, 88 p.

\_\_\_\_\_. **O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto 1555-1800.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1972, 232p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005, 295p.

FRANCO, Luiza. **Militares travam acesso de civis a prédios tombados e de valor histórico.** Folha de São Paulo. Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1867837-militares-travam-acesso-de-civis-a-predios-tombados-e-de-valor-historico.shtml?cmpid=compfb>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

FUNCK, Jacques. **Relation Generale de Toutes les forteresses de Rio de Janeiro.** 7 de outubro de 1768. Mss Biblioteca Nacional.

\_\_\_\_\_. **Relation des ouvrages faits dans la forteresse de Conceição.** Rio de Janeiro, 26 de abril de 1771. Mss Biblioteca Nacional.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil.** 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda, Ed., 2000.

IPHAN. **Assinatura da Carta do Recife conclui debates sobre gestão das fortificações brasileiras.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4057/fortificacoes-brasileiras-serao-foco-de-politica-para-incremento-do-turismo-no-brasil>>. Acesso em 05 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Secretária Geral da Unesco recebe Dossiê do Cais do Valongo.** 2015.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3293/secretaria-geral-da-unesco-recebe-dossie-do-cais-do-valongo>>. Acesso em 22 out. 2015.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Gustavo Giovanonni: Textos escolhidos.** Trad. Renata Campello. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013. 208p. (Col. Artes & Ofícios)

\_\_\_\_\_. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: Problemas teóricos de restauro.** 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. v. 1. 328p.

LAURITZEN, Jéssica. **Programa atrai 80 mil visitantes por mês em Copacabana.** O Globo. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/zona-sul/programa-atrai-80-mil-visitantes-por-mes-em-copacabana-19618531>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Arquitetura do espetáculo: Teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e da Cinelândia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

LIMA CARLOS, Claudio Antonio S. . **Panorama Crítico da Conservação de Áreas Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro.** In: XV Encuentro de Geógrafos de America Latina - Por uma América Latina unida y sustentable, 2015, Havana. XV Encuentro de Geógrafos de America Latina - Por una América Latina unida y sustentable. Havana: Universidade Nacional de Havana, 2015. v. 1. p. 1-15.

\_\_\_\_\_. **Una mirada crítica a la Área Portuária.** Bitacora Urbano Territorial, v. 17, p. 23-54, 2011.

LYRA, Cyro Corrêa. **Casa vazia, ruína anuncia: a questão do uso na preservação de monumento.** 2005. Tese (Doutorado História e Teoria da Arte), Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

**MANIFESTO DE AMSTERDÃ,** 1975. Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico - Ano do Patrimônio Europeu. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manifesto%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

NAJJAR, Rosana Pinhel Mendes. (Org.) **Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração**. Brasília: IPHAN, 6a Superintendência Regional do IPHAN, 2002, 57p.

NOBREGA, Claudia. **São Sebastião do Rio de Janeiro: a construção de uma cidade capital**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2003.

PAVAN, Juliana Silva. **A adaptação de uso dos Lugares de Memória arquitetônicos como fator de preservação cultural: Rua do Ouvidor e adjacências**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2013.

RABHA, Nina Maria de Carvalho. **Cristalização e Resistência no Centro do Rio de Janeiro**. En: Revista do Rio de Janeiro, vol. 1. Niterói: UFF, Departamento de História, 1985. p. 35-59.

\_\_\_\_\_. **Entre Ontem e Amanhã, Acontecer Hoje**. En: Cadernos do Patrimônio Cultural/Secretaria Municipal de Cultura, vol. 3, No. 4-5. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 1994. p. 63-65.

RIHGB. **Conta sobre a fortificação e artilharia e mais fortalezas da praça e armazéns do Rio de Janeiro**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LV, Parte I, 1892, p. 221- 226. Disponível em:  
<<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1892t00551c.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

RIBEYROLLES, Charles. **Brazil pittoresco: álbum de vistas, panoramas, monumentos, costumes, etc., com retratos de Sua Majestade Imperador Dom Pedro II et Família Imperial**. Paris [França] : Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861.  
Disponível em:  
<[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1113654/icon1113654.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Trad.: Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Ed. da UGG, 2006.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 7.351, de 14 de janeiro de 1988. **Regulamenta a Lei nº 971, de 4 de maio de 1987, que instituiu a APA em parte dos bairros da Saúde, Santo**

**Cristo, Gamboa e Centro.** Rio de Janeiro, RJ, 1988. Disponível em:  
<<http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 17.109, de 26 de outubro de 1998. **Cria o programa de recuperação orientada da cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências.** Rio de Janeiro, RJ, 1998. Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 38.803, de 29 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana.** Rio de Janeiro, RJ, 2011. Disponível em:  
<<http://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/decretos/d34803.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 971, de 4 de maio de 1987. **Institui a APA composta pelos logradouros que menciona, e dá outras providências.** Rio de Janeiro, RJ, 1987. Disponível em:  
<<http://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/leis-ordinarias/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 101, de 23 de novembro de 2009. **Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consolidada da Região do Porto do Rio e dá outras providências.** Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em:  
<[http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/leis-complementares/LC101\\_-\\_23112009.pdf](http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/leis-complementares/LC101_-_23112009.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 102, de 23 de novembro de 2009. **Cria a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro-CDURP e dá outras providências.** Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em:  
<[http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/leis-complementares/LC102\\_-\\_23112009\\_-\\_CDURP.pdf](http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/leis-complementares/LC102_-_23112009_-_CDURP.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução SMUIH nº 28, de 28 de julho de 2017.** Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em:

<<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/RSMU28M.PDF>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

ROLNIK, Raquel. **Prefeitura do Rio proíbe novos tombamentos na região do Porto Maravilha**. ArchDaily. 2017. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/877720/prefeitura-do-rio-proibe-novos-tombamentos-na-regiao-do-porto-maravilha>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

RUSKIN, John. (1849). **A lâmpada da memória**. 1. ed. Trad. Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. 88p. (Col. Artes & Ofícios)

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo**. Projeto, São Paulo, n. 86, 1984.

SANTOS JÚNIOR, J. C. . **Programa de Revitalização e Uso Turístico dos Fortes da Baía da Guanabara**. In: 6º Seminário Regional de Cidades Fortificadas e 1º Encontro Técnico de Gestores de Fortificações, 2010, Florianópolis. Actas virtuais do 6º Seminário Regional de Cidades Fortificadas e 1º Encontro Técnico de Gestores de Fortificações. Florianópolis: UFSC, 2010.

SCHMIDT, Selma. **Sem repasses desde janeiro, concessionária suspende obras na Área Portuária**. Jornal O Globo. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/sem-repasses-desde-janeiro-concessionaria-suspende-obras-na-zona-portuaria-21489095>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

SIGAUD, Márcia Frota; PINHO, Claudia Maria Madureira. **Morro da Conceição: da memória o futuro**. Rio de Janeiro: Sextante/PCRJ, 2000.

SIRKIS, Alfredo. **Porto do Rio: usina de sonhos**. In Porto do Rio. Catálogo da Exposição. Centro de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2001.

SOUZA, Augusto Fausto de. **Fortificações no Brasil**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885, p. 05-140. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2549.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

TABAK, Flávio. **Arqueólogos acham canhões de pelo menos 400 anos na Área Portuária.** Jornal O Globo. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/arqueologos-acham-canhoes-de-pelo-menos-400-anos-na-zona-portuaria-3966243>>. Acesso em 22 out. 2015.

TANGARI, V. R. **Espaços livres públicos como espaços museográficos.** In: Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus, 2005, Rio de Janeiro. Anais do Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus. Rio de Janeiro: ProArq/FAU-UFRJ, 2005. v. 1. p. 49-72.

\_\_\_\_\_. **A importância dos espaços livres na valorização do patrimônio edificado: projeto paisagístico para o campus do Observatório Nacional e do Museu de Astronomia e Ciências Afins em São Cristóvão no Rio de Janeiro/RJ.** Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG. Online), 2011.

UCHÔA, Helton Nogueira; LIMA, Elton Eduardo de; RESENDE, Rafael de Souza. **Histórico da Fortaleza da Conceição e do Palácio Episcopal.** 5ª Divisão de Levantamento, 2002. Rio de Janeiro. CD-ROM.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. (1854-1868). **Restauração.** 4. ed. Trad. Beatriz M. Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006. 80p. (Col. Artes & Ofícios)

VITERBO, Francisco Marques de Souza (coord.). **Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou a serviço de Portugal.** Vol. II H-R. [1. ed.]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904. Disponível em: <<https://ia801408.us.archive.org/8/items/diccionariohisto02vite/diccionariohisto02vite.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017

WEID, E. v. d. . **As primeiras intervenções tecnológicas no espaço da cidade. Rio de Janeiro, séculos XIX-XX.** In: XXII Congresso Nacional de História, 2003, João Pessoa. Anais do XXII Congresso Nacional de História, 2003.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/IPLANRIO, 1987.

**CONFERÊNCIA DE NARA**, 1994. Conferência sobre a autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

TELLES, Augusto C. da Silva. **Guia de bens tombados da cidade do Rio de Janeiro**. Expressão e Cultura, 2001, 211p.

SMU/IPP. **Planos Urbanos - Rio de Janeiro - O século XIX**. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

## **SITES CONSULTADOS**

**5º CGEO**. Disponível em: <<http://www.5dl.eb.mil.br/>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

**ARTILHARIA DIVISIONÁRIA DA 1ª DIVISÃO DE EXÉRCITO**. Disponível em: <<http://www.ad1de.eb.mil.br/>>. Acesso em 06 mai. 2017.

**BIBLIOTECA NACIONAL**. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

**BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL**. Disponível em: <<http://www.bnportugal.pt/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

**DICIONÁRIO ON-LINE MICHAELIS**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em 10 set. 2017.

**ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL**. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Acesso em 18 jun. 2017.

**FORTALEZAS.ORG**. Disponível em: <<http://fortalezas.org/>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

**FORTE DE COPACABANA.** Disponível em: <<http://www.fortedecopacabana.com/>> Acesso em 07 mai. 2017.

**FORTIFICAÇÕES DE CARTAGENA.** Disponível em:  
<<http://fortificacionescartagena.com/es/>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

**FUNCEB.** Disponível em: <<http://www.funceb.org.br/>>. Acesso em 15 ago. 2017.

**ICOFORT BRASIL.** Disponível em: <<http://www.icofortbrasil.org/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

**IMAGINERIO.** Disponível em: <<http://imagerio.org/>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

**IPHAN.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em 05 mai. 2017.

**JORGE MARIO JÁUREGUI.** Disponível em: <<http://www.jauregui.arq.br/waterfront.html>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

**PORTO MARAVILHA.** Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/>>. Acesso em: 13. ago. 2017.



## **APÊNDICES**

---

APÊNDICE I - Acervo do atual Museu Cartográfico



## **APÊNDICE I - ACERVO DO MUSEU CARTOGRÁFICO DO 5º CGEO\***



**Nível de luneta**



**Instrumentos de desenho**



**Bússola com luneta**



**Instrumentos de desenho**



**Luneta meridiana de Bamberg**



**Nível de luneta**

\*Além dos instrumentos, o acervo possui diversas imagens, documentos e mapas relativos à cartografia que não serão apresentados neste apêndice.



**Telurômetro**



**Geodímetro AGA ME**



**Teodolito Bamberg**



**Sextante**



**Pantômetro de luneta**



**Câmera aerofotogramétrica**



**Cronógrafo**



**Equipamento cartográfico**



**Basímetro fixo de bruner**



**Equipamento cartográfico**



**Prêmio da missão austríaca**



**Estereotopo Zeiss**



**Câmera Klimsch super-autohorika 101\***

\*Este equipamento de grandes dimensões está depositado em uma sala da Casa D'Armas e não faz parte do acervo exposto do Museu Cartográfico.

## **ANEXOS**

---

ANEXO I - Decreto Nº 7351/88 - Delimitação da APAC - SAGAS

ANEXO II - Projeto Porto do Rio: Usina de sonhos - Potencial de renovação

ANEXO III - Portaria IPHAN 135/2013 - Bens tombados

ANEXO IV - Portaria IPHAN 135/2013 - Setores da poligonal de entorno

ANEXO V - Lei Complementar Nº 101/2009 - Mapas de delimitação

ANEXO VI - Resolução SMUIH nº 28

ANEXO VII - Anotações de Jacques Funck - 1771



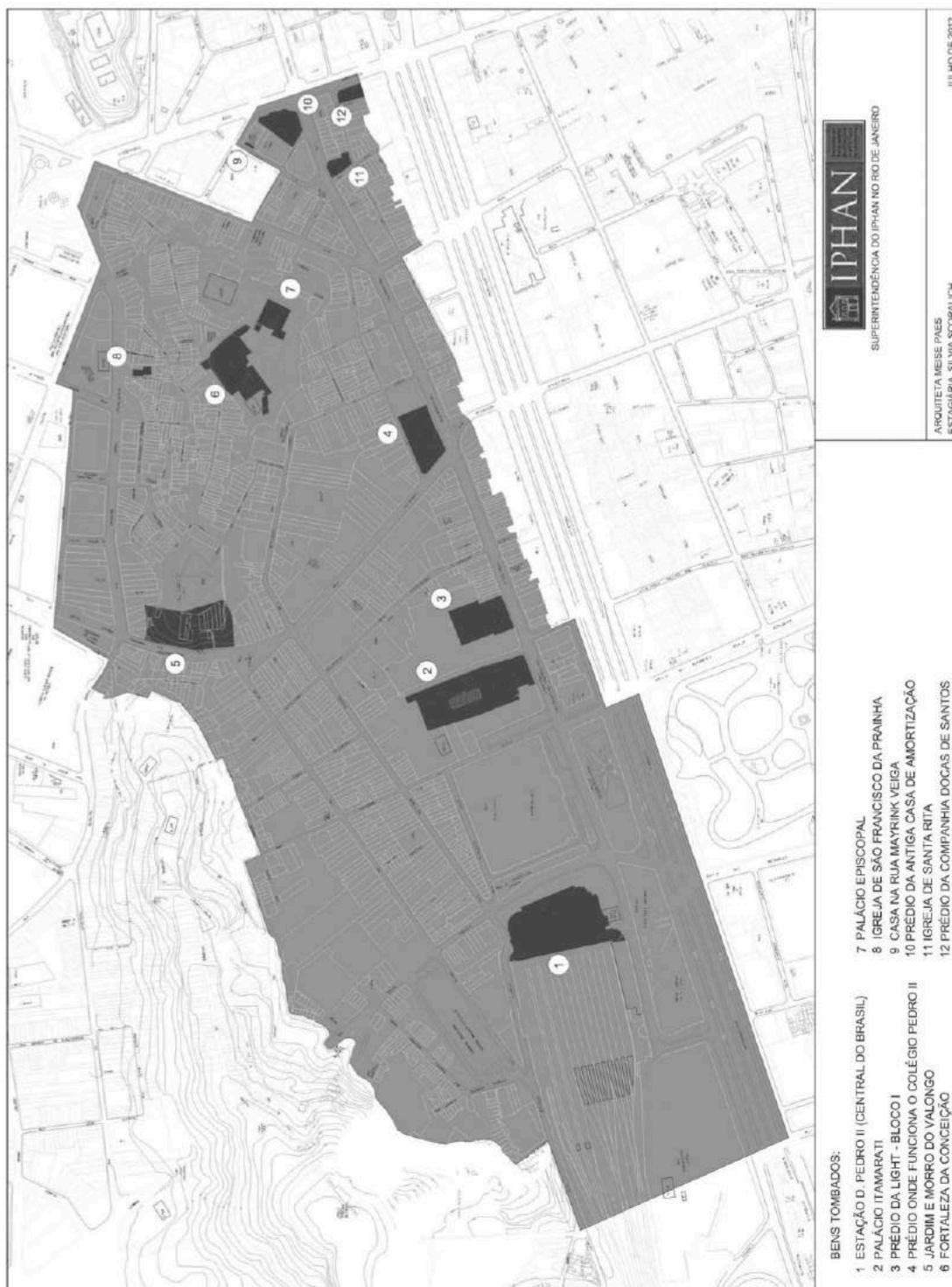








## ANEXO III - PORTARIA IPHAN 135/2013 - BENS TOMBADOS



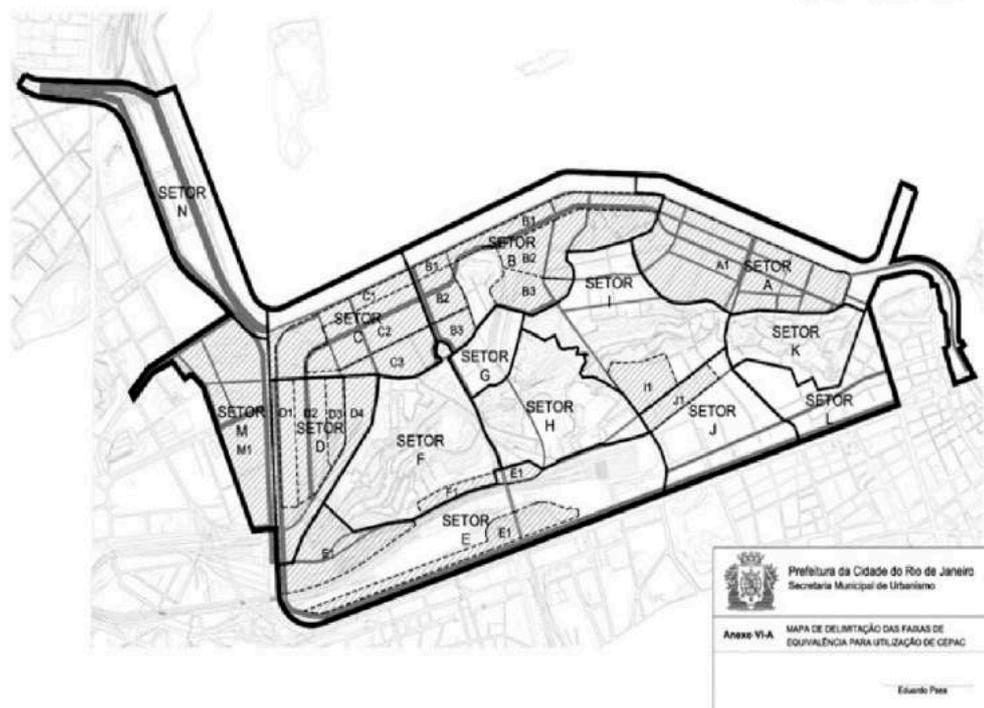
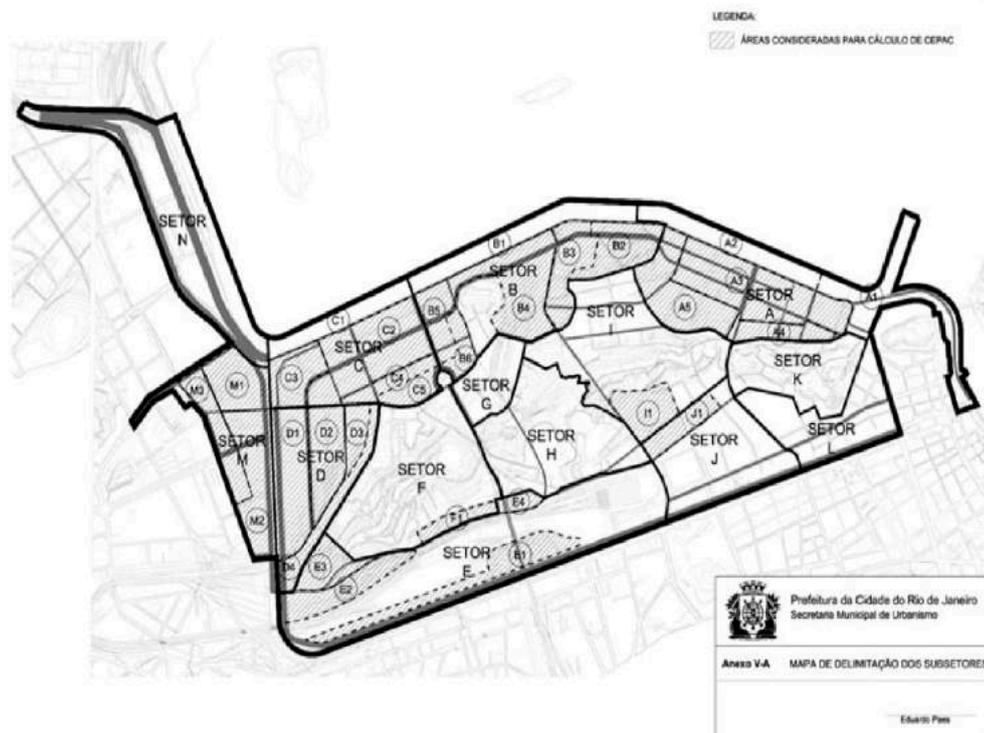


**ANEXO IV - PORTARIA IPHAN 135/2013 - SETORES DA POLIGONAL DE ENTORNO**





## ANEXO V - LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2009 - MAPAS DE DELIMITAÇÃO





## **ANEXO VI - RESOLUÇÃO SMUIH Nº 28**

### **RESOLUÇÃO SMUIH Nº 28 DE 28 DE JULHO DE 2017.**

*Dispõe sobre a proibição de tombamento das áreas definidas na Lei Complementar Municipal nº 101 de 2009, nos anexos V e VI.*

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE URBANISMO, INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que a Lei Complementar Municipal nº 101/2009 instituiu a Operação Urbana Consorciada - OUC da região do Porto do Rio de Janeiro com a finalidade de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental na região;

Considerando que a Lei Complementar Municipal nº 102/2009 criou a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto - CDURP para promover, direta ou indiretamente, o desenvolvimento da Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU e OUC da Região do Porto do Rio de Janeiro e gerir os ativos patrimoniais transferidos pelo Município e os serviços públicos nesta área;

Considerando a necessidade de se promover a reestruturação urbana da região do Porto do Rio de Janeiro, em conjunto ao desenvolvimento social e geração de trabalho no local, visando a melhoria da qualidade de vida dos moradores;

Considerando que uns dos princípios norteadores de planejamento, execução e fiscalização da região do Porto, previstos na Lei Complementar Municipal nº 101/2009, são a valorização do ambiente urbano e do patrimônio cultural, promoção do adequado aproveitamento dos vazios urbanos ou terrenos subutilizados, bem como estimular a renovação urbana da região;

Considerando que a Lei Complementar Municipal nº 101/2009 autoriza a emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC pelo poder público municipal e que estes, servirão ao financiamento da OUC, de acordo com a proporcionalidade estabelecida no seu ANEXO VII entre número de CEPACS e área de terreno disponível por setor e subsetor;

Considerando que do processo de aprovação da Lei Complementar Municipal nº 101/2009 participaram todos os órgãos de tutela do patrimônio histórico e cultural, além de toda a sociedade civil interessada na questão, e que nela foram por estes introduzidos mecanismos de arrecadação de recursos, provenientes da venda desses mesmos CEPACS, como registrado no seu artigo 36, parágrafos 5º, 6º e 7º, não podendo, portanto, ser alterado esse equilíbrio a posteriori;

Considerando que o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha - FIIPM administrado pela Caixa Econômica Federal - CEF investiu nas áreas do Porto do Rio de Janeiro, adquirindo os Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC previstos no art. 34 da Lei Federal nº 10.257/2001 e no art. 36 da Lei Complementar Municipal nº 101/2009, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

Considerando que o recurso utilizado na compra de CEPAC presume garantia de retorno do investimento para o próprio FGTS;

Considerando que todos os projetos deverão obedecer a legislação e os atos normativos que determinam a dinâmica da área.

**RESOLVE:**

Art. 1º As áreas definidas na Lei Complementar Municipal nº 101/2009 nos anexos V e VI não poderão ser objeto de tombamento.

Parágrafo único. Serão considerados e mantidos os tombamentos realizados antes da promulgação da referida Lei Complementar.

Art. 2º Novas demandas de tombamento na região do Porto do Rio de Janeiro, nas áreas não definidas na Lei Complementar Municipal nº 101/2009 em seus anexos V e VI, serão avaliadas previamente pelo Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha - FIIPM, administrado pela Caixa Econômica Federal - CEF e pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP.

Art. 3º Havendo anuência da CEDURP e da CEF a Subsecretaria de Urbanismo - SUBU e o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH analisarão a viabilidade de cada caso submetido ao tombamento.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DO RIO 31/07/2017

## **ANEXO VII - ANOTAÇÕES DE JACQUES FUNCK - 1771**

### *RELAÇÃO DAS OBRAS FEITAS NO FORTE DA CONCEIÇÃO 1771<sup>90</sup>*

*Relação das obras de reparo e adicionada ao Forte da Conceição feitas por ordem de sua Excelência Sr. Marquês Vice Rei*

*A planta, perfil e fachada estão adjuntas para ver a construção deste Forte com as diferentes obras que foram reparos necessários, com algumas alterações que achamos necessário realizar, tanto por dentro como por fora para a melhor defesa desta fortaleza. Tudo foi demarcado com diferentes cores nas plantas, a saber;*

*Toda a antiga alvenaria é marcada em cor vermelha;*

*Toda a alvenaria novamente feita é marcada na cor azul;*

*Todo o terreno que não tem sido repostos com a cor marrom;*

*Todas as obras de terra e movimentos novos são marcadas de cor amarelo.*

*Os alicerces que ficam em volta do Forte e os seus dois ravelins estão em ruínas quase por toda parte ate o cordão. Apresentam-se revestidos de novo por um muro de alvenaria de um pé e meio de espessura, tanto por fora como por dentro e estão preenchidos de terra no meio entre os dois muros até a sua altura, da mesma forma que eles estavam anteriormente como vemos no perfil em A. Seus antigos alicerces estão ..... com as canhoneiras.*

*Somente sobre os dois ravelins e sobre os dois lados do Forte que lhe são opostos, mais as duas grandes faces sobre a Bahia e sobre a Vila estão fortificadas. Mais para melhor cobrir esse dito lado sobre a Bahia contra a altura de São Diogo que comanda assim o interior do Forte foram levantados ha pouco tempo os alicerces todo ao longo das canhoneiras como podemos ver em b; b; b e fizeram o lateral que dá para a vila inteiramente fortificada, como estava anteriormente e que não vemos em c, c, c.*

*Todas as canhoneiras deste forte foram alteradas de como elas estavam anteriormente, descendo um pé do lado de fora, para poder melhor cobrir o terreno o mais próximo e no ravelim oriental eles são divididos para melhor comandas as terras elevadas à sua frente.*

*Toda a alvenaria dos alicerces, exceto dos três no ravelin ocidental, está inteiramente cravada na terra dois ou três palmos. Os alicerces se apresentam elevados a sua justa altura com ..... para colocar as peças de artilharia. Sua construção vai mudando segundo o uso e segundo a direção das suas canhoneiras, como podemos ver em d, d, d. As linhas pontilhadas marcadas sobre elas na planta, mostram a antiga ..... como eles eram anteriormente. E onde não se encontram essas linhas pontilhadas na planta são os alicerces novamente feitos numa nova fundação.*

*E as linhas preenchidas sobre a rampa detrás da fortificação marcam os antigos alicerces onde tem sido usadas pedras com as novas e para completar as outras e ao longo desses alicerces*

---

<sup>90</sup> \*Transcrição em português cedida pelo historiador do DEPAm/IPHAN Adler Fonseca.

*que não tinham nada foi feita uma rampa de terra bem batida que servirá em caso de necessidade nesse lado como vemos no c, c, c.*

*Foram feitas goteiras (saídas d'água) de alvenaria na frente de todos os alicerces ao todo largo do pé dos parapeitos que vemos em f, f, f, para facilitar o escorrer das águas, faltam no forte a antiga..... dos velhos parapeitos.*

*O terreno deste forte a sido antigamente ..... de uma altura igual a dos alicerces e em alguns lugares mais baixo do que deveria estando embaixo das ..... E para ter a rampa a uma altura e largura conveniente eles escavaram o terreno atrás da rampa três palmos mais baixo que a mesma rampa para preencher a terra que estava afundando. Esse terreno baixo atrás da rampa servira ao mesmo tempo para cobrir os soldados e os transportes das munições em caso de ataque. Esse terreno é marcado pelas letras g, g, g. O talude que bordeja a rampa ao redor se apresenta guarnecido pelas arvores em dois riscos marcados pela cor verde na planta. Estas árvores ademais de ornamentar servem também para tampar o interior da praça e ..... à vista do inimigo os movimentos que se fazem.*

*Foi feita também uma trama em madeira de carpintaria em T, à entrada do ravelim oriental onde não havia antigamente. Também uma barreira de carpintaria em .....para fechar a passagem entre o Forte a Vila, e para impedir o caminho que havia aqui entre o Forte e o ravelim ocidental. Mas como a passagem do outro lado do esse ravelim fica à altura do S. Diogo a estado muito aberta de forma que possam impedir o inimigo de poder chegar pelas costas e entrar ao pé do forte. Como não há pontos de flancos desse lado, por essa razão elevava-se uma proteção de terra para cobrir um pouco, como se pode ver na planta adjunta da fachada em K.*

*Essa proteção se junta em linha reta com a grande face do Forte e forma um ângulo de meia lua sobre o ravelim deixando uma passagem entre eles e como o terreno entre o Forte e o ravelim é ainda mais alto que a proteção foi feita uma travessa em L em linha reta com a face do ravelim que cobre a metade da abertura, para melhor impedir de ver a comunicação de dita barreira, e ao mesmo ..... com a proteção disputar a aproximação a esse ravelim. Essa proteção é bem flanqueada do Forte e do ravelim e torna o acesso ao Forte mais difícil para surpreender do que era anteriormente. As terras em volta do forte defronte a Bahia que estavam em qualquer lugar preencheram quase justo no cordão e também aplanei o fosso na entrada do forte que estava cheio de imundices e de terra quase a 4 palmos de altura foi limpo até o fundo onde achamos rochas.*

*Não fizemos nenhuma menção da situação e da péssima construção de este forte, posto que isso já foi mencionado na Relação Geral do Rio de Janeiro apresentada no ano de 1768.*

*Rio de Janeiro, 26 de abril, 1771*

